



GIOVANNY SIMON MACHADO

A TÊMPERA DA TEMPESTADE

**UMA ANÁLISE DO PARTIDO
EM LENIN ATÉ 1917**

Edição comemorativa 100 anos da Revolução Russa

1ª Edição patrocinada pela
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI



Projeto Editorial
PRAXIS

1ª edição 2017
Bauru, SP

canal6 editora

Copyright© Projeto Editorial Praxis, 2017

Coordenador do Projeto Editorial Praxis

Prof. Dr. Giovanni Alves

Conselho Editorial

Prof. Dr. Giovanni Alves (UNESP)

Prof. Dr. Ricardo Antunes (UNICAMP)

Prof. Dr. José Meneleu Neto (UECE)

Prof. Dr. André Vizzaccaro-Amaral (UEL)

Profa. Dra. Vera Navarro (USP)

Prof. Dr. Edilson Graciolli (UFU)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M1492a Machado, Giovanni Simon
1.ed. A têmpera da tempestade: Uma análise do Partido em Lenin até
1917/ Giovanni Simon Machado. – 1. ed. – Bauru: Canal 6, 2017.
332 p. ; 15,5 x 23 cm. (Projeto Editorial Praxis)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7917-444-5

1. Partido Socialista. 2. Império Russo. 3. Revolução Russa. 4.
Lenin. . I. Machado, Giovanni Simon. II. Título.

CDD 320.5

Projeto Editorial Praxis
Free Press is Underground Press
www.canal6editora.com.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil
2017

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO	17
 I. O IMPÉRIO RUSSO COMO “PRISÃO DOS POVOS” ..	37
O Império Russo contra a modernidade	39
Águas modernas nas pedras do czar: a impermeabilidade russa à modernidade	42
Uma flor desabrocha na taiga russa: a Primavera dos Povos, a Guerra da Crimeia e as lutas contra a autocracia	43
O atraso econômico russo	45
O sólido e o ar: a crise do czarismo e a <i>Intelligentsia</i> russa	52
A “ida ao povo” dos populistas russos	55
Aterrorizando um império: movimento revolucionário do populismo ao terrorismo	57
Uma Centelha ardente: o nascimento do movimento operário socialdemocrata russo	59

II. ANÁLISE LENINEANA DO CAPITALISMO RUSSO PARA A ESTRATÉGIA DE REVOLUÇÃO 67

A estrutura agrária russa e a polêmica da comuna rural. 68

A desintegração e diferenciação do campesinato como
pressupostos estratégicos 77

A centralidade do proletariado como classe dirigente da
revolução e sua universalidade para a emancipação humana. 88

A aliança operário-camponesa 98

Estratégia e tática, da revolução democrática à revolução socialista .111

III. O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DE NOVO TIPO 135

Unidade e diversidade, demarcação e depuração 136

Centralismo e democracia, restrição e amplitude no partido. 159

O centralismo pelos dois centros. 161

As bases do partido 173

Partido de massas e núcleo dirigente 184

O centro e a periferia: forma radial de organização do partido. 194

Unidade e luta de matizes no partido de massas: o
centralismo-democrático 200

O espontâneo e o consciente 211

Dessemelhanças históricas na compreensão entre Partido e classe . 212

Luta política e luta econômica: uma batalha contra o
espontaneísmo 220

As massas e a vanguarda, o espontâneo e o consciente 233

IV. A QUEBRA DO ELO MAIS FRACO DA CORRENTE:	
A CRISE REVOLUCIONÁRIA	265
Distinções históricas na interpretação do imperialismo, do capitalismo monopolista e do militarismo.....	266
O imperialismo pela apreensão lenineana	281
O conceito de crise revolucionária diante da guerra imperialista ..	291
 CONCLUSÃO	 305
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	317

AGRADECIMENTOS

Não existe mérito absolutamente individual em nenhuma conquista pessoal. Mesmo que o esforço de cada um tenha papel decisivo em suas conquistas, não é possível afirmar que existam competências inatas aos seres humanos quando observamos o todo da sociedade. Dessa forma, mesmo sendo difícil mensurar se estas ou aquelas influências tiveram maior ou menor influência sob minha conduta, é impossível deixar de agradecer a alguns sujeitos e coletivos que me premiaram com o seu apoio.

Para quem vem das classes populares, existem muitos obstáculos que podem parecer pequenos quando ditos em palavras, mas quando vividos e somados uns aos outros são verdadeiras barreiras na vida de quem pretende percorrer um caminho acadêmico de pesquisa científica. Em primeiro lugar, está a dificuldade econômica: a defasagem das bolsas em relação aos gastos com necessidades de primeira ordem (alimentação, moradia, transporte e saúde). O orçamento de um bolsista é sempre restrito e complicado, quando qualquer gasto extraordinário, seja com livros, fotocópias, ou a manutenção de um computador, por exemplo, é bastante pesado.

Mesmo assim, na condição de bolsista de pós-graduação, mas também como um egresso da UFSC que viveu toda a graduação através das políticas de permanência estudantil, pesa sob meus ombros a responsabilidade de cumprir com meu dever para com o povo trabalhador brasileiro, fonte de financiamento da universidade e de seus programas. Sou grato, portanto, ao nosso povo aguerrido e lutador, que apesar dos pesares, nunca se cansa de lutar e resistir com toda a alegria e desenvoltura típica dos trópicos latino-americanos. Espero, sinceramente, apesar deste livro não poder ser classificado como uma grande contribuição à ciência brasileira e ao

nosso pensamento social, que ele possa servir como mais um contraponto diante da crescente maré conservadora que vivemos.

O registro de gratidão à minha família é obrigatório. Sou filho de uma mãe professora da rede pública estadual e de um motorista de caminhão. Meus pais, para além de toda a importância durante meus anos de formação, nunca me deixaram na mão. Toda a minha dissertação foi redigida em um surrado *notebook* que minha mãe Alexandra pôde comprar para mim quando recebeu uma indenização. Meu pai, Flávio, já aposentado, continuou trabalhando para poder ajudar com algum valor a mim e ao meu irmão enquanto estudamos na UFSC. Por isso, e muito mais coisas que não cabem neste curto espaço de agradecimento, sou profundamente grato. Igualmente, meus avós Marli e Valdemar, meus segundos pais, além de me ensinarem tantas coisas, em especial a honestidade, qualidade que tanto admiro neles, sempre me ajudaram, acolheram-me, apoiaram-me, estimularam-me a ser mais esforçado, a dar o melhor de mim. Eu dedico, portanto, este trabalho aos meus avós e aos meus pais. Vale citar, certamente, outras figuras familiares cujo carinho e a importância são equivalentes: meus irmãos Júlio, Artur e Gabriel (cuja pródiga carreira acadêmica percorre seu caminho inicial também, mas na área da História); minha avó Maria, a grande matriarca da família Machado; minhas tias Edileny (querida madrinha que sempre me estimulou à leitura), Nádia, Dalva e Tatiana; minhas tias Juliana (Tita, *the teacher*) e Kirian; meus tios Jonas, Roberto e Nelson; todos os meus primos e primas, em especial ao Matheus (em breve um físico de destaque, com o qual pude compartilhar fecundas discussões de ordem materialista).

Agradeço em especial a todos os amigos e colegas desde quando vim residir em Florianópolis. Tanto os colegas desta ilha, da UFSC e também do curso de Serviço Social. Mesmo os amigos e amigas que não vejo há tempos sempre voltam a presentear minha memória com grandes recordações.

É impossível falar de minha trajetória, por consequência, sem falar dos meus camaradas de organização revolucionária da Juventude Comunista Avançando (JCA) e do Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP). Essa organização é parte central da minha vida já faz quase uma década. Sinto muito por tê-los deixado na mão em momentos tão tensos como os que temos vivido, enquanto me dedicava à produção desta obra.

Meu mestrado foi realizado em conjunto com as lutas travadas no âmbito da pós-graduação, e por isso pude compartilhar das aflições, ânimos e desânimos com muitos pós-graduandos também militantes como eu, principalmente os integrantes da gestão Pós-Ativa da Associação de Pós-Graduandos. Esse apoio mútuo é muito importante para todos nós e disso nunca me esquecerei. Da mesma forma, também vale o reconhecimento das aulas e estudos compartilhados com todos e todas as colegas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e do Departamento de Serviço Social (DSS), tanto docentes quanto discentes, lembrando que juntos podemos fazer grandes maravilhas no aprimoramento da pesquisa e da nossa formação. Agradeço a todos os integrantes do nosso Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Questão Social e América Latina (NEPTQSAL), pois este livro certamente é uma reflexão que vocês ajudaram a amadurecer.

Agradeço aos amigos que contribuíram também, às vezes até voluntariamente, a fazer a revisão dos meus escritos, em especial Lilian Back e Jefferson Virgílio (grande entusiasta desta publicação, cuja parceria promete dar muitos frutos). Aquele olhar externo sempre faz uma tremenda diferença, porque depois que passamos muitos dias e meses empenhados num mesmo projeto, ficamos com a visão viciada.

Minha grande gratidão também à banca avaliadora da dissertação, cujos integrantes Ricardo Lara, Paulo Pinheiro Machado, Ivete Simionatto e Jaime Hillesheim acompanham e contribuem auspiciosamente com minha trajetória desde a graduação. Agradeço ao meu mais do que professor, um verdadeiro mentor em nível acadêmico, Ricardo Lara pelos permanentes estímulos para a pesquisa social há pelo menos 7 anos de parcerias. Ao professor Paulo Pinheiro Machado, que não só prefaciou este título, mas também deu várias contribuições decisivas para seu êxito, além de ser um grande companheiro de lutas. Ao companheiro sindicalista, eletricitário e doutor em Serviço Social José Reginaldo Inácio, que escreveu a orelha deste livro e pelo seu compromisso com a classe trabalhadora e a emancipação da humanidade, viu nesta brochura alguma virtude ao ponto de contribuir energicamente pela sua publicação. À célebre historiadora que escreveu a contracapa que se segue nesta edição Anita Leocadia Prestes, filha do patriota, revolucionário e comunista brasileiro Luiz Carlos Prestes e Olga Benário Prestes, uma das mais destacadas e corajosas revolucionárias da

história do movimento comunista. Anita me presenteou com uma honra sem tamanho, não apenas por ser a figura histórica que é, mas por ser uma combatente de primeira categoria do movimento comunista e também uma pesquisadora incansável, que mesmo em idade avançada, tem uma fecundidade acadêmica sem igual. À minha orientadora Soraya Franzoni Conde, que aceitou a tarefa de corrigir, melhorar e guiar a pesquisa de mesurado, sempre indicando, em forma e conteúdo, a necessidade de preencher as lacunas e limitar os exageros da minha mania de grandeza acadêmica.

Por fim, mas como um dos agradecimentos mais importantes, declaro a minha imensa gratidão à minha companheira de lutas e amores, Bruna. É difícil encontrar palavras para agradecer quem está todos os dias aguentando as minhas lamúrias e desassossegos. Contigo, a amargura e a dureza da vida são preenchidas de carinho, paixão e cumplicidade. Você não só me apoiou emocionalmente, materialmente, mas também intelectualmente, lendo pacientemente e não deixando de criticar várias das páginas deste trabalho.

Enfim, agradeço a todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram com a minha vida e minha trajetória intelectual. São tantas e tantos que citar apenas alguns é até injusto com os demais.

PREFÁCIO

O livro de Giovanny Simon Machado é o resultado de uma importante trajetória de estudos e reflexão sobre a história do marxismo e os impasses na virada do século XIX ao XX. A obra trata da trajetória intelectual e das experiências políticas de Vladimir Ilyich Ulyanov, conhecido como Volodia na infância e juventude e como Lenin no meio dos revolucionários russos, compreendendo o desenrolar das reflexões de sua juventude até o início da Revolução Russa de outubro de 1917. O livro demonstra o esforço teórico e prático levado adiante pelo revolucionário russo, originário das estepes de Simbirski, para atualizar os preceitos teóricos que orientavam sua atuação. Isto acontecia em dois campos de muitas maneiras interligados: no campo científico interpretativo, procurando entender a dinâmica do capitalismo em sua época, e no campo político-prático, procurando pensar numa forma de organização dos revolucionários que fosse eficaz para as condições históricas que se apresentavam.

Vladimir Ulyanov procurou desde cedo entender a obra do criador da filosofia da práxis. A leitura que Lenin fez de Marx não foi nada superficial. Além da língua natal, Lenin dominava os idiomas alemão, inglês e francês, convertendo-se em um tipo muito raro de intelectual de profundidade fundido a um homem de ação extremamente prático. O russo foi atrás das fontes lidas pelo pensador alemão, reconstruindo e captando a vitalidade e energia de seu pensamento, compreendendo a herança hegeliana, aprofundando os estudos de economia política e as tendências gerais colocadas pelo desenvolvimento do capitalismo, inclusive atualizando a percepção para a nova fase monopolista vivida pelo domínio do capital.

Ulyanov deu um passo adiante; a partir da correspondência que Marx trocou com os pioneiros do socialismo na Rússia, passou a estudar

as especificidades desse país, um mar camponês na periferia do mundo do capital. Embora a Rússia tivesse ao final do século XIX um grupo significativo de intelectuais a refletir sobre seu país e sobre a superação da autocracia czarista, poucos desenvolviam um pensamento original e criativo como Lenin. Grande parte da intelectualidade havia caído no populismo russo, baseado na idealização do Mir (a tradicional comunidade camponesa russa) e no entendimento que essa base social poderia ser o alicerce de uma nova sociedade. Esse caminho foi seguido pelo irmão mais velho de Vladimir, Alexandre Ulyanov, que foi executado pelos soldados do czar. Lenin demonstrou cabalmente algo que Marx apenas suspeitava: o Mir estava definitivamente desintegrado e corrompido pelo desenvolvimento do capitalismo no meio rural, levando a um crescente processo interno de diferenciação entre os camponeses. O Mir era passado, não poderia servir de base para nada efetivamente novo e revolucionário.

Em seu estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, obra ainda de um autor jovem, mas muito bem embasada por extensa pesquisa empírica aliada a uma inteligente percepção do movimento da realidade, Vladimir Ulyanov passa a compreender a especificidade de um Império que passou por um processo histórico absolutamente peculiar e que mesmo a insuficiência do desenvolvimento do capitalismo colocava esse país periférico no centro de uma crise revolucionária que levaria a uma ruptura com o sistema dominante. Vladimir sabia que ainda existiam medidas democráticas que precisavam ser realizadas para que a Rússia pudesse pensar numa transição ao socialismo. Mas não tinha a mínima esperança de que a burguesia russa pudesse liderar esse processo.

Dessa maneira, Giovanni demonstra que a originalidade de se pensar uma revolução democrática sob a liderança do proletariado aliado aos camponeses será uma das principais marcas deixadas pelo revolucionário de Simbirski. Outra parte importante da obra de Lenin é a percepção da realidade e a atualização da luta revolucionária. Tal como Marx, que se debruçou sobre a experiência da Comuna de Paris (1871), Lenin dedicou vários estudos à experiência da primeira Revolução Russa (1905-07) e à formação dos Soviotes, os conselhos de Operários, Soldados e Camponeses que se transformariam em embriões do futuro Estado. Mais que isto, como parte do processo de organização da classe proletária, Lenin dedicou muita energia ao processo de invenção de um partido político de novo tipo, de

saída pensando no partido como algo *na e da* própria classe, não como algo externo à classe. Não mais um partido que fosse um agrupamento caótico de operários e socialistas que frequentemente estavam imersos nas dinâmicas específicas dos movimentos sindicais e trabalhistas, preocupados em ocupar espaços institucionais nos parlamentos, tal como a maioria dos partidos social-democratas da época. Lenin não diferencia o modelo de organização do partido com a estratégia político-prática da própria organização. Foi o voluntarismo e a desorganização que deram base à falência da II Internacional e à decadência dos sociais-democratas que sucumbiram à guerra e ao apoio aos seus respectivos estados imperiais. O partido de novo tipo deveria ser uma vanguarda consciente que atue com planejamento e norte, não como um agrupamento à mercê dos espasmos espontâneos das massas.

Este livro de Giovanni Simon coloca em debate questões como estas e outras ainda ligadas ao debate socialista e à construção de alternativas do futuro. Embora o século XX tenha apresentado diferentes desdobramentos para as experiências e ensinamentos de Lenin, recuperar os debates e impasses de sua época é muito mais do que comemorar a efeméride de um centenário. Há atualidade e urgência nesses debates. Trata-se de recolocar, para os dias de hoje, a necessidade de reflexão, estudos, avaliação de experiências e formulação de projetos, algo fundamental para os dias de hoje, para que os interessados em alternativas revolucionárias não fiquem à mercê de espasmos e explosões espontâneas, tal como o homem de Simbirski havia pensado.

Florianópolis, 10 de junho de 2017.

Paulo Pinheiro Machado

Prof. Depto. História – Universidade Federal de Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

“Esse é o tempo de partido, de homens partidos”, escreveu o poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade (2000, p. 29) há mais de sete décadas¹. Certamente, e também em razão do próprio título de sua obra, ele procurou expressar o esfacelamento do mundo, tal qual da própria humanidade, diante de evento tão hediondo quanto a 2ª Guerra Mundial. Porém, se a universalidade da arte nos permite interpretar e dispor do significado desse verso para nossas próprias fantasias, então ousamos dizer que o poeta atribuiu duplo significado ao *partido*. Não como uma duplicidade de significados com sentidos divorciados e desconexos, mas com substâncias derivadas uma da outra: *estar* partido e *tomar* partido.

É patente que há uma diferença entre os dois significados. Estar partido denota uma condição, um estado temporário, transitório, que pode ou não coincidir com a vontade do sujeito. Tomar partido, por outro lado, é muito mais ativo e protagonista, de iniciativa do sujeito. Mas o que faz um sujeito “tomar partido”? Ele “toma partido” por “estar partido”? Ser partido, porém, exige que o seja por uma força exterior ao sujeito. A reflexão provocada por Drummond introduz com êxito o sentido de nossa argumentação e igualmente deste livro.

Este livro é fruto da dissertação de mestrado deste autor, com título homônimo, defendida em março de 2017 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Está na presente edição reproduzida quase que integralmente. Uma análise do Partido em Lenin, desenvolvido nos anos pré-revolucionários de 1917, figura como

1 Fragmento do poema *Nosso tempo* em *Rosa do Povo*, de 1945.

instigante objeto de inquérito na atualidade, depois deste autor ter sido inúmeras vezes rotulado como apenas produtor de “ideologia” pela vulgata acadêmica hegemônica no campo das humanidades. A principal motivação que justificou a realização de tal investigação, cujo resultado o leitor tem em mãos, repousa sobre três aspectos principais: O partido é um dos mais importantes instrumentos históricos de organização da classe trabalhadora no Brasil e no mundo desde a gênese do capitalismo e a erosão do chamado Antigo Regime; nesse bojo, os partidos de inspiração lenineana² tiveram grande destaque e se tornaram forças políticas de peso na maioria dos países, caracterizados como “partidos comunistas”; embora não seja o objeto desta obra o cenário atual dos partidos no Brasil, não podemos deixar de mencionar a complexa e delicada conjuntura que vivemos como uma das suas razões motivadoras.

Com relação a este último, trago como exemplo as manifestações ocorridas entre junho e julho de 2013 no Brasil. Elas colocaram milhares de pessoas às ruas em várias cidades brasileiras, em especial nas principais capitais, e ficaram conhecidas como as *Jornadas de Junho*. Muitos ainda estão refletindo as razões dessa tempestade social gerada na luta pelo Passe Livre³ no transporte coletivo. Todavia, o mais importante é tentar perceber quais são os produtos desse acontecimento inédito na história política recente⁴ do Brasil.

2 No decorrer do trabalho, vamos mencionar muitas vezes o termo “lenineano”. É preciso denotar a diferença entre esse termo adotado por nós e aquele que usualmente é conhecido: leninismo ou leninista. Haja vista que o termo “leninista” representa muito mais uma tradição política da história, principalmente no termo “marxismo-leninismo” que foi cunhado por Stalin, preferimos não utilizá-lo para evitar confusões. Nosso livro visa investigar única e exclusivamente um aspecto da obra de Lenin, e não privilegia nenhuma corrente das interpretações de sua obra que se intitulam leninistas. Todavia, nós de forma alguma descartamos completamente o termo “leninismo”, entendendo que ele se situa dentro da heterogênea tradição marxista, constituindo parte dele como ciência viva. Discordamos, portanto, das afirmações de Netto (1981) em sua brochura *O que é stalinismo*, que dão a entender que o marxismo-leninismo está encerrado na interpretação staliniana.

3 Mesmo a luta pelo Passe Livre e a repressão sofrida nos atos de rua tendo sido o estopim do que levou milhares de pessoas às ruas, sabemos que rapidamente essa pauta em particular foi deixada de lado, dando lugar a uma série de reivindicações históricas, porém difusas, como a saúde, a educação, a segurança e a indignação com os excessivos gastos na realização da Copa do Mundo da FIFA no Brasil em 2014.

4 Um movimento de massa dessa magnitude talvez só seria comparável com os atos do “Fora Collor” e com os grandes movimentos pelas “Diretas Já”, ou seja, fazia quase três décadas que

Um dos aspectos mais expressivos, e para nosso objeto em particular, foi o registro de situação de agressão por parte da população ao serem contrários à participação de partidos políticos no interior dos protestos, incluindo atos de violência. Seria, talvez, compreensível uma maior agressividade contra os partidos mais tradicionais que disputam as eleições a cada dois anos, pois geralmente se constrói um dualismo entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas aconteceram igualmente atos de repulsa às *organizações partidárias de matriz marxista-leninista* que sequer possuem registro eleitoral formal, e são quase anônimas da disputa mais visível no cenário político geral. Quanto ao registro dessas argumentações, por conta da própria condição de militância e de ser partícipe das *Jornadas de Junho* em Florianópolis, colocamo-nos como testemunha, mas também como alguém que teve de enfrentar tais agressões. Não fomos os únicos a presenciar tais fenômenos, em outros casos de outras cidades também foram registradas situações semelhantes pela mídia⁵.

Dentro dessa disputa, um dos momentos mais emblemáticos foi a cabal incapacidade de mobilização das Centrais Sindicais brasileiras vinculadas aos partidos do espectro da esquerda política, que convocaram uma manifestação conjunta para o dia 11 de julho de 2013 (SOUZA, 2013). A manifestação foi um fracasso se comparada com as anteriores, em pleno momento de convulsão social⁶. Ou seja, mesmo que quatro anos depois esse cenário tenha mudado consideravelmente, há um grande abismo entre aquilo que se considera a “vanguarda” e a grande massa. Esse fenômeno

concentrações populares, motivadas por descontentamentos políticos, tão volumosas não eram observadas nas ruas brasileiras.

- 5 No Piauí: “Durante as passeatas, os manifestantes gritavam o refrão ‘Sem partido’ e cobravam de militantes com bandeiras de partidos, como PT, PSTU e PSOL, que se retirassem dos protestos”. (G1, 2013). Em São Paulo: “Na última quinta-feira, 20, protestos ocorreram simultaneamente em 150 municípios brasileiros. Houve repressão da polícia em alguns lugares, como já vinha acontecendo nas manifestações anteriores, mas o confronto que ganhou força, especialmente em São Paulo, foi entre manifestantes que não concordavam com a presença de nenhuma bandeira de partido político nas manifestações contra manifestantes partidários. Militantes foram agredidos, bandeiras queimadas e sedes de partidos depredadas” (ROUSSELET, 2013).
- 6 “O movimento organizado pelos sindicatos de todo o país não teve o impacto esperado e mobilizou um número de pessoas menor que o esperado. Funcionários de empresas de ônibus e do metrô de São Paulo, por exemplo, não aderiram à mobilização o que minimizou ainda mais os efeitos políticos das marchas” (JOVEM PAN, 2013).

tem importante significado para nós *apenas como motivação*, não é objetivo deste livro investigar a complexidade do momento brasileiro na política intra e extrainstitucional. Em particular, parece-nos ainda representar uma espécie de dissolução do caráter proletário e revolucionário de tais partidos, tidos pelas massas como idênticos aos partidos de natureza capitalista, sofrendo igualmente do desgaste deles, processo normal da democracia burguesa, descrito por Lukács como profundo sintoma da democracia burguesa formal dos tempos atuais

a verificação expressa umas das debilidades centrais da democracia formal burguesa: as massas aparecem – formalmente, nos atos eleitorais – como soberanos absolutos, inapeláveis; todavia, são de fato carentes de poder e assim devem permanecer, de acordo com a vontade de seus manipuladores. Uns poucos indicadores – o custo excessivo dos aparatos eleitorais, dos jornais de grande circulação etc. – bastam para mostrar que, na organização da economia em que se insere, o poder se concentra necessariamente em poucas mãos. A imprensa, a literatura, o cinema etc., assim dirigidos, tendem a despolitizar o espírito das massas que, educadas deste modo, são facilmente manipuladas pela propaganda eleitoral. Em suma: a pretensa nova elite é, na realidade, escolhida por um pequeno círculo de personalidades anônimas, que permanecem na sombra e, em parte, escolhe-se a si mesma; mas seu baixo nível, sua irresponsabilidade e sua corrupção são atribuídos à democracia, às massas que formalmente a elegeram (LUKÁCS, 2009a, p. 33-34).

Acreditamos que, ao serem vistos igualmente aos partidos tradicionais burgueses, os partidos de inspiração lenineana estão incapazes de alcançar na sua plenitude aquela concepção de Partido revolucionário preconizada por Lenin. Para identificar isso, porém, é que ingressamos em nosso objeto em si, na grande questão que este livro busca suscitar: Quais são as determinações teóricas e sociopolíticas que constituem o Partido, como instrumento histórico do proletariado em sua luta pela *emancipação humana pela via do socialismo*, da concepção essencial elaborada, principalmente,

por Vladimir Ilyich Ulyanov, nome por trás do pseudônimo que lhe rendeu notoriedade e lhe fez mais conhecido como Nikolai Lenin⁷.

Levando em conta o afastamento entre as bases do proletariado e os partidos de inspiração lenineana na contemporaneidade, será então que o Partido, como instrumento histórico do proletariado, está realmente esgotado em sua essência? Será que o descrédito pelo qual passam os partidos que se propõem a uma transformação radical da sociedade significa um esgotamento decisivo da concepção de “Partido revolucionário de vanguarda”?

Propomo-nos a investigar a dimensão teórico-política essencial na concepção marxiana lenineana de “Partido revolucionário de vanguarda”, de forma a apontar contribuições para uma restauração dos significados teórico-políticos e filosóficos para os partidos que mantêm tal inspiração hoje. O objeto de nosso inquérito pretende responder ao seguinte questionamento central:

Qual é a base teórica que sustenta a estrutura política de partido, elaborada durante a experiência da Revolução Russa de 1917 por Vladimir Lenin, o Partido lenineano, na sua relação com o desenvolvimento da consciência de classe “em si” ao seu caráter “para si”?

Ou seja, qual é a função que o partido cumpre neste processo de passagem de uma consciência de si do proletariado para a criação de uma consciência com um projeto de transformação e emancipação global da classe?

Dentro dessa problemática, podemos identificar outros questionamentos derivados que serviram como elementos de pesquisa auxiliares para se compreender nosso problema central:

Qual é a relação entre o Estado e a sociedade dividida entre classes na obra marxiana-lenineana? Em que medida os partidos representam e expressam as classes historicamente? Qual é a relação entre o partido lenineano e o Estado? Qual é a natureza da Revolução e da derrubada do Estado burguês dentro da concepção teórica lenineana? Este modelo de partido possui determinações universais, quer dizer, tem elementos viáveis que podem ser generalizados e aplicados em outras circunstâncias históricas,

7 Era comum e necessário que, frente às perseguições policiais, os revolucionários russos utilizassem pseudônimos para assinar publicações e dirigir aos seus iguais em congressos e reuniões partidárias.

sociais e econômicas, ou foi apenas uma experiência particular da atrasada Rússia czarista, portanto, já esgotada? Qual é o significado da vanguarda no processo de passagem de consciência em si e para si? A vanguarda é prescindível? Por que o proletariado é tido como única classe verdadeiramente revolucionária nas concepções marxiano-lenineanas? Qual é a relação entre a forma adotada pelo Partido bolchevique de Lenin, nos distintos períodos históricos do início do século XX até março de 1917, dali até a revolução de novembro, com a essência da concepção teórica lenineana de organização? Em que medida o combate interno conduzido por Lenin levou à vitória da Revolução? São estas as questões derivadas do problema central sob os quais nos debruçamos nesta pesquisa e cujas respostas, mesmo parciais e por vezes insuficientes, o leitor terá acesso no decorrer desta brochura.

Em nossas argumentações, buscaremos explicitar o que faz os homens *tomarem partido* – mas não *qualquer* partido, mas um tipo especial de partido: o *partido de novo tipo*. Entender o Partido lenineano, denominado de “novo tipo”, requer algumas incursões em temas preparatórios que nos acudam no exame do objeto em si. Em especial no tópico sobre o “estar partido” que, ao nosso ver, precede a tomada de posição. Afinal, os homens já estavam divididos entre si antes do surgimento do que modernamente se concebe como partido. Divididos em clãs, em trabalhos, em gêneros, em profissões, em classes, em castas, etc. Nesta introdução, vamos expor brevemente alguns elementos teóricos que embasam a nossa argumentação sobre o sentido último do Partido lenineano.

Este livro não está fora de contexto. O ano é 2017: marcado pelo *Centenário da Revolução Russa* que revisitamos para compreender a obra de Vladimir Ilyich Lenin, considerado líder da Revolução que abalou o mundo nos princípios do século XX. Certamente, durante o ano, pensadores, sociólogos, militantes, sindicalistas e lideranças populares do mundo farão suas homenagens ou suas injúrias à Revolução de Outubro. É natural que um feito histórico de tamanha envergadura e de posicionamento político e ideológico tão cristalinamente posto exorte as mais apaixonadas discussões. Não é gratuitamente, portanto, que Lukács (2012, p. 29) considere Lenin como “o maior pensador que o movimento revolucionário dos trabalhadores concebeu desde Marx”.

No entanto, com exceção de alguns poucos e isolados pensadores da modernidade, Lenin não é reconhecido pela academia nem de perto como Lukács o avalia. Não nos iludamos com os cânticos da neutralidade científica⁸, ela é também, com alguma autonomia, pregueada por interesses políticos e ideológicos. Há direita e esquerda na ciência. E quando Lenin é lembrado pela ala direita, é caracterizado como déspota, autoritário, quase sempre pelos adeptos da infame teoria do *totalitarismo*.

Embora não intentamos dissimular nossa posição, alguns autores “inimigos” de Lenin são também utilizados por esta obra. Mas quando lembrado pela esquerda, comumente “está consolidada uma tendência à representação sumária de Lenin como um ‘doutrinário’ rígido e ortodoxo” (FRESU, 2016, p. 17).

Isto não é por acaso: há um século a sua imagem é demonizada por todos os meios possíveis, simultaneamente a um tempo histórico sombrio de contrarrevolução permanente de caráter global. Não nos surpreenderá se por ventura este trabalho não passar despercebido, ou que não sejamos esculachados por consumir nossos recursos e energias com emblema tão polêmico da história moderna. Mas a tendência geral ao desprezo por esse tema deve “salvar-nos” desses inconvenientes, afinal:

Quem irá ainda meter seu nariz nos quarenta volumes encadernados das Edições de Moscou, com cheiro de cola de peixe? Quem irá mergulhar nesta sucessão de artigos, de notas de jornalista, de escritos de luta e de circunstância, de polêmicas cujos destinatários na maior parte caíram no esquecimento? (BENSAID, 2000⁹)

8 Em termos de autoridade científica, Albert Einstein, embora repudiasse que os destinos da sociedade fossem decididos apenas pela decisão daqueles “especialistas”, certamente goza de significativo renome. Ele afirma que a ciência “não tem o poder de criar finalidades, e muito menos de instilá-las nos seres humanos; a ciência pode, no máximo, fornecer os meios com que atingir certas finalidades. As finalidades são concebidas por personalidades com ideais éticos elevados – ideais esses que, quando não são natimortos e sim cheios de vida e vigor – são adotados e levados adiante por aquela multitude de seres humanos que, de modo parcialmente inconsciente, terminam por determinar a evolução da sociedade” (EINSTEIN, 2009). Se a ciência se adequa às finalidades concebidas pelos indivíduos, então ela estará sempre, em alguma medida, trespassada por interesses inclusive políticos e ideológicos.

9 Essa referência, assim como várias outras citadas no decorrer do texto, estão disponíveis em transcrições e traduções *on-line* no portal www.marxists.org, não constando portanto de páginas de numeração para referência direta.

Objetivamente, mesmo o mais virulento anticomunista não poderá negar a relevância de Lenin na história mundial quando confrontado com a realidade concreta. Apenas a título de ilustração, quando a fundação da III Internacional (*Komintern*) encorajou os revolucionários do mundo todo, insatisfeitos com a posição pró-guerra e reformista de seus compatriotas, a romperem com a velha socialdemocracia¹⁰, criando partidos comunistas, o impacto foi monumental. Em 1922, o Partido Comunista Brasileiro foi fundado sob influência direta da Revolução Russa, e o mesmo ocorreu com vários outros países: China (1921), Cuba (1920), Vietnã e Laos (1930), África do Sul (1921), Chipre (1926), Portugal (1921), Venezuela (1931), Alemanha (1918), Países Baixos (1918), Romênia (1921), Grã-Bretanha (1920), Austrália (1920), Canadá (1921), Islândia (1930), México (1919), EUA (1919), Grécia (1920), Argentina (1918), dentre muitos outros.

Para aqueles que desejem antagonizar com a pertinência e a objetividade deste livro por ser considerado apenas “ideologia”, ou que por alguma razão almejem ler um estudo que confronte a perspectiva lenineana, de antemão alertamos que se trata do resultado de uma investigação situada dentro de um paradigma específico. Nas ciências da natureza, como a Física, podemos encontrar pesquisas que visem confrontar diferentes paradigmas, entre a Teoria das Cordas e a Física Quântica, por exemplo. Mas também há investigações que buscam aperfeiçoar ou estudar minuciosamente aspectos dentro de um conjunto de premissas específico, sem contrastá-lo com algum adverso. Este é o caráter de nossa pesquisa: inquirir os aspectos fundamentais da concepção de Partido em Lenin dentro das premissas do marxismo. Igualmente, podemos ser contestados por quem deseje ver distintos teoremas da organização partidária marxista contrariando a proposta lenineana. Nesse sentido, fizemos um esforço de opor em aspectos gerais as concepções de Lenin com as de alguns de seus contemporâneos, tais como Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky.

Algumas ressalvas são necessárias: a intenção deste trabalho não é biográfica, tampouco é atualizar a historiografia da Revolução Russa de 1917, por isso dispensamos narrativas lineares do processo histórico. Isso não significa que nos limitaremos a uma exegese abstrata. Utilizaremos a

10 Os termos social-democracia e socialdemocracia (assim como social-democrata e socialdemocrata) são utilizados como sinônimos neste livro. A variação remete às fontes consultadas.

história como amostra concreta para apreensão das categorias centrais que fundam a concepção de partido em Lenin.

Por vezes, ao longo do livro, padecemos de longas descrições de aspectos *aparentemente* triviais, com excesso de citações. No entanto, consideramos que isto é necessário para que as conclusões finais e parciais sejam devidamente circunstanciadas, provadas e embasadas. Em decorrência, no quesito de forma, certamente pecamos por aborrecer o leitor, que pode considerar o conteúdo da argumentação demasiadamente repetitivo e arrastado. Mas defendemos que sem esses imperativos poderíamos escorregar por verdadeiras especulações.

Apresentando a estrutura deste livro, temos o primeiro capítulo que versa sobre as condições históricas, econômicas, sociais e políticas do Império Russo em sua transição do século XIX para o XX, de forma a compreender sob quais bases germinou o Partido lenineano.

O segundo capítulo é dedicado a como Lenin reagiu perante seu tempo histórico, situando seu estudo da realidade russa, a sua estratégia de revolução e as viragens táticas, sua identificação do proletariado com sujeito revolucionário e sua defesa da aliança histórica com o campesinato pobre.

Os problemas do centralismo e da unidade partidária, da forma do partido e de sua relação de vanguarda ideológica com a consciência de classe, são objetos de análise no terceiro capítulo.

No quarto e último capítulo, são investigados os problemas da guerra e o conceito de crise revolucionária.

Uma vida inteira de estudos talvez não seja suficiente para esgotar este objeto, por isso optamos por passar por eles de maneira rápida ao invés de analisar apenas um aspecto singular, optando por uma abordagem mais totalizante, correndo o risco de cair em superficialidade, conforme indicado pela banca de qualificação realizada em setembro de 2016.

Trilhamos apenas os primeiros passos do que esperamos ser uma longa jornada acadêmica. Assim, não temos qualquer jactância em inovar artificialmente no âmbito categorial, ou criar qualquer novo paradigma dentro do que já é entendido da obra de Lenin. Mas sem nutrir qualquer arrogância intelectual, preferimos arriscar sermos contraditos pelos nossos interlocutores, avaliadores e o próprio leitor desta obra a nos resignar a uma passividade intelectual. Tentaremos, portanto, buscar os aspectos universais e particulares de sua teoria do Partido, ou seja, aqueles particulares

que estão sepultados com a Rússia czarista, e aqueles que permanecem atuais e podem servir de guia para interpretações contemporâneas.

Há uma intencionalidade criadora e não apenas reprodutora em nossa pesquisa, mesmo que seus resultados não sejam definitivos (o que é ontologicamente impossível pela natureza aproximativa do conhecimento). Esta é, ao nosso ver, a essência de uma avaliação crítica objetiva possível, fora do mito da neutralidade, realizada por quem está comprometido com o desenvolvimento do pensamento crítico e busca contribuir com a emancipação humana.

Nossa filiação teórica tem por predileção científica e filosófica a imagem em que as construções históricas de natureza espiritual da humanidade têm por cláusula precedente às formas assumidas, igualmente históricas, de produção e reprodução material da vida pela via do trabalho. Dessa maneira, das dessemelhanças presentes nas formas de produção da vida, trabalho e forças produtivas, descendem sensíveis mudanças nas relações entre os homens. Por isso, já no primeiro capítulo, fazemos uma análise sobre as condições históricas, econômicas e sociais a partir das quais se desenvolveu a *política particular do Partido lenineano*: as da Rússia czarista pré-revolucionária.

REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE TRABALHO E POLÍTICA

Marx, Engels e Lukács identificavam no *trabalho* a categoria fundante do ser social, é essa atividade que distingue decisivamente a produção e a reprodução da vida humana em sociedade dos demais animais. É pelo trabalho que a humanidade dá um “salto ontológico” em outra qualidade de ser, sem eliminar também sua condição de ser orgânico e inorgânico.

O trabalho, que é uma atividade indispensável para a humanidade em qualquer forma particular de sociedade, situa-se no binômio entre causalidade e teleologia: ou seja, constitui a forma pela qual o ser social põe em movimento cadeias causais (o automovimento da realidade), inicialmente da natureza, a seu favor e para melhor reproduzir a sua vida, através do “pôr teleológico”. A teleologia é entendida aqui como uma atividade orientada por um fim, sendo as primeiras finalidades sempre ligadas à sobrevivência.

À medida que o ser social se complexifica, desenvolve novas necessidades e ressignifica outras.

Conforme os autores citados, o trabalho como primeira atividade especificamente humana compreende o processo de prévia-ideação e escolha entre alternativas concretas: o ser humano, antes de realizar o seu trabalho, elabora idealmente seu objetivo em sua mente e escolhe a melhor alternativa para tal. Essa operação ontológica dará origem a outros pores¹¹ como a linguagem, a ciência, a arte, etc., de forma que têm o trabalho como modelo de toda práxis social desenvolvida. Aos poucos, esses outros pores também assumirão alguma autonomia, ainda que nunca completa, em relação ao trabalho. A *política*, portanto, enquanto práxis social milenar, também se situa nessa relação, e é sobre ela que desejamos nos debruçar rapidamente de forma a embasar como preâmbulo de nosso tema propriamente dito.

Essa sistematização nos leva a um tema importantíssimo e central no entendimento do trabalho como categoria fundante: a *teleologia* e *causalidade*. A teleologia é a atividade orientada por uma finalidade, o atendimento de necessidades, em conjunto com a capacidade imaginativa de projetar idealmente sua ação antes de realizá-la na prática. Lukács (2009b, p. 230) definiria a causalidade como uma “lei espontânea na qual todos os movimentos de todas as formas de ser encontram sua expressão geral”. Ou seja, a causalidade representa uma síntese dos acontecimentos, suas consequências e seus efeitos. Eventos, inicialmente isolados entre si, podem gerar um efeito, e esse efeito, por sua vez, isolado e desconectado, pode não representar nada, porém, quando ligado a outro evento, juntos causam um novo efeito qualitativamente diverso, e assim sucessivamente, constituindo uma *ordem ou cadeia causal*. A dialética entre causalidade e teleologia é descrita assim por Lukács:

Vale dizer que, enquanto a causalidade é um princípio de auto movimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter mesmo quando uma cadeia causal tem o seu ponto de partida num ato de consciência, a teleologia, em sua essência, é uma categoria

11 O termo empregado por Lukács para aludir a capacidade humana de pôr em movimento as leis próprias dos objetos produzindo efeitos práticos reais, sempre de acordo com seus objetivos almejados, é longamente discutido por Lukács (2013) na obra *Para uma Ontologia do Ser Social*, sobretudo no capítulo sobre o *trabalho*.

posta: todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins (LUKÁCS, 2013, p. 48).

Dessa forma, a máxima de Marx (2011b, p. 25), em que afirma “Os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”, demonstra a relação entre as condições dadas pela causalidade e a atividade teleologicamente orientada.

A diferença fundamental consiste não apenas na criação de produtos, mas no papel infindavelmente inventivo da consciência humana. É o que separa a melhor abelha do pior arquiteto, a capacidade de criar imaginariamente dentro de sua consciência o objeto a ser produzido antes de realizá-la no plano material (Marx, 1996). Articulada com sua atividade direcionada ao suprimento de uma necessidade, a capacidade consciente põe em movimento as forças ocultas da natureza externa ao homem, são mediações que

tornam praticamente eficientes forças, liames, qualidades, etc. Da natureza que, de outro modo, não poderiam exercer essa ação: O homem, liberando e dominando essas forças, traz à existência um processo de desenvolvimento das próprias capacidades no sentido de níveis superior (Lukács, 2009b, p. 230).

As Cataratas do Iguaçu jamais teriam sua potência adormecida desperta não fosse ação consciente dos seres humanos em pôr numa queda d’água uma grande usina hidrelétrica. Sem a teleologia, elas seriam apenas cataratas, repetindo um infindável ciclo fluvial. Sem a teleologia, não seria sequer uma beleza natural, uma vez que não haveria nenhum ser consciente capaz de admirá-las. O ser social, em sua luta pela reprodução e sobrevivência, diverge radicalmente do restante dos seres vivos, pois vai além da simples estabilização biológica característica da competição biológica (Lukács, 2009b).

A atividade orientada por um fim, porém, não é o fato distintivo decisivo entre o ser humano e os demais animais, já que eles também possuem comportamentos e atividades que buscam a satisfação de suas necessidades, sempre restritas ao espectro da reprodução biológica.

Os caminhos começam a divergir quando entre a necessidade e a satisfação se insere o trabalho, o pôr teleológico. E nesse mesmo fato, que implica o primeiro impulso para o trabalho, se evidencia a sua constituição marcadamente cognitiva, uma vez que é indubitavelmente uma vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico quando entre necessidade e a satisfação imediata seja introduzido o trabalho como mediação (LUKÁCS, 2013, p. 78).

É a ação consciente que separa decisivamente seres humanos de sua simples reprodução biológica. Mas isso não ocorre por uma epifania ou uma iluminação divina que lhe concede o dom do conhecimento, mas apenas pelo trabalho, que gradativa e socialmente vai desenvolvendo uma consciência humana. Mas como se opera esse processo? Igualmente, reafirmamos a noção de “salto” entendida como uma transição. Lukács, englobando a contribuição de Nikolai Hartmann, divide o ato do trabalho em dois processos: o pôr do fim e a investigação dos meios. Isto porque ao construir, por exemplo, uma casa

De nenhum desenvolvimento imanente das propriedades, das legalidades e das forças operantes do mero ser-em-si da pedra ou da madeira se pode “deduzir” uma casa. Para que isso aconteça é necessário poder do pensamento e da vontade humanos que organize material e faticamente tais propriedades em conexões, por princípio, totalmente novas (LUKÁCS, 2013, p. 53).

Correlatamente, embora seja necessário que compreendamos mais mediações das especificidades dos estágios mais elevados das formas de práxis do ser social, podemos fazer um paralelo com a própria substância do ser-em-si e do ser-para-si. Para exemplificar, e correndo o risco de adiantar grosseiramente uma temática, podemos dizer que as determinações objetivas pelas quais é caracterizado um trabalhador no modo de produção capitalista – o trabalho livre, o assalariamento e a exploração de mais-valia –, não contêm atinentes uma determinação do “trabalhador para si”, cujos interesses e o projeto societário se contrapõem aos dos capitalistas.

A ação consciente dos homens pelo trabalho diante das alternativas concretas causais se dá pelos chamados pores primários, ou seja, ação consciente, guiada por um fim, capaz de idealizar previamente seus resultados,

projetando no futuro, através da observação e do reflexo mental da realidade, o que lhe permite escolher entre as opções mais adequadas.

Porém, os pores primários residem tão somente na ação humana na natureza, no ser orgânico e inorgânico, cujo movimento é determinado por legalidades dadas pela natureza espontânea e que não alteram seu curso conscientemente. São os pores secundários, porém, que caracterizam a ação humana sob matéria posta, sob o ser social, portador de consciência e opinião. Na sociedade mais complexificada e de grande socialização, o espectro de alternativa não é determinado pela vontade dos indivíduos, como já afirmamos, todas as ações e as alternativas estão condicionadas pelas circunstâncias *presentes*. É com esse presente que o agir humano pode procurar um *futuro*, mas sempre ligado e condicionado por esse presente legado. Essa noção do desenvolvimento histórico possui uma relevância enorme quando tratamos de nosso tema, porquanto as elaborações lenineanas buscaram compreender o sentido fundamental do seu presente, resultado de múltiplas determinações históricas, simultaneamente projeção futurística de ruptura com a ordem burguesa e construção do socialismo. Cada resposta, entretanto, também está orientada por fins determinados e contém, então, um valor: “Os homens respondem – mais ou menos conscientemente, mais ou menos corretamente – as alternativas concretas que lhes são apresentadas a cada momento pelas possibilidades do desenvolvimento social” (LUKÁCS, 2013, p. 122).

Toda resposta que um indivíduo dá aos problemas que lhe são apresentados busca atender a fins e a necessidades definidas pelas circunstâncias postas, objetivando-se em um valor, pois sua ação estará situada entre os polos positivos e negativos, tendendo mais a um do que a outro, diante daquilo que está posto. Ele se resigna ao estado de coisas ou o rejeita, acata ou desacata. Não estamos tentando simplificar para dois tipos de respostas padrão que os seres humanos dão quando confrontados por dilemas, porque *entre* eles existem inúmeras mediações e variações, mas é necessário deixar claro que *por trás* dessas variações e mediações sempre encontraremos algum juízo de valor.

A volubilidade das posições humanas diante das causalidades dadas não é fruto apenas das circunstâncias legadas pelos indivíduos pela objetividade social posta, mas é também fruto da própria subjetividade desses indivíduos:

subjetividade de quem põe adquire um papel qualitativamente diferente e, ao final, o desenvolvimento das relações sociais entre os homens implica que também auto transformação do sujeito se torne um objeto imediato dos pores teleológicos, cujo caráter é um dever-ser (LUKÁCS, 2013, p. 105).

A subjetividade, portanto, é sujeito e objeto. É sujeito porque se auto-transforma, é objeto porque é também alvo dos pores secundários de outros indivíduos. Até que ponto as características subjetivas de Espártaco foram decisivas para angariar apoio e desencadear uma das maiores revoltas de escravos que balançaram a República Romana?

Desses e outros exemplos poderíamos extrair muitas conclusões sobre casos distintos, mas uma é talvez a conclusão comum entre vários deles: a relação de reciprocidade entre a objetividade social e a subjetividade individual nas posições tomadas pelos seres humanos nas distintas épocas, sociedades e os seus problemas enfrentados. Em que pese essa conclusão, que já pode ser derivada da obra marxiano-lukacsiana, talvez um dos mais emblemáticos momentos seja o de uma das maiores disputas políticas da história e que marcaria e definiria os rumos de outros milhões de indivíduos envolvidos com a causa revolucionária: a disputa Trotsky e Stalin.

Ambos lideravam facções distintas e concorriam à direção do Partido Comunista da URSS em razão do fenecimento gradativo de Lenin, que até então figurava como dirigente incontestado da Rússia Soviética. Por ocasião do XIII Congresso do Partido, Lenin elabora uma carta taquigrafada por sua companheira Krupskaja opinando por algumas das propostas, porém o que mais chama a atenção é seu julgamento de alguns membros do Comitê Central, dentre eles, Trotsky e Stalin:

O camarada Stálin, tendo chegado ao Secretariado Geral, tem concentrado em suas mãos um poder enorme, e não estou seguro que sempre irá utilizá-lo com suficiente prudência. Por outro lado, o camarada Trotsky, segundo demonstra sua luta contra o CC em razão do problema do Commissariado do Povo de Vias de Comunicação, não se distingue apenas por sua grande capacidade. Pessoalmente, embora seja o homem mais capaz do atual CC, *está demasiado ensoberbecido* e atraído pelo aspecto puramente administrativo dos assuntos (LENIN, 2000a) (grifo nosso).

[...] [e ele prossegue]

Stálin é brusco demais, e este defeito, plenamente tolerável em nosso meio e entre nós, os comunistas, se coloca intolerável no cargo de Secretário Geral. Por isso proponho aos camaradas que pensem a forma de passar Stálin a outro posto e nomear a este cargo outro homem que se diferencie do camarada Stálin em todos os demais aspectos apenas por uma vantagem a saber: que seja mais *tolerante, mais leal, mais correto e mais atento com os camaradas, menos caprichoso*, etc. Esta circunstância pode parecer fútil tolice. Porém eu creio que, desde o ponto de vista de prevenir a divisão e desde o ponto de vista do que escrevi anteriormente sobre as relações entre Stálin e Trotsky, *não é uma tolice, ou se trata de uma tolice que pode adquirir importância decisiva* (LENIN, 2000a) (grifo nosso).

A subjetividade é, então, entendida por Lenin não como uma tolice, ou como uma “tolice decisiva”. É inequívoco o valor que Lenin credits aos atributos e características pessoais dos dois dirigentes bolcheviques. Lenin poderia ter deixado, em suas últimas palavras, grandes reflexões sobre os campos de divisão que poderiam se formar, sobre a correlação de forças da Rússia soviética, sobre as potências imperialistas ou ainda sobre as tarefas urgentes das classes dirigentes da Revolução, mas dedicou parte delas a criticar os dois dirigentes mais importantes: a indelicadeza staliniana e a prepotência de Trotsky.

Esta talvez seja, portanto, uma expressão cabal da importância da subjetividade nas posições tomadas pelos seres humanos. Não apenas das grandes figuras históricas, mas igualmente, do indivíduo anônimo. Evidentemente, não queremos creditar todos os rumos que o movimento comunista internacional tomou às personalidades de duas figuras, e sim dar demonstrativo da força que a subjetividade possui nas tomadas de posição através do julgamento de Lenin. Isto porque a subjetividade está em interação permanente com a objetividade social, produzindo as sínteses causais históricas, os resultados. Para se ter um critério correto a respeito de processos singulares, é necessário muito mais do que apenas relatos históricos de como se postaram certas figuras protagonistas e de como eram seus atributos pessoais. Tampouco é possível mensurar com exatidão o peso desses fatores nos rumos da história.

É certo que há uma articulação entre causalidade e teleologia, mesmo na alçada própria da práxis social tal qual a política, na qual o objeto de intervenção do sujeito é também subjetivo. Como vimos, quando o indivíduo põe teleologicamente – ou seja, de maneira consciente, um conjunto de cadeias causais, por natureza inconscientes –, o paradeiro desse pôr entrará na sùmula causal da história em curso, pois, ao ser objetivado, o pôr foge do controle de seu postador. Na política, Maquiavel (2005, p. 50) nos dá uma demonstração disso pela sua teoria política da *virtu e fortuna*, quando, discutindo os grandes feitos de alguns grandes soberanos, avaliou se eram resultado do valor ou da boa sorte. A esse respeito, o italiano afirma: “Sem essa oportunidade, seus valores não teriam sido aproveitados; sem estes, a oportunidade teria sido vã”. Nesse trecho, pelo menos, fica ilustrada a preocupação que o autor tinha não apenas com as virtudes do *príncipe*, mas com as condições dadas pelos vários fatores em relação.

No trabalho em seu sentido originário, dos pores primários, está presente a *finalidade* em todas as etapas de sua execução. Essa finalidade não é só uma finalidade individual, mas antes uma finalidade imersa num contínuo processo de socialização. No decorrer do desenvolvimento societário (desenvolvimento que afirmamos não ser no sentido evolutivo), podemos observar que as finalidades dos processos de trabalho começam a se entrelaçar cada vez mais com as necessidades sociais, com o surgimento dos pores secundários que visam incidir outros indivíduos a realizarem pores concretos. Dessa forma, podemos afirmar que, embora os indivíduos sempre tenham e orientem suas ações através de pores teleológicos singulares, esses pores e sua contínua socialização tendem a conformar *interesses sociais*, de partes, de grupos, de castas, de classes ou de qualquer tipo de diferentes estratificações sociais possíveis. Não é possível que pores secundários incidam sobre os homens se não existir uma heterogeneidade entre eles, uma diferenciação, uma divisão, de qualquer natureza, entre esses indivíduos.

Seja a desigualdade de classe, racial/étnica, de gênero, religiosa, ou qualquer outra possível, ela sempre tende a possuir mediações que levam em última instância à finalidade de que outros indivíduos realizem determinados pores concretos. Para nós

é evidente que, em qualquer pôr da causalidade, em que o fim imediatamente posto consiste na transformação da consciência ponente de homens, o interesse social, que está sempre contido em qualquer

pôr do fim – e obviamente também naquela do simples trabalho –, termina, inevitavelmente, por influir no pôr das cadeias causais necessárias para a sua realização (LUKÁCS, 2013, p. 90-91).

Como tais interesses sociais (sejam eles de classe ou de outras naturezas) atravessam o interior dos pores, sobretudo dos secundários, deve ser uma importante matéria de estudo para outras oportunidades. Entretanto, aqui nos limitaremos a entendê-los em sentido tão *razoavelmente* abstrato quanto originário. Mesmo Lukács (2013, p. 152) não descarta essa relação ao afirmar o papel decisivo que a inserção de classe dos sujeitos exerce nos rumos de suas ações: “uma vez surgidas as sociedades de classes, qualquer questão pode ser resolvida em direções diversas: depende do ponto de vista de classe a partir do qual se busca a resposta para o dilema”.

O ponto de vista de classe, que assume papel decisivo na resolução dos problemas, pode ser analisado em diversos elementos: a ideologia, a política, a ciência, a arte, etc. Os atos valorativos advindos das ações humanas correspondem ao útil de acordo com os interesses sociais objetivamente fixados no interior dos projetos coletivos, que no caso das classes, na própria correlação de forças entre elas, *como uma determinada ação se adequa na defesa dos interesses de sua classe*.

O Partido é, sem dúvida, uma consubstanciação do agir político movido por interesses de classe. Lenin foi árduo defensor de um partido proletário independente mesmo no contexto russo travejado de inúmeras contradições políticas, econômicas e sociais, quando o arcaico se associava com o moderno de maneira *sui generis*. Distintas classes conviveram no desenvolvimento não clássico da Revolução Russa. Para compreender como Lenin elaborou sua teoria em um contexto como este, precisamos antes entender minimamente que formação sócio-histórica e econômica foi gestada em sua forma particular de política. Por isso, o primeiro capítulo servirá para este fim: entender o terreno em que foi gestado o Partido lenineano: O Império Russo.



O IMPÉRIO RUSSO COMO “PRISÃO DOS POVOS”

Com o objetivo de compreender as principais bases teóricas que fundaram a experiência do “Partido lenineano”, desenvolvida no processo da Revolução Russa, não acreditamos que, do ponto de vista histórico, essa experiência tenha surgido como “um raio vindo do céu sem nuvens” (MARX, 2011b, p. 18), como produto ideal intrínseco à mente de um “criador iluminado”. Pelo contrário, trata-se do resultado de circunstâncias objetivas como cadeias causais dadas pelas estruturas histórica, política, econômica, social e cultural da Rússia que transita do século XIX ao XX. Mas também, como vimos, é resultado da atividade do indivíduo, do talento pessoal e de sua subjetividade própria, capaz de escolher entre alternativas concretas colocadas no processo histórico-social. Estudar a concepção lenineana de Partido é, portanto, ver Lenin como “História encarnada”, produto e herdeiro de circunstâncias gerais, mas também produtor de novas circunstâncias embebidas e guiadas por genialidades, caprichos e paixões pessoais.

Não há como compreender a *política*, enquanto categoria analítica, se não partirmos de uma dada forma de política concreta, particular e histórica. O caminho do pensamento, que alcança as generalizações mais puras e lapidadas do conhecimento científico, sempre parte daquelas formas mais imediatas e concretas, até sensoriais e empíricas, para então buscar as generalizações abstratas, os nexos causais elementares que se relacionam com o objeto em particular, formando legalidades objetivas, até poder retornar como um *concreto pensado, síntese de múltiplas determinações*¹².

Para compreender *uma forma de política particular*, a política do Partido lenineano, precisamos avançar na maior concretização das categorias analíticas. A concepção de partido de Lenin se desenvolveu no interior das encarniçadas lutas, em diferentes fases, aspectos e desafios, no interior de um contexto social, histórico, econômico e político específico da autocracia czarista russa. Ou seja, houve uma série de cadeias causais objetivas que permearam a construção do Partido lenineano como síntese de circunstâncias e escolhas, como imperativos objetivos que condicionaram as alternativas concretas, e discernimentos pessoais capazes de pôr em movimento objetividades impensáveis senão pelo caráter axiomáticamente dado dos traços pessoais de indivíduos.

Para atingir esse objetivo parcial, faremos uma breve sistematização histórica, política e econômica da situação russa, correndo o risco de parecer exageradamente descritivos, poupando a análise teórica propriamente dita para o capítulo seguinte, em que debateremos as posições lenineanas no âmbito teórico-prático diante desse contexto.

12 “Os economistas do século XVII, p.ex., começam sempre com o todo vivente, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc.; mas sempre terminam com algumas relações determinantes, abstratas e gerais, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor etc., que descobrem por meio da análise. Tão logo esses momentos singulares foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os sistemas econômicos, que se elevaram do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre nações e o mercado mundial. O último é manifestamente o método cientificamente correto. O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida da intuição e da representação” (MARX, 2011a, p. 54).

O IMPÉRIO RUSSO CONTRA A MODERNIDADE

A situação do Império Russo da metade do século XIX em sua transição para o século XX é semelhante, em um aspecto, à do restante dos países da Europa ocidental, pois, depois de seculares domínios dinásticos, é nesse período que a estrutura autocrática da sociedade russa começa a ser abalada. O Império Russo inicia pelo “reagrupamento das terras russas e da passagem do feudalismo e da servidão para o absolutismo e czarismo” (HOETZSCH, 1966, p. 32). Depois de um período de tumultos, fraqueza e fragilidade de outras famílias feudais, a família Romanov, através de Pedro, o Grande, assume o poder e centraliza-o por quase três séculos (ibid.).

Essa marca de transição da dispersão da sociedade feudal em direção ao absolutismo é também a de outras nações europeias que viveram o nascimento do “terceiro Estado” e das monarquias absolutas. Na Rússia, tal processo é tardio se comparado ao inglês, em que a monarquia absoluta existia (apesar de coexistir com um parlamento, a centralização dos poderes reais era uma constante) desde o século XV, e a Guerra Civil Inglesa e o Protetorado ampliaram os poderes da burguesia nascente já no século XVII. Portanto, salvo o caso da Inglaterra, “as monarquias absolutas reinavam em todos os Estados em funcionamento no continente europeu [...], os monarcas hereditários pela graça de Deus comandavam hierarquias de nobres, apoiados pela organização tradicional e pela ortodoxia da igreja” (HOBSBAWM, 2011a, p. 50).

A monarquia absoluta tem sua gênese em um processo de centralização do poder estatal em razão de tentativas de limitação do comportamento anárquico dos seus nobres, realizada pelo monarca, simultaneamente a uma pressão da classe média instruída que exigia a modernização das instituições (ibid.). O Absolutismo existia, principalmente, em razão do mercantilismo que começou a se generalizar, ampliando o intercâmbio entre os povos, sob forte pressão econômica da potência inglesa sobre as sociedades atrasadas, consumindo grandes quantidades de matérias-primas para impulsionar a sua industrialização¹³. Mesmo assim, o “progresso” histórico não parecia poder ser freado por nenhum déspota esclarecido,

13 Esse processo é exaustivamente descrito por Engels (2010) em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

a monarquia absoluta, não obstante quão moderna e inovadora, achava impossível e pouco se interessava em libertar-se da hierarquia dos nobres proprietários, à qual, afinal de contas, pertencia, e cujos valores simbolizava e incorporava, e, de cujo apoio dependia grandemente (HOBBSAWM, 2011a, p. 51).

No início do século XIX, a Europa Ocidental era varrida de ponta a ponta pela “modernidade”, empunhada primeiro pela influência política e ideológica da Revolução de 1789, e depois pelas campanhas napoleônicas. Todas as velhas famílias nobiliárias e seus monarcas mantinham-se em alerta, enquanto os “direitos divinos” de seus correspondentes internacionais eram sumariamente violados pela força da baioneta da ditadura militar napoleônica. A força e a influência da Revolução Francesa ecoaram de diversas maneiras, e tiveram ressonâncias díspares em cada local¹⁴. A modernidade destruiu o Estado feudal europeu, mas construiu o Estado moderno sob suas bases, conformado, tipicamente, como uma “área ininterrupta e territorialmente coerente, com fronteiras claramente definidas, governada por uma só autoridade soberana e de acordo com um só sistema de administração e de leis” (ibid., p. 149).

Destoante do antigo Estado feudal, caracterizado pelas várias autoridades senhoriais e pelas leis e tradições específicas de cada feudo, o Estado moderno não é apenas uma nova delimitação geográfica e administrativa do poder, mas, antes de tudo, a expressão e inauguração de uma nova forma de dominação de uma classe pela outra, por meio da qual a burguesia sucedeu a dominação feudal, resultante do próprio novo dinamismo das relações sociais e econômicas gestadas séculos antes. Pois com “a criação da grande indústria e do mercado mundial, a burguesia conquistou finalmente a dominação política exclusiva no moderno Estado parlamentar. Um governo moderno é tão somente um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2014, p. 27). A *dominação exclusiva* à qual se referem Marx e Engels diz respeito aos governos mais avançados da sua época, marcadamente Inglaterra e França, em que

14 Em particular sobre a influência do período jacobinista, há uma importante sistematização em Hobsbawm (2011a, p. 133-148) dos apoios franceses no exterior, tanto dos “filojacobinos”, quanto do período napoleônico, quando os entusiastas da revolução francesa trabalhavam dentro de seus países contra os domínios dinásticos.

o Terceiro Estado deixa de conviver com o poder dinástico como uma espécie de duplo poder em contradição com a ordem antiga, e irrompe através do processo revolucionário como única forma de dominação burguesa. Mas o domínio burguês hegemônico não surgiu de uma hora para outra,

a burguesia moderna é produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de profundas transformações no modo de produção e nos meios de comunicação. Cada uma das etapas do desenvolvimento da burguesia acompanhou-se de um progresso político correspondente. Ela foi inicialmente um grupo oprimido sob o jugo dos senhores feudais, organizando a própria defesa e a sua administração na comuna¹⁵, aqui a república urbana independente, ali terceiro estado tributado pelo rei (MARX; ENGELS, 2014, p. 26-27).

A onda da modernidade chegou militarmente à Rússia através de Napoleão e de suas campanhas de dominação imperial pela Europa. Mesmo depois de terem batalhado e da derrota russa ter imposto a paz em 1807, os conflitos não cessaram: “Cinco anos depois, contudo, as tensões entre os dois países levaram à invasão da Rússia pelo ‘Grande Exército’ de Napoleão, com 550.000 homens” (BERTONHA, 2011, p. 30).

Napoleão se viu obrigado, depois do domínio marítimo britânico, a sufocar a Inglaterra através de um bloqueio econômico pelo Sistema Continental de 1806, todavia, essa manobra levou-o a romper o tratado de paz de Tilsit (1807) com o czar Alexandre I, levando a *Grande Armée* até a ocupação de Moscou (HOBBSBAWM, 2011, p. 148). A falta de suprimentos e a retirada dos mais de 600 mil homens¹⁶ sob o rigoroso inverno russo enfraquece as forças de Napoleão; as milhares de baixas resultam no retorno de apenas 100 mil deles (idem, *ibid.*); o aumento das revoltas nos territórios anexados facilita a reação das monarquias que se opunham aos avanços franceses, levando-os à derrota e à ocupação de Paris.

15 Uma nota de Engels à edição inglesa de 1888 esclarece que: “Comuna’ é o nome dado na França às cidades nascentes, mesmo antes de terem conquistado de seus senhores feudais e mestres a administração local autônoma e os direitos políticos, como terceiro estado. De maneira geral, tomamos aqui a Inglaterra como país representante do desenvolvimento econômico da burguesia; e a França, do desenvolvimento político” (MARX; ENGELS, 2014, p. 26)

16 Há um conflito entre as fontes que consultamos. A primeira, de Bertonha (2011), afirma que *La Grande Armée* dispunha de 550 mil homens, enquanto Hobsbawm (2011a) afirma que eram mais de 600 mil. Embora haja diferença significativa, essa informação é muito mais ilustrativa do que crucial para nossa argumentação.

ÁGUAS MODERNAS NAS PEDRAS DO CZAR: A IMPERMEABILIDADE RUSSA À MODERNIDADE

A derrota de Napoleão não significou uma plena restauração dos domínios anteriores pela própria transformação econômica e social provocada pela nascente sociedade burguesa, pois “Uma vez oficialmente abolido, o feudalismo não mais se restabeleceu em parte alguma” (idem, p. 152). A locomotiva da história atropelava até o mais atrasado dos impérios: “A revolução burguesa, na Europa ocidental, só terminou por volta de 1850. Os exércitos de Napoleão a levam de Madri e Lisboa a Viena e Berlim. As revoluções de 1830 e 1848 são suas últimas convulsões políticas” (SERGE, 2007, p. 39-40).

O caráter ultrarreacionário da autocracia fez com que “a Rússia permanecesse à margem das convulsões revolucionárias do Ocidente” (ibid., p. 40). Apesar da derrota de Napoleão e da relativa irrevogabilidade do nascimento da sociedade burguesa, permanecia enfurecida a reação restauradora. Baseado em princípios místicos e religiosos e desgastado pela guerra, Alexandre I funda, em 1815, em conjunto com outros monarcas, a chamada Santa Aliança, para combater todos os focos revolucionários e liberais, sob o pretexto de defender as verdades e leis eternas de Deus, para governar os súditos como um pai (HOETZSCH, 1966). O Império Russo foi constituinte e cofundador de uma união ultrarreacionária internacional, o que expressa de forma cabal sua posição histórica no interior das convulsões que abalavam a Europa do século XIX.

O ideário liberal, vigente na Inglaterra há muito tempo, só vai ganhar uma força mais expressiva e apresentar perigo à autocracia russa a partir da morte de Alexandre I. Na ocasião da sucessão, o herdeiro legítimo do czar do Império Russo era seu irmão Constantino, mas sua renúncia da posição imperial gerou uma crise entre uma parte da oficialidade do exército. O próximo nome na linha sucessória era o de seu irmão Nicolau I. Os oficiais revoltosos se recusaram a jurar fidelidade a este, desencadeando a chamada revolta dos dezembristas em 26 de dezembro de 1825 (HOETZSCH, 1966). “Era uma elite aristocrática, intelectual; mas tinha contra ela uma esmagadora maioria da nobreza” (DEUTSCHER, 1968, p. 12).

A revolta foi facilmente derrotada por Nicolau I. O regime calcado na servidão, nos privilégios da nobreza e na autocracia dos czares e da Igreja era tão sólido que a conspiração dos dezembristas não o abala (SERGE,

2007). Nicolau é coroado. Porém, segundo Hoetzsch (1966, p. 127), “o mérito do Movimento dos Dezembristas constituiu não tanto na revolta malograda, mas no programa de política liberal que tentava pôr em vigor. Estes levantamentos marcam o início de um movimento revolucionário consciente, culminando em 1917”.

Começou a se constituir um ideário revolucionário que foi fermentado e só dá verdadeiros frutos a partir do momento em que o próprio proletariado começa a surgir como uma classe mais expressiva. Nesse período, só restavam os dezembristas como “revolucionários sem uma classe revolucionária que os apoiasse” (DEUTSCHER, 1968, p. 12).

O novo czar mantinha posição muito clara, pois “na sua política em relação à Europa, Nicolau considerava-se protetor do legitimismo e da restauração, guarda eleito contra a revolução” (ibid., p. 132). Apesar de, por vezes, apresentar discursos modernizadores, ele igualmente fazia parte de uma tradição conservadora, ligada à servidão e à grande propriedade fundiária tradicional. Seu reinado foi marcado por um pragmatismo calcado na autocracia, na ortodoxia e no nacionalismo russo, levando o Império a um crescente isolamento de tudo que era proveniente do ocidente. Nicolau desejava russificar e homogeneizar a Rússia, que era composta por diferentes etnias, povos e religiões (ibid.). Essa política combinada com nenhuma melhora na qualidade de vida, apenas um recrudescimento nas misérias do povo, começou a instigar um crescente descontentamento.

UMA FLOR DESABROCHA NA TAIGA RUSSA: A PRIMAVERA DOS POVOS, A GUERRA DA CRIMEIA E AS LUTAS CONTRA A AUTOCRACIA

O elo mais fraco da corrente começou a mostrar sua debilidade durante o reinado de Nicolau I. Depois do movimento dos dezembristas, mais e mais revoltas camponesas e locais estouraram na Rússia. Uma delas foi a revolta dos polacos, que lutavam por sua independência, em 1830. Nicolau considerava-os uma força revolucionária, por isso reprimiu violentamente, aboliu a constituição e o próprio Reino da Polônia, rebaixando-o a província russa (ibid., p. 132).

A Primavera dos Povos de 1848 sacudiu o continente europeu. A revolução que rebentou na França logo se espalhou pelos estados germânicos,

pelo Império Prussiano, pela Áustria, pelos estados italianos, Hungria e demais países afora. A Rússia, no entanto, com a exceção de uma nova revolta na Áustria polaca, não passou por grandes perturbações. Permaneceu apenas como força auxiliar da restauração, enviando tropas para seus aliados.

Na Rússia, a Primavera de 1848, como quase tudo em terras moscovitas, chegou tardiamente. O grande e decisivo abalo à autocracia viria alguns anos depois, ainda durante o reinado de Nicolau I. Tal abalo aconteceu a partir do desencadear e do desenvolvimento desastroso da Guerra da Crimeia (1853-1856), um período de grande turbulência e de agitação doméstica em vários países europeus (HOBSBAWM, 1996). Uma coligação entre França, Inglaterra e Reino da Sardenha visava bloquear as ambições expansionistas russas na Turquia, na época Império Otomano, resultando numa contenda bélica de enorme proporção. Esse foi um dos maiores conflitos militares do século desde as guerras napoleônicas, que findaram em 1815. Essa peleja, principalmente entre Inglaterra e Rússia¹⁷, levou à morte de 600 mil homens (ibid.). É nesse momento, durante o conflito, que acontece a morte de Nicolau I e a coroação de Alexandre II, levando o Império a um período de crise e conturbação:

Os resultados políticos de longo alcance foram mais sérios. Na Rússia, a rígida crosta da autocracia czarista de Nicolau I (1825-1855), já sob pressão crescente, fendeu-se. Uma era de crise, reformas e mudanças começaram ali, culminando na emancipação dos servos (1861) e na emergência de um movimento revolucionário russo no final da década de 1860 (ibid., p. 117).

A crise do czarismo ainda não estava consumada, mas os acontecimentos e as condições sociais, políticas e econômicas que descrevemos anteriormente começaram a surtir efeitos diretos na sua dura casca autocrática. A secular autocracia russa, ao final da década de 1860, começou a dar seus últimos suspiros históricos, como última grande monarquia absoluta do século XIX.

17 Para Hobsbawm (1996, p. 117): “o conflito entre potências deu-se essencialmente como um jogo entre dois poderosos e velhos contendores, Inglaterra e Rússia, já que os outros não desejavam ou não podiam intervir de outra forma que não fosse simbólica”.

O ATRASO ECONÔMICO RUSSO

A posição retrógrada da Rússia não se expressava apenas na política, na luta aberta do czarismo contra os ecos revolucionários que se alastravam pelo continente europeu, aliando-se com as frações legitimistas e restauradoras, mas igualmente nas relações de produção, nas relações econômicas. Até 1861, reinavam no Império Russo as relações de servidão tipicamente feudais. Naquele contexto

o camponês típico era um servo, que dedicava uma enorme parte da semana ao trabalho forçado na terra do senhor ou o equivalente em outras obrigações. Sua falta de liberdade era tão grande que mal se poderia distingui-la da escravidão, como na Rússia ou partes da Polônia, onde podia ser vendido separadamente da terra¹⁸ (HOBSBAWM, 2011a, p. 38).

O atraso econômico nas relações de produção predominantes no início do século XIX é expresso sobretudo no caráter essencialmente agrário¹⁹ da economia russa. A imensa extensão territorial não compensava a falta de dinamismo e de ampliação das forças produtivas. Tão grande e mal ocupado era o império moscovita que propiciava uma dispersão demográfica socialmente esterilizadora, acompanhada da grande concentração fundiária, dificultando o comércio e o intercâmbio entre as comunidades.

Para os camponeses russos²⁰ do século XIX, o universo era limitado ao seu *mir*²¹. Não conheciam, tampouco imaginavam que pudesse existir, algo distinto daquele pequeno mundo em que estavam imersos e obtiveram todas as suas experiências desde o nascimento. “Nenhuma classe social na Rússia era capaz de promover o progresso da nação. As cidades eram poucas e de caráter medieval; as classes urbanas, os comerciantes iletrados e os artesãos, eram politicamente negligentes” (DEUTSCHER, 1968, p. 12) A Rússia vivia

18 Segundo Pipes (1997, p. 20), “Embora os servos não tivessem direitos civis, eles não eram escravos, pois, ante de tudo, não podiam ser negociados em público”.

19 Na Rússia, durante a década de 1780, “cerca de 90% a 97% da população era rural” (HOBSBAWM, 2011a, p. 33).

20 Os camponeses servos eram chamados de *almas* na Rússia.

21 Comuna rural russa. Segundo Pipes (1997, p. 21) “A vida do homem do campo girava em torno de três instituições: a casa – *dvor* –, a aldeia – *derevnia* ou *selo* – e a comuna – *mir* ou *obshchina*.”

um mundo à parte, ensimesmada, desintegrada do resto da sociedade europeia. A população rural “permanecia leal à antiga cultura moscovita, à sua aldeia ou, no máximo, ao cantão – *volost* –, o campesinato vivia à margem da ocidentalização que Pedro, o Grande, tinha sujeitado a elite do país” (PI-PES, 1997, p. 20). A propriedade rural na forma de servidão russa era peculiar, pois, se por um lado o servo pertencia ao senhor, a terra “pertencia” ao camponês que nela trabalhava (HOBSBAWM, 1996). A propriedade rural era vastíssima, o que generalizava, igualmente, a servidão, pois

O senhor de terras característico das áreas de servidão era assim um nobre proprietário e cultivador ou um explorador de enormes fazendas. A vastidão desses latifúndios era espantosa: Catarina, a Grande, deu entre 40 a 50 mil servos aos seus favoritos; os Radziwill da Polônia tinham fazendas tão grandes quanto metade da Irlanda; Potocki possuía 3 milhões de acres na Ucrânia; os Esterhazy húngaros (patronos de Haydn) possuíam em certa época 7 milhões de acres. Eram comuns fazendas de várias centenas de milhares de acres. Embora muitas vezes descuidadas, primitivas e improdutivas, forneciam rendimentos principescos (HOBSBAWM, 2011a, p. 39-40).

Alexander Gerschenkron²² (2015) argumenta que o principal motivo do grande atraso russo em relação às demais potências europeias foi o tardio fim da servidão, abolida apenas em 1861. Ao contrário de outras

22 Gerschenkron (2015, p. 90-95), porém, de um ponto de vista desenvolvimentista, considera que o atraso industrial da Rússia foi o principal fator responsável pela instauração de uma “ditadura autoritária” (os bolcheviques) que prometeria a abundância ao povo por meio da industrialização, sendo, portanto, o atraso de uma nação um problema de todo o mundo, para que se evite a ascensão de governos tais como o soviético. Esse trabalho não tem a pretensão de avaliar criticamente essa conclusão, mas resta-nos apenas observar que esta não é a primeira argumentação que busca desacreditar conquistas do povo russo em seu período do governo soviético. Richard Pipes (1997), embebido em um profundo anticomunismo, também associa a vitória da revolução à simples debilidade e negligência do czar. Qualquer observador mais atento poderá confirmar que os países atrasados industrialmente de hoje são quase (salvo, talvez, e ironicamente, a Rússia e a China) os mesmos depois de quase 200 anos de revolução industrial, não sendo viável superar tal atraso apenas pela via da inventividade e disposição modernizadora dos governantes ou empreendedores. Mesmo assim, com um número muito maior de países atrasados do que avançados, não vemos nenhuma nação que recorreu, necessariamente (como consequência causal), ao mesmo destino que os russos. Aprioristicamente essa hipótese não tem qualquer possibilidade de ser confirmada.

circunstâncias, a servidão foi abolida de cima para baixo, por iniciativa do próprio czar Alexandre II, o que demonstra a debilidade da diminuída burguesia nacional russa. Além disso, o autor descreve um mecanismo político-econômico que propiciou esse atraso antes de 1861:

No decorrer do seu processo de expansão territorial – que, ao longo de alguns séculos, projetou o pequeno ducado de Moscou sobre a gigantesca massa terrestre da Rússia moderna – o país se envolveu cada vez mais em conflitos militares com o Ocidente. Isso revelou um conflito interno entre as tarefas “modernas” do governo russo, no sentido contemporâneo da palavra, e uma atrasadíssima economia nacional, que deveria ser a base das políticas militares. Como resultado, o desenvolvimento econômico da Rússia, e, diversas conjunturas importantes, assumiu a forma de uma série peculiar de sequências: (1) movido por interesses militares, o Estado assumiu o papel de principal agente impulsionador do progresso econômico da nação; (2) o fato de o desenvolvimento econômico depender das exigências militares conferiu um caráter irregular ao seu curso; ele seguia em ritmo acelerado sempre que as necessidades militares eram prementes e reduzia a velocidade quando as pressões militares relaxavam; (3) por causa desse progresso econômico aos arrancos, sempre que se tornava necessário um aumento expressivo das atividades econômicas, um fardo colossal recaía sobre os ombros de gerações cujo período de vida coincidia com as fases de desenvolvimento intensificado; (4) para cobrar os enormes sacrifícios que exigia, o governo tinha de submeter a população a severas medidas de opressão, para que ela não se esquivasse dos ônus impostos, fugindo para as regiões fronteiriças do sudoeste e do leste; (5) por causa das exigências governamentais, havia grande probabilidade de os períodos de desenvolvimento acelerado darem lugar a estagnações prolongadas, pois o esforço imenso ia além dos limites da resistência física da população; longos períodos de estagnação econômica eram inevitáveis (GERSCHENKRON, 2015, p. 80).

Esse mecanismo descrito nos dá importantes elementos para compreender as razões, tanto do atraso econômico russo, mas igualmente da severidade da autocracia czarista descrita no ponto anterior. Também nos ajuda a perceber porque ela permaneceu intacta por tanto tempo, em comparação com as monarquias absolutas da Europa Ocidental. A consequência central

de um desenvolvimento assimétrico condicionado aos conflitos militares é o desligamento da nobreza para com as suas obrigações ao governo central e, por conseguinte, da própria produção, baseada na servidão, com o desenvolvimento nacional como um todo, durante os períodos de exaustão e estagnação (ibid.).

O grande volume de colônias também conferiu à França e Inglaterra um acelerado desenvolvimento e acúmulo de riquezas, já que as 13 colônias americanas foram estabelecidas na primeira metade do século XVIII, algo que, mesmo com o grande império com vários territórios vassallos, não resultou da mesma forma para a Rússia.

O desenvolvimento econômico condicionado aos choques militares irregulares e extemporâneos, apesar das ambições expansionistas russas, não deve ser confundido com a forma de economia do modo de produção antigo, principalmente do Império Romano, ao longo do qual o excedente econômico era designado para a guerra²³. No caso antigo, a guerra não era só um motor da produção, mas um propósito, sendo essencial para a sustentação das ocupações territoriais e o controle do volume de escravos adquiridos nos conflitos (usados como instrumentos de produção). Já na Rússia czarista, os períodos de guerra eram estado de exceção, em que a autocracia era intensificada para exigir a produção necessária para os fins militares do Estado.

Ironicamente, na luta de Alexandre I contra o avanço de Napoleão, o próprio czar, apesar de fazer frente às tendências modernizadoras do

23 No texto *Formas que precederam a produção capitalista*, Marx faz longa descrição das diversas formas de propriedade que se formam e dissolvem antes do surgimento do modo de produção capitalista. Nesse âmbito, reproduzimos aqui um dos trechos em que descreve sua compreensão do modo de vida e de produção dos antigos: “tal forma não presume a terra como a base, mas a cidade como a sede já constituída das pessoas do campo (proprietários de terra.) O campo aparece como território da cidade; e não o povoado, como simples apêndice do campo. A terra em si – por mais que possa oferecer obstáculos ao seu cultivo, a sua apropriação efetiva – não oferece nenhum impedimento para se relacionar com ela como a natureza inorgânica do indivíduo vivo, sua oficina de trabalho, seu meio de trabalho, objeto de trabalho e meio de vida do sujeito. Dificuldades encontradas pelo sistema comunitário só podem prover agora de outros sistemas comunitários que ou já ocuparam o território, ou perturbam a comunidade em sua ocupação. Por isso, a guerra constitui a grande tarefa conjunta, o grande trabalho coletivo exigido seja para ocupar as condições objetivas da existência viva, seja para defender e perpetuar sua ocupação. É por essa razão que a comunidade composta de famílias organiza-se de início como comunidade guerreira – como sistema guerreiro e militar, sendo essa uma das condições de sua existência como proprietária” (MARX, 2011a, p. 390-391).

Ocidente, engendrou e acelerou o processo de dissolução e crise do antigo regime na Rússia. Em

1815, a Rússia era indubitavelmente um ator de importância nas relações internacionais europeias. [...] Sua agricultura havia conhecido progressos e, sob estímulo estatal e atendendo as demandas militares, a indústria tinha se desenvolvido para fornecer armas, munições, uniformes, e outros artigos (BERTONHA, 2011, p. 39).

Mas mesmo esse desenvolvimento econômico exigido pelas campanhas napoleônicas não foi capaz de virar drasticamente os rumos da estrutura feudal russa. Como afirmado anteriormente, a produção elevada pelo conflito militar com a França foi apenas um lapso nervoso, que logo se arrefeceu. Mesmo com surtos de desenvolvimento ampliados, a equiparação russa a alguns países só era possível pela grandeza de seu território e pela extensão da sua atividade produtiva a uma larga escala, pois

se a produção de ferro duplicou na Rússia nas primeiras décadas do século XIX, ela aumentou trinta vezes na Grã-Bretanha, o que indicava como os russos ainda viviam num país arcaico, com a produção agrícola limitada pela servidão dos camponeses, uma indústria pequena (BERTONHA, 2011, p. 40).

Em verdade, um desenvolvimento ampliado só vai acontecer depois da crise da década de 1860, desencadeada principalmente pelo fracasso e a desolação resultantes da Guerra da Crimeia, com a emancipação dos servos. Mas essa libertação é um ato “de cima para baixo”. Não é obra de movimento impulsionado por uma autêntica revolução burguesa²⁴ que con-

24 “Lenin (1897) delineou dois caminhos para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura: O primeiro, que ele chamou de Via Junker e que ficou conhecido como ‘modelo prussiano’, caracteriza-se pelo fato de que os próprios grandes proprietários dão início ao processo de transição e o orientam. Nesse caso, as grandes propriedades pré-capitalistas são lentamente transformadas em empresas capitalistas, o que não só deixa as grandes propriedades intactas como também muitos sistemas de controle dos trabalhadores. Lenin sugere que, quando o desenvolvimento segue esse modelo, o capitalismo amadurece muito lentamente e continuam a vigorar, durante muito tempo, os aspectos das relações pré-capitalistas de produção. E contrasta esse ‘modelo prussiano’ com o caminho ‘democrático’, ou dos pequenos produtores rurais, caracterizado por uma revolução liderada pelos camponeses, que destrói as grandes propriedades agrárias e abole

clama o campesinato a enfrentar os domínios feudais do antigo regime e conquista, juntamente com uma efetiva reforma agrária, um conjunto de direitos civis típicos do Estado moderno.

O “lavrador ‘libertado’, mas obrigado a comprar ínfimas porções de terra habilmente recortadas, passa da servidão feudal à servidão econômica: trabalhará muito mais” (SERGE, 2007, p. 40). A pseudorreforma de Alexandre II²⁵ não só não deu o impulso necessário que o tardio capitalismo russo precisava para se desenvolver, como também deteriorou gravemente a já difícil capacidade de reprodução da vida do campesinato. Tampouco mudou a grande verdade sobre o atraso político e econômico, pois nesse período “somente a Rússia czarista e a Turquia imperial mantinham-se como simples autocracias na Europa” (HOBSBAWM, 1996, p. 153).

O fim tardio da servidão não foi capaz de superar o atraso econômico por uma série de razões. A primeira delas é a escassez de terras distribuídas para o plantio. “Em vastas regiões do país, particularmente no cinturão de terra negra, os camponeses receberam bem menos terra do que costumavam-lhe ser destinadas antes da reforma” (GERSCHENKRON, 2015, p. 121). “A reforma de 1861 lhes concedera, aproximadamente 5 hectares de terra por habitante masculino. Em 1900, o rápido crescimento da população só deixara aos *mujiques*²⁶ três hectares por cabeça: 70% dos lavradores terão menos terra do que a necessária para alimentar a família” (SERGE, 2007, p. 41).

Outra razão associada à significativa piora no nível de vida dos camponeses é o alto tributo pago por eles pela “indenização das terras” (GERSCHENKRON, 2015). “As terras aráveis que lavradores ‘libertados’ tiveram de alugar ou comprar foram avaliadas aproximadamente pelo dobro do seu preço real (342 milhões de rublos em vez de 180), de modo que os servos da véspera viram-se ao mesmo tempo livres e terrivelmente endividados” (SERGE, 2007, p. 40). Essas razões por si só não seriam um entrave ao desenvolvimento, caso fosse possível ao camponês sair de sua terra, vendendo-a para tentar a vida na cidade, em atividades não-agrícolas. A escassez de terras distribuídas com a reforma e as dívidas reforçaram as comunas

as relações de servidão. Desse processo, surge um grande campesinato ou uma classe de pequenos fazendeiros que exploram pequenas glebas” (BOTTOMORE, 2012, p. 162).

25 O czar Alexandre II assumiu o trono depois da morte de seu pai, Nicolau I, em 1855.

26 *Mujiqe* é como era chamado o camponês livre e pobre da Rússia, que antes era chamado de “alma”, quando submetido ao regime da servidão do czarismo.

rurais clássicas. Lá, onde operava a distribuição equitativa, um particular arranjo socioeconômico fazia com que a terra distribuída para o plantio fosse proporcional à força de trabalho disponível por cada família. A dificuldade para que o camponês pudesse abandonar seu lote, bem como a necessidade de autorização do chefe familiar para deixar o campo, dificultaram ainda mais a mobilidade da força de trabalho em direção à cidade (GERSCHENKRON, 2015). Dessa forma,

durante quase $\frac{1}{4}$ de século após a emancipação, a taxa de crescimento industrial se manteve relativamente baixa. A grande ascensão da indústria veio a partir de meados da década de 1880, quando a construção de ferrovias pelo Estado assumiu proporções sem precedentes e se tornou a grande alavanca de uma política de industrialização acelerada. Por meio de múltiplos recursos – como encomendas preferenciais a produtores nacionais de material para ferrovias, preços elevados, subsídios, créditos e garantias de lucro para novas empresas industriais –, o governo conseguiu manter até o fim do século uma taxa de crescimento elevada e ascendente. (GERSCHENKRON, 2015, p. 82)

É justamente em meados de 1880 que o czar Alexandre II começa a preparar os planos para a construção da Transiberiana, ferrovia de 10 mil km que liga São Petersburgo a Vladivostok e o mar do Japão²⁷. Cabe destacar que o desenvolvimento da indústria teve importante estímulo do Estado nesse período²⁸.

O capital internacional, por outro lado, ainda não era capaz de criar relações de dependência e não tinha, ainda, um excedente de capital suficiente para ser exportado e dominar os mercados internos, tal qual no estágio imperialista analisado por Lenin. Em certo sentido, o capital estrangeiro que migrou para a Rússia serviu, no máximo, para aquecer o seu desenvolvimento capitalista, sem necessariamente subjugar-lo.

27 Depois que Alexandre II foi assassinado em 1881, a obra foi assumida por seus sucessores, os czares Alexandre III e Nicolau II, de 1891 a 1916.

28 Provavelmente também por herança do desenvolvimento condicionado às guerras, o Estado russo priorizou o estímulo à indústria pesada e à criação de uma infraestrutura (GERSCHENKRON, 2015).

Como argumenta Mandel (1982, p. 33): “Naturalmente, o capital estrangeiro afluíu aos países que estavam começando a se industrializar, mas foi incapaz de dominar os processos de acumulação em curso”. O processo de industrialização russo de forma alguma foi propiciado exclusivamente pelo verter de capital de fora para dentro. Como na industrialização da Espanha e da Itália, “o capital estrangeiro não desempenhou nenhum papel” (ibid., p. 34). Apesar da relação com o capital estrangeiro, principalmente no incremento dos meios de transporte e de comunicação, a industrialização russa foi obra predominantemente do capital interno pela acumulação primitiva (ibid.).

O processo de industrialização propiciou mudanças significativas na economia russa e, somado ao atraso histórico e às relações sociais, e é decisivo para compreendermos os modos de vida, de consciência e de fazer *política* daquele contexto. Este é justamente o tema das próximas seções, que abordarão como as condições objetivas descritas influenciaram na particularidade da política russa.

O SÓLIDO E O AR: A CRISE DO CZARISMO E A INTELLIGENTSIA RUSSA

Como procuramos descrever, o cenário no Império Russo do último quarto do século XIX não era o mais estável. Depois de séculos com as relações de servidão e autocracia praticamente intactas, o clima era significativamente explosivo. Mesmo com uma repressão tão dura quanto aquela submetida ao povo russo pelo regime czarista, ainda havia espaço para contestação da ordem. A débil oposição representada por Tchernichevski, pensador vagamente socialista (HOETZSCH, 1966), é perseguida. Seu líder foi deportado para a Sibéria (SERGE, 2007), sendo por isso considerado um mártir.

Alexandre Herzen, apesar de fora da Rússia, contribuía com a publicação, entre os anos de 1857 e 1863, do jornal clandestino *O Sino (Kokolol)*. Lido pelas camadas médias mais intelectualizadas, o periódico mesclava elementos do socialismo utópico de Saint-Simon e de Fourier com o anarquismo de Proudhon e de Bakunin, ambos adaptados a uma ideia de socialismo agrário tribal (HOETZSCH, 1966). Somavam-se a estas outras condições, tais como

A fraqueza da burguesia propriamente dita, mais inclinada para um compromisso com a reação, a inexistência de qualquer movimento liberal, a situação desesperada dos homens do campo, das camadas mais pobres da população e dos intelectuais sem fortuna, tratados com desprezo pelas castas privilegiadas, os rigores da repressão, a influência do socialismo ocidental impregnado nas tradições de 1848 (SERGE, 2007, p. 42).

Tal conjuntura vai redundar num caldo político, social e intelectual propício para o surgimento de movimentos revolucionários. A repressão feroz até mesmo às frações liberais mais moderadas empurrava qualquer democrata à resignação ou ao radicalismo. Apesar do continuísmo autocrático²⁹, Alexandre II propunha outras medidas de reforma social e política, para além da já citada abolição da servidão de 1861: Em “1865 a modificação da censura, para além de ser satisfatória”; em 1864, foram criadas autoridades distritais reforçadas pelos *zemtvos*, uma espécie de assembleia que reunia a nobreza, burguesia e lavradores; em 1870, um novo estatuto para as cidades; em 1871, reformas educacionais (HOETZSCH, 1966).

Apesar da manutenção de governos autoritários no poder, com apenas perdas momentâneas, houve algumas concessões às oposições populares, por isso, segundo Hobsbawm (1996, p. 109), “Essa foi uma década de reformas e liberalização da política e até mesmo algumas concessões ao que era chamado de ‘as forças da democracia’”. A abolição da servidão lançou os camponeses numa crescente pobreza, mas também criou as condições para sua adesão ao movimento revolucionário. Nesse período, uma revolução na Rússia “parecia não mais apenas desejável mas cada vez mais provável” (ibid., p. 231). Se até então a fortaleza autocrática do czarismo tinha sido sequer arranhada, a partir da década de 1860 ela começa a se esgotar, revelava-se agora internamente instável e externamente mais fraca do que parecia. As reformas de Alexandre II eram mais “vistas como um sintoma do que um remédio para essas fraquezas” (ibid.).

Em razão dessa situação social delicada – as contradições entre o atraso político e econômico, o rápido desenvolvimento da Europa ocidental e a

29 Em 1863, uma nova revolta polonesa rebenta: Alexandre reprime com mão de ferro, levando 1.468 revoltosos à execução (SERGE, 2007, p. 41).

grande massa de camponeses arruinados – é que o fardo e a vanguarda das transformações societárias precisavam ser carregados por alguém.

O czarismo e a nobreza já não demonstravam grandes disposições em abandonar seus privilégios. Os militares mais progressistas haviam sido esmagados décadas atrás. A burguesia era fraca e conciliadora, assim como o próprio proletariado, que ainda não havia ganhado o corpo e a independência necessários para liderar grandes movimentos. Dada essa correlação de forças, “apenas uma camada social exígua mas articulada existia que pudesse ‘conduzir’ a agitação política, e na década de 1860 veio a adquirir consciência própria, uma associação com radicalismo político e um nome: *intelligentsia*” (ibid.).

Richard Pipes (1997), mesmo pelo seu marcado anticomunismo, associa o transformar dos “conflitos e ressentimentos que ocorrem em qualquer sociedade” na explosão revolucionária, a duas condições básicas: a inexistência de “instituições democráticas que encaminhem reivindicações através de caminhos legais” e a presença de uma “*intelligentsia* radical capaz de incendiar o descontentamento popular”. Em nível imediato e apesar de sua posição abertamente reacionária, ele não está errado. A própria *intelligentsia* russa só foi absorvida por tamanha radicalidade por conta das condições objetivas da própria Rússia autocrática.

Segundo Hobsbawm (1996), dois fatores distinguiam a *intelligentsia* russa das demais camadas de intelectuais por trás dos processos de transformações societárias do velho continente: o autorreconhecimento enquanto grupo social específico, ou seja, uma autoconsciência de *intelligentsia* (pois em outros casos pela Europa ela se diluiu e foi absorvida pelas camadas médias democráticas liberais); e sua orientação muito mais para a transformação social do que para a transformação meramente nacional. Na segunda metade do século XVIII, a *intelligentsia* francesa que preparara a Revolução de 1789 começou a criar seu caldo político através da organização de clubes patrióticos, que defendiam o republicanismo e um liberalismo revolucionário embutidos às ideias nacionalistas de unidade e de soberania nacional.

A *intelligentsia* russa rejeitava os slogans do nacionalismo russo (Santa Rússia, pan-eslavismo) porque estes eram utilizados pelo czar e pela Igreja Ortodoxa (ibid.). Os intelectuais mencionados eram postos, portanto, num dilema, que provocou a criação de uma *intelligentsia sui generis* para os

padrões clássicos da modernidade. Isto porque enquanto defendiam a modernização da Rússia e o fim da autocracia, não apologizavam em prol da “nação russa”, já relativamente unificada pelo czarismo.

Nesse sentido, pode-se dizer que ser modernizador, num contexto de grande atraso oriental, significou ser “ocidentalizador”. Entretanto, sustentar a sublevação nas massas urbanas e no nascente proletariado³⁰ não era viável onde a única força social expressiva estava dispersa no campo (ibid.). O regime vergou tanto que até as reivindicações liberais mais moderadas eram encaradas como balbúrdia revolucionária (ibid.). O resultado necessário foi um sincretismo entre as lutas democráticas contra a ordem calcado num liberalismo radical e um socialismo utópico campesino: então surgem os *narodniki*.

A “IDA AO POVO” DOS POPULISTAS RUSSOS

É nesse contexto, em meados da década 1860, que surgem os populistas (*narodniki*), movimento revolucionário oriundo da intelectualidade da pequena burguesia, influenciado pelo socialismo ocidental, pelas grandes instabilidades que viviam no regime czarista de alta repressão. Os populistas almejavam construir uma revolução popular que se embasasse na antiga comuna rural russa chamada de “*mir*”, estabelecendo uma espécie de socialismo camponês.

Inspirados em Piotr Lavrov e Bakunin (SERGE, 2007), sua ideia original era a do movimento “*khosdenie u narod*” (ir ao povo). Ou seja, defendiam que a intelectualidade deveria se deslocar rumo aos cantões agrários russos para a divulgação e o propagandismo de ideias democráticas (NETTO, 1985). Os populistas não se identificavam dessa forma e nem tinham um grande programa muito sistematizado. Em geral, repeliam o capitalismo ocidental e intentavam saltar da sociedade subdesenvolvida e atrasada para socialismo através do *mir*, mesclando essa compreensão com um misticismo

30 Marx e Engels (2014, p. 38) dedicam uma breve menção, no *Manifesto* ao período em que segundo eles a “união expressiva dos operários ainda não é resultado da sua própria união, mas da união da burguesia que, para atingir seus próprios objetivos políticos, deve mobilizar todo o proletariado e, no momento, ainda consegue fazê-lo. Portanto, nesse estágio os proletários não combatem seus inimigos, mas os inimigos de seus inimigos – remanescentes da monarquia absoluta, proprietários rurais, burgueses não industriais, pequenos-burgueses”.

messiânico, convencidos de que o tradicionalismo da comuna rural era o remédio adequado para as enfermidades do capitalismo (ibid.).

Nessa década o movimento populista não tinha grandes pretensões políticas, “tinha caráter pacífico e, objetivando a deflagração de um processo de conscientização entre os camponeses, carecia de qualquer estrutura organizativa” (ibid., p. 11). Mas os intelectuais de fato “foram ao povo”, “apelaram aos *mujiques* e tentaram abrir-lhes os olhos para a fraude da emancipação e para os novos processos pelos quais o *tzar* e os latifundiários os mantinham sujeitos, os ex-servos recusaram-se a levantar um dedo ou a escutar sequer os seus líderes. Não foi raro entregarem os *narodniks* nas mãos dos *gendarmes*” (DEUTSCHER, 1968, p. 13, grifo do autor).

Terra e Liberdade (*Zemliá i Vólia*) é a sociedade secreta constituída em 1876 a partir da “marcha em direção ao povo” dos *narodniki* em razão da própria repressão e perseguição às quais estavam submetidos. A *Terra e Liberdade* durou pouco, pois logo nas convenções de Lipets e Voronezh, no verão de 1879, os revolucionários cindiram-se em dois grupos: a *Partilha Negra* e a *Vontade do Povo* (HOETZSCH, 1966). A primeira se manteve realizando a propaganda clandestina e pacífica entre o campesinato; já a segunda aderiu à tática terrorista.

A *Partilha Negra* (*Tchórni Paredel*), organização populista oriunda da sociedade secreta *Terra e Liberdade*, preservou o programa da organização original e não obteve grandes êxitos, nem grande destaque durante sua existência. Sua maior contribuição foi a influência no âmbito ideológico e na formação de alguns dirigentes. Essa influência foi tão expressiva que Netto afirma que em pouco tempo “o populismo tornou-se o eixo do pensamento social russo” (NETTO, 1985, p. 11).

Entre as fileiras da *Partilha Negra* estavam duas grandes personalidades históricas e políticas para a Rússia, em especial no desenvolvimento do movimento operário socialdemocrata: Georgi Plekhanov e Pavel Axelrod (ibid.).

São eles, os populistas, que iniciam a divulgação da obra de Marx na Rússia, tendo, portanto, uma grande responsabilidade na formação embrionária do movimento revolucionário socialista de inspiração marxista. Alguns deles, inclusive, “aproximaram-se de Marx e Engels; vários deles mantiveram contatos com ambos, trocando informações e correspondências, e foram os primeiros divulgadores da obra de Marx na Rússia” (ibid.).

Também foi um populista, Nikolai Danielson, quem traduziu em 1872 o volume I de *O Capital* de Marx. Mas mesmo os “populistas mais próximos à teoria de Marx não avançaram para além da mística crença na tendência ao comunismo que atribuíam à comunidade camponesa; para eles, a originalidade, a peculiaridade mesma do processo histórico-social russo consistia precisamente nela” (ibid., p. 12). Apesar dos problemas, podemos reconhecer, primariamente, que o grande mérito foi o de estabelecer as bases do moderno marxismo russo e de divulgar a obra marxiana, ainda que através de vulgarizações e interpretações anacrônicas da realidade.

ATERORIZANDO UM IMPÉRIO: MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO DO POPULISMO AO TERRORISMO

A *Vontade do Povo* (*Narodnaia Volia*), surgida em 1879, também oriunda da *Terra e Liberdade*, aderiu à tática terrorista das ações individuais e “heroicas”. Sem um programa de transformação muito claro, “eles viam, sobretudo, o que era preciso destruir: o que seria construído depois, os preocupava muito menos” (SERGE, 2007, p. 43). Estavam convencidos da impossibilidade de erguer as massas contra o regime czarista depois da frustração de suas tentativas de “ir ao povo”, motivo pelo qual “abandonaram a aparentemente inútil busca de uma força popular revolucionária na sociedade” (DEUTSCHER, 1968, p. 13).

A saída encontrada foi a dos atentados individuais: destruir o regime cabeça por cabeça. Para ganhar a juventude decepcionada com os rumos retrógados que seu país tomava e aderir à organização, eles utilizavam o “assassínio como forma de propaganda” (HOETZSCH, 1966, p. 164). Agora eles não se dirigiam mais ao povo, mas consideravam a si próprios os representantes dos interesses nacionais, como conspiradores heroicos (DEUTSCHER, 1968). Como também não era sua intenção, o terrorismo populista “nunca se tornou um movimento de massa” (HOBSBAWM, 1996, p. 229).

Vera Zasulich, uma estudante, realizou um dos primeiros atentados terroristas de maior notoriedade contra o czarismo, ferindo o general Trepov em 1878, e dando início a uma enorme repressão, prisões, condenações e deportações (SERGE, 2007). Foi apenas um começo:

De 1872 a 1882, houve um total de seis atentados (dentre os quais três mortais) contra os altos funcionários, quatro atentados contra chefes de polícia, quatro atentados contra Alexandre II, nove execuções de alcaguetes e 24 casos de resistência armada à polícia. Trinta e um revolucionários foram enforcados ou fuzilados. (SERGE, 2007, p. 44).

O czar Alexandre II poderia ter saído da história como um grande sobrevivente, dadas as várias tentativas de lhe assassinar. Pelo menos duas foram registradas antes que a própria *Vontade do Povo* começasse a agir. Já quando o grupo se lançou a público e lavrou a sentença de morte de Alexandre é que começaram seus atentados (HOETZSCH, 1966).

Em 1879, o coletivo tentou atacar o comboio do monarca, mas falhou. Em 1880, o atraso do czar para chegar em sua sala de jantar o salvou de uma bomba-relógio escondida no cômodo inferior. Finalmente, em 1881, um jovem atirou uma bomba contra o seu bem armado comboio, explodindo sua carruagem, mas novamente o czar saiu ileso. Porém, logo em seguida, em meio à confusão, outro jovem atirou uma segunda bomba aos pés de Alexandre, destruindo suas pernas, abrindo seu estômago e deformando seu rosto. A *Vontade do Povo* alcançou seu objetivo, pois Alexandre II não resistiu aos ferimentos e morreu. Fatalmente, o voo de Ícaro dos *narodnikis* chegava ao fim. Não tanto pela delação do “jovem regicida Rissakov, preso, traíra e entregara seus camaradas [...] o partido perdeu seus melhores chefes, algumas das mais belas personalidades revolucionárias da história” (SERGE, 2007, p. 44), mas principalmente porque a repressão que se seguiu aprofundou a autocracia e regrediu sobre as já limitadas reformas.

Os intrépidos revolucionários russos certamente ficaram marcados na história de maneira profunda, não só pela galhardia dos seus atos – só ofuscados pelos seus sucessores socialistas marxistas, que de fato foram capazes de matar não apenas o czar, mas também o czarismo³¹ –, mas porque

31 Por ocasião da execução do rei Carlos I da Grã-Bretanha em 1649, seu regicida Oliver Cromwell, e posterior Lord Protector da Comunidade da Inglaterra (1649-1660), afirmou: “executaremos o rei com a coroa na cabeça”. Mesmo com período de restauração formal da monarquia, o desenvolvimento propiciado nesse lapso, bem como da Revolução Gloriosa de 1688, tornou irreprimível a tendência que levou à ascensão da Revolução Industrial e à generalização do modo de produção capitalista sob o domínio burguês.

foram “uma ligação direta entre o revolucionarismo das décadas de 1830 e 1840 e o de 1917” (Hobsbawm, 1996, p. 229).

Eles constituíram, em alguma medida, as bases da organização clandestina e secretista de revolucionários profissionais. Até que ponto Lenin, em sua compreensão, incorpora³² elementos do terrorismo dos *narodniks* é algo que iremos discutir nos próximos capítulos com mais detalhe. Resta registrar que ele sempre reconheceu a bravura e abnegação desses jovens revolucionários, ademais porque seu irmão mais velho, Alexandre Ulianov (o Sasha), havia sido enforcado depois de ter sido pego em uma tentativa de assassinar o czar Alexandre III (DEUTSCHER, 1968).

UMA CENTELHA ARDENTE: O NASCIMENTO DO MOVIMENTO OPERÁRIO SOCIALDEMOCRATA RUSSO

A segunda metade do século XIX foi um importante marco no desenvolvimento do movimento operário europeu. É quando o movimento operário socialista começa a se desvencilhar com maior independência da ideologia liberal-revolucionária que encerrará seu ciclo no massacre da Comuna de Paris em 1871, pois

o raio de revolução histórico da burguesia é fechado e estreito, esgotando-se rapidamente ao longo da conquista e da consolidação do poder. Tomando-se como paralelo a França, tem-se aproximadamente um século entre o paroxismo revolucionário da burguesia ascendente e a fúria reacionária do *terror* burguês. Entre a convocação dos Estados Gerais e o esmagamento da Comuna de Paris esgota-se o raio de revolução que era determinado, fundamentalmente, pela posição de classe da burguesia: esta tinha de optar entre uma utopia revolucionária largamente extracapitalista, em suas origens históricas, e os ditamos egoísticos da “consciência burguesa”, regulados pela reprodução ampliada do capital e pela necessidade de impedir que a revolução oscilasse definitivamente para as mãos do proletariado. (FERNANDES, 1984, p. 20, grifo do autor).

32 Talvez, para adiantar um pouco do debate, seja suficiente a seguinte afirmação de Deutscher (1968, p. 14): “Essas experiências negativas ensinaram lições inestimáveis aos revolucionários das décadas seguintes – e, nesse sentido, não foram infrutíferas”.

O ciclo que se encerrava na França, um dos modelos mais clássicos de desenvolvimento capitalista, mal começava na atrasada Rússia. A nascente burguesia era débil e subserviente. Era uma ilusão acreditar que o desenvolvimento clássico do nascimento da sociedade burguesa se daria ali apenas como uma repetição linear do que ocorrera nos países ocidentais. Por essa razão, a *intelligentsia* radical já desde muito cedo era influenciada pelo que havia de mais avançado na tradição socialista da época, a própria obra de Marx. A primeira via de propagação do pensamento revolucionário do alemão foi através dos populistas, como já afirmamos, mas a Primeira Internacional logrou exportar para a Rússia o próprio movimento operário.

Em 1864 foi fundada a Associação Internacional de Trabalhadores, agregando o movimento operário dos mais diversos matizes ideológicos: anarquistas, marxistas, socialistas-utópicos, reformistas, sindicalistas, etc.³³. A Internacional, todavia, ainda não tinha filiados a si muitos partidos socialdemocratas (como se identificavam, em geral, os socialistas) da época. Mas sua criação e propalação se tornam expressivas porque coincidem com o “aparecimento do trabalhismo em razoável número de países, sob a forma de um maciço movimento industrial e sindical, que a Internacional ajudou sistematicamente a formar pelo menos a partir de 1866” (HOBBS-BAWM, 1996, p. 165). Há um surto de lutas e greves de trabalhadores pela Europa no final da década de 1860 e início dos anos 70. A Rússia não ficou de fora, com grandes greves em São Petersburgo em 1870 (*ibid.*).

E essas greves tornaram-se cada vez mais frequentes. Mesmo que a abolição da servidão de 1861 tenha dificultado o trânsito dos camponeses aos centros urbanos, era apenas uma questão de tempo até que eles fossem compelidos a deixar a vida aldeã *sob pena de ruína*. Segundo Hoetzsch (1966, p. 166), em “1865 havia na Rússia 1.425 fábricas com 392.718 operários e uma cifra de negócios de 296 milhões de rublos. Em 1880, o número aumentara para 16.564 fábricas com 616.925 trabalhadores e uma

33 Assim, “a Internacional não era de forma alguma um movimento marxista, ou mesmo um movimento que contivesse mais do que um punhado de seguidores de Marx, a maioria deles alemães emigrés da sua própria geração. Consistia numa série de grupos esquerdistas unidos basicamente, e talvez exclusivamente, pelo fato de pretenderem organizar ‘os trabalhadores’, e com substancial sucesso, embora nem sempre. Suas ideias representavam os remanescentes de 1848 (ou mesmo de 1789, transformadas entre 1830 e 1848), algumas antecipações do movimento reformista trabalhista e uma subvariedade peculiar do sonho revolucionário, o anarquismo” (HOBBS-BAWM, 1996, p. 225, grifo do autor).

cifra de negócios de 731 milhões de rublos”. Do ponto de vista da compra de maquinaria e do investimento em capital constante, em “1845 o total de importações e da produção interna de maquinaria na Rússia valia pouco mais de 1 milhão de rublos; em 1870, atingia 65 milhões de rublos” (MANDEL, 1982, p. 34).

O desenvolvimento industrial, por mais limitado e atrasado³⁴ que fosse, tornou-se a cada dia, uma tendência irreprimível da realidade russa, tornando as teses dos populistas cada vez mais reacionárias, pois “com as transformações econômico-sociais do país, que apontavam claramente para a via capitalista, a ideologia populista foi-se defasando do processo histórico real, anquilosada nos seus preconceitos de cariz romântico sobre a vida camponesa” (NETTO, 1985, p. 12).

Urgia a necessidade de uma drástica revisão teórica por parte da *intelligentsia* russa, pois corria-se o risco de perder o bonde da história. Logo,

na Europa Oriental, socialmente explosiva, nenhuma outra explicação do fenômeno que transformou o século XIX em modernidade podia competir com a do marxismo, cuja influência tornou-se correspondentemente profunda, antes mesmo que esses países houvessem desenvolvido uma classe operária, quanto mais movimentos operários ou ideologias burguesas relevantes além de nacionalismos locais. Por isso, a Rússia, terra de um estrato social desajustado, a “*intelligentsia*” crítica, produziu leitores devotados de *O capital* antes de qualquer outro país. (HOBSBAWM, 2011b, p. 203, grifo do autor).

34 Essas quantias parecem realmente inexpressivas quando as comparamos com os dados que Engels (2010, p. 51-56) sistematizou em sua obra: “Nesse mesmo ano [1834], operavam na indústria do algodão mais de 8 milhões de fusos, 110 mil teares mecânicos e 250 mil manuais, sem contar os fusos de teares de corrente, [...] viviam nos três reinos, direta ou indiretamente ligados a esse ramo, quase 1,5 milhão e pessoas, das quais 220 mil trabalhavam em fábricas. [...] Em 1835, a fiação de lã ocupava, nos três reinos, 1.313 fábricas, com 71.300 operários, os quais, de resto, não representavam senão uma pequena massa que vivia direta ou indiretamente do trabalho com a lã. [...] Em 1835, o Império Britânico possuía 263 fábricas de torcedura, com 30 mil operários. [...] Hoje [1844], todas as jazidas carboníferas da Inglaterra e da Escócia estão sendo exploradas [...] ocupando entre 40 a 50 mil operários”. Apenas comparando os dados brutos da indústria algodoeira, podemos concluir que a Rússia estava, no mínimo, 30 anos atrasada em relação à Inglaterra.

A teoria de Marx, divulgada primeiramente pelos populistas, então passa a ser um novo fundamento da compreensão social russa, ainda que sem uma rigorosa apreensão. Era necessário, portanto, fazer a crítica ao populismo, renovando-o pelo pensamento de Marx e pela aurora do movimento operário na Rússia e no continente europeu. Netto explica que “o primeiro a se dar conta dessa alteração da funcionalidade sócio-política do populismo foi, sem dúvida, Plekhanov” (NETTO, 1985, p. 12).

Os anos que se seguiram à morte de Alexandre II, em 1881, e ao início do reinado de Alexandre III foram tanto de estouro do movimento operário quanto de sensível acentuação da repressão e da autocracia. Alexandre III revogou algumas reformas de seu pai e tonificou a repressão criando a *Okhrana* (Defensiva), uma polícia política com poderes ampliados, e a censura preventiva, em 1882 (SERGE, 2007).

Uma política de “russificação” é ampliada por meio da expulsão dos judeus das capitais através dos *pogroms*, da limitação de vagas nas universidades e da restrição de habitação em territórios definidos, resultando em superpopulação e miséria (ibid.). A grande miséria do campesinato incrementada pela “reforma” de 1861 ganha novas proporções: o número de camponeses obrigados a arrendar terras aumentou em dez vezes de 1860 a 1880. Nesse período, de cada 9 milhões de famílias, 2,5 milhões não possuíam sequer um cavalo (ibid.).

O mecanismo que descrevemos durante a seção própria sobre o atraso econômico, que visava manter os camponeses presos à terra, foi frouxo diante da crescente penúria agrária à qual estavam submetidos esses trabalhadores. Afinal, poucas são as forças capazes de deter homens e mulheres quando estão submetidos a condições *sob pena de ruína*. Em consequência, 10 milhões de camponeses são atirados às cidades e convertidos em proletários (ibid.). E eles vivem no mesmo inferno em que 40 anos antes viviam os operários ingleses³⁵: alguns dormem nas fábricas; famílias inteiras vivem em um cômodo ou dentro de porões; a mortalidade infantil é astronômica; a jornada de trabalho de 14h diárias; salários arbitrários e com muitas abusivas são aplicados pelo patrão (ibid., p. 46).

35 Como já mencionamos, é exaustiva a descrição de Engels (2010) sobre *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

Se os inéditos proletários russos viviam sob condições análogas às que os ingleses haviam enfrentado quatro décadas antes, igualmente o próprio movimento operário iria também experimentar um movimento de ascensão, tal como ocorrera na Inglaterra. Contudo, embora possamos observar condições análogas, o movimento operário russo ascende justamente em um momento em que o marxismo ganhava fôlego no país, diferente do que ocorrera com os britânicos, que se organizaram a partir do movimento cartista³⁶. Como vimos, com a crise do populismo e o giro da *intelligentsia* russa em direção ao marxismo, era natural que uma divulgação ampla da obra de Marx gerasse vulgarizações e fenômenos peculiares ligados às condições de atraso da Rússia, como o caso dos *marxistas legais*:

O marxismo russo produziu tanto revolucionários quanto o curioso fenômeno dos “marxistas legais”, que depositavam fé no avanço econômico por meio do capitalismo, mas viam como irrelevante a perspectiva de sua derrubada. Uma conciliação desse tipo entre Marx e a burguesia não era necessária na Europa Central e Ocidental, onde, quase com certeza, essas pessoas veriam a si próprias como liberais. (HOBSBAWM, 2011b, p. 204)

Retomando a figura de Plekhanov: o antigo líder populista, depois de ter desfraldado a bandeira vermelha no átrio da Catedral de Kazan³⁷, funda, ao retornar do exílio, o grupo *Emancipação do Trabalho*. Composto por militantes exilados, como Vera Zasulich, Vasili Ignatov, Lev Deitch e Pavel Axelrod, esse é um dos primeiros grupos de socialdemocratas de inspiração marxista criado na Rússia, em 1883 (ibid.). Já Lenin, depois do enforcamento de seu irmão Sasha em 1887, é expulso da universidade em que cursava Direito em razão de opiniões subversivas.

As *Unões de Combate para Emancipação da Classe Operária* foram organizações construídas em S. Petersburgo e Moscou a partir de 1892, mas apenas se consolidaram em 1895 pelo trabalho de Lenin, Martov e Krupskaja (ibid.). No primeiro número de seu jornal *Rabotcheie Dielo* (Causa

36 Mais uma vez, Engels (2010, p. 247-274) descreve o desenvolvimento do movimento operário inglês, tendo o cartismo como uma das suas maiores expressões, apontando simultaneamente seu potencial e limite.

37 Ato que foi considerado a primeira manifestação socialista, realizado em 1876 (SERGE, 2007).

Operária), a direção dessa organização é presa (NETTO, 1985). Lenin, nesse período, dividido entre o cárcere e o desterro siberiano, usará seu tempo para produzir uma importante obra que consistirá num acerto de contas com os *narodniks*: a obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (ibid.). Pipocavam grupos socialdemocratas por todo o país: também as *Unões de Luta para Libertação do Proletariado*, fundadas em diferentes e longínquas regiões do Império Russo por aqueles que seriam as lideranças da socialdemocracia russa fundidas num mesmo Partido mais tarde:

Em São Petersburgo, milita o estudante Krassin; em Odessa, Riazanov, Stieklov, Tsiperovitch fazem parte; em Tula, Kinchuk. Um pouco mais tarde (1896) o estudante Bronstein, o futuro Trotsky, colabora, em Nikolaiev, na fundação da Sociedade Operária do Sul da Rússia. (SERGE, 2007, p. 49).

A agitação não acontece apenas dentro das fronteiras do Império Russo. Depois da desintegração da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1876, a organização internacional dos trabalhadores ressurge como a Internacional Socialista ou Segunda Internacional, sendo refundada em 1889 em Paris. Nessa ocasião, Georgi Plekhanov representa os primeiros grupos da socialdemocracia russa (SERGE, 2007). Porém, a “criação do primeiro grande partido proletário de massas, o Partido Socialdemocrata Alemão que se tornou o eixo da Segunda Internacional fundada em 1889” (NETTO, 1985, p. 35), dá um novo fôlego à organização e estimula a criação de partidos operários por todo o mundo. Para termos dimensão da força da Internacional no início do século XX:

Entre 1905 e 1913, o número de membros dos sindicatos social-democratas nos países cobertos pela Internacional sindical de Amsterdam havia dobrado, passando de pouco menos de 3 milhões para 6 milhões, enquanto os social-democratas formavam o maior partido, abocanhando entre 30% e 40% dos votos da Alemanha, Finlândia e Suécia. (HOBSBAWM, 2011b, p. 200)

É através da Internacional que os vários grupos da nascente socialdemocracia operária se relacionavam e se articulavam na Europa. Nesse período, o processo de industrialização ainda tinha maior intensidade nos

países do continente europeu, levando a Internacional a restringir sua atuação nesse âmbito.

A capilarização da socialdemocracia pela Rússia gera uma porção de pequenos grupos, uniões e sociedades heterogêneas, fragmentadas e isoladas entre si. A construção de uma unidade só começa a partir do *1º Congresso da Socialdemocracia Russa*. Reunidos em Minsk (hoje, capital da Bielorrússia), em 1894, nove delegados caracterizaram como frágil e covarde o caráter da burguesia do leste europeu (SERGE, 2007). Lenin, liberto em 1900, parte para o exílio em Munique e começa a publicação do *Iskra* (A Centelha). Esse órgão

assumiu uma dupla tarefa: Defender o pensamento proletário contra desvios, mutilações e deformações e reunir em torno do proletariado, as simpatias de todos os elementos da oposição revolucionária. O *Iskra* combate todas as variedades de oportunismo russo, assemelhados ao bernsteinismo e ao millerandismo francês; entra em luta contra as primeiras organizações “socialistas-revolucionárias russas”; esforça-se por unir ao proletariado os estudantes e intelectuais. (SERGE, 2007, p. 50, grifo do autor).

A criação d'A *Centelha* marca o início de uma série de embates, tanto entre a socialdemocracia e a autocracia czarista, quanto entre os próprios revolucionários que disputavam entre si a direção e a liderança do movimento. É no âmago desse quadro que será autodesenvolvido o *Partido revolucionário de novo tipo*. O *Iskra* foi a fagulha que incendiou a Rússia nesses primeiros anos, mais tarde outros órgãos propagandísticos tomariam o seu lugar.

Concluimos esta seção, portanto, com a expectativa de termos alcançado nosso objetivo inicial: Apresentar as condições objetivas da Rússia czarista, notadamente o atraso econômico, político, social e cultural e as correlações de força históricas. Lenin e os bolcheviques são herdeiros de uma longa tradição revolucionária, tanto russa quanto europeia. Para compreender suas posições históricas e seus pontos de vista teóricos, tanto os que dizem respeito a axiomas do próprio marxismo quanto aqueles que se restringem a um *tempo e modo russo de ser*, daqui para frente, entraremos em nosso objeto propriamente dito: *Compreender o Partido lenineano como partido revolucionário de novo tipo*, em sua experiência autêntica vivida pela Revolução Russa em suas fases iniciais.



ANÁLISE LENINEANA DO CAPITALISMO RUSSO PARA A ESTRATÉGIA DE REVOLUÇÃO

Neste capítulo, vamos abordar a relação da análise lenineana sobre o contexto sócio-histórico, econômico e político da Rússia czarista com a estratégia revolucionária. A partir da análise teórico-política do capitalismo russo, Lenin foi capaz de definir com maior nitidez quem era o sujeito político verdadeiramente revolucionário daquele período e qual era o centro de gravidade da revolução, o que, por conseguinte, tem impactos decisivos sobre a concepção lenineana de partido, como procuraremos demonstrar a seguir.

O atraso histórico da Rússia e sua posição como bastião da reação europeia colocavam na cabeça da *intelligentsia* uma grande questão: como alcançar o socialismo num país atrasado, agrário e de extrema repressão? Eis o grande dilema precedente pelo qual perpassaram os debates durante toda época revolucionária.

Inúmeros teóricos, das mais variadas matizes, lançaram-se para a investigação teórica. Como afirmado no capítulo anterior, o pensamento hegemônico russo, em finais do século XIX e início do século XX, era o *populismo*. Os populistas, como vamos observar, baseavam-se na compreensão de que o capitalismo na Rússia era artificial: uma degradação ocidental que deveria ser tolhida. Lenin, nesse período, elabora uma grande obra crítica das posições populistas, fazendo, simultaneamente, uma análise do capitalismo russo.

O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, de 1899, é uma crítica feroz contra o socialismo romântico dos populistas, que para Lenin se tratava de uma ideologia reacionária. Para ele, a ação política das massas proletárias em 1905 apenas comprovaram o fundamento econômico dado por ele nessa obra (LENIN, 1985, p. 9). Igualmente, a existência de partidos e correntes políticas que se embasavam na ideologia populista demonstrava um certo antagonismo entre uma parcela pequeno-burguesa proprietária e o crescente proletariado. Dito de outra forma: não há vertente político-ideológica descolada de uma estrutura teórico-econômica. Fica evidente que a posição econômica de uma determinada teoria tem profundos rebaatimentos políticos.

Demonstraremos neste capítulo como a análise econômica de Lenin do desenvolvimento do capitalismo no Império Russo condiciona e determina a sua compreensão de política e de partido, cujo traço singular está presente em toda sua obra. *Desenvolvimento* lança as bases na qual a política lenineana é sustentada, das avaliações políticas mais imediatas às encaloradas publicações de período revolucionário. Este será nosso objeto de inquérito.

A ESTRUTURA AGRÁRIA RUSSA E A POLÊMICA DA COMUNA RURAL

Quando falamos em uma estrutura socioeconômica atrasada que imperava nas relações de produção da Rússia czarista, referimo-nos ao conjunto de relações econômicas, sociais, políticas e jurídicas que impediam uma plena mobilidade da massa camponesa na sociedade na busca por outras formas de reprodução das suas vidas.

Algumas delas já nos referimos no capítulo precedente. As terras eram separadas em unidades agrícolas, sendo elas divididas entre as pertencentes ao senhor e as terras camponesas. As terras camponesas formavam lotes, concedidas a eles pelos senhores. Os camponeses que as lavravam o faziam com seus instrumentos de produção. Em troca, os camponeses lavravam a terra do latifundiário, tendo ele direito de usufruir da produção. Esse sistema de servidão formava um “salário em espécie”, ou seja, em produtos, para o camponês e assegurava a força de trabalho presa à relação de servidão para o senhor: “para o latifundiário os camponeses trabalhavam a terra senhorial, para si, os seus lotes; para o latifundiário trabalhavam uns dias da semana, para si, outros” (ibid., p. 123).

Esta é a economia da servidão, ou corveia, que para existir deveria atender a quatro requisitos, segundo Lenin (ibid., p. 124): 1) supremacia da economia natural; 2) posse dos meios de produção em geral e da terra em particular pelo camponês; 3) que o produtor dependa pessoalmente do senhor; e 4) baixo nível de desenvolvimento da técnica produtiva. Isto é, trata-se da articulação plena de diversos elementos que criam um sistema produtivo em particular: quando um deles se desequilibra, o sistema tende a se extinguir.

Por economia natural se entende a criação de relações “autossuficientes”, ou seja, a inexistência de um intercâmbio com outras raízes produtivas pela forma do comércio: o cantão produz tudo aquilo que necessita em uma pequena escala com um intercâmbio interno, favorecendo o isolamento da unidade agrícola. A produção de trigo para venda, como o autor observa (ibid., p. 124), já anuncia o processo de dissolução dessa matriz produtiva. A dependência pessoal figura como um elemento de “coação extraeconômica” de várias naturezas, pois, articulada com dependências econômicas de dívidas, vigorava uma relação de superioridade expressa pelos castigos corporais e pelos direitos senhoriais sob os camponeses.

A reforma³⁸ de 1861 perpetrada por Alexandre II que aboliu a servidão colocou em xeque esses quatro fundamentos do sistema de servidão.

38 A “reforma”, apesar de ter sabotado o sistema de servidão, o fez de maneira parcial, pois quando Alexandre II declarou livre 22,5 milhões de camponeses servos, ele entregou as terras aos latifundiários que precisavam ser resgatadas pelos camponeses. Ou seja, pagavam quantias para o Estado, e este repassava ao latifundiário. A reforma, apesar de ter abolido formalmente a servidão, agravou a situação dos camponeses de forma drástica e configurou, na verdade,

Embora não tenha varrido de uma vez o atraso econômico e posto o capitalismo na sua forma clássica, a reforma minou seus alicerces e iniciou um desenvolvimento sem volta em direção a uma nova forma de produção, criando contradições intensas no interior da economia russa (ibid., p. 124).

Uma outra particularidade que gerou uma profunda controvérsia teórico-política no meio século foi a já referida comuna rural russa, chamada de *mir* ou *obshchina*. Tratava de uma determinada quantidade de terras que era distribuída de forma igualitária entre os produtores e periodicamente revista. Essas terras comunais existiram entre diversos povos de maneira esparsa e pontual, e é só na Rússia que ela era encontrada em uma escala nacional e mantinha uma vitalidade grande.

É sob ela que os populistas almejavam constituir o seu socialismo sem passar pelos ardores do capitalismo. Eles, inclusive, trocaram correspondências com Marx e Engels indagando-os sobre a exequibilidade de sua formulação. A questão é inclusive posta no próprio *Prefácio à edição russa do Manifesto Comunista*, de 1882: “poderia a *obshchina* russa – forma já muito deteriorada da antiga posse em comum da terra – transformar-se diretamente na propriedade comunista?” (MARX; ENGELS, 2010, p. 73, grifo do autor).

Vera Zasulich, uma já referida populista russa, endereça uma carta a Marx em fevereiro de 1881 – isto dois decênios depois da reforma, quando o processo de desintegração do campesinato já estava avançado – afirmando que havia apenas duas soluções para o problema agrário, indagando-o sobre os destinos históricos do *mir*. Ou a comuna rural era liberada das exigências e tributações, podendo se desenvolver pela produção e distribuição de produtos na forma coletiva; ou esse processo seria irreversível e restaria apenas calcular o tempo necessário para o desenvolvimento do capitalismo (ZASULITCH, 2013, p. 79).

É interessante notar que uma das motivações de sua carta era justamente a ausência de estudos de Marx sobre o problema russo em sua obra, delineando um interesse em já adquirir uma resposta dada para seus problemas nacionais. O pensador alemão, em sua avançada idade e fragilidade corporal, respondeu depois de quatro esboços de forma rápida e sintética,

em um roubo, pois em alguns casos, os latifundiários tomaram dos camponeses 2/5 de suas já escassas terras.

com um conteúdo bastante vago e deixando muitas questões em aberto, prenunciando sua vontade em produzir um estudo mais sistemático sobre o problema russo (MARX, 2013a, p. 86).

David Riazanov, durante seu trabalho no Instituto Marx-Engels de Moscou, publicou os esboços da resposta de Marx, elaborados antes da derradeira resposta, encontradas por ele entre os pertences de Paul Lafargue em 1911. O conteúdo dos esboços de Marx, desconhecidos por Lenin, transparecem algumas concepções do problema russo que por um lado destoam do que pensava o revolucionário russo, mas, por outro, parecem convergir.

É possível, inclusive, que Lenin tenha elaborado sua teoria sobre a inevitabilidade do desenvolvimento do capitalismo na Rússia com base em alguns dados que Marx também tenha tido acesso, mas esta é uma hipótese que não temos como confirmar. Começemos então pelas aparentes divergências:

Indubitavelmente, com base nos quatros esboços, na versão final da carta e no *Prefácio*, Marx considera plausível que a comuna rural possa servir de “alavanca para a regeneração social da Rússia”, o estabelecimento de uma produção “arcaica superior”, ou seja, uma produção comunista plenamente desenvolvida. (MARX, 2013a, p. 93, 96, 100, 111-113, 115). Mas ele, embora afirme de forma contundente que essa possibilidade existia, não incorre no baluartismo em defesa da comuna.

A resposta de Marx é sempre, preenchida com mais ou menos conteúdo teórico, uma resposta relativa, que *depende* de outras circunstâncias. Como afirma Wood (1991, p. 43), ele *não descartou* que a *obschina* camponesa poderia servir como ponto de partida para o socialismo. A singularidade da comuna russa se evidencia por uma característica que a distingue de outras formas de propriedade comum que existiram na história: ela convivia com a mais avançada técnica produtiva e organização da produção proveniente do avanço das economias capitalistas ocidentais.

Enquanto as outras padeceram e deram lugar à propriedade privada (MARX, 2013a, p. 92, 104, 108-109), essa condição única poderia propiciar que a propriedade comunal russa “trocassem de pele sem se suicidar” (ibid., p. 96, 112), através da apropriação dos frutos do capitalismo ocidental sem necessidade de incorporar o seu *modus operandi* (ibid., p. 95).

Ao absorver os louros do desenvolvimento capitalista ocidental, quando a “indústria mecânica, os barcos a vapor e as ferrovias” levaram

séculos de incubação para estarem maduros, exigindo a expropriação do campesinato e a grande miséria característica do capitalismo, a comuna rural russa poderia evitar estas injúrias históricas.

A “contemporaneidade da produção ocidental, que domina o mercado mundial, permite à Rússia incorporar à comuna todas as conquistas positivas produzidas pelo sistema capitalista sem passar pelos seus forçados caudinos [*fourches caudines*]”. (ibid., p. 94).

Evidentemente, portanto, Marx condiciona a possibilidade do sucesso da transição comuna agrária para a produção genuinamente comunista ao desdobrar do processo revolucionário socialista nos países ocidentais. Para tal, a resposta contida no *Prefácio* é inequívoca: “se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista” (MARX; ENGELS, 2010, p. 73).

Quem lê o conteúdo dos quatro esboços percebe que Marx, também por causa de sua enfermidade, evitou responder sem uma adequada elaboração. Ele é política e cientificamente cuidadoso para não pronunciar exageros desmedidos, mas, como Riazanov (2013, p. 74) observa citando Bernstein, Marx e Engels às vezes se continham em expressar o seu ceticismo para não decepcionar os revolucionários russos, a quem o problema da comuna rural era muito importante.

Lenin é, em *Desenvolvimento*, por outro lado, feroz adversário da idealização que os populistas faziam da comuna rural. Ele se baseia em uma larguíssima documentação, tanto de obras de estudiosos das questões econômicas da época, quanto do recenseamento dos *zemtvos*³⁹, ligados ao Ministério do Exterior e que realizavam estudos censitários para analisar os problemas econômicos nacionais e para reorganizar o sistema de tributação da produção camponesa.

Em seu trabalho, ele “estudou exaustivamente tais recenseamentos, submetendo-os a uma crítica rigorosa (verificou dados, efetuou novos cálculos, compôs tabelas diferentes e organizou cientificamente as cifras)” (LENIN, 1985, p. 35). Nessa obra, Lenin combinou o estudo científico metódico dos dados, identificando as tendências principais da economia

39 Sobre os *zemtvos*, ver página 40 deste trabalho.

rusa, simultaneamente a uma impetuosa crítica dos economistas populistas russos, em especial o assim chamado Sr. V.V. e o Sr. N-on⁴⁰.

Estes Srs. incorreram num erro falsificador fundamental em sua análise sobre os dados econômicos da agricultura: criaram uma “média estatística” que não identificava a chamada diferenciação interna do campesinato, pois “as ‘médias’ gerais e globais são totalmente fictícias” (ibid., p. 95). Ao dissolver os camponeses em médias econômicas únicas, “ela apenas dissimula a miséria total da massa do campesinato que pertencem aos grupos inferiores” (ibid., p. 98).

Ao rever os dados estatísticos, Lenin descobriu que havia uma crescente heterogeneidade dentro da própria classe camponesa, classificando-os em grupos inferiores e superiores. Inicialmente, ele o fez ao caracterizar não pela “distribuição igualitária” das terras comunais, mas sim pelo quanto cada grupo do campesinato dispunha de superfície semeada. Ele fez sua análise distrito por distrito, de forma exaustiva e pormenorizada. A título de exemplo, ele afirma que no distrito de Táurida:

A desigualdade na distribuição das superfícies semeadas é notável: 2/5 da totalidade dos estabelecimentos (cerca de 3/10 da população, já que o estabelecimento familiar, aqui, é inferior à média) detém cerca de 1/8 da superfície semeada – elas pertencem ao grupo pobre, que semeia pouco e é incapaz de satisfazer as suas necessidades com as suas rendas agrícolas. O grupo médio envolve cerca de 2/5 dos estabelecimentos: a renda que extrai da terra permite-lhe cobrir suas despesas médias [...] Finalmente, vem o campesinato rico (cerca de 1/5 dos estabelecimentos e 3/10 da população) detém mais da metade das sementeiras; a média da superfície semeada por estabelecimento atesta claramente o caráter “comercial”, mercantil, da agricultura desse grupo (ibid., p. 36).

A partir desse procedimento metodológico, Lenin retira várias outras conclusões teórico-políticas, fundamentais para a elaboração de sua estratégia de revolução em conjunto com sua compreensão de partido, aos quais vamos nos remeter com maiores detalhes nos tópicos seguintes.

40 V. V. era o pseudônimo de V. P. Vorontsov, e N-on ou Nikolai-on era pseudônimo de Danielson, ambos populistas do final do século XIX.

Essa desigualdade de distribuição das terras resulta num enfraquecimento da comuna e a redução do seu papel dentro da produção camponesa, porque “os camponeses ricos [provenientes do grupo superior], apesar de mais bem providos de lotes comunitários, detém mais terras compradas e arrendadas, transformando-se em pequenos proprietários e fazendeiros” (ibid., p. 38).

Depois da reforma, os camponeses foram obrigados a pagar o resgate das terras, convertendo-as em propriedade privada pessoal, conforme já explanamos no capítulo anterior. Disso resulta uma crescente diferenciação entre os camponeses, porque a “terra torna-se mercadoria, ‘máquina de fazer dinheiro’” (ibid., p. 38). Quanto mais a produção mercantil penetra a agricultura, corroendo a economia natural, mais aumenta a concorrência entre os produtores: a disputa pela terra gera uma evicção do camponês pobre e médio pela burguesia camponesa (ibid., p. 39-40).

Esta é a chave do raciocínio lenineano no que tange ao problema agrário e seus desdobramentos políticos, uma subdivisão interna dentro do campesinato entre camponeses ricos e pobres. Para sobreviver, os camponeses mais pobres arrendam seus lotes comunitários aos mais ricos, como Lenin explica no exemplo de Táurida (ibid., p. 41). Segundo ele, “Seria um grave erro imaginar que a concentração de terras nas mãos da burguesia camponesa se limita ao arrendamento individual, sem estender-se ao arrendamento das terras comunitárias, ao *mir*” (ibid., p. 44, grifo do autor), coisa que os populistas, embriagados pela sua idealização da comuna, não observavam ou até omitiam em nome do “princípio comunitário”.

Há, portanto, o predomínio da distribuição das terras não de acordo com o princípio da comunidade, mas sim pelo princípio do dinheiro, a hegemonia “das relações capitalistas nos campos da Rússia meridional” (ibid., p. 46). A consequência direta desse desenvolvimento é a asseverada tendência à “redução do papel da terra comunitária” (ibid., p. 64). O erro estatístico dos populistas também se expressa em sua observação não da “terra semeada”, mas da “terra concedida”, conforme a distribuição dos lotes comunitários, transformando a repartição igualitária numa ficção jurídica (ibid., p. 77).

À primeira vista, transparece que Marx depositava um valor exacerbado no papel que a comuna poderia cumprir na transformação da Rússia para o socialismo, e com isso uma aparente divergência com Lenin. Longe

disso. Marx em seus esboços (neste caso, o primeiro) da resposta à Zasulich observava a tendência que se confirmou mais tarde através da análise lenineana:

Desde a assim chamada emancipação dos camponeses, a comuna russa foi colocada pelo estado em condições econômicas anômalas e desde o começo não cessou de sucumbir às forças sociais concentradas em suas mãos. Extenuada pela carga fiscal que pesa sobre ela, tornou-se matéria passível de ser facilmente explorada pelo comércio, pela propriedade fundiária e pela usura. Essa opressão vinda de fora desencadeou no seio da própria comuna o conflito de interesses já presente nela e desenvolveu rapidamente os germes da sua decomposição (MARX, 2013a, p. 97).

Fica, assim, cristalino, que mesmo Marx permanecendo aberto à possibilidade *condicionada* do desenvolvimento da comuna como alavanca da “regeneração social” da Rússia, ele reitera que a comuna continha em si própria contradições que, se intensificadas, levariam à sua decomposição e à anulação de seu papel histórico. A comuna, segundo ele, está “quase reduzida ao seu último resto”, para salvá-la “é preciso que haja uma revolução russa” (ibid., p. 100).

Já no segundo esboço, Marx afirma que a comuna russa “abriga um dualismo intrínseco que, dadas certas circunstâncias históricas, pode levar à ruína”, porque apesar de a terra ser comunitária “cada camponês cultiva e explora por contra própria”, tornando o trabalho parceleiro⁴¹, combinado à propriedade comum, perigoso, precisamente em razão dos “bens mobiliários” (animais, rebanho, ferramentas e máquinas), que “diferenciam progressivamente a fortuna dos membros da comuna, e dão lugar a um conflito de interesses” (ibid., p. 106).

Não há dúvidas de que as ressalvas marxianas da década de 1880 encontram uma concretização e uma realização direta nas críticas lenineanas da década de 1890. A tendência à dissolução da comuna e à redução do seu papel histórico, observadas por Marx, materializaram-se substancialmente.

41 Jean Ellenstein (1975, p. 14) define a relação coletiva e individual do *mir* da seguinte forma: “Sobrevivência medieval, o *mir*, é a propriedade colectiva da comuna, mas se a propriedade é coletiva, exploração é individual, porque a terra comunal está dividida em parcelas exploradas por uma família rural e periodicamente a atribuição dos lotes é revista”.

E muito embora Lenin seja um adversário dos populistas que nutriam uma idealização romântica da comuna, ele não era, todavia, um inimigo da comuna:

sem dúvida os populistas concluirão que nós “defendemos” a expropriação dos camponeses etc. Falsa conclusão. Do que dissemos segue-se apenas que “defendemos” a abolição de todas as restrições ao direito do camponês de dispor livremente da sua terra, de abandonar seu lote, de sair da comunidade. Somente o camponês pode julgar o que é melhor para si: Ser um assalariado agrícola com ou sem o seu lote. Entraves como os existentes são inteiramente injustificáveis; legitimando-os, os populistas transformam-se em servidores dos interesses dos nossos latifundiários (LENIN, 1985, p. 111).

O realismo político de Marx e de Lenin consiste precisamente no fato de que ambos estavam sintonizados com o *campo de possibilidades* que se punha diante de si, de acordo com as condições históricas que viviam. O refluxo reacionário do tempo de Marx na década de 1880, alguns anos depois da derrota da Comuna de Paris, certamente fê-lo considerar os diversos caminhos pelos quais poderia ser desencadeada a passagem do capitalismo para o socialismo.

Posteriormente, para Lenin, a prioridade de combate aparecia sobretudo na luta contra a autocracia czarista, que era, e continuou a ser ainda por muitos anos, o principal inimigo do desenvolvimento da revolução russa. Mas um fato é incontestável: ambos os pensadores consideravam que a revolução na Rússia só se sustentaria ainda como um “sinal” para o desenrolar das revoluções nos países ocidentais, que poderiam dar sustentação ao processo de construção do socialismo no atraso histórico que vivia o Império Russo.

Assim como Marx, Lenin em 1917 tinha a convicção de que “se a revolução mundial não irrompesse, a vitória da revolução proletária não seria possível e a experiência russa acabaria sufocada” (FRESU, 2016, p. 158). Essa é uma noção que permanece viva desde Marx e ganha grande concretude em Lenin, principalmente no âmbito do *internacionalismo*, tema do seu pensamento que iremos examinar no quarto capítulo deste livro.

Para a revolução russa, a polêmica sobre a *obschina* não se esgotou de forma alguma na transição secular ou na crítica de Lenin aos populistas; ela esteve presente durante todo o processo, ainda que com formas ligeiramente diferentes. O que importa para a nossa arguição é demonstrar como Lenin elaborou sua estratégia de revolução e quais foram os seus reatamentos em seu modelo de partido. Ela foi, porém, forjada no interior de agitados conflitos com seus contemporâneos: não há separação entre a crítica contra seus adversários e o apontamento do caminho correto. Logo, iremos agora analisar mais de perto a crítica lenineana aos populistas e seu exame da formação sócio-histórica e econômica da Rússia.

A DESINTEGRAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DO CAMPEBINATO COMO PRESSUPOSTOS ESTRATÉGICOS

Quando falamos em pressupostos estratégicos, estamos querendo nos referir à “análise concreta da situação concreta”, que sempre guiou Lenin em sua trajetória política e, conseqüentemente, conformou seu modelo de partido. Combateu a vulgarização do marxismo em todas as facetas, desde as dogmáticas até as revisionistas.

A análise da situação concreta significa, nas palavras de Fresu (2016, p. 20), “traduzir nacionalmente os princípios do materialismo histórico, ou seja, recusar as afirmações superficiais sobre o capitalismo e a revolução em geral para construir uma nova teoria da transformação a partir das condições concretas de cada formação econômico-social”.

Indubitavelmente, o *Desenvolvimento* é uma das expressões da batalha fundamental que Lenin travou no campo da teoria e da política contra a intelectualidade populista. Como vamos observar ao longo desta brochura, a crítica lenineana é de grande dureza, tornando impossível não lembrar da atitude do próprio Marx perante seus adversários, a quem não poupou ataques, por vezes temperados de sarcasmo, em nome de uma luta ideológica totalmente vinculada à política de seu tempo.

Como afirma Netto (2009, p. 28), Marx “é levado a combater firmemente quaisquer contrafações ideológicas que possam desviar o proletariado das tarefas prático-históricas que o processo social real confere a ele”. Dessa forma, tanto em Marx quanto em Lenin, a teoria sempre tem uma vocação eminentemente político-prática, ligando as tarefas imediatas aos

grandes desafios históricos na condução do proletariado à emancipação humana.

Vera, em sua carta a Marx, revela a razão por trás da polêmica em torno da comuna rural e o problema da questão agrária na Rússia. A própria, mesmo populista na época, admite que, se a comuna estivesse fadada à desintegração, não haveria outra coisa a fazer senão “a propaganda apenas entre os trabalhadores da cidade, que por sua vez serão continuamente inundadas pela massa de camponeses, a ser lançada em seus paralelepípedos em busca de salários, como consequência da dissolução da comuna” (ZASULITCH, 2013, p. 79).

Põe em evidência, através desse trecho citado, que a preocupação com um problema de natureza conceitual tem um sentido voltado a qual prática os revolucionários russos deveriam priorizar: a propaganda dos princípios idílicos da comuna pela romantização do passado, ou entre o proletariado e a contrastante sociedade capitalista que lutava para nascer na velha Rússia czarista?

Esse problema teórico-conceitual que precede a luta política levaria à concepção de que “o reconhecimento do comunismo aldeão como ponto de partida e base econômica da revolução faz do campesinato a classe dirigente da transformação social” (LUKÁCS, 2012, p. 36). Lenin chegou à sua própria conclusão através das suas análises econômicas e sociais.

Do ponto de vista do intercâmbio econômico, Lenin define o campo pré-capitalista como:

uma rede de pequenos mercados locais, que vinculavam entre si minúsculos grupos de pequenos produtores, separados uns dos outros tanto pela atividade econômica isolada quanto pela massa de barreiras medievais e pelos vestígios da dependência feudal (1985, p. 245, grifo do autor).

Coadunando, assim, com a compreensão em torno do que já foi dito sobre a economia natural. O que diferencia, porém, essa forma de economia da já desenvolvida economia capitalista? No capítulo 24 de *O Capital*, Marx (2013b, p. 786), adentrando no tema da *Assim chamada acumulação primitiva*, afirma que “A relação capitalista pressupõe a separação entre trabalhadores e a propriedade das condições de trabalho”, ou seja, uma relação entre possuidores e despossuídos. É preciso que os produtores

estejam simultaneamente livres de qualquer amarra servil e divorciados dos meios de produção.

Para a conversão do dinheiro em capital, os donos dos meios de produção, meios de subsistência e mercadorias precisam ser postos em contato com os destituídos das condições de produção e constituídos apenas de sua força de trabalho, ou seja, trabalhadores livres e donos de si próprios. É preciso, portanto, que seja composto um *mercado interno*. Não é por acaso que o subtítulo do livro de Lenin seja *O processo de formação do Mercado Interno para a Grande Indústria*. A formação do mercado interno vai além da relação de livre compra e venda de força de trabalho. Ela, quando estabelecida, é crescente, e se estabelece uma relação mercantil em grande escala que arrasa com a economia natural e sua dispersão própria.

Com a liberação de parte da população rural, liberam-se também seus meios alimentares anteriores. Estes transformam-se, agora, em elemento material do capital variável. O camponês deixado ao léu tem de adquirir de seu novo senhor, o capitalista industrial, e sob forma de salário, o valor desses meios alimentares. (MARX, 2013b, p. 816).

Retornando ao exemplo da província de Táurida, através dos dados analisados por Lenin, ele concluiu que, por parte dos camponeses ricos, a crescente concentração da terra semeada, gerada pelos arrendamentos, exige um maior emprego de trabalho, insuficientemente provido pelas forças familiares, que reclamava o emprego de *trabalho assalariado*. Enquanto isso, é o campesinato pobre que oferece essa mão de obra de operários (LENIN, 1985, p. 36).

É assim que surgiu o emprego do assalariamento dentro do arcaísmo russo: na diferenciação interna do campesinato, entre camponeses pobres e camponeses ricos, convertidos, ainda que com tonalidades distintas e camadas médias transitórias, em proletários e burgueses rurais.

O mesmo aconteceu em inúmeras outras províncias e distritos do Império Russo. Na província de Samara, “o campesinato rico detém cerca de 2/3 da produção agrícola. [...] Ele produz trigo para a venda e os camponeses pobres são obrigados a comprar o trigo que lhes falta, vendendo sua força de trabalho” (ibid., p. 49-51).

Em Perm, há ainda um papel preponderante dos operários diaristas que denota uma condição de transição⁴² entre o camponês pobre e o assalariado “puro”. Nessa província,

observamos o aumento do percentual dos que contratam trabalhadores assalariados concomitantemente com a elevação da abastança, embora o campesinato rico seja mais bem suprido de trabalhadores familiares [...] a cooperação familiar serve de base à cooperação capitalista (ibid., p. 64-65).

Lá a conclusão lenineana é, inclusive, mais decisiva, pois a “*condição indispensável da existência de um campesinato rico é a formação de um contingente de assalariados agrícolas e diaristas*” com a formação de unidades agrícolas “baseadas na utilização permanente do trabalho assalariado” (ibid., p. 65, grifo do autor).

Na província de Saratov, o erro de classificação dos populistas pelo sistema de “médias” e pelos lotes comunitários levou-os a concluir a permanência da economia natural sobre a economia mercantil e escamotear o emprego de trabalho assalariado e a expropriação dos pobres pelos ricos, pois assim

confundimos o pobre que cede a terra com o rico que aluga ou compra; o pobre, que abandona sua terra, com o rico, que a “recolhe”; [...] Noutros termos, confundimos o proletário rural com os representantes da burguesia rural”, criando uma falsificação da realidade, onde não existem pobres e ricos (LENIN, 1985, p. 61).

Em Orel, a mesma tendência, onde o campesinato se distinguia, “de um lado, o proletariado rural (que abandona sua terra e vende sua força de trabalho) e, doutro, a burguesia camponesa (que compra terras, arrenda

42 Novamente na província de Samara, Lenin explica a condição dos diaristas: “A concentração de animais de tração é ainda mais flagrante que das áreas cultivadas; é evidente que o campesinato rico pratica tanto uma grande agricultura capitalista quanto uma pecuária também capitalista. No pólo oposto, estão os ‘camponeses’ que devem ser classificados como operários agrícolas e diaristas com um lote comunitário, já que seu principal meio de vida é a venda da sua força de trabalho; a eles, para lhes rebaixar os salários e prendê-los à terra, os latifundiários fornecem, às vezes um ou dois animais de tração” (ibid, p. 47-48).

grandes extensões, especialmente dos lotes comunitários, aperfeiçoa os seus métodos de exploração, emprega operários e diaristas” (ibid., p. 69).

Há ainda a província de Nijni-Novgorod, onde o campesinato rico combinava agricultura comercial e capitalista (explorando tanto na esfera da produção como na esfera da troca) com emprego de operários agrícolas e pelo uso de empresas comerciais; ao mesmo tempo, os camponeses pobres “combinam a venda da sua força de trabalho (biscates fora da aldeia) com uma lavoura irrisória, ou seja, transformam-se em assalariados agrícolas e diaristas que dispõe de um lote” (ibid., p. 77).

Em Voroniej, Lenin engloba outra conclusão importante, da distinção entre operário agrícola e proletariado rural, afirmando que: “o grupo que fornece os operários agrícolas está longe de englobar todo o proletariado rural, porque não abrange os estabelecimentos de onde provém os diaristas, os peões, os operários fabris e da construção civil, os criados etc.” (ibid., p. 72).

Essa nova classe em transição, a do proletariado rural, estabeleceu-se, portanto, em um vivo desespero, porque o seu pequeno lote, combinado ao peso tributário dos resquícios da servidão, não lhe dá as condições necessárias para a manutenção da sua vida. Sendo proibido abandoná-la, restava-lhe vender sua força de trabalho de alguma forma, “eles sobrevivem graças aos ‘ofícios’, ou ‘biscates’ – isto é, graças à venda da sua força de trabalho” (ibid., p. 92).

Em verdade, o campesinato russo desse período vivia ainda o *pior dos dois mundos*, sofrendo com os encargos e os pesos das tradições subsecivas da servidão e da miséria crescente de um capitalismo embrionário. Uma vez que ainda estavam presos em seu lote, e ele “cobre parte dos gastos de sua manutenção”, isso permitia ao capitalista reduzir o seu salário⁴³ (ibid., p. 98).

Evidencia-se esse fato, pois, “na província de Voroniej, o salário médio de um operário agrícola contratado por um ano foi de 57 rublos e, contada a sua manutenção, de 99 rublos”, enquanto conjuntamente “um camponês

43 Para além da polémica conceitual, a título de registro, embora ele não utilize como uma centralidade em sua teórica econômica, é inegável que Lenin admite, ainda que embrionariamente, um dos fundamentos da categoria de *superexploração*, muito utilizada pelos representantes da Teoria Marxista da Dependência, cujo um dos fundamentos econômicos é o pagamento do salário abaixo do valor da força de trabalho.

sem cavalo gasta 78 rublos para a manutenção da família [...] ou seja: *somas inferiores à da manutenção de um operário agrícola*” (ibid., p. 109-110, grifo do autor). Destarte, “indubitavelmente, há um aumento da miséria e expropriação do campesinato” (ibid., p. 93).

Num aparente paradoxo, um camponês com um lote tem condições de vida piores que a de um operário agrícola liberado dos encargos com a sua terra. Isso demonstra que a gigantesca massa de camponeses, por séculos isolados de servidão monótona, começou a se desfazer, ou a se “desintegrar”, nas palavras lenineanas, dando origem a um conjunto de novos e inéditos estratos sociais na história russa. Originou-se uma nova luta de classes dentro do campo russo, enquanto também cresciam as cidades e os conflitos urbanos clássicos da grande indústria capitalista. Essa conclusão, da desintegração do campesinato, gerou, como veremos, o *eixo central* na elaboração da estratégia de revolução de Lenin.

Mas a passagem da economia natural para a economia mercantil, com a criação de um mercado interno, não é apenas marcada pela mercantilização da força de trabalho, mas igualmente dos próprios bens de consumo. “O ‘mercado interno’ cresce, de um lado, graças à transformação em mercadoria do produto da agricultura mercantil empresarial, e, de outro, graças à transformação em mercadoria da força de trabalho vendida pelo campesinato pobre” (ibid., p. 36).

Tratou-se de processos de uma interação recíproca. Em Táurida, os mesmos que empregavam assalariados concomitantemente controlavam mais da metade da produção e venda de cereais, escancarando uma realidade capitalista no campo (ibid., p. 41). A especulação em torno dos lotes, através do penhor, de empréstimos e arrendamentos, demonstrou que a “burguesia camponesa representa também o capital comercial e usurário, [ela] detém as rédeas, tanto do capital comercial (empréstimo de dinheiro sob hipotecas, açambarcamento de diversos produtos etc.), quanto do capital industrial” (ibid., p. 42).

Se desmanchou, portanto, a imagem de um camponês homogêneo e “laborioso” que os populistas nutriam romanticamente. A economia natural estava definhando, porque “o campesinato não pode viver sem compras e vendas: ele já depende totalmente do mercado, *do poder do dinheiro*” (ibid., p. 99). E analisando os orçamentos domésticos do campesinato, o arremate de Lenin é nítido:

A venda de mercadorias constitui a principal fonte de renda, só que, no primeiro caso, a mercadoria vendida é a força de trabalho, enquanto no segundo, é um produto destinado à venda e obtido [...] graças ao considerável emprego de trabalho assalariado, ou seja: é um produto que adquire a forma de capital. Dito de outra maneira: esses orçamentos revelam que, transformando o camponês, de um lado, em operário agrícola e, doutro, em pequeno produtor de mercadorias, em pequeno burguês, *a desintegração do campesinato cria um mercado interno para o capitalismo* (ibid., p. 99, grifo do autor).

É desta e de outras inúmeras observações que Lenin tirou conclusões de ouro para as disputas político-ideológicas de seu tempo. Em primeiro lugar, auferiu que a defesa dos populistas da chamada “economia natural” levou-os a defender, consciente ou inconscientemente, os interesses dos latifundiários ao romantizar os sistemas de pagamento em trabalho⁴⁴, penalizando ainda mais os camponeses pobres, aprofundando a sua dependência servil, pois “constata-se que, no sistema de pagamento em trabalho (tanto como na contratação derivada da servidão combinada com a usura), os preços do trabalho costumam ser mais de duas vezes mais baixos do que no sistema de contratação capitalista” (ibid., p. 131).

A falta de terras e o contínuo peso do pagamento em trabalho foram reflexos direto do agravamento da vida camponesa ocasionada pela semirreforma de 1861, tanto que chegou ao ponto do campesinato preferir trabalhar como assalariado nas perigosas e insalubres minas ao pagamento em trabalho. Esse sistema vestigial à servidão é um dos elementos que, segundo Lenin, representa um atraso social e técnico, pois

ele perpetuou uma técnica rotineira que só começa a dar lugar ao capitalismo, num ritmo acelerado após a reforma quando [...] o velho sistema conduz à estagnação das formas de produção (e, pois, do conjunto de relações sociais) e à dominação do atraso (LENIN, 1985, p. 131-132).

44 Sistema de pagamento remanescente da servidão em que o camponês que necessitava de mais terras, de materiais ou de víveres, emprestava de latifundiários que lhe cobravam em trabalho, ou seja, o camponês “formalmente” emancipado da servidão voltou a lavrar a terra do senhor, mantendo sua dependência econômica e política.

Por isso, o capitalismo e as novas formas de produção representaram, segundo ele, “apesar das contradições que lhe são inerentes, [...] um enorme progresso” (ibid., p. 132). Os populistas, ao idealizarem tal sistema, tomaram para si a defesa dos interesses latifundiários e reacionários mais atrasados (ibid., p. 136-137).

O caráter corporativo fechado das sociedades camponesas, a caução solidária⁴⁵, os impostos exorbitantes⁴⁶ que incidem sobre as terras camponesas, [...] a ausência de plena liberdade e de mobilização das terras, ausência de plena liberdade de deslocamento e migração dos camponeses (LENIN, 1985, p. 210)

Estas são as principais causas do atrasos às quais Lenin se opunha veementemente. E, por consequência, aos populistas, pois a defesa que eles faziam “de algumas dessas instituições revela o claramente caráter reacionário das suas ideias, que os aproxima paulatinamente dos nossos latifundiários” (ibid., p. 210).

Em segundo lugar, houve uma significativa evasão do campo, quando “a parte da população trabalhando na agricultura não cessou de diminuir, porque um grande número de pessoas abandonou os campos para trabalhar no comércio e na indústria” (ibid., p. 164).

Isso não representou, porém, que a população rural tenha se tornado inferior à urbana, mas sim que “a divisão social do trabalho se acentua; aumenta a população ocupada no comércio e na indústria; a população rural se divide entre patrões e proletários” (ibid., p. 164). Essa divisão social do trabalho e a sua socialização em grande escala geram uma crescente especialização de grandes ramos e tarefas especiais, seu progresso técnico, o que, por sua vez, gera também um êxodo rural ascendente (ibid., p. 206).

O caráter progressista do capitalismo, como uma das principais conclusões lenineanas em seu estudo do capitalismo russo, casado com a denúncia das posturas reacionárias dos populistas, conjuga todas as demais:

45 A caução solidária era uma forma de responsabilidade coletiva sobre as terras comunais. Com caráter obrigatório, sendo que todos os que desfrutavam da terra deveriam pagar em tempo os tributos ao Estado e aos latifundiários, além dos resgates e trabalhos para a autocracia.

46 Em seu texto *A que herança renunciamos?*, de 1898, Lenin afirma que as classes inferiores do campesinato russo pagavam 76% de todos os impostos (LENIN, 1982g, p. 466).

desintegração do campesinato com sua distinção em burguesia e proletariado rural; a criação de um mercado interno, ou seja, em escala nacional, para a compra e venda de força de trabalho, para meios de produção e bens de consumo; os avanços técnico-produtivos; a socialização, especialização do trabalho através do aumento da divisão social do trabalho pelo definhamento da economia natural.

Ao dissolver as relações estagnadas por séculos na Rússia, ele considerou que “o capitalismo agrário é, na Rússia, uma força progressista notável” (ibid., p. 203), e, através da desintegração do campesinato, resultou num processo de industrialização, pois enquanto a economia natural e autossuficiente entrou em decadência “os tipos de processamento de matérias-primas transformavam-se, uns após os outros, em ramos industriais específicos” (ibid., p. 222). Isto gera, por sua vez, uma “tendência da pequena produção mercantil a empregar cada vez mais trabalho assalariado e a criar oficinas capitalistas” (ibid., p. 224).

Trata-se, portanto, da conversão da pequena oficina, gradativamente concentrando capital e multiplicando o trabalho assalariado, em sua forma de indústria capitalista, pois a cooperação familiar é a base da cooperação capitalista (ibid., p. 227). O desenvolvimento capitalista na indústria manufatureira já começou a dar seus primeiros resvalos de capitalismo clássico quando demonstra a precariedade das condições sanitárias e de trabalho, emprego de força de trabalho de mulheres e crianças, como se pode constatar pelo levantamento de informações de Lenin (ibid., p. 251-268). A passagem da etapa da manufatura à grande indústria é, todavia, apenas marcada pelo emprego de máquinas:

Que reduz a nada a habilidade manual que os mestres-artesãos adquiriram ao longo de séculos; é uma revolução que resulta da mais radical ruptura das relações sociais de produção – a cisão definitiva entre os diferentes grupos que participam da produção, o rompimento total com a tradição, o agravamento e a extensão de todos os aspectos sombrios do capitalismo e, ao mesmo tempo, a socialização em massa do trabalho pelo capitalismo (LENIN, 1985, p. 289).

Nosso autor, quando afirmou a inevitabilidade do desenvolvimento capitalista na atrasada Rússia czarista, não o faz como uma apologia, pelo

contrário, estava plenamente ciente, em várias afirmações, de que o desenvolvimento do capitalismo ocasionaria uma nova luta de classes e, com ela, todas as contradições inerentes a esse sistema produtivo. Já que

o reconhecimento do caráter progressista desse papel é perfeitamente compatível com o pleno reconhecimento dos aspectos negativos e sombrios do capitalismo, com o pleno reconhecimento das contradições sociais profundas e multilaterais que são inevitavelmente próprias do capitalismo e revelam o caráter historicamente transitório desse regime econômico (ibid., p. 373).

Esse desenvolvimento deu condições para uma nova classe social surgir no contexto russo: o proletariado fabril e citadino, cuja posição histórica e econômica era entendida desde Marx e Engels como “coveiros da burguesia”, que anunciariam o limiar de uma nova etapa para a humanidade. É por isso que Lenin afirma que “o proletariado, é, no sentido próprio do termo, a vanguarda da massa de trabalhadores e explorados” (ibid., p. 366).

Essas constatações teórico-políticas são, doravante, medulares para dois aspectos do desenvolvimento de sua política própria: para sua concepção de Partido e para sua estratégia de revolução. Como já afirmamos, no início deste tópico, essa conclusão teórica implica em rebatimentos *estratégicos*. A Rússia, pelo seu atraso, combina uma enorme massa de camponeses com um nascente proletariado, ao mesmo tempo que possui uma débil burguesia e um regime autocrático que sufoca a todos. É patente, haja vista a polêmica sobre a comuna rural, que o socialismo não poderia ser alcançado sem o rompimento decisivo com as amarras feudais e um livre desenvolvimento de uma luta de classes entre proletários e burgueses, que resulta, portanto, na necessidade de uma revolução de caráter democrático-burguesa. Lenin identificava que o dilema russo poderia ter dois destinos possíveis, ou a chamada *via prussiana*:

A antiga propriedade fundiária privada, ligada por milhares de laços à servidão, se conserva e se transforma lentamente em estabelecimento puramente capitalista, do tipo *junker*. Nesse caso, a base da passagem definitiva do sistema de pagamento em trabalho para o capitalismo é a transformação interna da propriedade fundiária baseada na servidão; toda a estrutura agrária do Estado se torna capitalista, conservando por muito tempo traços feudais; [Nesse

caso] o papel dirigente caberá ao burguês e ao latifundiário liberal-monárquicos, os camponeses ricos logo darão apoio; a massa camponesa verá deteriorada sua situação: não apenas será expropriada em enorme escala, mas ainda escravizada pelos vários sistemas de resgate propostos pelos democratas-constitucionalistas, abandonada e embrutecida pela reação; (ibid., p. 10-11, grifo do autor).

Esta é a via pela qual mencheviques, socialistas revolucionários e cadetes aspiravam, ainda que com diferentes variações, era a via da conciliação, praticamente desde 1905, como vamos analisar nos tópicos a seguir. Lenin e os bolcheviques tinham em mente outra possibilidade de resolução, quando o

antigo latifúndio é destruído pela revolução, que liquida todos os vestígios da servidão [...] a base da passagem definitiva para o capitalismo é o livre desenvolvimento da pequena-propriedade camponesa [...] toda estrutura agrária se torna capitalista. [Por essa via] a grande propriedade fundiária e todos os pilares da “superestrutura” que lhe corresponde são destruídos; o papel dirigente é desempenhado pelo proletariado e pela massa camponesa, neutralizando a burguesia vacilante ou contra-revolucionária; assegurando o desenvolvimento mais rápido e livre das forças produtivas sobre uma base capitalista com a situação das massas operárias e camponesas sendo a melhor possível no limite do regime de produção mercantil; e tudo isso cria as condições mais favoráveis para que a classe operária possa cumprir a sua autêntica e fundamental tarefa – a transformação socialista (ibid., p. 10-11).

Como vemos, as conclusões teórico-políticas de análise do capitalismo russo e da situação posta na ordem do dia, da convivência de um nascente capitalismo com resquícios feudais, têm um peso decisivo sobre a estratégia de revolução e sua classe dirigente. Então, os próximos tópicos são voltados para esses tema em particular, pois eles também revelarão cada vez com mais transparência a fisionomia do Partido lenineano.

A CENTRALIDADE DO PROLETARIADO COMO CLASSE DIRIGENTE DA REVOLUÇÃO E SUA UNIVERSALIDADE PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA

Em *Duas táticas da socialdemocracia na revolução democrática*, obra de Lenin publicada em julho de 1905, com os acontecimentos da revolução ainda quentes⁴⁷, ele aperfeiçoa a sua noção tática e estratégica da situação russa com novos elementos do decurso histórico. Define e demarca com precisão o lugar do proletariado, do campesinato e da burguesia na revolução. Estabelecer o horizonte estratégico para qual caminha um determinado movimento, seus objetivos parciais e seus objetivos últimos é a *conditio sine qua non* para saber quem são seus protagonistas, seus sujeitos, bem como seus possíveis aliados. Saber para *onde* vamos determina com *quem* andamos.

No entanto, uma concepção que parecia consenso levantou ao longo da história da revolução uma série de forquilhas e de animados debates. Dadas as condições de atraso da Rússia czarista, “Os marxistas russos estão

47 Em janeiro de 1905, uma manifestação pacífica que buscava entregar uma petição ao czar, organizada pelo padre ortodoxo Gapon, resultou no fuzilamento arbitrário da tropa cossaca contra a massa. Milhares morreram. Esse fato, conhecido como Domingo Sangrento, desencadeou a chamada Revolução de 1905-1907, que começou com greves massivas em São Petersburgo e logo se alastraram pelos maiores centros industriais do Império. Distúrbios e manifestações também ocorreram nas zonas rurais, onde camponeses tomaram terras de latifundiários e só desocuparam com intervenção do exército. Dentro das forças armadas, muitos motins também se alastraram periodicamente, principalmente em razão dos fracassos e das baixas na Guerra Russo-Japonesa. O mais conhecido foi o motim do Encouraçado Potemkin, imortalizado na película de Eisenstein. A greve geral de massas tomou conta do Império, mas pela própria característica da dificuldade de se manter greves por tempos muito grandes, ela logo se converteu em insurreição. O Ministro do interior Bulinguin proclamou a criação de uma câmara legislativa de caráter consultivo ao czar. O czar concedeu também, pelo edito de Bulinguin, a tolerância religiosa, a redução dos encargos sobre campesinato e a liberdade de alguns povos falarem sua língua materna. No entanto, as lutas não cessaram. No final do ano de 1905, o czar lançou o “Manifesto de Outubro”, criando a Duma de Estado que, mesmo por essência já sendo reacionária, sofreria por várias mutações e golpes ao longo de sua existência. Também foi conquistada a legalidade dos partidos, que poderiam a partir dali reunir-se publicamente e participar das eleições da Duma. Mas os levantes não cessaram e, em dezembro de 1905, os trabalhadores de Moscou pegaram em armas, realizaram verdadeiras operações de guerrilha, com barricadas, e enfrentaram bravamente as tropas imperiais. Porém, como careciam de organização e de firmeza, já que os mencheviques mantinham posição altamente recuada, foram derrotados. O período posterior foi caracterizado pela chamada semi-legalidade, que Lenin caracteriza como o período em que a autocracia não conseguia derrotar a revolução e nem a revolução conseguia derrotar a autocracia. O mais importante é que foi a primeira vez que o proletariado russo mostrou sua força de forma realmente expressiva e em escala nacional.

absolutamente convencidos do caráter burguês da revolução russa” (LENIN, 1982a, p. 405).

Se a *revolução burguesa*⁴⁸ estava na ordem do dia⁴⁹ para a Rússia, qual o papel que cumpriria o proletariado? A revolução burguesa, tardiamente gestada na Rússia, implicaria no domínio vasto e completo da burguesia, a abolição definitiva dos resquícios da servidão e da autocracia, caminhando em direção ao capitalismo de tipo europeu ocidental. “Mas disto não decorre, de forma alguma, que a revolução democrática (burguesa pelo seu conteúdo econômico-social) não seja de *enorme* interesse para o proletariado” (ibid., p. 405, grifo do autor).

Um dos momentos mais emblemáticos e animados debates sobre problemas de concepção e sobre o lugar do proletariado precedeu em três anos o estouro de 1905. O II Congresso do Partido Operário Socialdemocrata Russo (POSDR), ocorrido entre julho e agosto de 1903, foi o marco do grande cisma que cunhou as duas principais frações da época: mencheviques e bolcheviques. As discussões e os resultados desse evento são de grande complexidade e importância para a nossa obra, e voltaremos nele em vários momentos no decurso desta brochura. Por ora, queremos apenas destacar a atenção que Lenin dá para a precisão de concepções, principalmente sobre o lugar do proletariado na revolução russa. Podemos encontrar nos *Documentos de Preparação para o II Congresso do POSDR* (escritos entre janeiro e março de 1902) grandes apelos de Lenin para que primeiro fossem definidas com precisão as concepções do partido operário, para que estas demarcassem suas posições para então proceder ao arco de alianças:

Devemos, em primeiro lugar, traçar uma linha de demarcação entre nós e todo esse artifício, por meio da definição mais clara da luta de classes, só do proletariado – e só então declaramos que convocamos a todos, nós empreenderemos tudo, levaremos tudo, estenderemos para incluir tudo (LENIN, 1964f, tradução nossa).

48 “A revolução burguesa é uma revolução que não ultrapassa o quadro do regime econômico-social burguês, isto é, capitalista. A revolução burguesa exprime as necessidades do desenvolvimento do capitalismo, não só não destruindo as suas bases, mas, pelo contrário, aprofundando-as” (LENIN, 1982a, p. 405).

49 “Na segunda metade do século XIX, tornou-se necessariamente cada vez mais óbvio que a Rússia, que em 1848 ainda era o mais seguro baluarte da reação europeia, aproximava-se de uma revolução” (LUKÁCS, 2012, p. 35).

Daí decorrem várias outras interrogações de natureza tática e estratégica na relação entre as classes para o desenvolvimento da revolução na Rússia, aos quais iremos recuperar um a um antes de chegar no *momentum* mais lapidado e poder ter um quadro mais totalizante da estratégia revolucionária em Lenin e seu conceito de partido.

Jean Elleinstein está coberta de razão quando afirma que

dizer que a Revolução de 1917 foi uma revolução operária, no sentido de estabelecer um regime socialista, é simplesmente dizer que ela foi dirigida pelos operários e que eles tiveram como fim a conquista do poder político a fim de socializar os meios de produção e de troca” (ELLEINSTEIN, 1975, p. 27).

Afirmar que ela foi dirigida pelo proletariado fabril expressa a compreensão de que, apesar de os operários constituírem sua vanguarda, eles não a conduziram sozinhos. Seu papel foi absolutamente central. Mas por que uma classe emergente e minoritária⁵⁰ pode conduzir as massas de transformações tão colossais num país atrasado como a Rússia? Elleinstein (ibid., p. 27) afirma que “é a sua concentração nalguns grandes centros e em grandes empresas situadas em grandes centros que explica o papel dirigente desenvolvido pelos operários russos no processo revolucionário”. Vejamos o censo lenineano da estratificação de classes da Rússia em *Desenvolvimento* (LENIN, 1985, p. 320) (Tabela 1).

Tabela 1 – Estratificação de classes da Rússia

Estratificação de classes	População total (aprox.)
Grande burguesia, latifundiários, altos funcionários, etc.	3.000.000
Pequenos proprietários ricos	23.000.000
Pequenos proprietários pobres	35.800.000
Proletários e semiproletários	63.700.000
Total	125.600.00

50 “Concretamente, o proletariado russo é uma gota d’água no mar de camponeses daquele país agrário; no entanto, é a força que, indiscutivelmente, conduz a revolução a sua vitória definitiva, à vitória de Outubro” (HARNECKER, 2012, p. 31).

À primeira vista, esses dados parecem contradizer, pelo menos numericamente, a noção de que o proletariado seria uma classe numericamente inferior, já que, entre os elementos, não proletários representavam um total de 61,8mi, enquanto os proletários e semiproletários superam essa cifra, alcançando 63,7mi. Mas, em verdade, Lenin já adverte que nestes 63,7mi estão inclusos os elementos do campo que cambaleiam entre as classes (peões, operários agrícolas, etc.), pois entre o proletariado ele calculou pelo menos 22mi.

Os proletários e semiproletários do campo, cuja cultura e organização é absolutamente diferente da industrial-urbana, representam 48.5mi (ibid., p. 319). Do ponto de vista de uma diferenciação entre o urbano e o rural, ele aponta que a população agrícola representa 97 mi, enquanto a população comercial e industrial, 21,7mi, e improdutivo, 6,9mi (ibid., p. 319).

Ele retirou duas conclusões importantes dessas cifras: uma é que o capitalismo e a economia mercantil estavam solidamente estabelecidos, ao contrário do que apregoavam os populistas; e outra, que a Rússia vive um capitalismo agrário muito atrasado em relação aos seus vizinhos ocidentais (ibid., p. 319).

A noção de classe para Lenin não partilha da ticanhice estatística ou da economia vulgar, que estratifica a sociedade apenas de acordo com a sua renda: Assim como em Marx, a noção lenineana de classe é a de sujeitos históricos, um complexo que relaciona uma posição objetivamente dada com a sua identificação e sua práxis social corrente.

Chama-se classes a vastos grupos de homens que se distinguem pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social, pela sua relação com os meios de produção (a maior parte das vezes fixada e consagrada por leis), pelo seu papel na organização social do trabalho, e por conseguinte pelo modo de obtenção e pela importância da parte da riqueza social de que dispõe. As classes, são grupos de homens dos quais um se pode apropriar do trabalho do outro, graças a sua diferente posição numa estrutural determinada da economia social (LENIN apud COGNIOT, 1975, p. 18-19).

De fato, portanto, o proletariado urbano equivalia à menor parte da população russa. No prefácio à segunda edição de *Desenvolvimento*, já livre

para tirar novas conclusões de sua tese a partir da *regulação da concreticidade*, através das repercussões da Revolução de 1905, afirma peremptoriamente que “O papel dirigente do proletariado manifestou-se inteiramente”.

Também se comprovou que a força do proletariado no movimento histórico é incomensuravelmente maior do que a sua proporção numérica no conjunto da população” (ibid., p. 9). Do prisma estratégico, procurando encontrar uma raiz histórico-concreta para o surgimento de tendências “revisionistas e pequeno-burguesas” no seio do movimento operário, Lenin afirma em 1908, em *Marxismo e Revisionismo*, que “seria um erro pensar que é necessário que a maioria da população se proletarize ‘por completo’ para que essa revolução seja realizável” (LENIN, 1982h, p. 46). Aqui, um comentário à parte, encontramos um elemento assaz importante sobre a postura de Lenin: se primeiramente ele auferiu a tese de centralidade do proletariado a partir de dados estatísticos e do estudo do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, depois, ele pôde auferir a veracidade de sua tese através da concreticidade dada da Revolução de 1905, cujo protagonismo proletário tomou conta do processo histórico. Essa postura, ontologicamente inevitável na imediatidade cotidiana, é difícil de encontrar com êxito do ponto de vista da macro política.

Nesse texto de 1908, Lenin anunciou que as divergências momentâneas, que se manifestam em problemas táticos parciais e que se expressam mais no plano ideológico, tornar-se-iam incomparavelmente maiores no período de agudização da revolução proletária, quando as divergências seriam concentradas nos pontos mais importantes, separando-se decisivamente os inimigos dos amigos no interior da própria Revolução (ibid., p. 46). A crítica foi endereçada às camadas médias vacilantes de pequenos produtores, pequenos proprietários que incidiam ideologicamente no interior do movimento operário.

Lenin conclama o proletariado a assumir a *condução* do movimento revolucionário. Ele assume papel central e decisivo na Revolução. Mas por que Lenin e Marx identificam o proletariado como a classe dirigente da Revolução? Por que essa classe, essa parte específica da humanidade, e não outra é incumbida de escoltá-la rumo à sua emancipação? Por que não os camponeses, como defendiam os populistas?

Vamos nos remeter agora à obra *A Sagrada Família*⁵¹, de Marx e Engels, cujos textos foram escritos por cada um dos autores individualmente, de 1844. Em especial, um dos textos de Marx que compõe o livro nos traz elementos muito importantes para esses questionamentos. Ele afirma:

Proletariado e riqueza são antíteses. E nessa condição formam um todo. Ambas são formas do mundo da propriedade privada. Do que aqui se trata é da posição determinada de um e outra ocupam na não antítese. Não basta esclarecê-los como os dois lados – ou extremos – de um todo.

A propriedade privada na condição de propriedade privada, enquanto riqueza, é obrigada a manter sua própria existência, e com ela manter sua antítese, o proletariado. Esse é o lado positivo da antítese, a propriedade privada que se satisfaz a si mesma (2003, p. 47-48).

Marx divide a sociedade capitalista (o mundo da propriedade privada) em dois polos, em que a propriedade privada é representada pela riqueza, e o proletariado que está completamente divorciados de todos os meios de produção e não controla o processo produtivo.

Ele aprofundará essa compreensão apenas em *O Capital*, embora em 1844 já identificasse que os dois polos societários opostos, trabalho e capital, condicionam-se reciprocamente. Nessa obra, Marx e Engels desferem uma crítica duríssima a “Edgar Bauer e consortes”, membros da chamada juventude hegeliana. Nesse texto em especial, sua crítica aos jovens hegelianos se dirige ao fato de que eles identificam os dois polos da sociedade que mencionamos, os dois extremos da antítese, sem compreender o que representa cada um, e como eles operam na sociedade. Adiante,

O proletariado na condição de proletariado, de outra parte, é obrigado a supracumir assim mesmo e com isso a sua condicionante, aquela que o transforma em proletariado: a propriedade privada.

51 Por que estamos utilizando esta obra, em especial, e não outras para remeter ao problema da centralidade do proletariado? Esta foi uma das poucas obras, da juventude de Marx, que Lenin teve acesso. Revelados tardiamente, os *Manuscritos de Paris* e a *Ideologia Alemã* nunca foram lidos por Lenin, ensejando grandes polêmicas teóricas, particularmente sobre o problema da ideologia. Comentamos superficialmente sobre esse problema no capítulo seguinte de nosso trabalho.

Esse é o lado negativo da antítese, sua inquietude em si, a propriedade privada que dissolve e se dissolve.

A classe possuinte e a classe do proletariado representam a mesma auto alienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa auto-alienação, sabe que alienação é o seu próprio poder e nela possui aparência de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana. Ela é, para fazer o uso de uma expressão de Hegel, no interior da abjeção, a revolta contra essa abjeção, uma revolta que se vê impulsionada necessariamente pela contradição entre sua natureza humana e sua situação de vida que é a negação franca e aberta, resoluta e ampla dessa mesma natureza (ibid., p. 48).

Ele busca compreender como cada uma das duas faces da antítese se relaciona. Fica evidente que, em sua apreensão, a alienação é um fenômeno vindo de dentro da própria sociedade e, portanto, afeta todos os seus indivíduos indistintamente da classe que pertencem.

A propriedade privada representa a classe possuidora e expropriadores do proletariado, ou seja, a burguesia. Para que a propriedade privada se mantenha dominante, ela precisa conservar a ordem tal como ela está (sua dimensão positiva), ela precisa irremediavelmente do proletariado. Todavia, este não precisa da propriedade privada, porque a essência do proletariado é o trabalho. E o trabalho como mediação fundamental entre o homem e a natureza existiu, pode existir, e existirá sem a propriedade privada.

Assim, faz parte da essência do proletariado, isto é, da essência do trabalho, opor-se à propriedade privada, ou nas palavras de Marx citando Hegel, a revolta. Cabe também mencionar quando afirma que a propriedade privada visa manter sua existência porque ela se “sente bem” nesta alienação, pois ela tem poder e tem uma aparência humana. Se ela se limita à aparência significa que, em realidade, o poder da burguesia é relativamente ilusório, pois ela não tem poder sobre o conjunto da sociedade, porque o verdadeiro poder emana de uma relação humana alienada que a domina: o capital⁵².

52 “O capital não é, portanto, um poder pessoal: é um poder social” (MARX; ENGELS, 2010, p. 53).

A burguesia não tem a opção de “humanizar o seu processo de exploração” ou explorar menos, porque o capital a obriga, compele-a a isso, do contrário ela perde o seu poder de ser burguesia, é engolida por outrem e perde a sua aparência humana, caindo na desumanização de fato, característica do proletariado.

Vai mais além, afirma que a vitória do proletariado está condicionada à sua própria extinção enquanto proletariado. Isto porque sua existência enquanto proletariado significa a manutenção da existência do outro extremo da antítese, a propriedade privada. Apenas com a dissolução da antítese como um todo, dos seus dois extremos, propriedade privada e proletariado, é que se constitui a vitória do proletariado, porque o proletariado assume e representa os interesses e aspirações *universais* da humanidade, na medida em que encarna o trabalho e busca se autoextinguir enquanto classe:

Se os escritores socialistas atribuem ao proletariado esse papel histórico mundial, isso não acontece, de nenhuma maneira, conforme a crítica pretexta dizer que acontece. Muito pelo contrário. Porque a abstração de toda a humanidade, até mesmo da aparência da humanidade, praticamente já é completa entre o proletariado instruído; porque nas condições de vida do proletariado estão resumidas as condições de vida da sociedade de hoje, agudizadas do modo mais desumano; porque o homem se perdeu assim mesmo no proletariado, mas ao mesmo tempo ganhou com isso não apenas a consciência teórica dessa perda, como também, sob ação de uma penúria absolutamente imperiosa – a expressão prática da necessidade – que já não pode mais ser evitada nem embelezada, foi obrigado a revolta contra essas desumanidades; por causa disso o proletariado pode e deve libertar-se a si mesmo (ibid., p. 49).

O essencial nessa argumentação para a nossa obra é justamente que nas condições de vida do proletariado estão resumidas as condições de vida de toda a sociedade. Em função disso está a universalidade que o proletariado assume no âmbito da luta pela emancipação humana. Porque a miséria do proletariado é a expressão da miséria humana geral, e a aparência de humanidade assumida pela burguesia representa apenas uma parcialidade restrita. Se apenas uma parte da sociedade vive sob condições humanas, então o todo da humanidade se perdeu. O proletariado é a única classe que,

em face da revolução, “nada têm a perder a não ser os seus grilhões. Tem um mundo a ganhar” (MARX; ENGELS, 2010, p. 69).

O proletariado se torna a vanguarda da emancipação humana justamente por ser a classe mais baixa, destituída de qualquer poder econômico, e é exatamente essa condição objetiva que lhe garante a aptidão histórica de levar a cabo uma revolução social inédita na história da humanidade. O fato de que as condições de vida da humanidade estejam resumidas no proletariado reflete a ideia de que é esta a classe que representa o conjunto global da humanidade.

E hoje, mais do que nunca, o assalariamento se tornou o regime produtivo da imensa maioria da população global, ainda que com as particularidades de cada setor. Mandel (1979, p. 10) observa corretamente que a “revolução proletária é a primeira revolução na história que é levada a cabo pela classe mais inferior da sociedade”, e que está excluída completamente de toda participação na riqueza social (em oposição à posse de bens de consumo constantemente consumidos).

Mas a essência universal do proletariado vai além das suas próprias condições de vida. O progresso técnico da Revolução Industrial e o advento do capitalismo instituíram, para além de novas penúrias sociais e novos sujeitos históricos, toda uma nova organização da produção que incide diretamente nas relações humanas. Consequentemente, em novas relações de classe.

Lenin já em 1896, em seu *Projeto de Programa do Partido Socialdemocrata e Explicação desse Projeto*, assenta sua compreensão dessas novas relações de classe com base em seus estudos econômicos da realidade russa, identificando que: “A fábrica acentua a exploração dos operários e a generaliza, transforma-a em toda uma ‘ordem de coisas’” (LENIN, 1979b, p. 26).

A concentração em grandes centros produtivos, em grandes fábricas, tal qual Elleinstein afirmou, deu um dinamismo inédito à sociedade russa. A situação massiva e concentrada do proletariado propicia um poder de classe distinto daquele do campesinato disperso e individualizado em seu lote. O próprio inimigo do proletariado, unificado na classe capitalista, implica numa união crescente em direção a uma luta em escala nacional. Mesmo no âmbito da luta econômica, isto é, a luta voltada para a melhoria das condições de vida imediatas,

Transforma-se, inevitavelmente, numa luta contra toda a classe capitalista, contra toda a estrutura social baseada na exploração do trabalho pelo capital [...] a luta dos operários adquire um significado social, converte-se numa luta de todos os trabalhadores contra todas as classes que vivem às custas do trabalho alheio (ibid., p. 27).

Porém, a luta proletária contra essa *ordem das coisas* exige muitas mediações em razão do atraso histórico vivido pela Rússia. Como afirmamos, o proletariado era a classe minoritária antes, durante todo o decurso da Revolução de 1917, e significativamente depois dela também. As condições da autocracia, a repressão permanente, a proibição dos partidos, colocava nos anos que precederam a revolução que “a reivindicação mais urgente dos operários e a primeira tarefa que se deve cumprir para conseguir que a classe operária influa sobre os assuntos políticos deve consistir em alcançar a liberdade política” (ibid., p. 34).

Quase uma década depois do *Projeto de Programa*, em 1905, a reivindicação continuava a mesma, consagrada na luta pela *revolução democrática*. Mas os posicionamentos perante as demais classes, em especial o campesinato e a burguesia, ganham uma fisionomia muito mais clara, já *regulados pela concreticidade* dos acontecimentos. Revelou-se com plena nitidez o caráter entreguista e vacilante da burguesia liberal.

Diante desse quadro, tanto nos períodos de unificação dos círculos sociais democratas anteriores à fundação do POSDR, da desintegração do campesinato e o nascimento do capitalismo, quanto em 1905 até a Revolução de 1917, o lugar do campesinato na estratégia revolucionária variou sensivelmente. Enquanto Lenin defendia uma aliança histórica com o campesinato, elevando-o a um status revolucionário para dividir trincheiras sob a direção do proletariado urbano na luta contra autocracia e pela revolução democrática, seus adversários mencheviques, que menosprezavam o papel camponês e populistas que o superestimavam, equivocaram-se, como demonstrou a história. A esse respeito dedicamos o próximo tópico do presente capítulo.

A ALIANÇA OPERÁRIO-CAMPONESA

O zelo de Lenin para com a questão camponesa sempre esteve presente em sua prática política. Pode parecer uma obviedade que um revolucionário tenha tido tal consideração diante da classe que representava a grande maioria da população de seu país, mas observando as posições de seus contemporâneos, podemos perceber que é apenas Lenin quem situa o campesinato da forma mais adequada na revolução do contexto russo, como aliado histórico e transitório do proletariado pela revolução democrática. Fresu afirma o seguinte:

Lenin opera uma primeira mudança entre 1901 e 1908, propondo inserir no programa do partido revolucionário do proletariado as reivindicações da massa camponesa, dentro da convicção de que somente colocando-as sob sua direção o proletariado russo teria possibilidade de sucesso. Essa intuição sobre a questão camponesa e a política de alianças, que resultará decisiva em 1917 e para o recebimento do marxismo nos países rurais do Extremo Oriente asiático, não se encontra em nenhuma outra elaboração marxista do seu tempo (FRESU, 2016, p. 145).

Ele está com toda razão ao observar que a política lenineana favoreceu a chegada do marxismo em países predominantemente rurais e abundantes em camponeses. E essa observação não é pequena se tomarmos os exemplos das revoluções de inspiração marxista ao longo da história, quando na maioria, senão em todas, o peso do campesinato foi decisivo. A Revolução Chinesa (1949), a Revolução Cubana (1959), a Revolução Sandinista (1979), a Revolução e a Guerra do Vietnã (1954 e 1975, respectivamente) e inúmeros exemplos de lutas de libertação nacional e anticoloniais de inspiração marxista, todas tiveram um papel enérgico das populações camponesas.

Numa coisa, porém, o autor se equivoca. Em graus e formas diferentes, Lenin dedica atenção ao problema camponês antes mesmo de 1901. No seu *Projeto* de programa de 1896, já estão incluídas ali quatro reivindicações camponesas:

Para os camponeses, o Partido Social-Democrata da Rússia exige:
1 Abolir os pagamentos de resgate e indenizar os camponeses pelos pagamentos de resgate feitos anteriormente. Devolução aos camponeses das somas versadas em excesso ao fisco.
2 Devolução aos camponeses das terras que lhes tiraram em 1861.
3 Plena igualdade no que diz respeito às contribuições e impostos para as terras dos camponeses e dos latifundiários.
4 Abolição da caução solidária e de todas as leis que limitem o direito dos camponeses de disporem de suas terras (LENIN, 1979b, p. 19).

O que transparece nesse programa é a inexistência da reivindicação da “Partilha Negra”, o termo utilizado pelos populistas que representava a repartição das terras dos latifundiários. Essas reivindicações dirigiam um ataque contra as reminiscências de servidão, como a caução solidária, e o peso tributário sobre os ombros dos camponeses. Estava em plena sintonia, portanto, com a defesa política lenineana de *Desenvolvimento*.

O programa lenineano para o campo se distingue decisivamente da proposta populista ou esserista⁵³. Voltando a Marx nos esboços de sua carta à Zasulich, fica explícita que uma das condições para que o desenvolvimento do *mir* saltasse para a propriedade comunista seria o emprego de uma agricultura coletiva em larga escala⁵⁴. No *Manifesto* também, Marx e Engels enumeram uma série de medidas para dar início à transição socialista nos países avançados, com um modelo de transformação da agricultura em indústria agrária, tais como:

1 Expropriação da propriedade fundiária e emprego da renda da terra para despesas do Estado.
[...]

53 Os esseristas eram os membros do chamado Partido Socialista-Revolucionário. Os esseristas eram os herdeiros diretos do populismo e se constituíram como partido em meados de 1902 a partir da junção de vários intelectuais dessa raiz ideológica. Eram caracterizados como pequeno-burgueses por Lenin e pelos social-democratas pois mantinham no seu programa a centralidade na comuna rural e no trabalho cooperativo. A única aliança tática possível entre os bolcheviques e os esseristas foi pela abolição dos latifúndios, na ocasião da Revolução de 1917, quando uma parte deles aderiu ao novo regime, os chamados “esseristas de esquerda”.

54 No primeiro esboço isso fica evidente: “A propriedade comum da terra lhe permite transformar de modo direto e gradual a agricultura parceleira e individualista em agricultura coletiva, [...] a configuração física da terra russa convida à exploração agrícola com auxílio de máquina organizada em grande escala, operada pelo trabalho cooperativo” (Marx, 2013a, p. 94-99).

8 Unificação do trabalho obrigatório para todos, organização dos exércitos industriais, particularmente para a agricultura.

9 Unificação dos trabalhos agrícola e industrial; abolição gradual da distinção entre cidade e campo por meio de uma distribuição mais igualitária da população pelo país (MARX; ENGELS, 2010, p. 58).

A proposta revolucionária clássica e de ruptura com a ordem burguesa é a de expropriar, estatizar e coletivizar as grandes empresas agrárias presentes no capitalismo dos países avançados. Do contrário, na proposta de uma reforma agrária clássica burguesa, ela implicaria na manutenção da propriedade privada individual e parceleira, recomeçando um ciclo de concentração fundiária e de diferenciação entre camponeses ricos e camponeses pobres.

O problema é que a Rússia não era um país avançado, e por isso a reivindicação de reforma agrária e de partilha da terra era tão viva entre os camponeses pobres que sofriam com a escassez de terras e com os pesados encargos tributários e reminiscências da servidão.

Em 1896, Lenin não inclui no seu *Projeto* nem a partilha e nem o emprego de uma agricultura coletiva em larga escala. Só comparecem aquelas reivindicações que visam abolir os restos da servidão, dando maior liberdade e mobilidade. O mesmo acontece no *Esboço* do programa de 1902 de preparação para o II Congresso do POSDR, a ideia geral do programa apenas aprofunda aquele de 1896 (LENIN, 1964a). Já no documento *Uma Emenda à Seção Agrária do Programa*, escrito em abril de 1902, Lenin (1964b) repudia a inserção no programa de toda ideia que sustenta a indenização monetária das terras perdidas com a reforma de 1861 por parte dos camponeses.

Nesse texto, ele defende a supressão da possibilidade de indenização e afirma que apenas a *expropriação* através de comitês de camponeses condiz com o programa socialdemocrata revolucionário, deixando restituições ao cargo dos comitês (LENIN, 1964b). Ou seja, ele admite que os camponeses possam organizar-se em comitês e redistribuírem as terras por si próprios. Aqui já vemos que Lenin admite a possibilidade de redistribuição. Em 1903, em sua brochura intitulada *Aos pobres do campo*, ele estipula como uma das medidas que os sociais-democratas defendiam:

Os comitês camponeses examinarão quais as terras cortadas, ou prados, ou pastos, etc., que foram injustamente retirados aos camponeses, examinarão se estas terras devem ser confiscadas sem indenização ou se deve dar, à custa dos grandes nobres, uma compensação àqueles que compraram essas terras (LENIN, 1986a).

A expropriação da grande propriedade e sua coletivização são apontadas como uma solução maior dentro do âmbito do socialismo. Porém, Lenin não descartou o apoio ao programa de redistribuição das terras e de reforma agrária, mesmo este estando limitado ao horizonte burguês. Isso porque ele englobava a reforma agrária no âmbito da revolução democrática, o processo de derrota da autocracia que antecederia a revolução socialista.

Em 1906, durante o Congresso de Unificação do POSDR, quando reuniram-se bolcheviques e mencheviques em Estocolmo, uma polêmica na revisão do programa agrário se centrou em três propostas principais: a divisão de terras; a municipalização e a nacionalização. Lenin defendia a proposta da nacionalização, que consistia em um confisco de todas as terras para as mãos do Estado, mas não qualquer Estado: a república democrática que seria conquistada com a derrubada da autocracia.

Os mencheviques, separados entre a “divisão”, como reforma agrária clássica, e a municipalização, principalmente defendida por Plekhanov e que se tratava da entrega das terras para os órgãos locais, os *zemtvos*. Em seu discurso de resposta às críticas à sua proposta, ele atesta o quanto a municipalização era errada, porque seria a entrega das terras nas mãos dos inimigos do campesinato (nobres latifundiários, funcionários do czarismo), porém, considerando a divisão ainda como uma possibilidade a depender do nível de consciência dos camponeses, ele afirma que “Na minha opinião, a municipalização é errada e prejudicial; a divisão é errada, mas não prejudicial” (LENIN, 1965a, tradução nossa). Isto porque ele faz um diagnóstico central da posição de classe do campesinato como pequeno proprietário, afirmando que

após a vitória completa da revolução democrática, o pequeno proprietário virá inevitavelmente contra o proletariado, quanto mais cedo os inimigos comuns do proletariado e dos pequenos proprietários, como os capitalistas, os latifundiários, a burguesia financeira, etc., forem derrubados (LENIN, 1965a, tradução nossa).

Ainda em 1906, num texto chamado *Revisão do Programa Agrário do Partido Operário*, fazendo um balanço do problema agrário entre a socialdemocracia, ele afirma que eles defendiam três eixos principais: uma revolução agrária seria necessariamente parte da revolução democrática, cujo conteúdo era a abolição dos resquícios feudais; a revolução democrática não iria atrasar, mas sim estimular o desenvolvimento do capitalismo, tendo conteúdo democrático-burguês; e, por último, a socialdemocracia tem todas as razões para apoiá-la e tomá-la como tarefa principal, “mas não amarrando as mãos assumindo compromissos, e de forma alguma se recusando a apoiar até mesmo uma ‘redistribuição geral’” (LENIN, 1965b, tradução nossa).

Fica claro, portanto, que Lenin já desde muito cedo defende a expropriação das grandes propriedades e a abolição de todos os resquícios feudais, englobando, de uma forma ou de outra, as reivindicações camponesas. Ele reafirma o tempo todo a necessidade de educar o campesinato para que ele não caia nas ilusões da burguesia liberal ou no socialismo romântico dos populistas. No artigo *O problema da terra e a luta pela liberdade* (junho de 1906), Lenin confronta as propostas na Duma⁵⁵ sobre o problema agrário dos Cadetes⁵⁶ e dos Trudoviques⁵⁷, afirmando que, por mais bem

55 A Duma era uma “Instituição representativa que o governo tsarista se viu obrigado a convocar em consequência dos acontecimentos revolucionários de 1905. Formalmente, a Duma de Estado era um órgão legislativo, mas de facto não tinha poder efectivo algum. As eleições para a Duma de Estado não eram nem directas, nem iguais, nem gerais. Os direitos eleitorais das classes trabalhadoras, bem como das nacionalidades não russas que habitavam na Rússia, eram consideravelmente restringidos. Uma grande parte dos operários e camponeses era totalmente privada de direitos eleitorais. A I Duma de Estado (Abril - Julho de 1906) e a II Duma do Estado (Fevereiro-Junho de 1907) foram dissolvidas pelo governo tsarista. Depois de efectuar em 3 de Junho de 1907 um golpe de Estado, o governo tsarista promulgou uma nova lei eleitoral que limitava ainda mais os direitos dos operários, dos camponeses e da pequena burguesia urbana, assegurando o domínio total da aliança reacçãoária dos latifundiários e dos grandes capitalistas na III (1907-1912) e na IV (1912-1917) Dumas de Estado” (DICIONÁRIO POLÍTICO, 2017).

56 Os Cadetes, alcunha do Partido Constitucional-Democrata, era o principal partido da burguesia monárquica-liberal, que, depois da Revolução de 1905, se afastou crescentemente do proletariado e visava constituir na Rússia uma monarquia constitucional, sem derrotar profundamente a autocracia, mas sim reformá-la. Eram membros tanto latifundiários, industriais e intelectuais burgueses. Eles se originaram principalmente em torno das ideias do periódico *Osvbojdénie* de Struve, cujas origens estavam ligadas ao marxismo legal.

57 No resumo do Dicionário Político (2017), afirma-se que Trudoviques eram um “grupo de democratas pequeno-burgueses na Duma de Estado da Rússia formado por camponeses e intelectuais de tendência populista. A fracção dos trudoviques formou-se em Abril de 1906

intencionada que seja a proposta trudovique pela abolição da desigualdade através da divisão da terra, em realidade ela apenas iria reafirmá-la, porque

Nenhuma lei sobre a terra pode abolir a desigualdade e a exploração enquanto a produção para o mercado continuar, e enquanto houver a regra do dinheiro e o poder do capital. A exploração só pode ser completamente abolida quando todas as terras, fábricas e ferramentas forem transferidas para a classe trabalhadora e quando a produção socializada e planejada em larga escala estiver organizada. É por isso que o socialismo proletário (marxismo) mostra que todas as esperanças do socialismo pequeno-burguês da possibilidade de “igualar” a produção em pequena escala, ou mesmo a possibilidade de preservar a produção em pequena escala sob o capitalismo, são infundadas. (LENIN, 1965h, tradução nossa).

A afirmação lenineana demonstra de forma cabal a *flexibilidade tática* dentro de seu pensamento. Ao mesmo tempo em que não descartou a possibilidade de apoiar a divisão das terras, ele trabalhou para demonstrar a superioridade da produção em grande escala e como a divisão e a manutenção da pequena propriedade levariam a um novo estágio da luta de classes, pois o campesinato embebido de suas aspirações pequeno-burguesas se voltaria contra o proletariado revolucionário.

É nisso que consiste a instabilidade do campesinato, criticada duramente por ele. Evidencia-se tal posicionamento em *Dois táticas da socialdemocracia na revolução democrática*, quando Lenin faz um balanço da Revolução de 1905 e compara as duas táticas, bolchevique (traçada no III Congresso do POSDR) e menchevique (elaborada na sua conferência própria, já que se

com base nos deputados camponeses à I Duma de Estado. Na Duma de Estado os trudoviques oscilavam entre os democratas-constitucionalistas e os sociais-democratas. Estas oscilações eram determinadas pela própria natureza de classe dos pequenos patrões camponeses. Dado que os trudoviques, em certa medida, representavam as massas camponesas, os bolcheviques aplicaram uma tática de acordo com eles na Duma em relação a certas questões, para travar uma luta conjunta contra o tsarismo e os democratas-constitucionalistas. Em 1917, o Grupo do Trabalho fundiu-se com o partido dos ‘socialistas populares’ e apoiou activamente o governo provisório burguês. Depois da Revolução Socialista de Outubro, os trudoviques actuavam ao lado da contra-revolução burguesa. Os trudoviki reivindicavam a abolição de todas as limitações nacionais e de casta, a democratização das administrações autônomas locais, urbanas e rurais, o sufrágio universal para as eleições à Duma de Estado e antes de mais nada a solução da questão agrária”.

abstiveram do congresso), quando avalia que o “campesinato inclui, ao lado dos elementos pequeno-burgueses, uma massa de elementos semiproletários. Isto fá-lo ser também instável, obrigando o proletariado a unir-se num partido rigorosamente de classe” (LENIN, 1982a, p. 442).

Essa concepção de Lenin é a continuação de todas as suas elaborações anteriores que consideram o campesinato uma classe reacionária *por natureza*: sua condição objetiva como pequeno-proprietário o compele a defender a manutenção da propriedade privada, entrando em relativo conflito com as aspirações do proletariado socialista.

Além disso, demonstra-se novamente o protagonismo dirigente do proletariado, organizado em um partido próprio, “rigorosamente de classe”. Prenuncia, inclusive, uma futura “traição” do campesinato, pois, passada a etapa democrática da revolução russa, o campesinato, “como classe possuidora de terra, desempenhará nesta luta o mesmo papel de traição, de inconsequência, que agora desempenha a burguesia na luta pela democracia. Esquecer isso é esquecer o socialismo” (LENIN, 1982a, p. 469).

Sua inspiração certamente vem de uma passagem rematada do *Manifesto* (e o próprio a reivindicou várias vezes), em que Marx e Engels (2010, p. 49) argumentam que as camadas médias, entre elas os camponeses, “combatem a burguesia porque esta compromete a sua existência como camadas médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, são reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da História”.

É por isso que em 1902, nos documentos preparatórios do II Congresso, Lenin insistia numa separação conceitual clara entre o termo genérico das “massas exploradas” e o proletariado, como fica evidente em suas *Notas sobre o segundo esboço de programa de Plekhanov*: “estes parágrafos apresentam a relação do proletariado com os pequenos produtores de uma maneira totalmente unilateral e incorreta [...] deixam o caminho aberto ao populista ‘crítico’, e todos os tipos de mal-entendidos pequeno-burgueses” (LENIN, 1964c, tradução nossa).

Sua teimosia em estabelecer uma precisão conceitual de não deixar dúvidas advém de sua concepção da necessidade de um partido proletário independente, justamente pelo caráter essencialmente instável do campesinato.

Se iniciamos esse debate apontando que foi Lenin quem conseguiu melhor situação, agora parece que Lenin preferia ver-se livre dessa classe. A

ida ao “povo” defendido pelos populistas é radicalmente distinta da noção de povo lenineana, que busca o campesinato como um aliado histórico do proletariado.

Simultaneamente, os “economistas”⁵⁸ e seu exagero aos problemas da fábrica, subordinando as lutas políticas de outras naturezas às lutas econômicas imediatas, menosprezavam o papel do campesinato na luta pela revolução democrática. A aliança entre proletários e camponeses está umbilicalmente ligada com a estratégia de revolução, primeiro derrubando a autocracia, por isso

a única força capaz de obter a “vitória decisiva sobre o tsarismo” só pode ser o *povo*, isto é, o proletariado e o campesinato, se tomar a grandes forças fundamentais e se distribuir a pequena burguesia rural e urbana (também “povo”) entre um e outro. “A vitória decisiva sobre o tsarismo” é a *ditadura revolucionária democrática do proletariado e campesinato* (LENIN, 1982a, p. 411, grifo do autor).

Povo, em Lenin, não é a uma fusão indiscriminada e amorfa de distintas classes sociais, é a constituição de um bloco revolucionário com a hegemonia proletária e apoiada nas mobilizações das grandes massas do campo e da cidade. György Lukács (2012, p. 35), em seu estudo sobre a unidade do pensamento de Lenin, escrito em 1924 após a morte do líder russo, afirma que nos primeiros anos de luta contra a autocracia era natural que todos fossem vistos como algo homogêneo, o povo, sem ter uma distinção de classe muito clara.

Se o camponês pobre é carregado de preconceitos, de ignorância, então o proletariado deveria elevar a consciência do campesinato pobre, cujo

58 Este assunto, da luta econômica e política, é investigado no próximo capítulo. Mas como uma explicação é necessária para que a referência se faça a entender, devemos destacar que o “economismo” foi uma tendência particular do movimento social-democrata russo nos seus primórdios que advogava pela prioridade da luta econômica, ou seja, a luta fabril e salarial imediata entre operários e patrões, em detrimento das tarefas políticas de luta contra o czarismo e seu governo autocrata. Lenin lutou contra o economismo em todas as suas formas assumidas em vários momentos da história da revolução, principalmente na sua associação com o menchevismo. O que no início se manifestava apenas como um “culto ao espontaneísmo” das massas, foi progressivamente se tornando uma tendência reformista e recuada, até o ponto de negar veementemente a necessidade do partido proletário e seu aparato clandestino, tentando converter o POSDR num partido legal a qualquer custo.

objetivo imediato, derrubar a autocracia e a aristocracia fundiária, coincide com o objetivo do proletariado na busca de sua liberdade política e pela passagem de uma nova etapa da luta de classes em direção à revolução socialista.

Algo que é nítido quando Lenin reprova os mencheviques em sua posição de rebaixamento do campesinato em 1905, pois ela “*desce inconscientemente até o nível da massa dos latifundiários*. O congresso [bolchevique] do partido, com suas palavras de ordem políticas de âmbito nacional, *eleva a massa dos camponeses até o nível revolucionário*”. (LENIN, 1982a, p. 404, grifo do autor).

No III Congresso do POSDR, que reuniu apenas a fração bolchevique e que aconteceu em meio aos arrebentos da revolução de 1905, está explícito que Lenin e seus correligionários creditavam muito maior peso aos camponeses, mesmo definindo com grande precisão o seu caráter movediço de classe, exortando o Partido e o movimento à “criação imediata de comitês camponeses revolucionários para a realização de todas as transformações democráticas” (LENIN, 1982a, p. 346).

Por mais que em 1905, em *Duas táticas*, a relação entre proletários e camponeses estivesse muito melhor desenhada que nos anos precedentes, em 1904, Lenin, avaliando o II Congresso de POSDR em *Um passo à frente, dois passos atrás*, já criticava os mencheviques e sua posição recuada diante do campesinato, argumentando que “o ponto de vista de classe pode ser mais ou menos estreito, mais ou menos progressivo, precisamente devido a dupla posição do pequeno-burguês” (LENIN, 1982b, p. 240).

Tal posição está novamente em pleno acordo com o ponto de vista de Marx e Engels (2010, p. 49, grifo nosso) quando sustentam que as camadas médias só se tornam revolucionárias na “iminente passagem para o proletariado; não defendem então seus interesses, mas seus interesses futuros *abandonam seu próprio ponto de vista* para se colocar ao lado do proletariado”.

Enquanto camada média, o campesinato está *em disputa*⁵⁹, podendo por vezes se colocar ao lado do proletariado, ou ficar a reboque da burgue-

59 Lenin (1982g, p. 58) afirma que, do ponto de vista material, “a tendência do mujique na sua atividade econômica é a de tornar-se kulak”, então sua aspiração, por mais que temporariamente revestida de teor “democrático” e “igualitarista”, enquanto pequeno-proprietário, é a de assumir uma posição de camponês rico.

sia liberal, “E a nossa tarefa não é de modo nenhum deixar cair nos braços de desânimo perante a estreiteza (‘estupidez’) do *mujiqe* ou perante a sua submissão aos ‘preconceitos’, mas, pelo contrário, alargar constantemente o seu ponto de vista” (LENIN, 1982b, p. 240).

É com essa probidade para com os camponeses pobres que Lenin, em 1905, desenvolve sua noção de *Ditadura democrática de proletários e camponeses*, a palavra de ordem da república e da derrubada da autocracia.

O caráter austero do princípio da independência do proletariado, seja ela político-organizativa ou programático-reivindicatória, manifesta-se constantemente, e sempre cimentada naquela *universalidade do proletariado*, que deve “seguir sempre o seu caminho independente sem enfraquecer a sua ligação com o partido socialdemocrata e tendo presentes os seus grandes objetivos finais, a *libertação da humanidade inteira de toda exploração*” (ibid., p. 379, grifo nosso). A *intransigência de princípios*, todavia, é inseparável de uma permanente *elasticidade tática*, quando Lenin justapõe a assertiva de que independência do proletariado

nunca nos poderá levar ao esquecimento da *arremetida revolucionária comum* no momento da atual revolução. [...] Que não se esqueça que representa as necessidades e os interesses também de todo campesinato, de toda a massa de trabalhadores e explorados, de todo povo, contra o inimigo comum (ibid., p. 379, grifo nosso).

Esse aspecto fica comprovado em inúmeros exemplos, quando afirma que o camponês como pequeno proprietário possui “um desejo de defender sua existência como pequenos proprietários, isto é, defender os alicerces da atual ordem e até mesmo transformá-la de volta”, por isso o “proletariado sozinho é uma classe realmente revolucionária... O pequeno fabricante... o artesão, o camponês... não são revolucionários, mas conservadores. Mais, eles são reacionários” (LENIN, 1964b, tradução nossa). Sempre situando os dois lados da questão, a prioridade dirigente proletária e a aliança tática com o campesinato, porque uma fusão indistinta de duas classes objetivamente diferentes é irreal, então

a unidade de vontade entre proletariado e pequena burguesia é impossível. A vontade pode ser única num sentido e não ser única noutra. A ausência de unidade nas questões do socialismo e na luta pelo

socialismo não exclui a unidade nas questões de vontade nas questões da democracia e na luta pela república (LENIN, 1982a, p. 432).

A unidade do proletariado com o campesinato só coincide porquanto a luta pela revolução democrática está no horizonte imediato, pois a heterogeneidade própria das duas classes impõe um inimigo comum a ser combatido. É notória a recusa de Lenin de operar uma *identidade*⁶⁰ entre as duas classes, bem como discorda da simples *negação* absoluta operada pelos economistas, ao invés disso, sua *supra-assunção* propõe uma *unidade* entre proletariado e campesinato na luta contra a autocracia e pela república democrática.

A título de ilustração, no Brasil, os comunistas passaram quase todo o século XX orientados por uma orientação dogmática da *estratégia de revolução em duas etapas*, inspirada e mecanicamente imitada da Revolução Russa, quando a primeira etapa, democrático-burguesa, deveria libertar o país do imperialismo e dos “restos feudais”, para depois avançar ao socialismo na segunda etapa proletária. Dessa forma, defendiam uma “frente única do proletariado, da pequena burguesia urbana e da grande burguesia industrial, contra o imperialismo e o governo dos grandes proprietários rurais feudais” (BRANDÃO apud PRESTES, 1980, p. 200), ficando completamente a reboque de uma burguesia dependente e associada ao capital internacional⁶¹.

Ao contrário dos intérpretes brasileiros, nem Lenin e nem os bolcheviques tiveram grandes expectativas com a burguesia liberal oprimida pela autocracia. Em as *Duas táticas*, Lenin preconizava o que aconteceria em 1917, quando a burguesia iria “inevitavelmente para o lado da contra-revolução, para o lado da autocracia, contra o povo, logo que sejam satisfeitos os seus interesses estreitos e egoístas, logo que ‘se afaste’ do espírito democrático consequente (*e já está a se afastar dele!*)” (LENIN, 1982a, p. 442, grifo do autor).

O campesinato, ao contrário da burguesia, é uma camada média, transitória, entre proletários e capitalistas, por essa razão, pela sua instabilidade

60 “É absolutamente incorreto *identificar* o descontentamento do proletariado com o do pequeno produtor” (LENIN, 1964b, grifo e tradução nossos).

61 A esse respeito, mesmo sendo um assunto apenas residual, há extensa bibliografia, mas indicamos particularmente os textos de Anita Prestes (1980 e 2012).

econômica, ele também possui uma instabilidade ideológica, enquanto a burguesia apenas desejava se *apoiar* nos camponeses e proletários para abrir espaço ao livre desenvolvimento do capitalismo, mesmo que isso custasse trair a revolução e entrar em acordo com o czarismo. Esta é a defesa⁶², em 1905, do periódico *Osvobojdénie*⁶³, dirigido pelo burguês liberal Piotr Berngárdovitch Struve.

Quando a burguesia se afastou do processo revolucionário e empreendeu sua conciliação com o czarismo, tanto em 1905 quanto em 1917, Lenin afirma que quem fica é o *povo*, as massas de camponeses pobres e humilhados dirigidos resolutamente pelo proletariado urbano. Há aqui uma definição nitidamente classista de povo, não mais dissolvidas num conceito abstrato. À insurreição camponesa, contra a sua precariedade, apenas o proletariado “pode dar uma direção, conduzindo o movimento das massas a uma finalidade realmente vantajosa para os camponeses, e que cria as condições em que o proletariado pode assumir, com toda a chance de vitória, a luta contra o czarismo e a burguesia” (LUKÁCS, 2012, p. 43).

Novamente, isto é resultado da posição econômica do proletariado, quando em 1917, no livro *O Estado e a Revolução*, Lenin reafirma a compreensão em que “O regime burguês, ao mesmo tempo em que fraciona, dissemina os camponeses e todas as camadas da pequena burguesia, concentra, une e organiza o proletariado” (LENIN, 2010a, p. 46).

O conceito de povo, então abstrato no início da luta contra a autocracia, retorna dialeticamente transformado. É possível afirmar que Lenin opera uma *supra-assunção* (*aufhebung*) do sujeito revolucionário no contexto russo, pois, entre proletários e camponeses, os seus “objetivos de classe são distintos [...] era preciso distinguir as duas classes, acabando com a sua fusão no conceito de povo [...] mas elas só podem realizar esses diferentes objetivos de classe na luta conjunta” (LUKÁCS, 2012, p. 43).

62 A defesa de P. B. Struve e cia era de uma assembleia constituinte convocada pelo czar (LENIN, 1982a, p. 404).

63 Segundo o Dicionário Político (2017), o *Osvobojdénie* era uma “Revista quinzenal, que se publicou no estrangeiro de 18 de Junho (1 de Julho) de 1902 a 5 (18) de Outubro de 1905 sob a direção de **P. B. Struve**. A revista era um órgão da burguesia monárquico-liberal russa. Em 1903, em volta da revista formou-se (e em Janeiro de 1904 formalizou-se) a União de Libertação, que existiu até Outubro de 1905. Os ‘osvobojdenistas’ constituíram mais tarde o núcleo do **Partido Democrata-Constitucionalista**, que se formou em Outubro de 1905. Os membros dessa União eram chamados osvobojdentsi”.

A ultrapassagem-conservação nega e preserva sincronicamente, inaugurando uma nova criação qualitativamente diferente. A experiência e a história comprovaram que Lenin é quem estava certo. Os mencheviques e esseristas, em seu compromisso com a burguesia durante o Governo Provisório, foram incapazes de levar a revolução democrática até o fim, sendo legada pelo proletariado e pelos bolcheviques tarefa de enfrentar os latifundiários e a burguesia rural, como se demonstrou na rápida adoção do *Decreto sobre a Terra*⁶⁴, expropriando os latifundiários, a igreja e contido na intervenção de Lenin (2000c) no *II Congresso Pan-Russo dos Sovietes de Deputados de Soldados, Operários e Camponeses* em seu *Relatório sobre a Terra*. Os bolcheviques, dessa forma, firmam a aliança do proletariado com o campesinato, num novo conceito revolucionário de povo:

O confuso e abstrato conceito de “povo” tinha que ser eliminado, porém apenas para permitir que do entendimento concreto das condições de uma revolução proletária surgisse o conceito – revolucionariamente diferenciado – de como como *aliança revolucionária de todos os oprimidos*. A partir dessa base, o partido de Lenin vê a si mesmo como o herdeiro das tradições efetivamente revolucionárias dos *narodniki* (LUKÁCS, 2012, p. 43).

Por aqui encerramos nossa sistematização dos sujeitos da revolução dentro do pensamento lenineano, concluindo que, em sua obra e em sua prática, Lenin foi como na expressão de Lukács (2012, p. 107), um *tertium datur*, uma superação de oposições mutuamente excludentes, posto que não rebaixava o conjunto das tarefas da revolução democrática, e das classes que a aspiravam à sua conquista, ao proletariado fabril, *flexibilizando* sua tática e a política de alianças; e concomitantemente preservou *intransigentemente* a independência programático-reivindicatória e político-organizativa do proletariado.

Intransigência e flexibilidade se articulam dialeticamente no âmbito programático, porque admitiu a possibilidade de partilha da terra, mesmo entendendo que essa pauta estava confinada ao horizonte burguês, sendo, por outro lado, a nacionalização e produção rural coletiva em larga escala

64 O *Decreto sobre a Terra* foi instituído no II Congresso, o mesmo que decidiu pela passagem de “todo poder aos soviets”, no dia 26 de outubro (8 de novembro) de 1917.

superiores à repartição aos pequenos produtores. Já a esfera político-organizativa é apreciada no próximo capítulo. Por agora, vamos ao último item deste capítulo compreender as noções de *tática e estratégia*.

ESTRATÉGIA E TÁTICA, DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA À REVOLUÇÃO SOCIALISTA

É de conhecimento notório que Lenin sempre possuiu um “fraco” por analogias militares em seus escritos, como ele próprio admitiu⁶⁵, afinal, ele foi um comandante em chefe de uma guerra. Não uma guerra comum, mas uma *guerra de classes*, que redundou na vitória do proletariado russo e do partido bolchevique. Por isso, Lenin importa os conceitos de estratégia e tática militar para trabalhá-los na política.

Uma de suas inspirações é o estratega e general prussiano Carl von Clausewitz, veterano das guerras napoleônicas. Em sua obra *Da Guerra*, publicada em 1832, ele define a estratégia como: “o emprego da batalha como meio para a consecução do objeto da Guerra”. Ela deve estar, portanto, subordinada às finalidades da guerra, “dar um fim a toda a ação militar, que deve estar de acordo com o objeto da Guerra”. Ao mesmo tempo que está em ligação com o objetivo último da guerra, a estratégia

faz os planos para as campanhas separadas e regula os combates a serem travados em cada. Por outro lado, a tática é entendida como a teoria relativa à utilização das forças armadas na ação bélica [...] é a atividade que consiste em ordenar e dirigir os diferentes choques que ocorrem no curso de uma guerra (CLAUSEWITZ, 2003, tradução nossa).

Lenin se apropria dessas concepções e as emprega no âmbito da luta de classes, pela derrubada do capital e pela construção do comunismo. A tática do Partido reflete, portanto, “sua conduta política ou o caráter, a orientação e os métodos de atuação política” (LENIN, 1982a, p. 387). Ela está associada e é regulada pelo objetivo final e pela estratégia. O objetivo

65 “Tenho que reconhecer que também tenho um grande fraco pelas comparações militares, sobretudo agora, quando se acompanha com tanto interesse as notícias do Pacífico” (LENIN, 1982b, p. 338, nota de rodapé).

final é descrito por Lenin no artigo *Nosso Programa*, de 1899, como “a conquista do poder político pelo proletariado e a organização da sociedade socialista” (LENIN, 1979a, p. 39).

Como já afirmamos, para atender esse objetivo, ele emprega a estratégia da revolução democrática para conquistar a liberdade política, solucionar os vestígios feudais e desenvolver o capitalismo, abrindo espaço para a revolução socialista⁶⁶, identificada como o objetivo final.

Quando entendemos que o socialismo e a tomada política do poder são a etapa de transição para o comunismo, através do fenecimento do Estado, compreendemos que tratam-se também das suas etapas inferior e superior. Em *O Estado e a Revolução*, redigido no calor de 1917, Lenin (2010a) recupera as análises de Marx e Engels para defender que a primeira etapa da revolução socialista pela substituição do Estado burguês pelo Estado proletário é feita através de uma revolução violenta, enquanto a abolição do Estado proletário, ou seja, de todo Estado já rumo à sociedade sem classes, ocorre pelo definimento.

Poderíamos concluir esse raciocínio da seguinte maneira: do ponto de vista do estabelecimento do comunismo e da sociedade sem classes, a revolução socialista é uma estratégia parcial, ou uma tática; enquanto que, do ponto de vista da revolução socialista no contexto russo do início do século XX, a revolução democrática é uma tática ou uma estratégia parcial. Há uma dialética entre o parcial e o geral.

Harnecker, apesar de contradizer-se ao afirmar que as *Duas táticas* deveriam chamar-se *Duas estratégias*, reconhece que “a relação entre um objetivo estratégico parcial e o objetivo estratégico final, assim como a relação entre tática e estratégia, é uma relação entre o todo e a parte” (HARNECKER, 2012, p. 63). Na realidade, tomando a revolução democrática como estratégia parcial dentro do âmbito da estratégia geral da revolução

66 Rejeitando as elaborações tipicamente esquerdistas que clamavam pela revolução imediatamente socialista, Lenin afirma que “o grau de desenvolvimento econômico da Rússia (condição objetiva) e o grau de consciência e de organização das massas do proletariado (condição subjetiva, indissolivelmente ligada à objetiva) tornam impossível a libertação *imediata* e completa da classe operária” (LENIN, 1982a, p. 391, grifo do autor). Mesmo em 1917, Lenin voltará a recordar desse atraso afirmando que a Rússia era o país mais pequeno-burguês do mundo, creditando os futuros da revolução em seu país ao desabrochar de outros processos de tomada de poder pelo proletariado ocidental.

socialista, punham-se duas táticas distintas da socialdemocracia perante os desafios de 1905, a menchevique e a bolchevique.

A estratégia, pela sua maior generalidade, será sempre um guia, um fio condutor, uma linha orientadora para a atividade cotidiana (ibid., p. 70). Ela não muda enquanto a situação geral e os inimigos estratégicos não mudarem (ibid., p. 109). Enquanto a tática, deve determinar a ação específica, de acordo com as circunstâncias históricas concretas, ela deve se adaptar às diversas situações (ibid., p. 110-111). “Cada vez que surge uma nova conjuntura política, a tática deve responder com formas de organização e de luta apropriadas à nova situação” (ibid., p. 111).

Nos anos iniciais da socialdemocracia russa, em 1901, antes mesmo da sua unificação partidária efetiva, ainda quando atuavam em círculos e uniões, um artigo intitulado *Por onde começar?*, de Lenin, criticava o *taticismo* presente entre os sociais-democratas, que, inspirados no pensamento de Karl Liebknecht, liderança alemã, abusavam da elasticidade tática excessiva. Liebknecht então afirmava que “Se as circunstâncias mudam dentro de vinte e quatro horas, então as táticas devem ser mudadas dentro de vinte e quatro horas” (LIEBKNECHT apud LENIN, 1961). Mas Lenin apertava o cerco contra os sociais-democratas que não haviam estabelecido com firmeza seus princípios:

As táticas de agitação em relação a alguma questão especial, ou as táticas com respeito a algum detalhe de organização partidária podem ser alteradas em vinte e quatro horas; mas somente as pessoas desprovidas de qualquer princípio são capazes de mudar, em vinte e quatro horas ou, em questão de vinte e quatro meses, sua visão da necessidade – em geral, constante e absoluta – de uma organização de luta e de agitação política entre as massas (LENIN, 1961, tradução nossa).

Sua defesa, naquele período, era a da necessidade de se constituir um Partido forte, pois eram anos marcados pela dispersão. Dessa forma, ele reprova as visões que tendiam a insuflar as massas pelo “assalto final”, e conclama seus camaradas a necessidade de realizar um “cerco à fortaleza inimiga” (ibid.). Faltavam-lhes os princípios unificadores, careciam de um plano sistemático de ação. E 1901 foi um ano de intensas manifestações e greves nas principais cidades da Rússia, o que explica o entusiasmo

exagerado por parte de parte da socialdemocracia russa. Ele conclui sua defesa da tática daquele momento afirmando que a tarefa imediata do partido

não é convocar todas as forças disponíveis para o ataque agora, mas sim pedir a formação de uma organização revolucionária capaz de unir todas as forças e guiar o movimento na prática e não apenas no nome, isto é, uma organização pronta a qualquer momento para apoiar cada protesto e cada surto e usá-lo para construir e consolidar as forças combatentes adequadas para a luta decisiva (LENIN, 1961, tradução nossa).

Em contraste direto, dezesseis anos depois, durante a luta febril dos derradeiros momentos que precederam a Revolução de 1917, ele conclama o reticente Comitê Central do POSDR (bolchevique) à tomada imediata do poder, em sua carta *Os Bolcheviques Devem Tomar o Poder*: “Tendo obtido a maioria nos soviets de deputados operários e soldados de ambas as capitais, os bolcheviques podem e *devem* tomar o poder do Estado em suas mãos” (LENIN, 2005c, p. 121).

O que mudou entre 1901 e 1917? Ora, certamente muita coisa, e nem é nosso interesse fazer toda uma reconstrução histórica minuciosa, mas apenas delinear alguns elementos que servem de guia à nossa argumentação. Talvez o primeiro seja a correlação de forças. Em 1901, fazendo um balanço da situação, ele afirma, com as clássicas comparações militares, que as suas forças consistem em “[...] voluntários e insurgentes. Possuímos apenas algumas pequenas unidades de tropas regulares, e estas nem sequer são mobilizadas; elas não estão ligadas umas às outras, nem foram treinadas para formar colunas de qualquer tipo, muito menos colunas de assalto” (LENIN, 1961).

Por outro lado, o seu balanço da correlação de forças em 1917 é muito mais favorável, pois obtiveram a maioria nos soviets. Ele afirma retumbantemente que “[...] a maioria do povo está do nosso lado” (LENIN, 2005c, p. 121). Fica evidente que as variações táticas de cada período exigem um julgamento adequado das correlações de forças entre as classes no interior de cada enquadramento histórico e seu processo de lutas.

A identificação do papel que cada classe cumpre nos diferentes cenários, como elas se comportam perante seus inimigos, como se associam às forças políticas e às tendências em luta, assume um peso central na análise

de conjuntura. Em uma de suas *Cartas de Longe*, de 1917, quando escrevia ao Comitê Central sobre as tarefas urgentes depois da queda de Nicolau II, Lenin afirma que todo político que não teme a verdade “pesa serenamente a correlação das forças sociais numa revolução [...] avalia cada momento atual não pelas características presentes, mas também pelas motivações mais fundamentais, pela mais profunda relação dos interesses do proletariado e da burguesia” (LENIN, 2005h, p. 31).

Ele articula, portanto, a viva necessidade de se analisar os acontecimentos presentes e imediatos, na formulação de palavras de ordem táticas, com a perene e medular luta de classes entre proletariado e burguesia, com a perspectiva da revolução socialista como componente vital da estratégia revolucionária.

Já dissemos que nos anos precedentes a 1917, Lenin e o conjunto da socialdemocracia russa identificavam que a revolução russa teria um caráter eminentemente burguês, ou seja, concordavam que a estratégia parcial era a revolução democrático-burguesa, abrindo caminho para a revolução socialista, como estratégia geral. Na sua análise do emergente capitalismo russo, ele apontava dois caminhos para a sua “conclusão”: ou a via revolucionária clássica, em que a burguesia assume a vanguarda do movimento democrático e procede à derrubada da monarquia e realiza as tarefas democráticas do campo e da cidade; ou a chamada via prussiana, do acordo tácito entre a burguesia e o absolutismo, impede a realização revolucionária das tarefas democráticas, e o desenvolvimento do capitalismo acontece sem derrubar de imediato, mas preserva alguns aspectos da servidão, numa simbiose entre o velho e o novo.

Quando, já em 1905, a burguesia dá sinais de estar indisposta a tomar a luta pela república como uma prioridade, isto é, a derrubada da autocracia, mas sim constituir uma monarquia parlamentar, o que veio a se conformar nos democratas-constitucionalistas (cadetes), fica evidente que a debilidade da classe capitalista era pela posição da via não clássica.

Qual o interesse do proletariado na revolução democrática? Nas condições russas de grande repressão e perseguição até aos mais singelos apelos⁶⁷ democráticos, a burguesia tendia a se esconder do crescente e radical

67 Lembremo-nos que o estopim para a Revolução Russa de 1905 foi o fuzilamento arbitrário de uma multidão pacífica que intentava, diante do Palácio de Inverno, entregar uma petição por

movimento operário atrás do escudo⁶⁸ da autocracia czarista. Enquanto, ao mesmo tempo, usava o proletariado como bucha de canhão para a democratização que lhe interessasse.

Essa situação dúbia e contraditória implicava na necessidade de se primeiro “limpar o terreno”, para depois acertar as contas com a burguesia. Para os mencheviques, porém, embasados na noção de que se a revolução é burguesa então o seu motor principal é a burguesia, acabaram sepultando o proletariado a um papel coadjuvante, “o proletariado deveria ser considerado apenas uma tropa de apoio da burguesia progressista na luta por uma Rússia moderna” (LUKÁCS, 2012, p. 40).

Enquanto os mencheviques alertavam os dirigentes operários, no curso da revolução de 1905, que deveriam ter cautela para não “assustar” a burguesia, com medo de afastá-la, Lenin, em *Duas táticas*, desfere uma enérgica série de críticas a esses supostos conselhos, que demarcavam a posição de “seguidor” do novo *Iskra* (em mãos mencheviques nesse período).

A tática em Lenin, quando adequadamente, liga aos princípios mais rigorosos do socialismo, pois tem a função de impulsionar e assumir a direção dos movimentos próprios da massa. A elaboração de táticas que estejam, ao mesmo tempo, sintonizadas com o momento *presente*, mas apontem para o *futuro*, é uma característica fiel do pensamento lenineano. Ele combina, no grau de uma *Realpolitik*, o *espelhamento*⁶⁹ da realidade através de seu estudo do capitalismo russo, o programa socialista da revolução como *prévia-ideação*, cuja finalidade geral é a emancipação humana⁷⁰ em

reformas democráticas. A manifestação de 9 de janeiro (22 de janeiro) foi organizada por um padre ortodoxo membro da polícia política *Okhrana*.

68 “A burguesia, temendo o progresso democrático que ameaça fortalecer o proletariado, volta os olhos para trás” (LENIN, 1982a, p. 407).

69 Em *Materialismo e Empirocriticismo*, seu principal confronto é justamente contra o empirismo subjetivista perpetrado pelos adeptos da filosofia de Mach. É principalmente quando Lenin elabora sua teoria do reflexo, cuja conclusão gnosiológica é sumariada por Fresu (2016, p. 186) da seguinte maneira: “em primeiro lugar se afirma as coisas que existem independentemente do nosso conhecimento [...] em segundo lugar, a única diferença existente que pode ser afirmada no plano filosófico não é entre o ‘fenômeno’ e a ‘coisa em si’, mas entre o conhecido e o que ainda não é; por fim, na teoria do conhecimento, vale dizer, não considerar nosso conhecimento como definido e invariável, mas examinar como se passa do *desconhecimento* ao *conhecimento*, compreender como um saber parcial se aperfeiçoa tornando-se mais completo e seguro”.

70 Há em Lenin um certo pioneirismo na defesa do movimento feminino, englobando contribuições de socialistas precedentes e enaltecendo a luta aguerrida das mulheres nas barricadas da Comuna de Paris em 1871. Isso se pode observar em especial em seu texto *O*

todos os seus níveis, simultaneamente a investigação dos meios para tal: O exame cotidiano das particularidades impostas pelas circunstâncias dos fatos e seu enfrentamento através de medidas táticas calibradas pela estratégia geral de revolução.

Lenin jamais deixa de ter em mente as grandes dificuldades de uma revolução na Rússia. Dado o seu recuo histórico que lhe era peculiar, ele é obrigado a nutrir esperanças na possibilidade de a revolução russa provocar o “sinal” para o desencadear de processos revolucionários na Europa ocidental com maior ou menor brevidade possível. Mesmo quando identificava que a tarefa primordial da socialdemocracia ainda era a de alargar drasticamente a democracia burguesa em seu país, a preocupação com a passagem da revolução democrática para sua etapa socialista estava cravada desde sempre.

Diante disso Lenin afirma, em *Duas táticas*, que

a revolução burguesa é vantajosa no mais alto grau para o proletariado. A revolução burguesa é absolutamente necessária para os interesses do proletariado. Quando mais completa e decidida, quanto mais consequente for a revolução burguesa, tanto mais garantida estará a luta do proletariado contra a burguesia pelo socialismo (LENIN, 1982a, p. 406, grifo do autor).

A revolução democrática é, portanto, o pórtico da revolução socialista. Quanto mais democracia o proletariado conquistar, ou seja, quanto menos a destituição da autocracia se restringir aos conluios palacianos e mais na força material e organizada das massas, mais ela terá facilidade de impetrar a revolução socialista. É por isso que no III Congresso do POSDR Lenin explica que não basta simplesmente colocar em evidência a palavra de ordem da república ou da assembleia constituinte, pois “não basta que se dê à assembleia representativa a denominação de constituinte. É preciso que esta assembleia tenha *poder e força para ‘constituir’*” (ibid., p. 389, grifo nosso).

Programa Militar da Revolução Proletária, (1982c, p. 683), em suas *Cartas de Longe* (2005h, p. 53) quando indica a criação de milícias populares de ambos os sexos, para dar um passo em direção à igualdade entre homens e mulheres. Um escrito interessante sobre a relação de Lenin com o movimento de emancipação das mulheres é o de Clara Zetkin, de 1920, intitulado *Lenin e o Movimento Feminino* (1956).

Ter força para constituir significa apoiar-se nas forças das massas organizadas, de modo que, descolada dos processos práticos e materiais que possam destituir a autocracia e seu aparelho governamental, a palavra de ordem pela república é vazia⁷¹ de conteúdo. A revolução democrática precisa ser *imposta pela maioria*. Este é o significado mais profundo de sua observação tática em 1905 da *Ditadura democrática do proletariado e do campesinato* e que terá uma expressão mais acabada em 1917, quando ela tomará a forma de *milícia popular*.

Para Lenin, o poder se expressa nas massas *organizadas e armadas*. Ele é resoluto ao defender que o poder está na ponta do fuzil. É por isso que fez uma súplica enérgica ao Comitê Central e ao Comitê de Petrogrado, por ocasião da Revolução de Fevereiro-Março de 1917⁷², afirmando:

71 Talvez uma das principais divergências com o chamado “seguidismo” dos mencheviques em sua tática recuada de 1905, levando-os a ficar a reboque da burguesia, para além de sua postura ingênua com medo dos capitalistas se afastarem da revolução, uma das suas grandes limitações apontadas por Lenin era sua palavra de ordem de assembleia constituinte chocha. Não levavam em consideração o caráter prático, as mediações necessárias para o estabelecimento da república, através de uma insurreição armada, através da ditadura democrática do povo. Com efeito, Lenin dá uma demonstração fiel de sua aptidão eminentemente prática, afirmando que “Os congressos do partido devem resolver não as questões a que se refere oportuna ou inoportunamente este ou aquele literato, mas as que têm importância política séria em virtude das condições do momento e da evolução objetiva do desenvolvimento social. [...] Consciente disso, a resolução do congresso não se limita à palavra de ordem formal de “assembleia constituinte”, mas acrescenta as *condições materiais* sem as quais não será possível à referida assembleia o cumprimento da sua missão” (LENIN, 1982a, p. 389, grifo nosso).

72 Apenas para que fique claro o contexto, o czar perdeu o controle de Petrogrado quando depois das frustradas investidas contra os alemães na 1ª Guerra Mundial, e o grande exaurimento e escassez de mantimentos levou a capital do Império Russo ao caos. Depois de várias greves, no dia 27 de fevereiro (12 de março), a Duma Imperial, através de seu conselho de decanos, enviou um comunicado ao czar, alertando-o da situação crítica de Petrogrado e afirmando que deveria tomar medidas para “salvar a pátria e dinastia”. Sua resposta foi dissolução da Duma. As massas insatisfeitas tomaram as ruas em protestos. O Palácio de Táurida (sede da Duma) foi tomado pelos insurgentes, que em conjuntos compostos por soldados e operários que estavam armados. A Duma, para remediar a situação, elegeu, assim, um primeiro comitê provisório para assumir, com o Príncipe Llov a sua frente. Ao mesmo tempo, em outro salão, os operários e soldados insurrectos formaram o seu próprio governo através da eleição do Soviete de Deputados Operários e Soldados (de 14, apenas 2 bolcheviques), quando começa o período da dualidade de poderes (que é objeto de análise de nosso quarto e último capítulo). Depois de alguns confrontos, visualizando que tinha poucas tropas leais, o czar assina sua abdicação e se mantém em prisão domiciliar pelo Governo Provisório. Era o começo da Revolução na Rússia.

Não deixar reconstituir a polícia! Não deixar que o governo local escape de nossas mãos! Criar uma milícia realmente de todo povo, universal, dirigida pelo proletariado! – tal é a tarefa do dia, tal é a palavra de ordem do momento, que corresponde de igual modo tanto aos interesses corretamente entendidos da luta de classes ulterior, do movimento revolucionário ulterior (LENIN, 2005h, p. 51-52).

O tempo todo Lenin tinha em vista que as palavras de ordem táticas momentâneas estão indissolivelmente ligadas ao horizonte estratégico da revolução socialista. Seu intento em não deixar restaurar o edifício governamental autocrata está ligado com a ampliação e o alargamento da revolução democrática para alcançar a revolução socialista. Isso pode se observar já em 1905, quando afirma que “Não há nada mais perigoso do que subestimar a importância das palavras de ordem *táticas conformes com os princípios* nas épocas revolucionárias” (LENIN, 1982a, p. 384, grifo nosso).

Ele amarrou a palavra de ordem tática do momento de ascensão das massas ao horizonte estratégico da revolução socialista: a *manutenção do poder nas massas organizadas e armadas* para facilitar a passagem à segunda fase da revolução, pois tal milícia, funcionando como um governo, “expressaria *realmente* a inteligência e a vontade, a força e o poder da imensa maioria do povo” (LENIN, 2005h, p. 52, grifo do autor). Este é o significado do alargamento democrático da revolução burguesa que traria benefícios à revolução socialista. Mas ele só acontece porquanto seja *dirigido* pelo proletariado, haja vista as vacilações e traições próprias do espectro egoísta da burguesia, como já demonstramos.

Tal pensamento é definitivamente uma concretização prática daquilo que Lenin já elaborara em 1905, doze anos antes, portanto. Falando sobre o alargamento da revolução democrática e seus benefícios ao proletariado, ele afirma

O proletariado nada tem a perder se não ser as suas cadeias, mas, com a ajuda da democracia, tem um mundo a ganhar. Por isso, quanto mais consequente for a revolução burguesa nas suas transformações democráticas, tanto menos se limitará ao que é vantajoso exclusivamente para a burguesia. Quanto mais consequente for a revolução burguesa tanto mais garantirá as vantagens do proletariado e do campesinato na revolução democrática (LENIN, 1982a, p. 407).

A profundidade alcançada pela Revolução de Fevereiro-Março, mesmo com seus interstícios e suas contramarchas até a vitória final de Outubro-Novembro, de fato conseguiu impor um ritmo ascendente na democracia. E isso foi identificado, também, doze anos antes por Lenin (ibid., p. 465), quando afirmou em *Dois táticas* que “quanto mais completa for a revolução democrática, ampla, nítida e decididamente se desenvolverá a nova luta”, levando-os a substituir a palavra de ordem da ditadura democrática pela ditadura socialista do proletariado.

Ocasionalmente, convém-se afirmar, e isso é facilmente deduzível da própria obra de Lenin, que a Revolução de Fevereiro-Março representa a etapa democrática que precedeu a revolução socialista de Outubro-Novembro. Fica evidente, porém, que mesmo que a primeira tenha de fato destituído o czar Nicolau II e levado Lenin a afirmar em suas famosas *Teses de abril* que naquele momento “a Rússia agora é o país mais livre entre todos os países beligerantes” (2005a, p. 64), na verdade as vacilações da burguesia exigiram que as tarefas democráticas finais fossem apenas executadas dentro do espectro da revolução socialista. Essa hipótese, de antemão contrastante com a literatura clássica da Revolução Russa, possui fortes indícios comprobatórios.

Efetivamente, nas *Cartas de Longe*, quando Lenin menciona as reivindicações programáticas, pouco fala do problema da terra⁷³. Isso não significa afirmar que estivesse menosprezando o problema agrário: Como

73 Na primeira carta, de 7 (20) de março, são mencionados, ao final, como possíveis conquistas da revolução, a “paz, o pão e a liberdade” (LENIN, 2005h, p. 36). Apesar de “omitida” a terra, ele reafirma a importância de os soviets começarem a atrair os camponeses pobres, tomando os aliados em contraposição aos inimigos capitalistas e latifundiários. A segunda carta, de 9 (22) de março, denuncia o caráter de dominação “dos latifundiários e capitalistas”, como agentes do capital inglês (ibid., p. 43). Na terceira carta, podemos observar a mesma tendência, quando, mencionando as tarefas da milícia popular e da classe revolucionária, menciona a luta “pelo pão, pela paz e pela liberdade” (ibid., p. 47), com já uma indicação mais precisa do “confisco da terra dos latifundiários” (ibid., p. 46). Na quarta carta, de 12 (25) de março, ao mencionar os possíveis decretos e medidas de um novo governo revolucionário baseado nos soviets, ele menciona uma série de medidas para se alcançar a paz e encerrar a guerra (embora esta seja uma obviedade, quando pelo fato do tema da carta se direcionar à conquista da paz) (ibid., p. 60). A quinta carta, inacabada, parece-nos abrir a possibilidade de adesão ao programa agrário dos Trudoviques quando afirma que a vitória do proletariado “só será possível no futuro mais próximo com a condição de quem em seu primeiro passo os operários sejam apoiados pela imensa maioria do campesinato em sua luta pelo confisco de toda propriedade latifundiária (pela nacionalização de toda terra)” (ibid., p. 61, grifo do autor).

demonstramos, o problema da terra tem atenção especial em toda a obra lenineana. Afirmamos, porém, que o problema agrário assumiu uma importância crescente no entremeio das duas revoluções. Nesse período, Lenin sumariza as viragens táticas às quais os bolcheviques precisavam se adaptar diante das vicissitudes próprias da causalidade conjuntural:

Antes de fevereiro de 1917, o que estava na ordem do dia era a propaganda revolucionária internacionalista corajosa, o apelo às massas para a luta, o seu despertar. Nas jornadas de fevereiro-março exigia-se o heroísmo da luta abnegada para esmagar o quanto antes o inimigo imediato – o tsarismo. Agora estamos a viver a *transição* dessa primeira etapa da revolução para a segundo, do “embate” com o tsarismo para o “embate” com o imperialismo gutchkoviano-miliukoviano, latifundiária e capitalista (LENIN, 2005h, p. 54, grifo do autor).

Essa passagem demonstra de forma transparente que, do período posto entre 1907 (da derrota definitiva da revolução de 1905) e 1914, a correlação de forças da sociedade russa não muda estruturalmente. A respeito desse período e antecedente à guerra registramos apenas um parêntese: esses anos de idas e vindas, de legalidade e repressão, impuseram tarefas de ordem mais tático-organizativa do que de uma abrangência macropolítica.

Esse período foi de grande têmpera ao partido bolchevique, cujo dilema se apresentou nas lutas contra os mencheviques liquidacionistas e as tendências desagregadoras do partido. Esse assunto, em particular, é objeto de nossa análise no próximo capítulo. Resta apenas confirmar nossa afirmação com um trecho de Lenin (1982d, p. 480) em seu texto de 1909 intitulado *No Caminho*, quando reafirmou que a tarefa prioritária do proletariado no âmbito da revolução democrática “continua imutável: dirigir o campesinato democrático. [...] A luta continua como antes [...] pela liquidação total da monarquia e pela conquista do poder político pelo proletariado e pelo campesinato revolucionário”.

A situação só começou a mudar drasticamente com a guerra imperialista, quando decorreram inúmeros revezes com a falência da Segunda Internacional e a adesão da maior parte da socialdemocracia mundial ao chamado social-chauvinismo (objeto de exame em nosso quarto capítulo).

Os duros e reacionários anos da guerra poderiam ter sido um completo recuo histórico se os bolcheviques, sob a orientação auspiciosa de Lenin, não tivessem aproveitado a oportunidade criada de enfraquecimento da autocracia: a chamada crise revolucionária, conceito estudado particularmente por Bensaid (2000), que também examinamos no quarto capítulo.

A instabilidade criada pelo período de crise nacional impõe aos revolucionários que se sintonizem adequadamente com as novas circunstâncias criadas: “É importante compreender que, em tempo de revolução, a situação objetiva muda tão rápida e bruscamente como corre a vida em geral. E devemos *saber adaptar* nossa tática e nossas tarefas imediatas às *particularidades* de cada situação” (LENIN, 2005h, p. 54, grifo do autor).

É na Revolução de Fevereiro-Março que se processa, portanto, o ímpeto das massas para impor a derrota, pelo menos militarmente, das forças da autocracia, estabelecendo o período da dualidade de poderes entre o Governo Provisório e Soviete de Petrogrado. Mas a viragem tática mais decisiva fica evidente na opção bolchevique de não conciliação com a burguesia e, por conseguinte, seu não ingresso no governo, ao contrário dos mencheviques.

Os bolcheviques entraram em franca oposição ao Governo Provisório e começaram a trabalhar pelo fortalecimento do poder soviético. É aí que o problema da terra começou a ganhar maior peso, quando Lenin (2005h) já nas *Cartas de Longe*, apontou a necessidade de criação, por um lado, de sovietes dos camponeses pobres, descolando-os da influência da burguesia rural, e por outro, sovietes próprios para os operários agrícolas, cuja condição econômica de destituídos se aproximava mais do proletariado do que do camponês e sua característica de pequeno-proprietário.

Dissertando hoje sobre a situação, parece ser algo tolo afirmar que os bolcheviques (e sobretudo Lenin entre eles) tenham inovado *integralmente* ao declararem sua luta contra o Governo Provisório, mas cabe recordar ao leitor que a queda do czar foi algo absolutamente inédito na história russa: uma dinastia *secular*, que desterrou, perseguiu, espoliou povos, exilou, reprimiu, prendeu e torturou, realizou expedições punitivas⁷⁴ nos campos, *pogroms*⁷⁵

74 “O ano de 1902 foi marcado por agitações no campo. Aldeias inteiras foram açoitadas e fuziladas” (SERGE, 2007, p. 56).

75 *Pogrom* é o nome designado tradicionalmente aos atos antisemitas de agressões aos judeus, suas casas e seus estabelecimentos. Eram muito comuns na Rússia, que dominava parte do

contra os judeus, viveu às custas de milhões de trabalhadores, concentrando monoliticamente um poder imenso; ela mesma sobreviveu a todos os abalos, desde às guerras napoleônicas, às revoltas dos dezembristas, à Primavera dos Povos, rebelião dos poloneses e de todos os povos oprimidos pelo Império⁷⁶, ao terrorismo, inclusive com assassinato de seus monarcas, às greves gerais⁷⁷, guerra de guerrilhas e barricadas de Moscou em 1905.

Essa dinastia foi derrotada⁷⁸, destronada, pela primeira vez em Fevereiro-Março de 1917, e imediatamente o partido bolchevique opôs-se aos seus substitutos, que reclamavam o título de revolucionários. Foi uma posição realmente difícil aos bolcheviques, que, como Lenin reconhece nas *Teses de Abril*, afirmando que “na maior parte dos soviets de deputados operários, nosso partido está em minoria, e, no momento, em grande minoria diante do *bloco de todos* os elementos oportunistas pequeno-burgueses” (LENIN, 2005a, p. 64, grifo do autor), ainda, eram acusados, pelos adeptos do “patriotismo” para justificar sua defesa da guerra imperialista, de “agentes dos alemães”, de “traidores da revolução”, como relata John Reed (1986) em seu vivo registro *Os dez dias que abalaram o mundo*.

Por isso, Lenin anuncia e reconhece explicitamente estar diante de um cenário histórico insólito e, diante da nova situação, afirma que “esta

território da atual Polônia. Os judeus e outros povos não desfrutavam dos já parcos direitos dos russos. Os povos alógenos não podiam falar sua própria língua e muitas vezes eram obrigados a se estabelecer em regiões específicas do território. No período antecedente à revolução de 1905, quando começaram as mobilizações, Serge (2007, p. 56) afirma “os pogroms anti-semitas de Kichinev, organizados pela polícia de Von Plehve, foram uma resposta a esses movimentos populares; centenas de judeus foram decapitados”.

76 O Império Russo era apelidado de “Prisão dos Povos” pela grande quantidade de povos anexados e oprimidos pela autocracia.

77 Em 1905, “A greve, quase geral, se estendeu por 122 cidades ou localidades industriais e a dez linhas da rede ferroviária” (SERGE, 2007, p. 57).

78 Ao contrário do que Richard Pipes defende, nenhuma das duas revoluções de 1917 foi ocasionada em razão de uma “inabilidade” daqueles que se situavam no poder; pelo contrário, em numerosos momentos da história, a autocracia se manteve firme em sua conduta repressora, com ações tão intransigentes, ou até mais, do que aquelas tomadas em 1917 (como o Domingo Sangrento, por exemplo), e nem por isso sua queda foi provocada. Concordamos em partes com Alan Wood quando afirma que “a despeito da insatisfação dos militares, nem o alto comando nem os políticos da Duma – e ainda menos os partidos revolucionários – foram responsáveis pela derrubada final de ‘Nicolau Sanguinário’”. Essa queda foi provocada pela insurgência das massas politicamente radicalizadas”. Apesar de estar certo de que foi a força da massa que provocou a queda da autocracia, parece menosprezar a função dos “partidos revolucionários” na radicalização política dessas massas.

peculiaridade exige de nós habilidade para nos adaptarmos às condições *especiais* do trabalho do partido entre as amplas massas do proletariado, numa amplitude sem precedentes que acabam de despertar para a vida política” (LENIN, 2005a, p. 64).

Em alguma medida, os bolcheviques e a posição lenineana, foram favorecidos por uma predominância do fundamento econômico que cominou em posições ideológica e política, fortalecendo a vaga revolucionária proletária, arrastando as massas camponesas consigo. Até as vésperas da Revolução de Outubro-Novembro, os esseristas eram a larga maioria entre os camponeses russos, e mesmo com seu ingresso no Governo Provisório, as reivindicações do tradicional programa camponês não poderiam ser satisfeitas porque eles

continuavam aliados à grande burguesia, portanto os bolcheviques deveriam mostrar claramente às massas camponesas as “mentiras dos socialistas-revolucionários” e fazê-los compreender que somente pela derrota da sociedade capitalista-burguesa e no quadro da passagem do poder ao proletariado seria possível realizar suas reivindicações (FRESU, 2016, p. 149).

É por isso que Lenin identifica essa tática crucial, já em abril de 1917, para conseguir conquistar a maioria dentro dos soviets. E essa tendência, em busca de uma firme aliança com o campesinato, reflete-se diretamente na tática lenineana, afirmando em meados de setembro, na carta *Os Bolcheviques Devem Tomar o Poder*, que “só um governo bolchevique irá satisfazer o campesinato. [...] O povo está cansado das vacilações dos mencheviques e dos socialistas revolucionários. Só a nossa vitória nas capitais arrastará os camponeses atrás de nós” (LENIN, 2005c, p. 122-123).

Também na carta chamada *Marxismo e Insurreição*, afirma que “só a nossa vitória na insurreição dará imediatamente terra ao campesinato” (LENIN, 2005b, p. 128, grifo do autor).

No texto *Uma das questões fundamentais da revolução*, do mesmo período, Lenin afirma que o Governo Provisório é “incapaz de levar a cabo reformas sérias, mesmo aquelas que figuram nos programas dos socialistas revolucionários e dos mencheviques” (LENIN, 2005d, p. 114), pois a única salvação da revolução é “arrancar os camponeses da influência da burguesia”, e quanto maior for o fracasso da aliança burguesa dos esseristas

e mencheviques, “mais depressa o povo *aprenderá*, e mais facilmente encontrará o caminho *correto*” (LENIN, 2005e, p. 110-111, grifo do autor).

A Revolução Democrática, enquanto dirigida pela coalizão com a burguesia e com os latifundiários, ficou inconclusa se comparada com a sua variação clássica. Dessa forma, o “etapismo”, formalmente existente entre as duas revoluções, não se configurou na Rússia como os intérpretes brasileiros da experiência soviética que citamos acreditavam. Os meses que se seguiram à derrubada do czar e do início da “etapa democrático burguesia” demonstraram a sua “incompletude” enquanto dirigida pela burguesia, mas principalmente porque sua impulsionadora *fundamental* não foi a burguesia, e a aliança com ela, através de um governo de coalização, apenas retardou o aprofundamento da revolução democrática.

O autêntico motor da Revolução, tanto de Fevereiro-Março como de Outubro-Novembro, foram as largas massas proletárias que atraíram para próximo de si o campesinato pobre e o exército, arrasados pela guerra e pelo latifúndio. O desfecho da primeira Revolução, com a formação do primeiro Comitê Provisório, foi resultado muito mais da coincidência de interesses da burguesia com o proletariado, diante da incompetência do czarismo, do que um arroubo revolucionário próprio.

Como afirma Lenin (2005h, p. 30, grifo do autor), em seu primeiro balanço das *Cartas de Longe*, a vitória rápida e aparentemente radical da Revolução de Fevereiro-Março aconteceu “apenas por força de uma situação histórica extremamente original, *fundiram-se*, com uma notável ‘harmonia’, *correntes absolutamente diferentes*, interesses de classe *absolutamente heterogêneos*, tendências políticas e sociais *absolutamente opostas*”.

A burguesia foi a reboque do proletariado citadino, de maneira oportunista e precavida, para inibir⁷⁹ a revolução social completa. E é possível supor (mesmo que a História não permita, a teoria nos autoriza a conjecturar) que se ela tivesse, na “Hora H”, se abraçado na autocracia ou se dividido politicamente, poderia ter sido impedida junto com os Romanov.

Significa, então, que a revolução democrática era prescindível? Naturalmente não, até porque a aliança entre proletariado e campesinato foi

79 Sobre a ocasião da formação do Comitê Provisório, Victor Serge (2007, p. 69) afirma que a Duma: “improvisou o governo da burguesia, à frente do qual se achavam incorrigíveis reacionários que só pensavam em, depois da abdicação do czar, redigir uma constituição, salvar a dinastia e fazer com que o populacho voltasse a obedecer”.

imprescindível, sendo o segundo muito interessado em sua completa realização e cativado por ela. O fato é que ela foi, e poderia tê-lo sido mais ainda, englobada dentro da Revolução Proletária como um todo, como um *momento interno* da revolução socialista, tal qual se demonstrou a imediata adoção do Decreto sobre a Terra, quando discursou que

a grande propriedade, de raiz, é imediatamente abolida sem qualquer indenização... os domínios dos proprietários de bens de raiz, assim como as terras dos apanágios, dos conventos, Igreja, como todo gado de arrendamento, morto ou vivo, seus edifícios e todas as dependências, passam a estar à disposição dos comitês agrários de cantão e dos sovietes de deputados camponeses de distrito, até que o problema seja regulamentado pela Assembleia Constituinte (LENIN apud ELLEINSTEIN, 1975, p. 153).

Essa hipótese ganha mais força quando Lenin (2005e, p. 94, grifo do autor) argumenta, expondo o conjunto de medidas programáticas dos bolcheviques antes da Revolução de Outubro-Novembro, que eles, “*mesmo no caso de uma revolução totalmente socialista*, não expropriarão os pequenos-camponeses, pois não podem e nem querem fazê-lo. Falamos *somente* das medidas imediatas e urgentes, já implantadas na Europa ocidental”.

É transparente, portanto, que a Revolução de Outubro-Novembro *herda* as tarefas democráticas típicas das revoluções burguesas clássicas rejeitadas pela burguesia e pelos partidos conciliadores encrustados no Governo Provisório. É nisto que reside a libração tática peculiar, já que, para ser vitoriosa, exigiu-se que os bolcheviques encarnassem os interesses de mais do que apenas o proletariado, mas sim de todo o povo.

Resulta, então, que a Revolução Russa é uma revolução com a sua força motriz eminentemente de caráter *proletária-popular*, porque, enquanto vanguarda das massas, o proletariado dirige e hegemoniza o movimento revolucionário. Concomitantemente ao abandono conciliador do programa agrário do camponês pobre, Lenin (2005b, p. 127, grifo do autor) conclui que “o campesinato *não receberá a terra* do bloco dos socialistas revolucionários [...] E nisto reside a essência da substância popular da revolução”. E o mais interessante é que, igualmente, doze anos antes, em *Dois táticas*, esse caráter já estava anunciado quando afirmou:

Sim, da revolução popular. A social-democracia lutou e luta, com pleno direito, contra o abuso democrático-burguês da palavra povo. Exige que com essa palavra não se encubra a incompreensão dos antagonismos de classe no seio do povo. Insiste categoricamente na necessidade de uma *completa independência de classe do partido do proletariado*. Mas divide o povo em classes não para que a classe avançada se encerre em si mesma, se confine em limites estreitos, castre a sua atividade com considerações como a de que não se afastem os donos econômicos do mundo, mas para que a classe avançada, não sofrendo das vacilações, da inconsistência, da indecisão das classes intermédias, lute com tanto maior energia com tanto maior entusiasmo pela causa de todo o povo à frente e todo o povo (LENIN, 1982a, p. 452, grifo nosso).

Lenin, porém, não renunciou ao programa agrário socialista da produção em larga escala e coletivizada da terra, ele o postergou, e o foi obrigado a combinar recuos e avanços diante da Guerra Civil e dos debates da NEP (Nova Política Econômica), mesmo a proposta de divisão e liquidação do latifúndio não sendo “uma solução socialista ao problema camponês” (FRESU, 2016, p. 150).

A incorporação do programa esserista e camponês sobre a terra foi de fato uma jogada tática exitosa que possibilitou [...] “obter maioria, pôr fim ao compromisso entre burguesia e campesinato. “Lenin não hesita em assumir no programa bolchevique as posições dos socialistas-revolucionários sobre a questão agrária” (ibid., p. 150). Toda essa argumentação tem sérias repercussões na concepção de partido lenineano que se consuma na elaboração do *bloco revolucionário de explorados e oprimidos* dirigidos por um *partido estritamente proletário*. Segundo Fresu:

Na Rússia a burguesia renunciou a assumir uma função política autônoma, contentando-se com os espaços de iniciativa econômica que o absolutismo lhe garantia. Em razão disto Lênin atribuía ao proletariado e não à burguesia russa a função dirigente de “classe universal”. [...] portanto, se pode encontrar em forma embrionária uma categoria central que terá desenvolvimento posterior nas rupturas de 1905, de 1917 e dos anos 1921-1922: a “hegemonia” (2016, p. 118)

São quatro os aspectos que os trechos supracitados e todo o desenvolvimento até aqui nos levam a concluir: primeiro, dão-nos uma dimensão precisa de como cresceu resolutamente o crédito lenineano ao problema da terra, não como bandeira geral (já maturada por ele nas décadas precedentes), mas numa concretude tática, que redundou no desfecho exitoso de 1917, baseada numa análise precisa das fragilidades e vacilações do Governo Provisório, quando, num contexto complexo, exigiu uma verdadeira fibra revolucionária, uma serenidade de grande circunspeção, capaz de estremar os diferentes interesses de classe; demonstra, também, que a análise lenineana e suas propostas táticas derivam de sua apreensão dos sujeitos revolucionários, pois ao mesmo tempo que enrijece no princípio dirigente do proletariado, é maleável no arco de alianças com o campesinato pobre, mais ainda: busca-a ascendentemente, porque sua tática, porquanto exige permanente oscilação conforme a quadra histórico-concreta em que se atraca, está encadeada pelas premissas teórico-políticas da obra marxiana; tal experiência estreou uma “revolução fora da curva” e *confirmou* (não divergiu) a predição marxiana⁸⁰ que admitia a chance de vitória de processos revolucionários fora do âmbito do capitalismo avançado, anunciando, inclusive, outros semelhantes que viriam a acontecer no decorrer do século XX; e, por último, assim como Lenin calibra sua tática e sua atitude política perante os fatos concretos, também o fazem as massas através da experiência e do aprendizado, tema com o qual vamos finalizar este capítulo e anunciar o próximo, quando será devidamente destrinchado.

Mas, afinal, a Revolução Russa de Outubro-Novembro de 1917 foi uma revolução socialista? Como vimos, suas bandeiras principais passavam longe do ideário mais consolidado do que pode ser considerado como medidas socialistas de revolucionamento da sociedade. Nesse ponto, podemos dizer que a Revolução de 1917 foi muito mais democrática do que socialista, na medida em que foi obrigada a alçar tais tarefas como prioritárias. Os seus motores principais, porém, os soviets, eram compostos e, sobretudo, dirigidos pelo proletariado e pelo Partido Bolchevique. Eles derrotaram e destronaram a grande burguesia, os latifundiários, os czaristas e os

80 Um dos aspectos mais importantes, mas que não foi plenamente explorado até aqui, foi a admissão de Marx, em sua *Carta* e seus *Esboços* à Vera Zasulitch, da possibilidade de revoluções vitoriosas nos países atrasados, recusando o fatalismo de alguns dos intérpretes de sua obra na época.

imperialistas em bloco. Temos, portanto, uma Revolução que é democrática no imediato, mas socialista no âmago, na medida em que é o partido proletário e socialista (com um programa profundamente socialista) quem dirige a massa revolucionária insurrecta. O socialismo aparecerá na medida em que a Revolução Proletária-Popular aprofundará radicalmente suas conquistas democráticas, transitando para a liquidação do capitalismo.

Sobre o aprendizado, ontologicamente, a experiência adquirida pelos sujeitos na realização de suas projeções, através dos seus erros, tem tanta importância quanto a própria investigação dos meios e dos seus acertos. A enorme agitação que marca um período revolucionário tem muito a ensinar através da experiência. Por isso, Lenin afirma em 1905, em *Duas táticas*, que “Não há a menor dúvida de que a revolução ensinará o espírito social-democrata às massas operárias da Rússia. A revolução confirmará na prática o programa e a tática, da social-democracia, mostrando a verdadeira natureza das diversas classes sociais” (LENIN, 1982a, p. 383). Isto porque, para ele, a prática precede a teoria. Isso se confirma através de inúmeros exemplos, quando discutindo sobre a derrota do exército russo na batalha de Port Arthur, fala que “Sem a experiência prática, era difícil determinar o caminho a seguir para se apoderar da fortaleza inimiga” (LENIN apud HARNECKER, 2012, p. 60).

Pois alguns dados e conhecimentos necessários só podem ser obtidos na *concretude em movimento da realidade*, e isso exige que a prática se converta em experiência acumulada para poder retificar a projeção posta: “Os dados somente podiam ser obtidos pela experiência prática da luta” (HARNECKER, 2012, p. 62).

Dessa forma, no decorrer do ano de 1917, o aprendizado político das massas através da concretude dos acontecimentos se mostrou com maior força do que o discurso pseudopatriota da burguesia e do bloco de mencheviques e oportunistas. “A experiência das *massas*, a experiência das classes *oprimidas*, as fez aprender muitíssimo durante esse tempo, tanto que os líderes socialistas revolucionários e mencheviques se divorciaram completamente das massas” (LENIN, 2005h, p. 132, grifo do autor).

Além da demora na convocação da Assembleia Constituinte, a reafirmação dos interesses imperialistas na guerra, e a protelação dos problemas agrários por parte do Governo Provisório, somados à balbúrdia econômica

vivida pela Rússia pré-revolucionária, uma das experiências mais importantes para o aprendizado das massas foi a chamada “*kornilovada*”.

Depois das Jornadas de Julho em 1917⁸¹, Kornilov, um general monarquista, insatisfeito com a situação calamitosa em que se encontrava o exército, exigindo medidas enérgicas para retomar a disciplina, decide realizar uma investida contra Petrogrado (centro de todas as agitações do país) para destituir Kerensky (a quem ele inclusive convidara para participar da sua ditadura militar, mas recusou). Enquanto Kornilov avançava com suas tropas de Krymov e Kaledin (líder cossaco), Kerensky permaneceu inerte, cabendo aos bolcheviques, que novamente tomaram as armas, com seu consentimento, repelirem a “*kornilovada*”. “O golpe de estado foi um malogro, graças aos bolchevique, que, sem apoiarem diretamente Kerensky, combateram no entanto Kornilov” (ELLEINSTEIN, 1975, p. 129). Sua tática era a de “apoiar os fuzis nos ombros” de Kerensky para derrotar a contrarrevolução, para depois acertar as contas com ele.

Numa carta ao Comitê Central de 30 de agosto (12 de setembro) de 1917, Lenin (1977g, tradução nossa) afirma “Como toda curva acentuada, ela exige uma revisão e mudança de táticas. E, como em todas as revisões, devemos ser extra-cautelosos para não nos tornarmos sem princípios”. Ou seja, novamente, a conjugação de rigorosidade de princípio e flexibilidade tática.

E analisando os escritos de *Duas táticas*, percebemos novamente o quanto essa tendência já estava presente em sua obra em 1905, quando utiliza, inclusive, a mesma analogia militar, afirmando que através da revolução democrática “será mais fácil aos operários ‘mudar a espingarda de um ombro para outro’, como dizem os franceses, isto é, dirigir contra a própria burguesia a arma que a revolução burguesa lhes fornecer” (LENIN, 1982a, p. 407).

81 Manifestação ocorrida quando se precipitou um movimento indignado com a continuidade da guerra e o destacamento de tropas da Guarnição de Petrogrado para o fronte, a impopular ciranda ministerial com a demissão dos cadetes, e uma nova ofensiva frustrada de Kerensky. Um movimento espontâneo surgiu, e a Organização Militar Bolchevique defendia e organizava um intento de tornar as manifestações armadas, por pressão dos próprios soldados da capital, enquanto o Comitê Central decidiu que apoiaria a manifestação, mas tentando lhe dar um caráter pacífico. Conflitos e tiroteios ocorreram durante os três dias de jornada, apesar da tentativa bolchevique. Depois disso, os bolcheviques foram perseguidos com a prisão de Trotsky e Lunatcharski, Lenin conseguiu escapar para a Finlândia. Porém, a sede do Partido foi destruída, e a imprensa do *Pravda* (A Verdade), jornal bolchevique da época, também foi atacada. As milícias foram desarmadas e o Soviete de Petrogrado perdeu significativamente o seu poder. Foi o fim do período de dualidade de poderes.

A derrota de Kornilov não deu apenas armas de volta aos bolcheviques, mas também o seu prestígio aumentou, tanto que Lenin afirma que a “maioria foi criada *apenas* pela história de julho e agosto, pela experiência das ‘represálias’ contra os bolcheviques e pela experiência da kornilovada” (LENIN, 2005b, p. 127, grifo do autor). “A kornilovada ensina. A kornilovada já ensinou muito”, repetiu Lenin (2005f, p. 132). Quando boatos sobre a intenção de Kerensky de entregar Petrogrado aos alemães vieram à tona, Lenin escreveu uma longa carta ao CC constrangendo as posições hesitantes, denunciando como eles de fato poderiam entregar Petrogrado como forma de sufocar a revolução, mesmo que as massas resistissem: “É um fato. Os fatos são teimosos” (LENIN, 2005g, p. 154).

Essa imperturbável devoção à concreticidade é um atributo fundamental da personalidade lenineana e, por conseguinte, de toda sua obra. “Não há verdade abstrata. A verdade é sempre concreta” (LENIN, 1982a). Analisando o problema da autodeterminação dos povos em 1914, Lenin entrou em franca divergência com Rosa Luxemburgo, que se opunha ao apoio dos sociais-democratas na reivindicação de autonomia dos poloneses, pois esse apoio levaria a fortalecer a posição da burguesia polonesa e não a socialdemocracia. Lenin, por outro lado, situava a questão de maneira distinta, criticando Rosa pelo seu ponto de vista estreito. Para ele, a análise concreta resulta em:

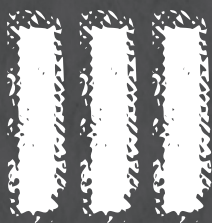
Uma exigência incondicional da teoria marxista na análise de qualquer questão social é a sua colocação dentro de quadro histórico *determinado*, e depois, se tratar de um só país (por exemplo, do programa nacional para um dado país), a consideração das peculiaridades concretas que distinguem esse país os outros nos limites de uma e mesma época histórica (LENIN, 1982e, p. 515, grifo do autor).

É conclusivo afirmar, portanto, que a análise socioeconômica desempenhada por Lenin no início do século e sua polêmica com os populistas desempenhou um constante de vital papel na sua orientação política dos problemas imediatos. É, porém, perceptível que há um *todo coerente* em sua obra, uma racionalização dialética dos mínimos detalhes, que de uma análise geral desdobra-se em todas as questões imediatas concretas, sua conduta, suas escolhas políticas.

A experiência adquirida ressoa de forma corretiva e sistematizadora de novas apreensões e, por sua vez, redundando em novas análises. Lenin permaneceu conformando suas análises através de uma *regulação pela concreticidade*⁸². Quem lê seus escritos dos primeiros anos suspeita até de clari-vidência, quando na verdade o desenrolar dos acontecimentos observados não o faz prever, mas sim situar um *campo de possibilidades*.

A concretização das possibilidades nem sempre coincidiram com o campo analisado por ele, como no caso do fracasso das revoluções no ocidente, mas isso, de forma alguma, compromete o rigor com que analisou as situações vividas. Retomaremos algumas dessas observações na conclusão deste trabalho. Por ora, resta enunciar que, em sua análise das classes sociais em luta dentro do contexto russo, concluiu, como já mencionamos, com a necessidade de um *Partido proletário independente* e com *fronteiras ideológicas* bem definidas, a partir do qual deveriam se desenvolver vários outros aspectos prático-organizativos. Estes são analisados do ponto de vista categorial no seguinte capítulo.

82 Como afirma Fresu (2016, p. 136) que “A revolução de 1905 foi o melhor teste para a análise de Lênin sobre a especificidade da formação econômico-social russa e para a sua ideia sobre as funções e o modo de agir – em um contexto tal – de uma organização revolucionária”.



O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DE NOVO TIPO

Neste capítulo, vamos abordar a relação entre o modelo de Partido defendido por Lenin nos diferentes períodos da revolução russa e as massas populares e proletárias da Rússia. Intentamos conseguir distinguir aquelas características que são voltadas exclusivamente para as circunstâncias momentâneas, as da realidade nacional russa, daquelas que exprimem traços fundamentais, de princípio, portanto, universais.

As páginas que antecederam este capítulo, apesar de exaustivamente tratarem de temas distintos, foram cruciais para uma concretização cada vez mais efetiva da noção de Partido em Lenin. Seu apreço pela independência política-organizativa do proletariado e sua luta por linhas de demarcação ideológicas muito claras surtem resultados diretos nas concepções que vamos apresentar nos temas que se seguem. Por isso, não nos limitaremos a analisar pragmaticamente aspectos político-organizativos. Não se tratam de problemas puramente técnicos. Ou melhor, mesmo que alguns problemas apareçam com uma natureza excessivamente prática, eles estão, no fundo, embebidos por um invólucro teórico profundo.

Talvez, um dos mais polêmicos aspectos de defesa de Lenin, tanto em seu tempo, quanto da atualidade, seja o do *centralismo*. Esse traço aparece como uma verdadeira “marca registrada” do pensamento lenineano. É por ele, portanto, que vamos encetar o caminho para a compreensão do *Partido de novo tipo*.

UNIDADE E DIVERSIDADE, DEMARCAÇÃO E DEPURAÇÃO

Os primeiros anos da socialdemocracia russa e do surgimento do marxismo como arcabouço das lutas sociais, concomitantes ao consagrar do proletariado como classe de vanguarda, são caracterizados como os “anos da dispersão”⁸³. O marxismo nunca foi um pensamento homogêneo, de desenvolvimento linear e uniforme. Nem quando o próprio Marx ainda era vivo para defender suas posições, seus “seguidores” já incorriam em desvios e deformações. Na Rússia, portanto, que convivia com os mais atrasados resquícios econômicos e sociais ao mesmo tempo em que alçava voo num capitalismo *sui generis*, também o marxismo floresceu de maneira completamente heterogênea e marcada por polêmicas.

Por consequência, a socialdemocracia como principal movimento político de inspiração marxista da época também se traduziu de formas bastantes diversas. Era, então, repleta de círculos e pequenos grupos localizados que só realizavam um trabalho frágil, parcial e muitas vezes instável.

Em 1903, quando do II Congresso do POSDR, podemos considerar encerrado o período da dispersão, quando intentaram unificar todos os grupos e círculos em um único Partido. Conforme Lenin (1982b, p. 335, grifo do autor) “antes o nosso partido não era um todo formalmente organizado, mas apenas uma soma de grupos particulares, pelo que entre esses grupos particulares não podia haver outras ligações senão a ação ideológica”. Ou seja, o período da dispersão era a ligação puramente no terreno das convicções teórico-ideológicas, de opinião, de princípios e de vontade. Os

83 Em 1902, em sua Carta a um Camarada, Lenin ressalta a necessidade de que as tarefas do partido em geral devem ser assinaladas para toda a Rússia: “devemos assinalar e principalmente as tarefas em nível de toda a Rússia e de todo partido em geral” (LENIN, 2005i, p. 138). O que demonstra uma situação ainda de localismo e ausência de uma organização centralizada em nível nacional, mas que já fazia parte dos planos de Lenin e de suas defesas.

laços político-materiais, no domínio da ação, da atividade prática, só são *unificados* através do partido, porque na medida em o partido torna a ideologia, a vontade e a opinião únicas em ação, atividade e movimento únicos, converte-se numa força material e concreta, ele se torna um novo *poder*⁸⁴:

“Agora somos um partido organizado; e isto implica a criação de um poder, a transformação da autoridade das ideias em autoridade do poder, a subordinação das instâncias inferiores às instâncias superiores do partido” (ibid., p. 335, grifo do autor). A dispersão era então a *descentralização* dos grupos e círculos socialdemocratas atomizados por toda a Rússia. É dessa forma que Lenin ajuíza o remate do processo de *unidade* ideológica e prática materializado no II Congresso em *Um passo à frente, dois passos atrás*. Mas se ele avalia o passo à frente, da unidade da socialdemocracia em um partido único, ele também faz um exame crítico dos problemas desse congresso marcante, dos passos *atrás*: “Arrastaram-nos agora para trás semidestruindo essas formas, arrastaram-nos para trás para uma conduta anarquista, para a frase anarquista, para o restabelecimento do círculo em vez da redação do partido” (ibid., p. 349).

Esse congresso foi constituído principalmente através de um importante organismo, marco da história da socialdemocracia russa, que já mencionamos nos finais do primeiro capítulo: o jornal *Iskra*, que “tinha agido não só como órgão literário, mas também como célula de *organização*” (ibid., p. 243, grifo do autor).

Foi com base nos princípios pré-elaborados pelos iskristas⁸⁵ que se organizou o II Congresso do POSDR. Ele foi o germe da *centralização* e da *unidade* dos círculos dispersos. Isto porque a primeira condição para que a unidade dos diversos círculos fosse possível era que eles precisavam convergir num conjunto de concepções, tanto de princípios, quanto de táticas,

84 Segundo Johnstone (1985, p. 22): “O objetivo, então, era o de substituir os círculos de estudo social-democratas dispersos da época, com seus métodos diletantes, por um partido altamente centralizado, capaz de combater eficazmente contra aquele inimigo”.

85 “Qual era portanto a tarefa principal do congresso? Criar um *verdadeiro* partido sobre as bases de princípios e de organização que tinham sido propostas e elaboradas pelo *Iskra*. Que o congresso deveria trabalhar precisamente neste sentido era fato antecipadamente determinado por três anos de atividade do *Iskra*, aprovada pela maioria dos comitês” (LENIN, 1982b, p. 221-222).

ainda que fossem mais favoráveis à negociação e à cedência das táticas do que dos princípios.

Em geral, isto significa dizer que a confluência ideológico-programática precede a unidade prática-política num mesmo organismo coeso. Porém, “A unidade em questões de programa e questões de tática é uma condição necessária, mas de modo nenhum suficiente, para a unificação do partido, para a centralização do trabalho do partido” (ibid., p. 349).

Para que existisse uma unidade factual entre as diferentes tonalidades político-ideológicas, era necessária uma convenção mútua entre todos, para finalmente autenticar a vontade comum pela unidade de princípios, deixando a solvência dos conflitos à cargo de canais pelos quais fluíssem sem comprometer a aderência da totalidade do organismo. É o que explica Lenin quando falando do regulamento do congresso que obrigava a todos obedecer as resoluções e decisões do partido. Explica que

Esta decisão parecia necessária, e era-o efetivamente, porque o partido era composto por uma série de grupos fragmentados e autônomos, dos quais se poderia esperar a recusa de reconhecer o congresso. Ela exprimia a *boa vontade* de todos os revolucionários [...] Esta disposição equivalia à *palavra de honra* recíproca de todos os sociais-democratas russos. Ela deveria garantir que o imenso trabalho, os perigos, as despesas exigidas pelo congresso, não seriam vãos; que o congresso não se transformaria numa comédia. Ela qualificava antecipadamente qualquer não-reconhecimento das decisões e *eleições* do congresso como uma *quebra de confiança* (LENIN, 1982b, p. 221, grifo do autor).

É isso que Lenin qualifica como a criação de um poder, uma autoridade do *todo*, propalada pelo reconhecimento correspondente de todas as *partes*. E é justamente pela quebra da confiança, pela desautorização desse novo poder estabelecido através da fusão dos círculos, que se inicia um período de lutas entre as duas principais facções do movimento operário russo desse período: os bolcheviques e os mencheviques. A unidade, estabelecida com base no programa e consumada pelos estatutos, é posta em risco pelas disputas que se gestaram dentro do congresso e se intensificaram depois dele.

Em primeiro plano, o *Iskra* compunha um grupo coeso e que vencia por fácil maioria os outros setores, que embora tivessem acordado em participar do congresso “tinham combatido decididamente o *Iskra* (o *Bund* e a *Rabotcheie Dielo*)” (ibid., p. 222). A representação do congresso também assimilou “organizações que, embora reconhecendo verbalmente o *Iskra*, prosseguiram de fato o seus próprios planos, e se distinguiam pela sua falta de firmeza no terreno dos princípios (o grupo *Iujni Rabotchi* e os delegados de certos comitês ligados a ele)” (ibid., p. 222).

Este último, o chamado “pântano”, caracterizava-se pela sua inconsistência, pela frouxidão de cânone e pela falta daquela *demarcação* político-ideológica à qual Lenin sempre batalhou para firmar entre os sociais-democratas. Dentro desse mosaico político-ideológico, com uma delegação⁸⁶, em muitos aspectos, mutuamente adversária, Lenin conclui que: “Nestas condições, o congresso não podia deixar de tornar-se *um campo de luta pela vitória da orientação do 'Iskra'*”. (ibid., p. 222). Mas, como afirmamos, o pacto terminante firmado entre os vários grupos deveria conduzir a luta e divergência dos detalhes para seu desenlace sadio através dos canais democráticos estabelecidos por regulamento.

Até porque, segundo Lenin, “a luta de *matizes* no partido é inevitável e necessária enquanto não conduz à anarquia e à cisão, enquanto se desenvolvendo *dentro dos limites* aprovados, de comum acordo, por todos os camaradas membros do partido”. (ibid., p. 319).

Estabelecer uma *unidade* implica justamente em conseguir resolver os possíveis conflitos dentro do espectro em que ela foi formada, reconhecendo que não se trata de uma *identidade*, em que todos os pensem igual. A identidade é impossível entre distintos grupos, e muito menos entre indivíduos cujo pensamento sempre será diverso em algum sentido. E essa luta que Lenin já travara incansavelmente nos anos anteriores, a luta pela definição de um campo de *demarcação* claro, tanto no que diz respeito a

86 Os membros do congresso eram compostos por 43 delegados, divididos em 26 organizações: o grupo Emancipação do Trabalho, os comitês de São Petersburgo, Moscou, Karkhov, Kiev, Odessa, Nikolayev, Don, Ekaterinoslav (atualmente Dnipro, na Ucrânia), Saratov, Tiflis, Baku, Batum, Ufa, Tula, as associações da Crimeia, da Sibéria e do Norte, a Organização de Trabalhadores de São Petersburgo, a Associação de Trabalhadores da Mineração e Metalurgia, o Comitê no Estrangeiro do Bund e o Comitê Central do Bund (sociais-democratas judeus), a Liga de Sociais-Democratas Russos, a União de Sociais-Democratas Russos no Estrangeiro, o grupo Iujni Rabotchi, e a organização do Iskra (NEW PARK PUBLICATIONS, 1978).

estabelecer uma organização genuinamente proletária (como já demonstramos no capítulo precedente), mas também para findar as intrigas entre os particularismos através do que chamou de *espírito de Partido*.

Nessa esfera, ele identifica já em 1902, em *Que fazer?*, que “a ampla difusão do marxismo foi acompanhada por um rebaixamento do nível teórico” (LENIN, 2010b, p. 80), e em razão dessa vulgarização do marxismo pelo fenômeno já mencionado dos “marxistas legais”, muitos ideólogos burgueses-liberais sugeriam que era necessário realizar um trabalho tenaz no estabelecimento correto dos princípios do marxismo. Advertia, portanto, ao *R. Dielo* na sua abusiva e irresponsável reprodução da frase “Cada passo do movimento real é mais importante que uma dúzia de programas”, de Marx (2012, p. 20) em sua *Crítica ao Programa de Gotha*, que repetir tais palavras em meio a desavenças teóricas era perigoso.

Sua crítica é voltada contra o *ecletismo* que se manifestava internamente na Rússia através do seu viés “economista”, mas também tinha reflexos no estrangeiro, principalmente pelos adeptos do revisionismo de Bernstein da Alemanha. Assim como Marx, Lenin “condena enfaticamente o ecletismo na formulação de princípios”, pois “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário” (LENIN, 2010b, p. 80-81, grifo do autor).

Ele afirma que o estabelecimento de limiares teórico-políticos de princípio, através da crítica teórica e da valorização da teoria, é importante por três motivos: primeiro pela jovialidade do marxismo e da socialdemocracia russa, quando outras tendências ameaçam desviar o movimento revolucionário do caminho correto, por isso, “da consolidação de um ou outro ‘matiz’ pode depender o futuro, por muitos e longos anos, da socialdemocracia russa” (ibid., p. 81); depois porque o próprio movimento socialdemocrata é internacional, e na Rússia, pela sua incipiência, eles eram suscetíveis a absorver tanto os avanços e os retrocessos de seus camaradas estrangeiros, por isso “não basta apenas conhecer essa experiência ou simplesmente copiar, [...] é necessário saber adotar uma atitude crítica ante essa experiência e comprová-la por si próprio” (ibid., p. 81-82); em terceiro lugar vem a especificidade russa, cuja população é subjugada pela autocracia, criando um contexto em que “A social-democracia russa tem tarefas nacionais que jamais se colocaram a qualquer outro partido socialista do mundo” (ibid., p. 82).

Isto exige que os revolucionários russos consigam utilizar a teoria para compreender a sua própria realidade, suas próprias especificidades. Situando dessa forma, fica mais claro para nós a insistência e, para alguns intérpretes até uma certa intransigência⁸⁷, por parte de Lenin em alguns de seus embates teórico-políticos. Coisas que parecem trivialidades para alguns eram identificadas por ele como atributos centrais para neutralizar efeitos deletérios dentro do movimento do proletariado. Não é à toa que sua máxima se consubstancia com a frase “*só um partido orientado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel de combatente de vanguarda*” (ibid., p. 82, grifo do autor).

A fixação de fronteiras ideológicas marcantes é um elemento fundamental na sua compreensão da unidade. Já em 1914, em uma polêmica com Trotsky e sua chamada revista “não-fracionista”, Lenin afirma:

Onde a *maioria* dos operários conscientes se uniu em torno de decisões exatas e precisas, ali há *unidade* de opinião e de ação, ali há espírito de partido e partido.

Onde vimos liquidacionistas, “destituídos dos cargos” pelos operários, ou meia dúzia de grupos no estrangeiro que em dois anos não demonstraram *com nada* as suas ligações como movimento operário de massas da Rússia, aí precisamente reina a desorientação e o *cisionismo*. Ao tentar agora convencer os operários a *não cumprir as decisões* daquele “todo” que é reconhecido pelos marxistas-pravdistas, Trotsky *tenta* desorganizar o movimento e provocar a cisão (LENIN, 1982f, p. 498).

Trotsky, nesse período, intentava estar “acima” da luta entre as principais correntes políticas da época através da palavra de ordem do “não

87 Segundo Wood (1991, p. 45) “Acima de tudo, foi a posição intransigente de Lenin com relação à organização, disciplina e organização do partido, exposta em *Que fazer?*, que provocou o cisma partidário do segundo Congresso de 1903”. Discordamos veementemente dessa conclusão. Intransigência é um termo que representa um certo isolamento e uma defesa unilateral do seu ponto de vista, o que inviabiliza um agir conjunto. Não há nada que comprove essa afirmação: primeiro, na votação do parágrafo 1 dos *Estatutos do Partido*, durante o congresso, a proposta lenineana foi derrotada, e este conformou-se com o resultado, mesmo não tendo mudado sua opinião; depois, ele próprio afirmou que aquela divergência não seria a morte do Partido, demonstrando permissibilidade; por último, conforme toda a documentação reunida pelo próprio, podemos concluir que foi a inconformidade dos derrotados com as eleições ao final do congresso a responsável pelo verdadeiro fracionismo no interior do POSDR.

fracionismo”. Fazendo isto, desrespeitava as decisões da maioria dos operários socialdemocratas que tinham decidido pela sua posição contra a tendência liquidacionista⁸⁸.

No excerto supracitado, fica evidente que a unidade prezada por Lenin é o respeito às decisões democraticamente tomadas pela maioria que define resolutamente por algo. Para que isso possa ocorrer, a decisão democrática e peremptória da maioria diante dos dilemas que se apresentam, é preciso que se definam as linhas-guia que orientem a tomada de decisão de um determinado coletivo social. E, portanto, são necessárias novamente as raia políticas e ideológicas que separam os sujeitos em seus processos decisórios.

Pois esta é justamente a crítica à flacidez política de Trotsky, porque enquanto pregava o “não-fracionismo”, ele na verdade reproduzia “a pior espécie de fracionismo, pois *não* há nenhuma precisão ideológico-política. [...] em Trotsky não existe precisão ideológico-política alguma”. E a ausência de princípios demarcadores de seus liames político-ideológicos serviam apenas como “uma patente de plena liberdade de *passar* de uma fração para outra e inversamente” (ibid., p. 495, grifo do autor).

O abalo no POSDR ocasionado pela derrota da Revolução de 1905-1907, dando origem à corrente liquidacionista de direita, ao mesmo tempo que relativamente enfraquece as forças numéricas do partido, teve um efeito paradoxalmente fortalecedor. As duras batalhas tanto no teor da teoria quanto da prática, travadas por Lenin, certamente lhe premiam com uma verdadeira coleção de inimigos. Sem se importar com desconfortos ou desgostos pessoais, ele não hesitou em atacar impiedosamente até mesmo os seus camaradas que até a pouco foram seus aliados mais importantes.

88 Lenin explica, em seu texto *No caminho* de 1909, que depois da derrota da Revolução de 1905-1907, seguida por intensos anos de repressão, uma tendência que desejava abrir mão da organização clandestina do proletariado revolucionário em nome da atuação legal, dentro dos preceitos liberais: “Um ano de desagregação, um ano de confusão política e ideológica, um ano de extravio do partido está para trás de nós. [...] Chegou-se a um ponto em que alguns elementos do partido, sob a influência da desagregação, se interrogaram sobre se se devia manter o partido social-democrata tal como era antes, se se devia continuar a *sua* obra, se se devia passar outra vez à clandestinidade e como o fazer; a esta questão a direita extrema deu uma resposta no sentido da legalização a qualquer preço, mesmo ao preço da renúncia aberta ao programa, à tática e à organização do partido (a chamada corrente liquidacionista)” (LENIN, 1982d, p. 479, grifo do autor).

Acontece que Lenin partia da premissa de que a demarcação resulta, na maioria das vezes, numa crescente depuração. O conceito de depuração, ao mesmo tempo em que implica a exclusão de algo, também contempla o sentido de uma purgação, uma purificação. Em *No caminho*, artigo de balanço sobre os resultados do abalo ao partido, Lenin afirma o seguinte:

Os elementos mais proletários do partido, os elementos da intelectualidade mais consequentes do ponto de vista dos princípios, mais sociais-democratas, permaneceram fieis ao POSDR. As saídas do partido significam uma depuração deste, a sua libertação dos amigos menos firmes, inseguros, dos “companheiros de viagem” (*Mitläufer*), que sempre aderiram temporariamente ao proletariado, que provém da pequena-burguesia ou dos “desclassificados”, isto é, pessoas descarrilhadas de uma ou de outra classe determinada. (LENIN, 1982d, p. 484).

Em verdade, embora nesse período Lenin diagnostique a redução de militantes do partido e o afastamento de uma parte de outros como uma depuração necessária, essa compreensão já era tida anos antes. Ela é, na verdade, a ideia fundamental no empenho lenineano pela *demarcação*. Inspirado na compreensão, descrita em uma de suas correspondências de Marx e Lassalle de 1852, é singularmente emblemático que a seguinte passagem é a *epígrafe* de *Que fazer?*: “A luta interior dá força e vitalidade ao partido; a maior prova da debilidade de um partido é o seu amorfismo e a ausência de fronteiras nitidamente delimitadas; o Partido reforça-se depurando-se”.

É com esse espírito e essa compreensão já mais lapidada sobre o problema da unidade e da demarcação que voltamos ao II Congresso do POSDR, para analisar a polêmica mais marcante desse evento: a disputa em torno do §1 dos Estatutos do partido. O estabelecimento de princípios, através de um programa unitário da socialdemocracia russa, era uma prioridade. Mas, como já afirmamos, a unidade teórico-programática era considerada por ele insuficiente para dar coesão aos diferentes grupos num Partido único. Era necessário o espírito de Partido, elemento que não estava necessariamente desligado da teoria do proletariado. Ela precisava ter um desdobramento prático na forma.

Durante o Congresso, na sua 22ª sessão realizada em Londres, durante a discussão do primeiro parágrafo dos Estatutos, opuseram-se duas

propostas principais: a de Martov, até então membro do *Iskra* junto com Lenin, e que versava o seguinte, “Um membro do Partido Operário Social-Democrata Russo é aquele que aceita o programa do Partido, apoia o Partido financeiramente e presta-lhe assistência pessoal regular sob a direção de uma de suas organizações”. A fórmula de Lenin, oposta à de Martov, proferia o seguinte: “Um membro do POSDR é aquele que aceita seu programa e apoia o Partido por participação pessoal em uma das organizações partidárias”. Sobre essa aparente divergência de detalhes, Allan Wood afirma que

na verdade expressava duas opiniões totalmente diferentes quanto ao tipo de partido a ser escolhido: Uma tinha em vista um partido amplo com simpatizantes preparados a prestar uma ‘cooperação pessoal’ às organizações; a outra, um partido restrito e disciplinado contando com total compromisso de seus ativistas. (WOOD, 1991, p. 45)

O autor está correto em partes, na medida em que identifica a disciplina e o “compromisso” como um dos eixos da compreensão lenineana, mas engana-se ao estabelecer uma oposição entre “partido restrito” e “partido amplo”. Na verdade, a proposição lenineana não buscava restringir a atividade partidária da amplitude de suas tarefas, mas na *qualidade* delas. O que Lenin combate com severidade é o chamado *trabalho artesanal*: “A falta de preparação prática e de habilidade no trabalho de organização” (LENIN, 2010b, p. 172).

Isso não necessariamente significa uma redução numérica. Esse tema iremos aprofundar com mais acuidade mais adiante, ainda neste capítulo. Por hora, basta registrar que Lenin jamais negou a necessidade da criação e associação ao partido por parte de organizações mais flexíveis, mesmo que seus contraditores os acusassem de restringir os horizontes da organização partidária. A fórmula de Martov, na verdade, era mais elástica não na *quantidade*, mesmo que ela pudesse gerar um partido mais numeroso, mas a sua frouxidão estava no vínculo que cada indivíduo mantinha contato com o partido.

Para ele, qualquer indivíduo que estivesse à serviço do partido um dia e outro não poderia ser considerado um membro. Em suas intervenções registradas nas atas, considera que seria benéfico se qualquer grevista,

qualquer manifestante, pudesse reivindicar o título de membro do partido; igualmente, Axelrod também defendia que qualquer estudante ou professor que se considere socialdemocrata deveria ser incluído no partido (NEW PARK PUBLICATIONS, 1978); Lenin, por outro lado, procura atar com mais firmeza o militante ao partido. Embora possa ter impactos numéricos e quantitativos, a diferença essencial é absolutamente qualitativa. A isto, Lenin respondeu:

Trata-se pois de aplicar consequentemente o princípio de organização, ou consagrar a dispersão e a anarquia. Estamos a construir o partido tomando como base um núcleo já formado e consolidado de *sociais-democratas*, núcleo que, por exemplo, organizou o congresso do partido, e que deve ampliar e multiplicar todo o tipo de organizações do partido, ou contentamo-nos com a frase tranquilizadora de que todos os que nos ajudam são membros do partido? (LENIN, 1982b, p. 255, grifo do autor).

Toda argumentação lenineana está voltada para combater o que chama de “dispersão”, de “anarquia”. Não há uma defesa de uma organização restrita. Mas como pudemos observar no fragmento acima, ele considera que o núcleo consolidado deveria se ampliar a partir dali. Novamente, a concepção lenineana descrita nessas passagens não aponta a uma restrição rigorosa como é comum se pensar.

Porém, podem ser observados indícios de uma compreensão mais restritiva em *Que fazer?*, quando, debatendo a diferença entre a luta econômica e a luta política, Lenin defende que “a organização dos operários deve ser, em primeiro lugar, sindical; em segundo lugar, o mais ampla possível; em terceiro lugar, o menos clandestina possível” (LENIN, 2010b, p. 181).

Enquanto, em contrapartida, a organização “dos revolucionários deve englobar, antes de tudo e sobretudo, homens cuja profissão seja a atividade revolucionária [...] tal organização não deve ser muito extensa e é preciso que seja o mais clandestina possível” (ibid., p. 181). Isto porque, segundo ele, “numa organização ampla, torna-se impossível uma clandestinidade rigorosa (pois exige muito mais preparo do que a necessária para participar da luta econômica)” (ibid., p. 183). Porém, ao mesmo tempo em que apregoa a necessidade de restringir os membros clandestinos da organização revolucionária conspirativa, ele acopla a necessidade de se criarem

organizações-satélites, ligadas à socialdemocracia conspirativa, de caráter mais amplo e flexível. Lenin as descreve da seguinte maneira:

Um pequeno núcleo compacto – composto dos operários mais firmes, mais experimentados e provados, com delegados nos principais bairros e de modo rigoroso se vincule clandestinamente à organização dos revolucionários – poderá perfeitamente, com a mais ampla colaboração da massa e sem qualquer regulamentação, realizar *todas* as funções que competem a uma organização sindical, e além disso, realiza-las exatamente de acordo com os objetivos da social-democracia. Só assim pode se *consolidar* e se desenvolver, apesar de todos os policiais, o movimento sindical *social-democrata*. (ibid., p. 189, grifo do autor).

São as organizações *lose* (livres), ou seja, desvinculadas de uma regulamentação, tão pouco formalizadas, mas vinculadas ao partido (ibid., p. 183). É com essa argumentação que ele combate às críticas dos partidários da proposta martovista no II Congresso, recuperando tanto as suas compreensões presentes em *Que fazer?* como também observável pelos seus discursos e intervenções nas atas do congresso (LENIN, 1982b, p. 258-261; NEW PARK PUBLICATIONS, 1978).

A linha de demarcação também tem uma grande expressão na diferença entre a formulação de Lenin e a de Martov. Como falamos, para Lenin não há uma diferença mecânica entre forma e conteúdo. Um partido que se considere proletário e revolucionário, que objetive a revolução proletária, que se oriente pela teoria revolucionária do proletariado, precisa ter uma organização cuja forma corresponda a essas compreensões fundamentais. Para Lenin, o partido

como destacamento de vanguarda da classe, seja algo o mais *organizado* possível, que o partido só aceite nas suas fileiras aqueles elementos que *admitam, pelo menos, um mínimo de organização*. Pelo contrário, o meu contraditor *confunde* no partido os elementos organizados e não organizados, aqueles a quem se pode dirigir e os quais se não pode, os elementos avançados e os que são incorrigivelmente atrasados, porque os atrasados corrigíveis podem entrar na organização. É *esta confusão* que é verdadeiramente *perigosa*. (ibid., p. 254)

Ou seja, ao se misturar qualquer indivíduo que se autointitule social-democrata como membro do partido, sem imprimir uma linha de atuação cotidiana e disciplinada das atividades *singularmente partidárias*, a proposta de Martov não traçava uma linha de demarcação precisa entre o partido e a massa. Se massa e partido se confundem, então eles tendem a se identificar, tornando-se algo amorfo. Nessa proposição, o partido, como “parte” da massa, ou melhor, sua parte mais avançada e resoluto, *reduz-se* ao todo da massa, perde sua razão de existir, e, mesmo tendo um conteúdo avançado pela sua ideologia, seu programa resulta impotente, sem força material para se destacar.

O que destaca o partido socialista, como vamos observar nos tópicos mais à frente, é justamente a dedicação permanente, não efêmera, estável e não oscilante, o horizonte político mais ancho, não o olhar estreito. Por isso, a rigorosidade de princípio e de atividade não impede a dilatação da atividade revolucionária, pelo contrário, segundo Lenin,

quanto mais forte forem as nossas organizações do partido, englobando *verdadeiros* sociais-democratas, quanto menos hesitação e instabilidade houver *no interior* do partido, mais larga, mais variada, mais rica e mais fecunda será a influência do partido sobre os elementos das *massas* operárias que o rodeiam e por ele são dirigidos. (ibid., p. 256, grifo do autor)

A proposta lenineana foi derrotada⁸⁹, mas a divergência aflorou um novo conflito. A partir da polêmica encetada pelo §1 dos Estatutos, inicia-se uma batalha entre a facção de Lenin e a de Martov e consortes. Com o bloco do *Iskra* dividido, uma nova conformação de forças políticas surgiu. Ela é marcada pelo “início da coligação da minoria iskrista com os anti-iskristas e com o pântano” (LENIN, 1982b, p. 253). O principal problema se segue depois da desagregação do bloco iskrista e a retirada do congresso por parte dos setores anti-iskristas.

A sua retirada aconteceu em meio aos debates sobre as formas de reconstituição dos órgãos centrais e do reconhecimento da Liga de Sociais-Democratas Russos como organização representante do POSDR no

89 A votação ocorreu na 23ª sessão do congresso, com 28 votos a favor da proposta de Martov e 23 à proposta de Lenin.

exterior. Nessa ocasião, tratava-se do interesse dos círculos e dos grupos em manter a sua autonomia, o que confrontava o partido único que buscavam criar. Segundo Lenin (ibid., p. 228), “O objetivo da oposição [...] era defender a independência, o particularismo, os interesses de capelinha dos pequenos grupos para que não sejam tragados por um amplo partido, que vinha sendo estruturado na base dos princípios iskristas”.

A partir da derrota dos anti-iskristas e seu abandono do congresso, Martov ficou em minoria, sendo inconformadamente⁹⁰ derrotado nas eleições para a composição do Comitê Central e do Órgão Central. O fracasso de Martov e seus adeptos foi o que gerou a contenda histórica entre os bolcheviques (maioria) e mencheviques (minoridade), como ficaram conhecidos, e gerou uma grande crise no partido. O próprio ambiente ao final do congresso era de grande irritação⁹¹. Fazendo uma súmula dos acontecimentos, Lenin avalia o seguinte:

Já disse no congresso, e repeti-o depois mais de uma vez que “não considero de modo nenhum a nossa divergência (sobre o §1) tão essencial que dela dependa a vida ou a morte do partido. Se houver um mau artigo nos estatutos, não vamos, de modo algum, morrer por isso!” Esta diferença em si mesma, ainda que revelando matices de princípio, não pôde de modo nenhum provocar a divergência (na realidade, para falar sem rodeios, a cisão) que se declarou depois do congresso. Mas qualquer *pequena* divergência pode tornar-se *grande* se insistirmos nela, se a colocarmos em primeiro

90 Como afirma Lenin (1982b, p. 298, grifo do autor): “A luta do *espírito filistino* contra o *espírito de partido*, das ‘questões pessoais’ do pior gosto contra as *considerações políticas*, das *palavras mesquinhas* contra os conceitos mais elementares do *dever revolucionário*, eis o que foi a luta à voltada do grupo de seis e do grupo de três na trigésima sessão do nosso congresso”. Martov, Lenin e Plekhanov foram eleitos para o Órgão Central, deixando o primeiro em minoria, haja vista que naquele momento Plekhanov e Lenin estavam coligados. Por estar em minoria, Martov declinou de seu assento, restando a Koltsov, que também declinou, sendo decidido que os dois remanescentes elegeriam o terceiro. Nas eleições do CC também predominou a maioria do grupo de Lenin: foram eleitos Glebov, Krzhizhanovsky e Lenznik

91 Procurando uma resposta para os desgastes decorridos ao longo do congresso, perpassando por piadas e indignações pessoais, Lenin afirma que “Não foram as asperezas nem as piadas que provocaram o conflito – elas foram apenas um *sintoma* do fato de existirem ‘contradições’ no seio do agrupamento político do congresso, de nele existirem os germes de um conflito, uma heterogeneidade interna que, com uma força imanente, surgia ao menor pretexto, *mesmo insignificante*”. (LENIN, 1982b, p. 235).

plano, se nos *pusermos* a identificar todas as suas raízes e ramificações. Qualquer *pequena* divergência pode tomar uma *enorme* importância, se servir de ponto de partida para *uma viragem* para certas concepções erradas e se estas concepções vierem juntar-se, em virtude de novas divergências complementares, atos *anárquicos* que levam o partido à cisão. [...] Uma divergência relativamente pouco importante sobre o §1 tomou agora a uma importância enorme, porque foi o que precisamente serviu de ponto de viragem para sutilezas oportunistas e para uma fraseologia anarquista da minoria [...] Poder-se-ia *todos* os esforços para aumentar a fenda, para quebrar o vaso. Foi o que aconteceu, em consequência do boicote e de todas as outras idênticas medidas anárquicas dos zelosos partidários de Martov. A divergência sobre o §1 teve um papel considerável na questão da eleição dos centros, e a derrota de Martov levou-o à “luta no terreno dos princípios” por meios grosseiramente mecânicos e até escandalosos (LENIN, 1982b, p. 252-253, grifo do autor).

Como podemos observar, ele estava disposto a não comprometer a unidade do partido em razão de uma decisão de menor importância. Porém, a expressão dessa divergência, nas suas palavras, levada para o “terreno dos princípios”, gerou o que ficou conhecido por fracionismo⁹².

A fração minoritária de Martov, descontente com sua derrota no congresso, inicia uma campanha mesquinha e arbitrária contra as decisões congressuais para tentar deslegitimar o acordo mútuo entre todos os sociais-democratas. Lenin critica os seus escandalosos textos como o *Luta contra o Estado de Sítio no POSDR*, em que acusa a maioria de sitiar a

92 Na sua alteração contra Trótski, para situar adequadamente o que considerava como o “fracionismo”, Lenin argumenta o seguinte: “Então o partido era um único, não havia cisão, mas havia fracionismo, isto é, existiam *de fato* num único partido *duas* frações, *duas* organizações de fato separadas. As organizações operárias na base eram únicas, mas para cada questão séria as duas frações elaboravam duas táticas; os seus defensores discutiam entre si nas organizações operárias únicas [...] e as questões eram resolvidas *por maioria*” (LENIN, 1982f, p. 493, grifo do autor). Isto pode ser confirmado pela informação de David Lane (1968, p. 77), que discorre sobre a atuação unitária de bolcheviques e mencheviques nas organizações de base do partido durante a Revolução de 1905, nos distritos de Neva e Petersburgo.

minoria, suas publicações⁹³ no *Iskra*, e seu discurso no congresso da Liga⁹⁴ no estrangeiro.

Esse é o *modus operandi* do que considera como oportunismo, quando ainda em *Que fazer?* afirmava que os oportunistas “procuram alcançar seus objetivos, não por meio de uma luta aberta em favor dos princípios e da nova tática, mas valendo-se de uma corrupção gradual, imperceptível e, se puder usar essa expressão, impune no partido” (LENIN, 2010b, p. 69). E foi exatamente isso que os mencheviques fizeram, fazendo Lenin parecer clarividente em sua afirmação de 1902 sobre a mecânica de ação do oportunismo, mas veremos que não se trata de nenhuma mediunidade.

De acordo com a carta de Lenin chamada *Por que renunciei ao Conselho Editorial do Iskra?*, a campanha de oposição dos mencheviques não se limitou apenas às difamações, mas realizaram verdadeiros boicotes⁹⁵ às decisões e orientações advindas dos organismos centrais do partido. Quando, aos finais de 1903, desencadeou-se uma ameaça vívida de uma cisão do partido, durante o Congresso da Liga, Plekhanov finalmente cedeu e incorporou membros mencheviques para o *Iskra*.

E Lenin (2002a, tradução nossa) alertou que “a oposição não ficaria satisfeita com isso, [e não era] permissível rever uma decisão do Congresso do Partido para agradar a um círculo”. Os mencheviques, não satisfeitos em terem atropelado as decisões do congresso, queriam mais: o “restabelecimento do antigo conselho editorial [do *Iskra*], cooptação de representantes da oposição ao Comitê Central, dois assentos no Conselho e reconhecimento do Congresso da Liga como válido” (ibid.).

Lenin, nessas circunstâncias, demitiu-se⁹⁶ do *Iskra*, crendo que não deveria “impedir a paz no Partido” (ibid.). Como forma de finalmente en-

93 Um dos poucos materiais que conseguimos encontrar foi o artigo *Breve constituição do Partido Operário Social-Democrata Russo*, em que o autor ataca a hierarquia de “dominantes e dominados” no interior do partido (MARTOV, 1967).

94 “O clímax da campanha da oposição contra os órgãos centrais foi o Congresso da Liga” (LENIN, 2002a, tradução nossa).

95 “A minoria descontente recorreu a um boicote, durando meses” (LENIN, 2002a, tradução nossa).

96 Apesar de ter cedido nesse momento aos queixumes dos mencheviques, alguns meses depois Lenin (2002h) se arrependeu de ter abandonado a redação do *Iskra*, informando, numa carta de agosto de 1904 aos *Agentes Comitê Central e aos Comitês Alinhados* à maioria do Segundo Congresso, sobre o desenvolvimento da luta interna até então, classificando sua atuação como um “passo incauto”. Isso reforça a tese de que não foi a intransigência de Lenin que impediu ou que ocasionou o fracionismo entre bolcheviques e mencheviques.

contrar a paz, o Comitê Central ofereceu duas cadeiras para os mencheviques e uma no Conselho, o que foi rejeitado (ibid.). Com um novo *Iskra* puramente menchevique, a unidade do partido ainda não estava garantida. Lenin, depois de se demitir do Conselho Editorial do *Iskra*, é incorporado⁹⁷ ao Comitê Central e de lá faz sua luta contra os mencheviques. Como membro do CC, passa a atuar pela paz no partido através do Conselho, seu órgão máximo. Mas com Plekhanov, coligado aos mencheviques, essa tarefa foi infrutífera.

Nesse período conturbado de 1904, com a grande crise interna do POSDR, numa sessão do Conselho do Partido em janeiro, Lenin busca restaurar a unidade do partido invocando justamente a legitimidade do acordo firmado pelos grupos que organizaram o congresso e o fundaram, em seu *Esboço de Resolução de Medidas para Restaurar a Paz no Partido*. Defende que: “Esta decisão, aceita por todo o Partido antes do Congresso e reafirmada várias vezes no próprio Congresso, equivalia a uma palavra de honra livremente entregue por todos os social-democratas” (LENIN, 2002b, tradução nossa).

Isto é necessário porque “Sempre surgiram diferenças individuais sobre todas as questões, e inevitavelmente surgirão em um partido que se baseia em um vasto movimento popular e se propõe a ser o porta-voz consciente desse movimento” (ibid., tradução nossa). O que fica evidente, portanto, nesses fatos narrados, é o reforço da sua compreensão de se construir através do partido rigorosamente orientado pelos seus princípios, pelos seus programas, mas que busca contemplar, pelas legítimas vias internas, o pensamento divergente. A proposta de unidade de Lenin de forma alguma é uma unidade homogeneizadora que uniformiza e anula a diferença; antes, trata-se de uma *unidade na diversidade*.

Contudo, nesse primeiro plano, seus esforços foram em vão, com a deserção de Plekhanov para o menchevismo, aprovando uma resolução que incorporou membros da facção de Martov para o Comitê Central, mesmo sob protesto dos bolcheviques que o compunham, ficou estabelecida a hegemonia menchevique nos organismos centrais de direção e no Conselho.

97 Na nota de rodapé número 3 do texto *Projeto de Resolução do Grupo de Genebra da Maioria*, escrito por Lenin em setembro de 1904, os organizadores do volume afirmam que “ele foi cooptado para o Comitê Central e de lá começou uma luta contra os oportunistas mencheviques” (LENIN, 1977b).

Mesmo em maioria e envolto da legitimidade das decisões congressuais, o grupo lenineano é posto em minoria, com a passagem de Plekhanov para o lado de Martov, que supostamente visava atenuar as tensões no partido, fazendo uma concessão aos mencheviques.

Porém, Lenin não arreda de suas concepções e afirma a necessidade de se enfrentar as frases anárquicas e o espírito particularista dos martovistas, afirmando que

para os elementos instáveis e hesitantes não somente podemos, mas devemos, criar um ‘estado de sítio, e os nossos estatutos na sua totalidade, todo o nosso centralismo a partir de agora aprovado no congresso, tudo isso mais não é do que um ‘estado de sítio’ contra as fontes tão numerosas de imprecisão política. (LENIN, 1982b, p. 302)

Todavia, quem sofreu um verdadeiro estado de sítio foram os bolcheviques. Após a cedência de Plekhanov e a cooptação dos membros mencheviques para o Conselho e para o Órgão Central, ficou fácil para os mencheviques assumirem o controle do Comitê Central. Segundo Florestan Fernandes (2012, p. 226), uma vez *golpeados*, os bolcheviques e Lenin viveram “um árduo e melancólico período de ostracismo e de difamação, dentro do seu próprio partido, ao qual conseguiu sobrepor-se pela firmeza de suas convicções e por sua fibra de lutador”.

Depois da tentativa dos bolcheviques de aprovar a convocação de um III Congresso para pôr fim à discórdia, recusada pelo Conselho, suas tentativas voltaram-se para as bases do partido, organizando conferências e resoluções de comitês locais para a sua convocação: “Não há caminho para os comitês e organizações da maioria, senão unir-se para lutar por um congresso” (LENIN, 2002c, tradução nossa). Lenin denuncia os abusos mencheviques em seu esboço do *Anúncio de Formação de um Bureau dos Comitês da Maioria*, de outubro (novembro) de 1904, afirmando que eles agem através da “maior violação dos direitos dos membros do Comitê Central que permanecem do lado da maioria”.

Ainda mais, o “novo Comitê Central está derrubando organizações que têm a audácia de querer um congresso [...] proclama que as publicações da maioria são publicações não-partidárias e se recusa a fornecê-las aos comitês [locais]” (ibid., tradução nossa).

A *Declaração de Julho*, em 1904, do Comitê Central provocou ainda mais a dissensão, quando parte dos seus membros a publicaram sem o consentimento de Lenin, aprovando a política de inclusão de membros mencheviques na sua composição. A resposta lenineana foi um protesto veemente, através da sua carta intitulada *Aos cinco membros do Comitê Central*, cobrando explicações da atitude ilegítima tomada pelos mencheviques (LENIN, 2002d).

Uma questão peculiar é que ao mesmo tempo em que enviava sua correspondência aos ditos membros do CC, ele também enviou cópias às bases do partido, de forma que tomassem conhecimento dos acontecimentos, o que contribuía para a tomada de posição do seu todo frente ao conflito entre as duas frações. Segundo nota número dois do texto *Projeto de Resolução do Grupo de Genebra da Maioria*, a perseguição a Lenin chegou a um ponto em que “despojaram Lenin de seus direitos como representante do Comitê Central do Partido no exterior, e proibiram a publicação de suas obras sem a permissão do colegiado do C.C.” (LENIN, 1977b).

Os bolcheviques voltam-se, portanto para as bases do partido e empreendem uma luta interna para a convocação do III Congresso que viria a ocorrer em 1905, em meio à turbulenta atmosfera da Revolução. A viragem para a articulação com as bases se deu a partir dos comitês locais que estavam sob controle bolchevique.

Em agosto de 1904, foi realizada uma conferência bolchevique com 19 membros, que aprovou uma declaração com 22 signatários, chamada *Ao Partido*. Essa declaração viria a ser uma espécie de programa bolchevique, orientando seus membros e conquistando novos adeptos, para o período de luta contra os mencheviques que antecedeu a Revolução de 1905 e o III Congresso. Nela, eles afirmam que “A maioria do partido, ansiosa a todo custo para preservar a unidade do Partido e coesão organizacional, lutou apenas por meios leais do Partido, e mais de uma vez fez concessões para alcançar uma reconciliação” (LENIN, 2002e, tradução nossa).

Em contrapartida, criticaram duramente a forma de luta conduzida pelos mencheviques, afirmando que eles seguiram “uma tendência anarquista, não mostrou preocupação pela paz e unidade no Partido” (ibid., tradução nossa). Defendiam que a única saída para a crise vivida pelo partido era “a imediata convocação do Terceiro Congresso. Só ele pode esclarecer a situação, resolver as disputas e limitar a luta dentro de limites adequados.

Sem um congresso, tudo o que podemos esperar é a progressiva desintegração do Partido” (ibid., tradução nossa).

Lenin e seus camaradas, quanto mais foram censurados pelo *Iskra*, mais aprofundaram a sua agitação e organização nas bases para a convocação do III Congresso através da consolidação dos bolcheviques como uma fração organizada no interior do POSDR. Como foram proibidos de publicar suas manifestações resoluções nas páginas do *Iskra*, começaram a organizar uma editora para *publicações próprias*, sem depender dos mencheviques que os boicotavam⁹⁸, através da *Casa de Literatura do Partido Socialdemocrata Bonch-Bruyevich e Lenin*.

Conforme a nota de rodapé número quatro do texto, essa Casa de publicação foi criada no final do verão de 1904, quando o “*Iskra* recusou publicar declarações de organizações e membros do Partido em apoio às decisões da Segundo Congresso do Partido e a favor da convocação do Terceiro Congresso. Os Editores receberam assistência de Comitês locais da maioria” (LENIN, 1977b, tradução nossa). O conteúdo da intervenção era a conclamação do III Congresso, rejeitado pelos mencheviques, e pelo apoio às estruturas partidárias bolcheviques.

Através de suas lutas internas, os bolcheviques trabalharam pela reconquista da maioria nas bases do partido, como pode ser observado na conclusão do projeto de resolução de Lenin, que seria apreciada por uma reunião bolchevique em Genebra: “A reunião convida todos os membros do Partido a partilhar as opiniões de princípio da maioria para apoiar a editora criada pelo camarada Bonch-Bruyevich e a agitar vigorosamente pela convocação do Terceiro Congresso” (ibid., tradução nossa).

Após essa conferência de Genebra, entre os meses de setembro e dezembro de 1904, os bolcheviques realizaram outras conferências *próprias* entre os seus comitês. Segundo a nota de rodapé número 3 do texto *Uma carta aos camaradas*, de dezembro de 1904, foram elas: a do Sul, englobando

98 Há registro de extensa correspondência trocada entre Lenin e os comitês ligados aos bolcheviques, entre novembro e dezembro de 1904, quando ele relata os boicotes que cada comitê vinha sofrendo por parte do Comitê Central e do Órgão Central menchevique. Além disso, afirma que Plekhanov e o Conselho estavam inviabilizando e negando a realização do III Congresso. Lenin propõe em cada carta que os comitês enviem as suas resoluções recusadas pelos bolcheviques para serem publicadas pela editora bolchevique. Isso pode ser verificado nas cartas aos comitês de Tver (1977c), de Imeretia-Mingrelia (1977d), de Baku (1977e), e da União Caucasiana (1977f).

os comitês de Odessa, Ekaterinoslav e Nikolayev; a conferência do Cáucaso, reunindo os comitês de Baku, Tiflis e o Imeretiano-Mingreliano; e a conferência do norte que abrangeu os comitês de Moscou, São Petersburgo, Tver, Riga, Setentrional, e de Nizhni-Novgorod (LENIN, 2002f).

Essas conferências também elegeram um Bureau dos Comitês da Maioria para coordenar os trabalhos da fração bolchevique do partido. Nesta carta, Lenin anuncia a criação de um jornal propriamente bolchevique batizado de *Vperyod* (Avante), que começaria a sua publicação em janeiro de 1905. Na carta, Lenin (2002f) estabelece que o futuro do partido dependia fortemente da “união dos bolcheviques”, que se apresenta como uma necessidade.

Por isso, “encontramo-nos confrontados inevitavelmente com a necessidade de expandir as *nossas atividades de edição* e de estabelecer os *nossos próprios meios* de transporte” (ibid., grifo e tradução nossos). Ele avalia que as circunstâncias dadas eram de um “Partido sem um Órgão, e de um Órgão sem um Partido”, haja vista que vários comitês que foram sistematicamente boicotados cortaram relações com o CC menchevique e com o *Iskra*; igualmente, os mencheviques tentaram inutilmente dissolver os comitês ligados aos bolcheviques (ibid.).

Diante dessa “formulação trágica, apresentada pela maioria desde agosto, determinou inexoravelmente a única solução – o início *de nosso próprio órgão*” (ibid., grifo e tradução nossos). E para além do novo órgão de publicação, era necessária a direção prática para a complexa tarefa de distribuição da literatura, o que já estava parcialmente sendo feito pelo Bureau (ibid.).

O leitor deve estar se questionando qual a razão do porquê efetuarmos uma descrição histórica de eventos tão particulares para o todo da trajetória lenineana, haja vista que na Introdução estabelecemos que o foco deste livro seria uma análise categórica e não uma narrativa histórica ou biográfica. Devemos lembrar que os elementos históricos nesse trabalho nos servem de *amostra*, como provas concretas que possam gerar categorizações ideológico-teóricas. Justamente porque a história constitui a manifestação das formas de produção e reprodução da vida humana, desde seus aspectos infraestruturais no âmbito da economia, até os edifícios ideológicos, culturais, jurídicos e *políticos* da superestrutura.

Esse período, talvez exaustivamente narrado, tem uma particular importância para nossa compreensão do partido para além das verificações já apontadas com a noção de *unidade na diversidade* através do programa partidário e a luta interna pelos canais legitimamente instituídos e do livre acordo entre todos, manifestado pelo “espírito do partido”. O fato é que a fração menchevique evidentemente rompeu, progressivamente, o acordo firmado através do II Congresso, utilizando-se de artimanhas para sua realocação nos organismos dirigentes do partido.

Qual foi a alternativa de Lenin e da fração proto-bolchevique? Sem *nunca* romper definitivamente com os meios legítimos do partido, Lenin goza da sua liberdade de agitação dentro do POSDR, e empreende uma batalha organizativa, denunciando os abusos mencheviques e organizando a sua fração *interna* ao partido. Desde os desdobramentos do II Congresso com a deserção de Plekhanov e a hegemonia dos mencheviques na direção do partido, Lenin busca articular-se com os “comitês locais” que concordavam com a sua compreensão sobre os fatos e com sua linha política.

Ele não criou comitês paralelos ou externos ao partido, pelo contrário, inicialmente agitou os já existentes comitês do POSDR para que exclamassem sua insatisfação com os rumos do partido. Isto é, enquanto foi possível, manteve uma luta leal, utilizando dos meios legais, inclusive intervindo no Conselho e buscando aprovar suas resoluções. No entanto, o oportunismo menchevique, atuando de formas corruptas, obrigou os bolcheviques a se constituírem enquanto um *bloco interno*.

A partir dali, foram criados *mecanismos próprios*: a casa editorial foi a forma primitiva que semeou as bases para a constituição de um novo Órgão Central que viria a ser o *Vperiod*; as conferências regionais cumpriram uma função de coesão e unidade, lançando declarações conjuntas que figuram como um *meta-programa* da fração bolchevique para dentro do POSDR; no âmbito da liderança prática, o Bureau dos comitês bolcheviques assumiu, temporariamente, o vácuo deixado pelo CC menchevique.

Podemos concluir, portanto, que os bolcheviques se constituíram como uma fração dentro do partido, tendo de disputar a sua política, mas na medida em que os meios legítimos estavam obstruídos, eles se constituíram como um *partido dentro do Partido*. Veremos mais adiante a diferenciação que Lenin fazia de fração e partido, e como a fração bolchevique se converteu em partido comunista, rompendo com a tradição da

socialdemocracia até então. Por ora, podemos concluir que é no fragor⁹⁹ da implacável disputa de poder e concepções que se construiu o Partido bolchevique, primeiro como uma fração interna, depois como *Partido revolucionário de novo tipo*.

Além disso, esse período praticamente não é estudado pelas fontes bibliográficas utilizadas como material de pesquisa. Nesses materiais, do ponto de vista da história, os bolcheviques, que são maioria em 1903, são imediatamente posto em minoria por meios “aparentemente misteriosos”, retomando significativa força durante a Revolução de 1905. É uma verdadeiro “raio de um céu sem nuvens”, para utilizar a expressão marxiana. Não há sequer menções à dura luta enfrentada por Lenin e seus camaradas nesses meses que se seguiram. Isto acontece com as obras de Elleinstein (1975), Wood (1991), Cogniot (1975), Fresu (2016), Mandel (1979), Deutscher (1968), Pipes (1997), Serge (2007), Hoetszch (1966), Bertonha (2011) e Rosenberg (1989).

Daniel Bensaïd (2000) defende que Lenin equivocou-se ao preconizar o “pluralismo por princípio”, afirmando que no momento terminal da revolução de 1917 o próprio “reivindica, nestas circunstâncias extremas, um direito pessoal à desobediência”, parafraseando sua carta em que afirma: “Eu parti para onde vocês não queriam que eu fosse [ao Smolny]. Até a vista” (LENIN apud BENSAT, 2000).

O autor esquece-se que Lenin (2005j, p. 146) apresentou seu pedido de demissão ao Comitê Central bolchevique, mas, como diz, “reservando para mim a liberdade de agitação *nas bases* do partido e no congresso do partido”. É um equívoco acreditar que esta tenha sido uma expressão da desobediência de Lenin, haja vista que ele sempre defendeu, como o próprio autor recupera, o “direito das minorias” em conduzir a sua discordância por meio dos canais internos, e é justamente isto que ele fez: Enquanto estava em minoria, gozou dos plenos direitos¹⁰⁰ de construir sua posição

99 Em fevereiro de 1905, discutindo num texto sobre o problema dos dois centros do partido, Lenin relembra as dificuldades de se constituir um novo Órgão Central, afirmando que: “Levou para a população na Rússia *dezoito meses de árduo esforço* para construir um novo Órgão Central após o Segundo Congresso, apesar da tensa preocupação manifestada em toda a Rússia por resolver a grave crise geral do Partido” (LENIN, 1962a, tradução e grifo nossos).

100 Denunciando a opressão menchevique no interior do partido, ele afirma em dezembro de 1905 em um panfleto intitulado *Declaração e documentos sobre a ruptura das instituições centrais com o partido* que: “Eles não tinham o direito de suprimir essa agitação, que é um direito inalie-

com o todo do partido. É o mesmo comportamento adotado pelos nossos relatos dos anos de 1903 a 1905.

Como afirmado por Fernandes (2012, p. 226), Lenin e os bolcheviques apenas conseguiram reverter o seu isolamento e a perseguição menchevique no interior do partido pela “firmeza de suas convicções” e pela sua “fibra de lutador”. Esse atributo *demarcador* de firmeza de princípios e flexibilidade tática, cuja discussão realizamos pormenorizadamente no capítulo precedente, afirma-se novamente no âmbito do partido, em especial no tema que cunhamos de *unidade na diversidade*. E essa concepção foi delineada desde muito cedo, quando Lenin afirma em *Que fazer?* sobre os perigos do “pântano”:

Marchamos em um pequeno e unido grupo por um caminho escarpado e difícil, de mãos dadas firmemente. Estamos rodeados por todas as partes de inimigos e temos de marchar quase sempre debaixo de seu fogo. Estamos *unidos por uma decisão livremente tomada*, precisamente para lutar contra os inimigos e não cair, com passos em falso, no pântano vizinho, cujos moradores nos censuram desde o início por nos separarmos num grupo à parte e por escolhermos o caminho da luta e não o da conciliação (LENIN, 2010b, p. 62, grifo nosso).

Ela, afinal, resultou exitosa quando ele, em 1917, buscando demonstrar o imperativo da tomada de poder pelos bolcheviques, faz comparação entre a situação da Rússia e a da Alemanha, antes o baluarte do movimento socialdemocrata, então corrompida pelo social-chauvinismo guerreirista, com seus líderes mais resolutos enclausurados (como Liebknecht), sem liberdade, sem jornais, etc.

Ele afirma, sarcasticamente criticando seus camaradas vacilantes: “Nós, ao contrário, com dezenas de jornais, com liberdade de reunião, *a maioria* nos soviets; nós, os internacionalistas proletários colocados nas melhores condições em todo o mundo, nos negaremos em apoiar com nossa insurreição os revolucionários alemães” (LENIN, 2005g, p. 156). E como

nável de cada membro do Partido. Em particular, não tinham o direito de dissolver o Bureau do Sul por agitar em nome de um congresso. Eles não tinham nem o direito formal nem o moral de censurar-me, membro do Conselho do Partido, por ter votado no Conselho em favor de um congresso” (LENIN, 2002g, grifo e tradução nossos).

procuramos demonstrar, os eventos de 1917 estão *absolutamente ligados* com as suas concepções originárias de 1902, pois segundo ele: “Temos a vantagem de pertencer a um partido que conhece firmemente seu caminho num momento de vacilações inauditas tanto de *tudo o imperialismo* como de todo o bloco dos mencheviques e socialistas revolucionários” (LENIN, 2005b, p. 128, grifo do autor).

CENTRALISMO E DEMOCRACIA, RESTRIÇÃO E AMPLITUDE NO PARTIDO

Como já citamos, o contexto russo, até fevereiro-março de 1917, era marcado pela vigilância policialesca da autocracia e pela intensa repressão a todos os movimentos populares, mesmo aqueles que não se propunham a derrubar a monarquia, mas sim reformá-la. As próprias lutas sindicais que se reduziam a reivindicações imediatas, como melhoras nos salários e condições de trabalho, eram reprimidas.

Em 1904, Rosa Luxemburgo em seu artigo *Problemas organizacionais da Socialdemocracia russa*, também conhecido como *Marxismo ou Leninismo?*, desferiu uma crítica ao modelo organizativo adotado por Lenin e pela fração bolchevique do POSDR, cujo signo mais forte era a de uma organização *restrita* a um grupo *coesos* do que ele chamou de *revolucionários profissionais*, para tal, utilizou o instrumento do *centralismo* como princípio estatutário.

Segundo Lukács (2012, p. 46): “O plano bolchevique de organização destaca, em meio à massa mais ou menos caótica da totalidade da classe, um grupo de revolucionários conscientes de seus objetivos e dispostos a qualquer sacrifício”. Rosa, em seu artigo, fez críticas às posições lenineanas descritas em *Um passo em frente, dois passos atrás*, publicado em 1904, quando o autor faz uma análise minuciosa do desenrolar do II Congresso do POSDR, realizado entre julho e agosto de 1903, em Bruxelas, terminando em Londres (por razões de perseguição).

Já nas primeiras linhas, ela reconhece que no cenário de um país com regime autocrático “uma tarefa sem precedentes na história do movimento socialista caiu para o terreno da socialdemocracia russa. É tarefa de decidir qual é a melhor política tática socialista em um país onde a monarquia absoluta ainda é dominante” (LUXEMBURGO, 1999, tradução nossa).

Todavia, ao colocar o problema da organização da socialdemocracia sob o fogo pesado da repressão czarista em primeiro plano, como uma tarefa sem precedentes, passa a imediatamente afirmar que “os obstáculos oferecidos ao movimento socialista pela ausência de liberdades democráticas são de importância relativamente secundária” (ibid., tradução nossa).

De forma diametralmente divergente daquela preconizada por Lenin, de acordo com nossa exposição no capítulo anterior, quando a tarefa da Revolução Democrática era a prioridade do POSDR. Rosa (ibid.), porém, reconhece que a imediatamente revolução dada para a Rússia era ainda uma revolução de tipo burguesa, e isso iria imbuir a intelectualidade de um espírito aburguesado rapidamente. Mas a principal acusação de Rosa contra Lenin é a do “ultracentralismo”.

Para ela, a fórmula lenineana de partido iria superempoderar o Comitê Central, sendo ele “o único elemento pensante do partido. Todos os outros agrupamentos seriam seus membros executivos” (ibid., tradução nossa). Para Rosa, na tese de Lenin, as massas proletárias se tornaram os instrumentos de um Comitê Central:

a submissão absoluta e cega das seções partidárias à vontade do centro, e a extensão dessa autoridade a todas as partes da organização. [...] O ultra-centralismo exigido por Lenin está cheio do espírito estéril de fiscalizador. Não é um espírito positivo e criativo. [...] Não é tanto fazer com que a atividade do partido seja mais frutífera quanto controlar o partido – restringir o movimento em vez de desenvolvê-lo (ibid., tradução nossa).

Em um artigo de resposta às críticas de Rosa, publicado apenas em 1930, Lenin afirma que nunca fez parte da sua concepção dar extremos poderes ao Comitê Central, afirmando que a sua detratora confundiu o esboço de estatuto redigido pela comissão organizadora com o dele, na qual ele e seu grupo estavam em minoria¹⁰¹.

101 “As minhas opiniões sobre este assunto podem ser documentalmente comprovadas pelo projeto de Estatutos de Organização do Partido que propus. Nesse projeto não há nada sobre o direito de organizar as comissões locais. Esse direito foi introduzido nos Estatutos do Partido pela comissão eleita pelo Congresso do Partido para enquadrá-las, e o Congresso adotou o texto da comissão. Mas além de mim e de uma outra maioria aderente, a comissão incluía três membros da minoria do Congresso, de modo que nesta comissão que deu ao Comitê Central o direito de

Mas do que se trata essa polêmica afinal? A proposta “centralista” de Lenin como modelo de Partido já vinha sendo maturada antes do II Congresso. Um dos textos em que apresenta essa defesa é a *Carta a um Camarada*. Nessa obra, Lenin, em 1902, dialoga com uma carta enviada a ele propondo uma determinada estrutura organizativa para o Partido Operário Socialdemocrata Russo (POSDR) em São Petersburgo. Na sua resposta, estabelecem-se alguns dos princípios básicos da sua compreensão de partido. Nesse período, Lenin defendia a organização do Partido a partir dos “dois centros”, o Órgão Central (doravante OC) e o Comitê Central (doravante CC).

Nos próximos subtópicos, vamos analisar com mais detalhes a estrutura e as mutações da concepção lenineana de Partido.

O CENTRALISMO PELOS DOIS CENTROS

Enquanto o Órgão Central se ocuparia das tarefas “ideológicas” através do jornal, o Comitê Central seria responsável por tarefas de cunho mais executivo e organizativo: edição, distribuição, preparação de manifestações, organização de comitês, distribuição de forças, etc.

O jornal é destinado principalmente a exercer o trabalho de convencimento ideológico e teórico das massas. Enquanto o trabalho prático, de nível geral, é executado pelo Comitê Central, um destacamento dos melhores revolucionários destinado ao relacionamento com todos os outros comitês: “O jornal pode e deve ser o dirigente ideológico do partido, desenvolvendo as verdades teóricas, as situações táticas, as ideias organizativas gerais, as tarefas gerais de todo partido, neste ou naquele momento” (LENIN, 2005i, p. 138).

Importante destacar que, em razão da repressão política, boa parte das publicações subversivas e democráticas que chegavam ao leitor russo vinham clandestinamente do exterior. Conforme afirma Florestan Fernandes (2012, p. 223), organizar o trabalho político socialdemocrata diante da autocracia czarista “Impunha aos agrupamentos revolucionários o uso do espaço exterior como recurso de sobrevivência. Livros revistas e jornais

organizar os comitês locais, foram meus adversários que tiveram vantagem” (LENIN, 2002i, tradução nossa).

eram publicados da Europa e de lá recambiados para a Rússia e distribuídos clandestinamente”.

Porém, diante da divisão estabelecida em razão das perseguições, é possível afirmar que há uma fratura entre o trabalho teórico e o trabalho prático? Vejamos o que Lenin diz:

Frente à necessidade de manter o mais rigoroso caráter conspirativo e assegurar a continuidade do movimento, poderão e deverão existir em nosso partido dois centros dirigentes: o OC (Órgão Central) e o CC (Comitê Central). O primeiro deverá dirigir ideologicamente; o segundo, prática e diretamente. A unidade de ação e a necessária identificação entre esses dois grupos deverão ser asseguradas não somente pelo programa único do partido, mas também pela composição de ambos os grupos (é necessário que tanto no OC, quanto no CC, existam pessoas plenamente identificados entre si) e pela organização de reuniões regulares e constantes entre eles. Somente então, por um lado, o OC se colocar a fora do campo de ação dos gendarmes [polícia política] russos, o que lhe proporcionará serenidade e continuidade; é, por outro lado, o CC, será sempre solidário com o OC em tudo aquilo que é fundamental estará suficientemente livre para assumir o comando direto de todo o aspecto prático do movimento. (LENIN, 2005i, p. 139).

Essa estrutura orgânica exposta estava completamente ligada ao contexto da repressão da polícia czarista, daí a necessidade de criar uma estrutura que proporcionasse condições favoráveis para que o OC pudesse trabalhar com “serenidade” na sua direção ideológica. Mas o que seria essa “serenidade”?

No contexto russo, certamente, era a condição de uma relativa paz e estabilidade para que fossem elaboradas as políticas do partido sem serem interrompidos pela perseguição. Muitos membros do OC, certamente, encontravam-se no exílio, em países de democracia burguesa mais sólida (Lenin estava em exílio na Suíça), mas, igualmente, em condições materiais para que pudesse estar liberado, do trabalho por exemplo, para se dedicar exclusivamente a essas atribuições, dando um caráter contínuo e permanente à direção ideológica.

Segundo Lenin, em *Um passo à frente* já em 1904, tendo de avaliar os desdobramentos da proposta elaborada na *Carta a um Camarada* e em *Que*

fazer?, o centralismo se baseava em duas ideias principais “A primeira, a ideia do centralismo, definia em princípio o modo de resolver todos os numerosos problemas de organização particulares e de pormenor” (LENIN, 1982b, p. 244). Ou seja, conseguir resolver os inúmeros conflitos decorrentes de minúcias e de “querelas mesquinhas”, para usar as suas palavras, através do princípio do centralismo como *liberdade de opinião e unidade na ação*, de forma a conseguir homogeneizar o trabalho da socialdemocracia, até então dispersa.

Essa primeira ideia do centralismo era, segundo ele, “a única de princípios, devia penetrar todos os estatutos” (ibid., p. 244). Que conclusão podemos tirar dessas afirmações? Em primeiro lugar, que o centralismo como instrumento operacionalizador da unidade na ação era um princípio, portanto, inegociável. Não era possível realizar uma verdadeira unidade partidária, considerando todos os agrupamentos como uma única organização, sem definir de antemão como se *realiza* essa unidade.

Afinal, se cada grupo permanecesse atuando como quisesse, segundo suas próprias vontades, a unidade seria fictícia, o POSDR seria apenas um nome, um “guarda-chuva” que abarcaria os grupos que se manteriam em uma desarmonia, cada qual atuando conforme seus desígnios. No que concerne a segunda ideia do centralismo, segundo Lenin, ela se baseava na criação de um “órgão ideológico dirigente, de um jornal, tinha em conta as necessidades temporárias e específicas precisamente do movimento operário social-democrata russo, nas condições de um regime de escravidão política” (ibid., p. 244).

Ou seja, enquanto a primeira ideia foi descrita como *permanente*, como um princípio, a ideia de se constituir um jornal como dirigente ideológico separado da liderança prática, estava condicionada ao momento histórico e político vivido pela Rússia da opressão czarista. Segundo ele, tratava-se de

criar no estrangeiro uma base inicial de operações para o assalto revolucionário. [...] A segunda, como ideia particular, originada por circunstâncias temporárias de lugar e modo de ação, traduzia-se num afastamento aparente do centralismo, na criação de dois centros, o OC e o CC (ibid., p. 244, grifo do autor).

A ideia dos *dois centros*, como *aparente* desvirtuamento do centralismo, baseava-se na ideia de que a existência de um Órgão Central separado do Comitê e localizado no estrangeiro era apenas temporária, enquanto persistisse a “escravidão política” do regime da autocracia czarista. Ela estava condicionada à necessidade de proteção do núcleo de dirigentes ideológicos de forma, como vimos, a preservar a sua integridade e garantir a sua estabilidade de trabalho.

Sobre um possível “fracionamento” das atribuições práticas e teóricas, há um nuance que quase passa despercebido: enquanto o jornal tem que dirigir ideologicamente, e “desenvolver as verdades teóricas”, ele também aponta como responsabilidade do OC a caracterização “das ideias organizativas gerais”, as “situações táticas” e “as tarefas gerais de todo Partido”. Não são estas também atribuições práticas? Certamente.

O que diferencia, então, ambos os centros dirigentes? Parece-nos que se trata do nível em que ocorre esse processo dirigente: segundo Lenin, o CC mantinha um relacionamento pessoal com os demais comitês, e sua tarefa era dirigir *diretamente*¹⁰², portanto, cotidianamente, enquanto a direção dada pelo OC se restringia a um nível mais *indireto*, longínquo e impessoal, pela via do jornal. Isto porque manter relações pessoais e corriqueiras

102 A título de ilustração, do ponto de vista da condução direta do trabalho de liderança pelo CC, parte do partido que era o mais vulnerável e mais visado pela repressão, porque boa parte dos seus membros estava dentro do território russo, algo que se comprova pelo cuidado com a segurança realizado na eleição do CC no II Congresso. Uma interessante discussão foi travada no decorrer do congresso, quando se decidiam se os votos para eleições dos três membros seriam por candidatos individuais ou por listas. Martov desejava que fossem eleitas listas de três, mas sua proposta foi rejeitada pois, a depender do número de listas, isso poderia colocar em risco a segurança de vários membros do partido. Era uma prática comum que, além de usarem pseudônimos, muitos membros não se conheciam mutuamente, nem por detalhes de suas vidas pessoais, nem por características fenotípicas. Porque, em caso da prisão e captura, durante os interrogatórios e as torturas para extrair as informações, a melhor maneira de evitar delações e o comprometimento de outros membros era que eles soubessem o mínimo possível, apenas o estritamente necessário para que o trabalho partidário pudesse ser conduzido. Se o interrogado não soubesse, não importa qual tortura se abatesse sobre ele, não poderia revelar a identidade dos seus correligionários. Dessa forma, na eleição do CC em 1903, foi decidido que apenas uma pessoa soubesse do resultado e apenas um dos membros eleitos tivesse seu nome, ou melhor, seu pseudônimo anunciado (NEW PARK PUBLICATIONS, 1978). Algo que nos dá um pouco da dimensão das necessidades da segurança e o que significa a “direção pessoal e direta, e o conhecimento de membros plenamente identificados entre si”.

poderia colocar em risco – em caso de captura, tortura e delação – toda uma estrutura organizativa que levaria anos para se recuperar.

Ao mesmo tempo, essa separação parece mais “brusca” em razão da perseguição e da autocracia czarista, mas que na prática operam em conjunto. Isto é garantido, como Lenin afirma, pelo programa único do partido que ambos devem seguir, mas também pela realização de reuniões periódicas entre os dois centros dirigentes e pela “composição com pessoas plenamente identificadas entre si”, ou seja, que se conheçam mutuamente.

Ao contrário de Rosa, Lenin dá a maior importância ao problema da autocracia como empecilho na organização partidária. Em *Que fazer?*, livro publicado em 1902, quando nosso autor expõe vários dos princípios organizadores de sua concepção de partido, ele caracteriza a Rússia, fazendo um balanço dos anos precedentes da formação da socialdemocracia, como um “país autocrático, com uma imprensa completamente subjugada, numa época de terrível reacionarismo político que reprimia mínimas manifestações de descontentamento e de protesto político” (LENIN, 2010b, p. 70).

Rosa faz uma ligeira comparação da autocracia czarista na Rússia com as leis de exceção alemãs que vigoraram no período bismarckiano, cujo alvo eram os sociais-democratas. Afirma que “os dois têm uma coisa em comum – o domínio policial” (LUXEMBURGO, 1999). Já Lenin (2010b, p. 84-85, grifo do autor) afirma que a autocracia czarista era um monstro “em comparação com o qual a lei de exceção num país constitucional mais parece um pigmeu”. E enfrentar esse monstro, essa tarefa gigantesca, “é a mais revolucionária de todas as tarefas imediatas do proletariado de qualquer outro país”. Afinal, “a destruição do baluarte mais poderoso, não só da reação europeia, mas também [...] da reação asiática, tornaria o proletariado russo a vanguarda do proletariado internacional”. E o tornou, como a história já o demonstrou quinze anos depois.

Por essa razão que a formulação lenineana vai encontrar acabamento prático na proposta de Estatutos do POSDR, nas discussões do II Congresso, em 1903. Como afirmamos, a proposta de Lenin de Partido era dividida em dois centros dirigentes. Nos relatórios do II Congresso, há um registro do *Informe sobre os Estatutos do Partido*, em que ele argumenta que sua proposta se resume na “divisão de funções. Assim, a divisão em dois corpos centrais, por exemplo, não é devido à sua divisão geográfica (Rússia e no exterior), mas é uma consequência lógica de uma divisão de funções”

(LENIN, 1964d, tradução nossa). As funções, reafirmando, correspondem a “do Comitê Central para exercer a liderança prática”¹⁰³, a do Órgão Central para exercer a liderança ideológica” (LENIN, 1964d, tradução nossa).

Já em 1903, quando sua proposta está mais próxima de se concretizar através do II Congresso, já aparecem algumas diferenças do que fora idealizado em *Carta a um Camarada*. Segundo Lenin, porém, a partição entre dois centros com duas funções dirigentes distintas precisa também celebrar uma harmonia para que o trabalho político seja conduzido de maneira adequada. Entre os dois centros, também faz parte da fórmula um Conselho. “Para coordenar as atividades desses dois organismos centrais, evitar a desunião entre eles e, em parte, resolver os conflitos, é necessário um Conselho que não seja puramente uma instituição de arbitragem” (ibid., tradução nossa).

Também, para a manutenção da harmonia entre os dois centros dirigentes, ele defendia o consenso das duas partes na cooptação¹⁰⁴ dos novos membros. “O trabalho conjunto dos dois centros exige total unanimidade e até mesmo unidade pessoal, e isto só é possível se a cooptação for unânime. Afinal, se dois membros acharem que a cooptação é necessária, têm o direito de convocar o Conselho” (LENIN, 1977a, tradução nossa). Em 1904, em *Um passo à frente, dois passos atrás*, ele relata que a discussão sobre as formas de cooptação gerou grande polêmica, em que parte do congresso receava com a possibilidade de um centro “predominar” sobre o outro, pondo em risco sua autonomia, isto porque ele era composto por dois membros de cada organismo central e por um quinto eleito pelo congresso (LENIN,

103 Como tarefa prática específica desse centro dirigente, Lenin (2005i, p. 138) compreende da seguinte maneira: “Quanto ao dirigente prático direto do movimento, somente pode ser um grupo central especial (que podemos chamar até mesmo de Comitê Central), que se relacione pessoalmente com todos os comitês, que se integre em seu seio as melhores forças revolucionárias de todos os socialdemocratas russos e comande todos os assuntos partidários: a distribuição da literatura, a edição de panfletos, a distribuição das forças, a nomeação de pessoas e grupos para direção de empreendimentos especiais, a preparação de manifestações de caráter nacional e também da insurreição em toda a Rússia”.

104 Quando membros dirigentes de um determinado organismo eram presos, mortos, ou impedidos de atuar por quaisquer razões, era comum a cooptação de membros substitutivos, ou seja, por decisão da maioria dos seus membros remanescentes, eram englobados os novos. Essa forma de recomposição foi muito comum na Rússia pré-revolucionária ou mesmo na história do movimento comunista internacional, pela impossibilidade de, na situação de ilegalidade e clandestinidade, realizar reuniões e congressos que elessem novos dirigentes.

1982b). Quando, pensando as mudanças necessárias no partido que deveriam ser levadas a cabo pelo III Congresso, Lenin (2002e, tradução nossa), em seu texto *Ao Partido* que figurou como programa bolchevique nos anos de perseguição interna, propõe que o Conselho fosse completamente reformado afirmando que é necessário “reformular o Conselho do Partido, enquanto instituição que, na sua forma atual, revelou-se, na prática, inadequada à sua função de coordenação e de supervisão suprema das atividades dos órgãos centrais. Deve ser feito um corpo inteiramente eleito pelo Congresso”.

Em fevereiro de 1905, Lenin escreveu um artigo não publicado, o *Modificação da Cláusula dos Estatutos Relativas aos Centros*, sobre a possibilidade de transformação dos dois centros em um único. Essa proposta advinha do Bureau dos Comitês da Maioria (bolcheviques), que defendiam que uma parte do Órgão Central (localizado no estrangeiro) deveria ingressar no Comitê Central, cujas atividades aconteciam dentro da Rússia, logo em condições de difícil clandestinidade.

Sobre isso, Lenin (1962a) afirma que, para os que, como ele, atuavam do estrangeiro na condição de membros do Órgão Central, a ideia de participarem das decisões do Comitê Central “‘por correspondência’ é obviamente utópica e não poderia ser sugerida a sério. É só com grande dificuldade, à custa de um enorme esforço, transtorno, discussão e vexação, que os que trabalham no exterior podem obter as informações mais escassas *post factum*”.

Ou seja, segundo sua ideia, não era possível que alguém no estrangeiro pudesse participar da liderança prática dos acontecimentos do movimento operário e socialdemocrata na Rússia, haja vista os problemas de comunicação acentuados. Para ele, nesse período, haviam apenas duas escolhas a serem feitas: ou era assegurado nos Estatutos do Partido as condições para que o Centro único se reúna periodicamente no estrangeiro, sendo assim um organismo idêntico ao Conselho, tendo poucas reuniões e apenas tomando decisões muito gerais; ou o Comitê se estabelece apenas no território russo, e os membros do estrangeiro são apenas formalmente considerados parte dele, tornando-se impotentes (ibid.).

Uma terceira e última opção é sugerida como possível por Lenin, através da criação de uma agência do Partido no exterior que iria na prática funcionar como um centro independente, fazendo publicações e treinando

os funcionários do Partido através de aulas e palestras, reunindo periodicamente com o CC da Rússia (o que para ele era idêntico ao Conselho) (ibid.).

Lenin (ibid., tradução nossa) conclui que “na prática, um Centro ‘único’ será um mito. [...] De fato, na prática, as diferenças de condições geográficas e políticas, bem como as diferenças de caráter do trabalho, inevitavelmente exigem e continuarão a exigir (até a queda da autocracia) dois centros”.

Podemos resumir, portanto, que a existência de dois centros leva em conta três fatores: a primeira e principal, a *diferença política*, pois as condições de maior liberdade no exílio propiciavam a possibilidade de um trabalho estável e sereno para os dirigentes ideológicos do partido; em segundo lugar, a *diferença de competência*, pois obrigatoriamente o partido deveria cumprir tanto com a direção ideológica quanto com a coordenação prática do movimento, a primeira exige maior liberdade, e a segunda pode ser feita com maior clandestinidade; e por último, a *diferença geográfica*, cujos problemas de comunicação a tornavam muito mais acentuada do que seria hoje, tendo em vista que a primeira diferença se associa com a terceira, pois duas posições geográficas diferentes se distinguem também politicamente.

A divisão em dois centros permaneceu uma constante no POSDR durante todo o período de existência da autocracia. Ela foi particularmente questionada no III Congresso em 1905, quando Lenin redigiu o artigo acima confrontando os adeptos dessa proposta que estavam, sobretudo, entre os membros do CC atuando na Rússia, temerosos de nova crise no partido em razão do oportunismo intelectual dos mencheviques atuando no exterior.

Ao que tudo indica, Lenin opôs-se à proposta do centro único, o que pode se demonstrar tanto pelo seu artigo de fevereiro que citamos acima quanto em outros documentos. Por exemplo, numa carta endereçada a um remetente desconhecido, datada de março 1905, tratando sobre o problema do centro único, Lenin afirma:

Se vai ou não passar, eu não sei. Sou mais a favor do antigo sistema, mas não atribuo nenhuma importância particular a ele. O cerne do problema são as consultas entre o Comitê Central e o Conselho editorial – e isso, de fato, leva-nos de volta a algum tipo de Conselho (LENIN, 1971b, tradução nossa).

Ou seja, ele considera que o cerne da questão era a divisão de funções entre os dois órgãos: A necessidade do conselho editorial do jornal funcionar como dirigente ideológico do partido, particularmente do próprio Comitê Central, exigindo reuniões periódicas entre as partes do exterior e do interior do território russo. Se esse momento de comunhão entre essas duas partes do partido seria chamado de Conselho ou de outra coisa, é algo que não dá muita importância.

Num artigo publicado no *Vperyod*, Lenin em abril de 1905, respondendo as acusações dos neo-iskristas mencheviques, intitulado *O Culpado Culpando o Inocente*, afirma que a mudança de posição dos bolcheviques sobre o centro único, embora ainda não definida, não era fortuita. Lembra que em *Um passo à frente dois passos atrás* eles foram, sim, defensores dos dois centros, mas sempre compreendendo que essa proposta estava condicionada a circunstâncias temporárias¹⁰⁵, não como princípio. E é justamente a mudança de condições, do domínio oportunista no exterior, que exigiu a mudança de posições.

Ainda nesse artigo, argumenta que essa posição não estava consolidada, e apenas o congresso iria decidir¹⁰⁶. E, de fato, as posições vão se consolidar no congresso com a aprovação do centro único. Não obstante, durante o congresso, Lenin manteve uma posição de abster-se da polêmica, limitando-se a enunciar novamente a identidade entre conferências periódicas entre aqueles que se encontravam no exterior e no interior, pois, conforme seu *Discurso*, “Antigamente tínhamos o Conselho, e agora teremos uma conferência (da seção CC trabalhando no exterior e da seção trabalhando na Rússia). Uma diferença de apenas um par de letras” (LENIN, 1962d).

Os resultados objetivos e o desenrolar detalhado dessa discussão só podem ser deduzidos das atividades políticas posteriores em razão da

105 “Iskra simplesmente tenta enganar o leitor, afastando-lhe o fato (1) de que Lenin assinalou há muito tempo o significado temporário e particular da ideia de dois centros; e (2) que, portanto, Lenin nunca explicou a defesa oportunista de um único centro por princípios gerais, mas apenas por “circunstâncias temporárias de lugar e modo de ação”, por circunstâncias sob as quais a ala oportunista do Partido realmente representava e teve que ficar para um único centro” (LENIN, 1962c) (tradução nossa).

106 “Nós ainda temos de ver como as coisas vão acontecer no Terceiro Congresso. Há diferenças de opinião entre nós sobre o significado de ‘circunstâncias temporárias de lugar e modo de ação’. Comparamos essas diferentes opiniões no Congresso e ‘alcançamos um equilíbrio’”. (LENIN, 1962c) (tradução nossa).

ausência de registros mais detalhados do evento, não encontrados por nós. Sua oposição principal é contra a noção de que a crise e a degeneração dos organismos centrais seriam ocasionadas pelo mecanismo de divisão em dois centros, enquanto considerava que eram resultado das pessoas que ocuparam seus espaços utilizando de meios ilegítimos de luta política.

Em seu *Informe sobre o Terceiro Congresso do Partido Operário Socialdemocrata Russo*, Lenin declara que ficou instituído: “Um único centro foi criado, em vez de dois ou três. Os camaradas que trabalham na Rússia têm garantido uma preponderância decidida sobre a seção do Partido no exterior” (LENIN, 1962e, tradução nossa).

Isso significa, em essência, que apesar da criação de um centro único, há a permanência de membros do exterior com tarefas específicas distintas daquelas do Comitê Central na Rússia. A unificação dos centros na verdade significou a predominância de um pelo outro, prevenindo da prepotência daqueles que gozavam de maior liberdade e mais estabilidade em suas ações, protegidos no exterior. O “III Congresso fez tudo para remover toda a possibilidade de acusar a maioria de abuso de superioridade numérica, com supressão mecânica, com despotismo dos órgãos centrais do Partido, e assim por diante” (ibid., tradução nossa).

Porém, o Órgão Central como conselho editorial do jornal *Sotsial-Demokrat* vai reaparecer depois no IV Congresso, o “Congresso da Unidade”, quando foram formalmente unificados bolcheviques e mencheviques numa mesma instância decisória. Segundo o *Glossário de Eventos dos Congressos do POSDR*, nesse congresso, em que os bolcheviques eram minoria, “O Comitê Central eleito pelo Congresso incluiu três bolcheviques e sete mencheviques. O Corpo Editorial de Sotsial-Demokrat, o Órgão Central, era composto somente de mencheviques”. Enquanto o V Congresso, com uma pequena maioria bolchevique, resultou numa nova supressão dos dois centros, retomando a noção de prevalência do Comitê Central sob o Órgão Central, sendo o segundo delegado pelo primeiro. Segundo o *Glossário de Eventos*:

Ele alterou os Estatutos do Partido, eliminando o arranjo de dois centros (eleição do CC e do OC pelo congresso). De acordo com os Estatutos alterados, apenas o CC foi eleito, enquanto o OC foi nomeado pelo primeiro, trabalhando sob seu controle. Os Estatutos previam conferências periódicas do Partido para discutir os aspec-

Já em 1911, depois da derrota da contrarrevolução com muitos anos de reconstrução do partido, Lenin declara a ruptura dos bolcheviques com o chamado *Bureau Estrangeiro do Comitê Central*, dominado pela tendência *liquidacionista*, que obstruía os trabalhos do partido e buscava eliminar o aparato ilegal a qualquer custo, conformando-se à ordem. Esse organismo, uma parte constituinte do Comitê Central, dentro da compreensão do centro único, foi criado em 1908, e estava subordinado ao *Colegiado Russo do Comitê Central* (LENIN, 1971b).

O que demonstra plenamente a permanência das concepções do III e V Congressos da subordinação dos organismos do exterior e do Órgão Central ao Comitê atuando em território russo. Em março de 1917, em seu texto *Truques dos Republicanos Chauvinistas*, Lenin (1964e) descreve a dificuldade de comunicação com o Comitê Central localizado em São Petersburgo, mas mesmo assim, na condição de exilado, escrevia quase diariamente para o *Pravda* (A Verdade).

Segundo Lenin (ibid., tradução nossa), o *Pravda* era: “O órgão do Comitê Central do nosso Partido, o Partido Operário Socialdemocrata Russo”, sendo toda a sua produção localizada na capital, ainda que contasse com contribuições literárias do exterior. É provado, então, que toda a produção do jornal mais importante do partido já estava localizada no território russo.

De fato, confirmou-se o que Lenin preconizara anteriormente, fazendo do estrangeiro apenas uma *base inicial* de operações. Com a consolidação e o crescimento do partido na Rússia, as seções do exterior tiveram sua importância reduzida, muito mais na contribuição ideológica do que operacional. Com a chegada de Lenin e outros revolucionários na Rússia em 1917, essa distinção chega ao seu fim definitivo.

A divisão dos dois centros passou, portanto, por três fases principais: a separação *real* dos dois centros, quando cada organismo trabalhava quase que autonomamente um do outro, chegando a entrar em conflitos abertos arbitrados por um Conselho máximo, como nos casos de 1903 a 1905 – é nesse período que se formou a “base inicial de operação”, quando a publicação de jornais dependia grandemente do partido no estrangeiro –; a

separação *formal* em que um centro predominava sobre o outro, tendo o Comitê Central na Rússia preponderância sob quaisquer outros organismos do estrangeiro que estivessem afiliados a ele, realizando reuniões e conferências unificadas entre exterior e interior periodicamente, além disso, parece-nos que esse período já é de maior maturação do partido no território russo, contando com gráficas e imprensa *in locus*; e a separação *funcional*, é o período da liberdade política a partir de 1917, cuja divisão estava assentada sobre a diferença de tarefas no interior de um mesmo órgão. Não mencionamos, intencionalmente, nessa conclusão o problema das frações que por vezes estabelecem sua própria organização em detrimento da organização unificada; esse problema será analisado em separado nas páginas seguintes.

Evidente que em condições “normais” de democracia burguesa, essa separação em dois centros dirigentes não se faz necessária. Embora a estrutura defendida por Lenin correspondia à realidade russa que se expressava na necessidade permanente de driblar a repressão, em que o partido assume um caráter profundamente clandestino, é fato incontestável que há uma *heterogeneidade* nos trabalhos políticos que é produto da própria realidade.

A separação entre trabalho manual e trabalho intelectual é um produto da sociedade de classes e da divisão social de trabalho. Não só essa separação, mas também uma oposição entre os trabalhos manual e intelectual. Essa divisão e oposição está dada na realidade, na forma em que, dependendo da camada social ao qual o indivíduo pertence, assim como sua própria formação pessoal, ele tende (não como regra, pois também há exceções, obviamente) a desenvolver-se melhor em um tipo de trabalho do que em outro.

Não nos parece correto, portanto, menosprezar a existência dessa heterogeneidade, qualquer partido ou organização deverá lidar com ela mesmo que não queira. Resta saber como aproveitar as “especializações”, mas também como superar o antagonismo entre os trabalhos de duas naturezas, até porque, invariavelmente, um depende do outro. Por isso, parece-nos, primariamente, que essa “separação”, na forma de uma especialização e uma dedicação exclusiva para trabalhos de naturezas distintas, deve existir para além da especificidade histórica do partido lenineano: a dessemelhança de funções, aptidões dos indivíduos e de atribuições que precisam ser cumpridas, permanece em voga nos tempos atuais.

AS BASES DO PARTIDO

Mas se existiam centros, hão também extremidades: as bases ou as periferias do partido, como costumeiramente utilizado nos escritos lenineanos. Aqui entra em cena com peso um sujeito fundamental da estrutura organizativa do seu modelo de partido: os comitês locais. Lenin dá grande importância a esses órgãos *dirigentes locais*, pois atribui a eles a tarefa de conduzir o movimento *in loco*. Sobre os comitês locais, ele afirma:

Nas condições de um comitê único e não duplo¹⁰⁷, a questão dos contatos pessoais dos membros do comitê com grande número de operários assumir significado especial. Para dirigir tudo aquilo que acontece no meio operário, é necessário estar em todas as partes, é necessário conhecer muita gente, todos os caminhos, etc. Por essa razão, deverão estar no comitê todos os principais dirigentes do movimento operário oriundos da própria classe operária; o comitê deverá dirigir todos os aspectos do movimento local, chefiar todos os organismos, todas as forças e todos os meios locais do partido. (LENIN, 2005i, p. 140)

Primariamente, em 1902, parece que eles ainda não têm autonomia suficiente para a elaboração mais ampla das táticas gerais. Ficam no dever semelhante ao do Comitê Central, que executa as táticas, tarefas e defende as ideias elaboradas pelo Órgão Central, em nível local. O peso dado é na sua composição, pelos operários mais destacados, e na sua atribuição de “chefiar” o movimento local do partido. A composição desses comitês locais, segundo ele, “é um assunto dos social-democratas locais” (ibid., p. 141).

Isto demonstra já uma maior autonomia que os comitês possuíam nas definições do seu trabalho cotidiano. Mas mesmo funcionando como órgãos dirigentes daquele espaço específico, eles acabavam mimetizando o modo de funcionamento do CC, já que exigiam um caráter restrito de pessoas, tanto pela quantidade quanto pela qualidade: Lenin defende que sejam as pessoas mais capacitadas para a direção prática do conjunto do trabalho (ibid., p. 141).

107 Lenin está se referindo à ideia de que os comitês locais não sejam divididos entre operários e intelectuais, ou seja, sejam únicos. Noutro tópico debateremos mais essa compreensão.

Lenin (*ibid.*, p. 139) afirma em sua resposta ao camarada que indicasse em sua proposta “que a organização local estabelecesse como sua tarefa trabalhar ativamente para construção, apoio e fortalecimento daqueles organismos centrais, sem os quais o nosso partido não poderia existir enquanto tal”. Nesse âmbito, Lenin se refere à relação entre os comitês locais e os centrais, sendo que os organismos periféricos deveriam trabalhar ativamente para a construção dos organismos centrais.

Mas como se opera essa construção? Uma resposta primária talvez fosse a construção material: dar condições financeiras e estruturais para que os organismos centrais possam trabalhar adequadamente. Mas nos parece que não se limita a isto:

Na sua carta são propostos os seguintes organismos, subordinados a ele:

1. discussão (reunião dos melhores revolucionários);
 2. círculo de distrito, com;
 3. círculo de propagandistas para cada um deles;
 4. círculos de fábrica, e;
 5. reuniões representativas dos delegados dos círculos de fábrica.
- Estou plenamente de acordo quanto a ideia de que todos os outros organismos (e eles deverão ser muitos e dos mais variados, além dos já citados por você) deverão estar subordinados ao comitê, e que são necessários os grupos distritais (para cidades muito grandes) e de fábrica (sempre e por todas as partes). (*ibid.*, p. 141)

Ele ainda acentua, com bastante vigor, a necessidade de evitar ao máximo o contato pessoal entre os membros do OC e as organizações locais, bem como a realização de reuniões que sejam numerosas entre os comitês locais e os círculos distritais ou de fábricas. Ressalta com severidade a atenção máxima à segurança e ao caráter conspirativo (*ibid.*, p. 142-143).

Outro agente de suma importância na proposta lenineana é o círculo distrital, “penso que os grupos distritais deveriam ser fundamentalmente intermediários entre os comitês e as fábricas e, antes de mais nada, órgãos transmissores” (*ibid.*, p. 143). Cumpriam a função de um elo entre as partes vivas do partido, fazendo o todo do organismo se movimentar adequadamente. Com eles “é garantida a ligação regular do grupo especial

de distribuidores do distrito com todas as fábricas e com maior número possível de bairros operários do mesmo distrito” (ibid., p. 143).

A estrutura da organização lenineana em 1902 é significativamente vertical, como pode ser observado. A elaboração ideológica e a constituição do partido, como afirmamos, vêm do topo, e as organizações de base são todas elas subordinadas aos comitês superiores. Antonio Gramsci, a quem muitos desejam imputar a fama de uma ruptura com Lenin, estabelece uma ideia muito próxima em seu pequeno texto *O Partido Político*.

Segundo Gramsci (2005), um partido é formado por três elementos principais. O primeiro deles está associado à sua base: “Um elemento difuso de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade e não pelo espírito criativo e altamente organizativo” (GRAMSCI, 2005, p. 43).

A caracterização desse elemento difuso guarda muita semelhança com a situação de dispersão que Lenin buscava superar quando da formação do POSDR, através da centralização. E é exatamente isto que falta a esse elemento constitutivo. Com efeito, a centralização se forma principalmente a partir do segundo elemento citado por Gramsci (ibid., p. 44), que é: “O elemento principal de coesão que centraliza no plano nacional que torna eficiente e potente um conjunto de forças que, sozinhas, valem zero ou pouco mais”.

Este é o centro de coesão e de organização, que põe em contato os elementos difusos, cuja gravitação depende da força de atração desse mesmo centro. E as semelhanças não param por aí, porque, segundo o marxista italiano, “Este elemento é dotado de força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e até – talvez por isso mesmo – ‘inventiva’ (se entendermos a inventividade em uma certa direção, segundo linhas de força, perspectivas e mesmo certas premissas)” (ibid., p. 44).

Quando relacionados com o segundo elemento, o primeiro se torna uma força verdadeira, porque “Na ausência dessa força de coesão, eles se anulariam e se dispersariam em uma poeira impotente” (ibid., p. 44). E, por último, o elemento intermediário que relaciona os dois primeiros, “que os coloque em contato não só ‘físico’, mas moral e intelectual” (ibid., p. 44). Como se a defesa da centralização como premissa para existência do partido como força realmente existente já não bastasse, a paixão pelas analogias militares também vem à tona quando afirma que

fala-se de capitães sem exército, mas na verdade é mais fácil formar um exército do que formar capitães. Tanto isso é verdade que mesmo um exército já formado pode ser destruído se lhe faltam capitães, enquanto a existência de um grupo de capitães harmônico, coeso entre si, com objetivos comuns pode rapidamente formar um exército, mesmo onde não existe nada (ibid., p. 44).

Percebe-se que essa noção de Gramsci se assemelha grandemente com a defesa de Lenin pela construção do partido a partir do topo para a base, como a criação do núcleo dirigente que deveria constituir a pedra fundamental da organização revolucionária, sob a qual se erigiriam todas as suas demais estruturas. Mais à frente, na discussão sobre a constituição do Partido como um partido de massas, vamos desenvolver melhor essa ideia.

Por hora, resta concluir que este é o elemento constante, permanente e universal dessa noção verticalizada, enquanto por outro lado ela se apresenta também como certa transitoriedade. Essa característica marcante, todavia, é uma característica ligada à condição de autocracia da realidade russa? Até então temos considerado que os traços de secretismo e clandestinidade eram absolutamente necessários. Mas, se observarmos, a condição de clandestinidade impõe a necessidade de se manter o menor grau possível de contato pessoal entre os membros do Partido.

Dessa forma, é de se pressupor a inviabilidade de realizar grandes assembleias, reuniões amplas e longas. Então, podemos perceber que a condição de verticalidade e ausência de grandes fóruns democráticos está intimamente ligada com a situação nacional pelo qual passa a Rússia czarista. Segundo ele, “Os que querem sob o absolutismo, uma *ampla* organização de operários com eleições, relatórios, sufrágio universal etc., são todos utopistas incuráveis” (LENIN, 2010b, p. 189). Não se tratava de uma vontade ou uma personalidade despótica de Lenin, mas sim exigências objetivas, concretas e reais.

Consideramos que o centralismo se opera, primeiro, pela centralização das decisões de peso nos comitês de acordo com uma hierarquia, pois “na cabeça de todo o movimento local, de todo o trabalho social-democrata se encontrará o comitê” (LENIN, 2005i, p. 150). Os comitês, porém, não são autossuficientes, eles precisam das suas organizações auxiliares, mais amplas e que cumprem distintas tarefas: “Dele partirão os seus organismos subordinados e as seções filiadas, sob forma de, em primeiro lugar,

uma rede de agentes executivas que abarcará (na medida do possível) toda a massa operária organizada sob a forma de grupos distritais e subcomitês de fábrica” (ibid., p. 150).

Essa forma de organização, inequivocamente, tinha a finalidade de proteger o núcleo duro do partido, de forma a não se expor à repressão. Mas o centralismo se dá primordialmente nos organismos dirigentes, que elaboram e organizam as bases locais em torno da linha do partido.

Em 1902, em *Que fazer?*, recuperando a contribuição de Plekhanov, Lenin faz uma distinção definindo os conceitos de agitação e propaganda. Segundo a definição de Plekhanov, a propaganda consiste na explicação de muitas ideias ou de ideias complexas para uma plateia relativamente restrita de pessoas, ou seja, “um propagandista, quando trata, por exemplo, da questão do desemprego, deve explicar a natureza capitalista das crises, assinalar a causa da inevitabilidade das mesmas na sociedade atual, indicar a necessidade de transformar a sociedade capitalista em socialista” (LENIN, 2010b, p. 131).

Já o agitador tem uma função distinta: Ele deverá explicar uma ideia para um número maior de pessoas, pois dentro do mesmo caso, “o agitador tomará um exemplo, o mais evidente e o mais conhecido do seu auditório – por exemplo, o caso de uma família de desempregados morta de inanição, [...] – e aproveitando esse fato conhecido, dirigirá todos os esforços para divulgar para as ‘massas’ *uma só ideia*” (ibid., p. 132-132, grifo do autor).

Em tempos em que os principais canais de comunicação eram os jornais, já que a utilização em larga escala do rádio só começou a ser popularizada na década de 1920, essas funções constituíam uma relevância fundamental, sendo as verdadeiras executoras da vontade do Partido. Ele conclui, portanto, que o “propagandista procede principalmente pela palavra *impressa*, enquanto o agitador atua de *viva voz*” (ibid. p. 132, grifo do autor). Por isso, dentro da sua estrutura de partido, a propaganda assume papel central através da distribuição da literatura socialdemocrata:

Estabelecer e organizar uma difusão rápida e correta da literatura, dos panfletos, das proclamas, etc., educar para isso toda uma rede de agentes significará realizar mais da metade da tarefa de preparação de futuras manifestações e a insurreição. Em momentos de sublevação, de greve, de agitação, é tarde para iniciar a distribuição de

literatura, pois isso só pode ser aprendido pouco a pouco, sendo feito necessariamente duas a três vezes por mês. (LENIN, 2005i, p. 144).

O papel que a propaganda cumpre é central. É ela que prepara¹⁰⁸ os momentos de agitação. Constituiu a forma concreta pela qual a direção ideológica do partido se materializa e penetra nas massas, procurando sempre ser crescente; à medida que crescem os círculos propagandistas, pela via do convencimento, multiplicam-se também os membros do partido e, portanto, de propagandistas. Segundo ele, “a propaganda deverá ser feita de forma *unísson*a por todo o comitê, a quem corresponde centralizá-la rigorosamente” (LENIN, 2005i, p. 145, grifo nosso).

Afirma-se, dessa forma, o *duplo* significado do *centralismo*: Ele funciona tanto como a forma organizativa que conecta as diferentes estruturas partidárias possuindo um *centro* de onde provém a vontade partidária, em que se conectam as extremidades, mas também como um *princípio* pelo qual se *opera* a *unidade* partidária. Realizar a propaganda de forma uníssona significa a não admissão de vozes dissonantes, de divergências na execução do que foi definido pelo todo: seja do centro, seja da parte.

À questão da propaganda está necessariamente ligado o papel dos publicistas e literatos do partido. A separação entre aqueles que formulam e aqueles que executam dentro do partido está calcada, como afirmamos, na heterogeneidade de funções postas pela própria sociedade de classes. Mesmo assim, Lenin sempre trabalhou para imprimir uma formação interna no partido para eliminar, em gérmen, essa separação dentro do próprio partido, antes que ela pudesse ser superada pela transição ao comunismo.

Segundo Lenin (1986b, grifo do autor), em seu artigo de 1905 intitulado *A Organização do Partido e a Literatura de Partido*, a “atividade literária deve tornar-se uma *parte* da causa proletária geral, ‘um rodízio e um para-fuso’ de um só grande mecanismo social-democrata posto em movimento por toda a vanguarda consciente de toda a classe operária”.

Ou seja, a tarefa literária deve ser encampada por todos de forma plenamente livre e não mercantil, opondo-se às conformações dos seus adversários mencheviques às publicações brevemente legalizadas daquele

108 “Nos tempos de paz, essa rede de agentes irá difundir a literatura, panfletos, proclamações e informações conspirativas do comitê; em tempos de guerra, organizará manifestações e outras ações coletivas” (LENIN, 2005i, p. 151).

ano. Para ele, uma imprensa livre é aquela que é controlada pela massa de trabalhadores, e não aquela que elogia a arrogância intelectual pequeno-burguesa, portanto: “A atividade literária deve tornar-se uma parte do trabalho partidário social-democrata organizado, planejado, unificado”.

O alcance da liberdade política para ele não era uma desculpa para sucumbir às visões legais e mercantis da imprensa. Eles não poderiam converter a imprensa livre proletária numa imprensa burguesa e monopólica. O controle proletário da imprensa, tanto da sua elaboração literária quanto da sua execução e operacionalização material, era o único capaz de garantir relações verdadeiramente livres:

Ao sair do cativeiro da censura feudal, nós não queremos e não iremos para o cativeiro das relações literárias burguesas-mercantis. Queremos criar e criaremos uma imprensa livre não apenas no sentido policial, mas também no sentido da liberdade em relação ao capital, da liberdade em relação ao carreirismo; mais ainda: também no sentido da liberdade em relação ao individualismo burguês-anarquista. (ibid.)

Essa noção sobre a imprensa revolucionária e livre entra em aberto conflito com a noção vulgarmente creditada à Lenin de sua noção de vanguarda: em que um grupo de intelectuais manteriam o controle do partido enquanto a massa proletária era apenas dirigida por eles. Iremos aprofundar essa noção em outro tópico, mas resta afirmar que Lenin defendia o oposto, o pleno controle dos trabalhadores organizados: “O proletariado socialista organizado deve seguir todo este trabalho, controlá-lo todo, introduzir em todo este trabalho, sem qualquer exceção, a corrente viva da causa proletária viva” (ibid.).

Enquanto o intelectual, o literato deveria estar dentro do partido, dentro de suas organizações e não acima delas, afinal, os jornais são

das diferentes organizações do partido. Os literatos devem obrigatoriamente fazer parte de organizações do partido. As editoras e depósitos, lojas e salas de leitura, bibliotecas e diferentes comércios de livros, tudo isto deve tornar-se do partido e ser sujeito a prestação de contas (ibid.).

Essa compreensão, ainda que voltada para dentro do partido em 1905, será também implementada em nível societário. Em novembro de 1917, após a tomada do poder pelos bolcheviques, Lenin escreveu um *Projeto de Resolução sobre a Liberdade de Imprensa*, afirmando que, para a imprensa burguesa: “Liberdade de imprensa significava liberdade para os ricos publicarem e para os capitalistas controlarem os jornais, uma prática que em todos os países, inclusive os mais livres, produziu uma imprensa corrupta” (LENIN, 2000b, tradução nossa).

Enquanto considerava que a imprensa livre durante o momento do proletariado no poder significaria “a libertação da imprensa da opressão capitalista e a propriedade pública das fábricas de papel e das máquinas de impressão; igual direito para grupos públicos [...] e uma quantidade correspondente de trabalho de impressoras” (ibid.).

Ou seja, o controle coletivo pela via das organizações partidárias com os operários engajados na tarefa da imprensa, passa ao nível societário através do Estado do soviético, do proletariado e do campesinato, restringindo a influência do capital na imprensa, e não na liberdade de opinião. Como essas relações se desdobraram no período de guerra civil é algo que não poderemos abordar. Essas observações apenas nos levam a concluir que Lenin considerava a tarefa da imprensa de forma alguma como algo exclusivo e restrito aos literatos e intelectuais, contrastando com a vulgata comum das interpretações de seu pensamento.

Os comitês locais eram os responsáveis pela organização da propaganda, e de todos os assuntos locais, tendo como suporte os organismos subordinados a eles e os responsáveis por cada aspecto dessa organização, como a impressão e a distribuição dos panfletos através da rede descrita:

O comitê atribui alguns de seus membros organização de um grupo de propagandistas (que será uma filial do comitê ou um dos organismos deste). Esse grupo, utilizando por razões conspirativas os serviços dos grupos distritais, deverá efetuar a propaganda em toda a cidade, em toda a localidade que está sob a direção do comitê. Se necessário, esse grupo poderá criar subgrupos, transferir a outros suas funções, mas tudo isso sobre a condição de que tais medidas sejam ratificadas pelo comitê, o qual deverá ter sempre, incondicionalmente, o direito de enviar um delegado seu a cada

grupo, subgrupo, ou círculo que, de um modo ou de outro, participe do movimento. (LENIN, 2005i, p. 145).

É mais do que claro o caráter centralizador da organização na direção do movimento entre os membros do partido. Toda e qualquer medida tomada pelos círculos inferiores deverá ser ratificada pelo comitê ao qual está subordinada. O centralismo instituído vertical e horizontalmente, na medida em que estabelece uma hierarquia.

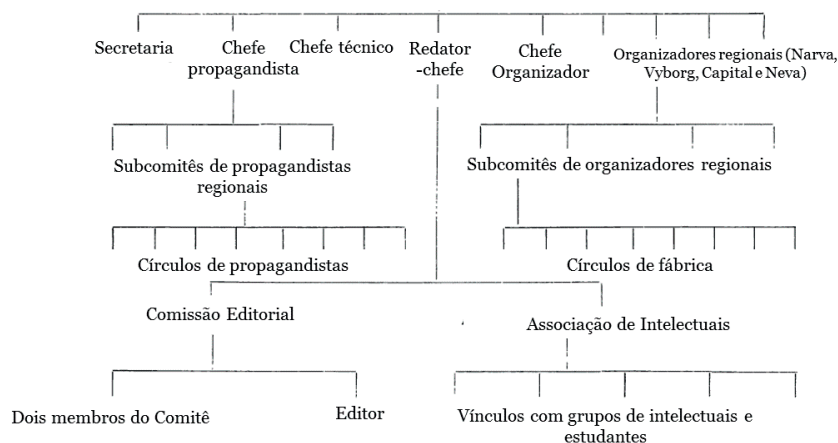
Lenin explicita algumas das tarefas de organização dos comitês, como a constituição de “grupos de funcionários auxiliares, grupos de transporte, de imprensa, os dedicados à organização de aparelhos, grupos de contraespionagem, grupos de militares, de fornecimento de armas e aqueles criados para organizar empresas financeiras rentáveis etc.”. (ibid., p. 146).

Há também a necessidade de organização de grupos cujas atividades não estão necessariamente no espaço fabril, o que fica evidente na necessidade dos comitês em organizar “também todos os diversos grupos que servem ao movimento, grupos de estudantes e grupos de secundaristas” (ibid., p. 145-146).

David Lane analisou a composição e o funcionamento de vários comitês locais do POSDR. Para ilustrar ao leitor como se compunha, vamos recuperar aqui apenas algumas informações sobre o Comitê de São Petersburgo.

É importante registrar que os comitês locais diziam respeito às províncias, não se limitando à municipalidade, então a região de abrangência desse comitê era muito maior do que apenas a capital. Segundo Lane (1968, p. 67, tradução nossa), em janeiro de 1903, o Comitê era composto por “25 círculos de fábrica e usinas, um grupo propagandista de 25 homens, grupo de escritos de cinco, e um grupo de estudantes de 24. Estima-se que em maio de 1903 o Comitê, incluindo o *Iskra*, possuía entre cinquenta e cem membros”. Na Figura 1 encontra-se o esquema de organização do partido de 1904, segundo Lane (1968):

**Figura 1 – Estrutura organizativa do
Comitê de São Petersburgo do POSDR em 1904**



Fonte: Adaptado de Lane (1968, p. 70).

É observável a grande variedade e heterogeneidade das atribuições com as quais os comitês locais devem lidar. Devemos distingui-las entre as atribuições que cabem a todo e qualquer partido e aquelas que dizem respeito à realidade de uma ordem burguesa repressora.

Em primeiro lugar, destacamos que “grupos de estudantes e grupos de secundaristas, grupos de funcionários auxiliares, grupos de transporte, de imprensa, de criação de empreendimentos rentáveis”, são atribuições que nenhum partido ou organização poderia prescindir. Isto porque fazem parte do seu âmago, no sentido de cumprir a função ideológica para com o proletariado, o qual exige o atendimento de necessidades materiais para tal. Também, nas organizações estudantis, representa o interesse em organizar a heterogeneidade do todo da classe, as várias parcelas e categorias que a compõe.

Em segundo lugar, estão tarefas que serão necessárias em qualquer país do mundo, a depender de qual o grau em que o Estado investe no aparato repressor, mas que em países de democracia burguesa mais desenvolvida, sobretudo do capitalismo central, essa tendência não se acentua tão fortemente, são elas: “grupos de contraespionagem, grupos de militares, de fornecimento de armas”. Parece evidente a necessidade do fornecimento de

armas em qualquer processo revolucionário dentro do paradigma marxiano da revolução como “crítica das armas” (MARX, 2010).

Lenin, porém, dá destaque a esse aspecto ainda nos tempos da “dispersão”, no protótipo de partido que buscava elaborar idealmente. Essa tendência “relativamente” precoce parece-nos mais um sintoma da constituição do POSDR sob o jugo da autocracia.

Há também um elemento de especialização em questão, pois “Toda a arte de uma organização conspirativa consiste em saber utilizar tudo e todos, em dar trabalho a todos e até, conservando ao mesmo tempo a direção de todo movimento” (ibid., p. 147). A divisão do trabalho proposta por Lenin não é igualitária e polivalente.

É preciso realizar “a mais completa divisão de trabalho possível, lembrando-se que para vários aspectos do trabalho revolucionário são necessárias diferentes capacidades” (ibid., p. 147). Consiste naquilo que afirmamos no início: aproveitar as capacidades já desenvolvidas de cada indivíduo a fim de empregá-las a serviço do Partido. Para Lenin, evidentemente, não há espaço para erros e pouco tempo para treinamento. Insiste em dizer que não podem ser pessoas incapazes nos espaços de propaganda, sob pena de “rebaixar seu nível”.

O centralismo, apesar de impor um modelo de organização verticalizado e hierarquizado, não se instituía, pela noção preconizada por Lenin, como uma autoridade anômala, um poder artificial que se imporia ao movimento de massas do proletariado, mas sim como uma *conquista* da sua legitimidade, do seu respeito e da coerência. Pois a direção do movimento se dá “não pela força do poder, mas pela força da autoridade, por energia, maior experiência, amplidão de cultura, habilidade” (ibid., p. 146).

Como afirmamos anteriormente, desde os primeiros anos do século XX, Lenin enunciou a necessidade de uma combinação de tipos de organização que deveria servir ao partido nos seus objetivos. O partido, enquanto núcleo dirigente fundamental, deveria ter espreado uma série de organizações de todos os tipos, inclusive das mais flexíveis, as organizações *lose*, livres, de acordo com seu vocabulário. Estas, não sendo regradas por definições formais, seriam livres e amplas, enquanto dirigidas pelos comitês, que seriam restritos e reduzidos.

O caráter conspirativo, porém, é exigido em ambas: “A organização operária de fábrica deverá ser tão conspirativa em seu interior quanto

ramificada no seu exterior, isto é, nas suas relações externas deverá levar seus tentáculos tão longe e nas mais diferentes direções, quanto qualquer outra organização revolucionária” (LENIN, 2005i, p. 147).

Fica explícito, portanto, uma diferenciação entre o partido e as organizações que lhe servem. Ambas possuem um caráter conspirativo, pois ambas estavam na ilegalidade. O Partido e seus comitês eram restritos, centralizados e regrados, enquanto os vários círculos, grupos e destacamentos específicos tinham composições mais voláteis e menos regradas. O Partido e os comitês dirigiam e tinham a palavra final no trabalho das organizações mais flexíveis.

Não podemos, porém, confundir os círculos fabris com os sindicatos: aqui estamos falando exclusivamente de organizações de caráter socialista, sociais-democratas para a terminologia da época. Apesar de Lenin defender a participação em todos os sindicatos, bem como a luta para que o partido os dirigisse, ele toma o movimento operário como uma prioridade afirmando que “Cada fábrica deverá ser para nós uma fortaleza” (ibid., p. 147).

Johnstone (1985, p. 23), inclusive, afirma que essa noção elaborada nos princípios do século XX, de firmar raízes nos centros de grande concentração operária, será decisiva na diferenciação entre futuros partidos comunistas e a velha socialdemocracia, pois: “Essa organização iria se tornar um aspecto fundamental dos partidos comunistas, em aberto contraste com as formas organizativas tradicionais da social-democracia, de base territorial e zonal”.

PARTIDO DE MASSAS E NÚCLEO DIRIGENTE

Em períodos de ascensão do movimento de massas e da possibilidade de ingresso de novas e diversas forças no partido, Lenin já se defrontava com esse problema ocasionado pelo estouro da Revolução de 1905, em que ele define, no texto *Novas Tarefas e Novas Forças* de março desse ano, que a grande questão posta era

como utilizar, direcionar, unir e organizar essas novas forças; como concentrar o trabalho social-democrata nas novas e mais elevadas tarefas do dia, sem esquecer por um momento as velhas e ordiná-

rias tarefas que nos confrontam e continuarão a confrontar-nos enquanto o mundo da exploração capitalista continuar a existir (LENIN, 1962f, tradução nossa, grifo do autor).

Em *O Culpado Culpando o Inocente*, de abril de 1905, Lenin (1962c), respondendo às acusações mencheviques sobre uma possível contradição dos bolcheviques, que defendiam maior autonomia e maior abertura tendo em vista que antes posicionaram-se pela restrição, diz que “O novo *Iskra* confunde a extensão da *estrutura* do Partido com a extensão do *conceito* de Partido, confunde a extensão do *número de organizações do Partido* com a extensão do Partido para *além dos limites das organizações do Partido!*” (grifo do autor, tradução nossa).

Transparece cristalinamente a compreensão de que Lenin opunha-se à ampliação do conceito de Partido, da sua abrangência em qualidade, ou seja, é a volta da polêmica contra Martov encetada na discussão sobre o §1 dos Estatutos no II Congresso. Recorreu novamente à sua luta para que os liames do partido fossem definidos com precisão, mas sem de forma alguma impedir que essas fronteiras fossem impedidas de crescer.

Os neo-iskristas mencheviques intentavam apagar a fronteira, apagar a distinção fundamental entre o operário que lutava apenas por melhores condições de vida e o operário revolucionário. Lenin e os bolcheviques primeiro batalharam para que essa distinção ficasse absolutamente evidente, exigindo que os operários socialdemocratas e revolucionários se situassem como membros de uma das organizações do Partido diferente daqueles que limitavam-se à luta econômica e esporádica; para imediatamente depois, e *a partir desse núcleo dirigente*, a fronteira bem definida é expandida, englobando o maior número de revolucionários através da extensão das organizações do Partido.

Nessas novas circunstâncias de mudanças drásticas da situação política, Lenin precisou tomar medidas enérgicas para, por um lado conseguir sintonizar-se com o novo momento, mas por outro, não se precipitar com viradas bruscas da conjuntura que poderiam ser apenas respiros efêmeros. Monty Johnstone, em seu artigo *Um instrumento político de novo tipo: O partido lenineano de vanguarda*, demonstrou com bastante acuidade as vicissitudes históricas pelo qual passou o Partido em Lenin.

O período posterior à revolução de 1905 obrigou a autocracia a abrir algumas concessões democráticas para cessar as agressões ao seu regime. Se antes a ausência de democracia interna na concepção lenineana estava ligada às perseguições perpetradas pela autocracia, então, se as circunstâncias se transformaram, é necessário que o modelo de Partido corresponda às novas condições.

Em novembro de 1905, em seu texto *A Reorganização do Partido*, Johnstone afirma: “As condições em que o nosso partido está funcionando estão mudando radicalmente” (LENIN, 1965c, tradução nossa). Por isso, segundo Johnstone, ele

se, até aquele momento, demonstrara preferir uma concepção restrita do partido, em contraposição com a concepção ampliada dos mencheviques, Lenin insistia agora, ao contrário, na necessidade de abandonar qualquer cautela, recrutando membros e ampliando o partido (JOHNSTONE, 1985, p. 31).

O autor peca, porém, ao cunhar a mudança tática de Lenin com um suposto “abandono” de uma concepção “restrita” ou de “qualquer cautela”, soando como se agora adotasse a versão organizativa menchevique. Pelo contrário, Lenin não abriu mão de partido organizado com todo o aparato e a sua “rede de agentes” clandestinos.

Afirmava ele, também em *A Reorganização do Partido*, sobre os limites das liberdades democráticas alcançadas sob o jugo do czarismo: “Liberdade de reunião, de associação e de imprensa. Naturalmente, esses direitos são extremamente precários, e seria uma loucura, se não um crime, prender nossa fé às liberdades atuais”. Soube reconhecer que as liberdades estabelecidas nesse período estavam equilibradas apenas e unicamente na vontade e no temperamento do czar; mesmo que este fosse obrigado a levar em conta a correlação de forças na sociedade, era apenas uma questão de tempo para que as efêmeras conquistas fossem destruídas pela autocracia, por isso reafirmava que nessas condições “o aparato secreto do Partido deve ser mantido” (LENIN, 1965c, tradução nossa).

E isso se verificou pouquíssimo tempo depois, quando houve a derrota do levante de Moscou em dezembro de 1905. Aí se iniciou um novo e intensificado processo de repressão acompanhado de pseudorreformas demagógicas, como a criação de uma instância legislativa consultiva, a Duma

Imperial. A tática bolchevique descrita no texto *Devemos nós boicotar a Duma do Estado?*, escrito em janeiro de 1906, era utilizar as reuniões políticas das eleições para denunciar a situação política em que se encontravam, reivindicar a assembleia constituinte, mas boicotar as eleições da Duma, desmascarando o falso parlamento que ela era, pois “não há liberdade de agitação. O Partido da classe trabalhadora é proibido; seus representantes são presos sem julgamento; seus jornais foram fechados, e suas reuniões, proibidas” (LENIN, 1965d, tradução nossa). Esse período é definido por Lenin como da “meia-revolução”, quando se punham em uma condição de semilegalidade¹⁰⁹.

É inegável, porém, que ele tenha sido sensível às mudanças circunstanciais, reconhecendo no período anterior a reação, em *A Reorganização do Partido*, que era “absolutamente necessário fazer o uso mais amplo possível do presente âmbito relativamente mais amplo para a nossa atividade. Além do aparelho secreto, é absolutamente necessário criar muitas novas organizações legais e semilegais do Partido” (LENIN, 1965c, tradução nossa).

E condenou enfaticamente aqueles que menosprezassem o trabalho do ponto de vista da nova legalidade estabelecida. Sua proposta enfrentou “a oposição dos *komitetchki* (homens dos comitês) bolcheviques, agora esclerosados pela velha atitude” (JOHNSTONE, 1985 p. 31, grifo do autor).

Os dirigentes bolcheviques que se mantinham numa linha restritiva e se recusavam a rever seu modelo organizativo temiam que uma “abertura” poderia resultar num ingresso exagerado de elementos instáveis do proletariado, o que faria o Partido perder sua forma, sua demarcação, ficando indistinto e a reboque das massas do proletariado.

Lenin responde a esses protestos lembrando toda a fidelidade com que tiveram para com os princípios do marxismo, mantendo uma disciplina rígida, com seus membros sendo treinados *dentro* das organizações do

109 Criticando as publicações que se adestravam frente às novas condições, no texto de novembro de 1905, chamado *a Organização do Partido e a Literatura do Partido*, ele afirma: “A revolução ainda não está concluída. Se o tsarismo *já não* tem forças para vencer a revolução, a revolução *ainda não* tem forças para vencer o tsarismo. E vivemos numa época em que por toda a parte e em tudo se manifesta esta combinação antinatural do partidarismo aberto, honesto, direto, consequente, com a ‘legalidade’ clandestina encoberta, ‘diplomática’, manhosa” (LENIN, 1986b, grifo do autor). Rosa Luxemburgo (2005, p. 276) também afirmou que “Está sendo estabelecida uma peculiar combinação de legalidade e ilegalidade na vida sindical, que corresponde com a situação revolucionária essencialmente contraditória”.

partido. Lutaram incansavelmente em anos de publicidade socialdemocrata contra as demagogias, contra os mínimos desvios, exigiram de todo o membro ingresso que este fosse um operário convicto do marxismo e com consciência de classe, firmados pelo seu programa e pelas suas táticas de luta (LENIN, 1965c).

O que Lenin quis dizer com isso é que mesmo que o Partido se “abrisse”, seria uma característica de um “partido vivo e crescente, [pois] sempre haverá elementos de instabilidade, vacilação, hesitação”. E que o desenvolvimento, até então perpassado por uma rigorosa firmeza de princípios, propiciava que “esses elementos podem ser influenciados e se submeterão à influência do núcleo firme e sólido dos sociais-democratas” (ibid., tradução nossa).

Um *núcleo duro* bem constituído. Sem ele uma abertura do Partido poderia significar uma degeneração. Mas treinados e temperados sob condições difíceis, esse núcleo duro de quadros revolucionários poderia influenciar decididamente o conjunto de novos adeptos. Além disso, uma tática de abertura não apenas era uma opção, mas se demonstrou como uma necessidade quando ele afirma que: “Nosso Partido estagnou enquanto trabalhava no clandestino” (ibid., tradução nossa).

Como parte da ampliação democrática desse período, Lenin dá especial destaque ao “princípio eletivo”, ou seja, à possibilidade de se realizarem eleições no interior do partido. Como meio de alcançar isto, já aponta que essa medida deve ser implementada imediatamente para a preparação do IV Congresso do Partido (ibid.). Além disso, “Com plena liberdade de associação e liberdades civis para o povo, devemos, evidentemente, fundar uniões social-democratas (não só sindicatos, mas uniões políticas e partidárias) em todos os lugares” (ibid., tradução nossa).

A possibilidade de abertura não só concedeu a possibilidade de se dirigir o Partido de uma maneira completamente nova, mas também na maneira como o Partido se sustentou: “Também é tempo de tomar medidas para estabelecer pontos forte de economia local, por assim dizer, para as organizações social-democratas dos trabalhadores – na forma de restaurantes, salões de chá, cervejarias, bibliotecas, salas de leitura, galerias de tiro” (ibid., tradução nossa).

Ela se expressou também nas atividades relativamente mais externas e em como o Partido se relacionava com o todo da população e da massa

proletária: “Temos de organizar imediatamente, em todos os lugares, palestras, reuniões, comícios ao ar livre” (ibid., tradução nossa).

A questão da legalidade e da ilegalidade não necessariamente tem implicada nela a participação nas eleições. Como pudemos observar, enquanto havia liberdade política de reuniões e o POSDR não estava sendo perseguido, Lenin era absolutamente favorável a uma maior abertura, preservando a veia clandestina do Partido. Mas enquanto as eleições fossem realizadas sob condições de perseguição, ele era contra qualquer participação no pleito, haja vista que isso apenas abriria espaço para prisões de suas lideranças.

Seu pensamento pode ser resumido como esta afirmação, do texto *Um Apelo ao Partido dos Delegados ao Congresso da Unidade que Pertenciam ao Antigo Grupo “bolchevique”*, de 1906 abril (maio) de 1906: “nós, naturalmente, reconhecemos a obrigação, em princípio, de usar o parlamentarismo como uma arma da luta proletária. Mas a questão é se é admissível que os sociais-democratas participem, nas condições presentes, num ‘parlamento’ como a nossa Duma” (LENIN, 1965e, tradução nossa).

Sua resposta diante desse parlamento sob custódia autocrática, com perseguição e ilegalidade do POSDR, é que o boicote era a tática correta. Mas fica evidente que Lenin em sua formulação não descarta a importância do trabalho parlamentar do Partido do proletariado.

Na altura de 1909, depois da derrota da primeira revolução russa, um recuo tático foi necessário para reconstruir o Partido sob as condições de uma nova escalada de reacionarismo. Mas uma mudança qualitativa se operou decisivamente durante a revolução: o POSDR tinha se tornado um Partido verdadeiramente de massas:

E a social-democracia, que demonstrou na revolução aberta ser o partido da classe, que soube conduzir atrás de si milhões de pessoas, para a greve, para a insurreição de 1905, para as eleições de 1906-1907, saberá também agora continuar a ser o partido da classe, o partido das massas, continuar a ser a vanguarda, que nos tempos mais difíceis não perderá o contato com todo o exército, saberá ajudá-lo a superar esses tempos difíceis, a unir de novo as fileiras, a preparar novos e novos combatentes. [...] O partido, saberá consolidar-se para um trabalho consequente em ligação com as massas, o partido da classe avançada, cuja vanguarda saberá organizar, e

que orientará as suas forças para influir dentro do espírito social-democrata sobre cada manifestação da vida do proletariado, este partido vencerá aconteça o que acontecer. (LENIN, 1982d, p. 485)

Na nota de rodapé número 23 de *O Ano I da Revolução Russa*, Victor Serge menciona que, durante a revolução russa de 1905, os bolcheviques tinham em torno de 12 mil a 13 mil membros, buscando denotar a debilidade e a insuficiência de suas forças durante o processo revolucionário (SERGE, 2007, p. 62).

Peter Sedgwick, o editor do livro, corrige sua afirmação, dizendo se tratar de uma simplificação exagerada. Segundo ele: “Tanto bolcheviques quanto mencheviques tinham uma base constituída pela classe trabalhadora nas principais cidades” (ibid., p. 63). Numa análise da composição de cada uma das facções, um interessante trabalho de David Lane (1968) demonstra que os bolcheviques mantinham uma supremacia em todas as regiões industriais em 1907, com exceção do Sul e no Cáucaso, de hegemonia menchevique.

Mas a definição do número de membros do POSDR não deve ser o fator primordial para se considerar se um partido assumiu a qualidade de massivo ou não. Primeiro porque bolcheviques e mencheviques desde 1903 mantinham concepções de partido significativamente distintas, e segundo que a mobilidade dos membros e a repressão exigiam uma clandestinidade que impunha uma dificuldade grande em constituir um censo preciso. Lane (1968, p. 11) em seu livro *The Rise of Social-Democracy in Russia*, faz duas distinções fundamentais: os membros e os apoiadores.

Os membros ele considerava como aquele que concordava com os objetivos do partido e atua a seu serviço¹¹⁰; enquanto o apoiador é o que simpatiza com os objetivos partidários, mas que não contribui rotineiramente, apesar de financiá-lo e votar em eventuais eleições. Nessa mesma linha, segundo suas fontes, Lane (ibid., p. 12) afirma que os bolcheviques tiveram

110 Atuar a serviço do partido não necessariamente coaduna com a compreensão lenineana de que o membro deva “pertencer à uma organização do partido”. Embora boa parte dos serviços exigidos pelo partido implicavam numa participação em suas diferentes organizações. Para Lane (1968, p. 11-12), por serviço ele compreende a agitação (espalhar as ideias da social-democracia), participar das reuniões, recrutar novos membros, distribuição de literatura.

um ingresso de 1.085 membros entre 1903 e 1905. Já no ano da revolução, teriam chegado a 8,4 mil, tendo os mencheviques uma soma similar.

Em abril de 1906, na ocasião do IV Congresso, Lane (ibid., p. 13) estima que os bolcheviques cresceram para 13 mil membros, enquanto mencheviques alcançaram a cifra de 18 mil. Ainda no mesmo ano, em outubro, uma outra estimativa afirma que o crescimento foi explosivo: 33 mil bolcheviques e 43 mil mencheviques, sendo que em dezembro alcançariam juntos 81 mil membros. Todos esses dados ainda apontam uma superioridade numérica menchevique.

Apenas em 1907, no V Congresso, que os bolcheviques alcançam uma magra maioria, quando o partido como um todo tinha alcançado 150 mil membros, destes eram 43 mil bolcheviques, 38 mil mencheviques, 25 mil do Bund, 25 mil sociais-democratas poloneses e 13 mil letões (ibid., p. 13).

Percebemos, portanto, numericamente, que o Partido cresceu significativamente nos anos revolucionários de 1905-1907, conforme reconhecido por Lenin. Segundo Elleinstein (1975, p. 63), em 1914, “os bolcheviques ainda pouco numerosos, 15.000 talvez, têm uma grande influência junto dos operários, dispõem de jornais, têm algumas bases nos campos e possuem uma organização clandestina muito bem organizada”. A autora nos dá pouca base e pouca confiança para afirmar esses dados. É claro para nós que, entre 1908 e 1914, o POSDR e todas as suas organizações tiveram uma significativa baixa na sua aderência, mas não há na sua obra firmeza estatística.

O que demonstra que para Lenin não há um antagonismo entre um *partido de massas* e um Partido composto por revolucionários profissionais, ou seja, um *Partido de quadros*. Seu conceito de partido não se dilata numa qualidade congênita, mas através da dialética entre *quantidade* e *qualidade*. O partido de Lenin não se tornou massivo simplesmente porque adotou normas mais abrangentes¹¹¹, permitindo a entrada de indivíduos cuja ideologia e o comprometimento são excessivamente frouxos, englobando também militantes vacilantes e confusos.

Ao contrário, ele se tornou massivo justamente pela ampliação exponencial da *quantidade* de revolucionários dirigidos, orientados e temperados pelos “revolucionários profissionais” mais experimentados dos

111 Em 1906, os mencheviques recuaram na formulação estatutária frouxa de Mártov do II Congresso.

períodos anteriores. É claro que Lenin advertiu inúmeras vezes que elementos vacilantes sempre apareceriam, mas é justamente pela constituição prévia de um *núcleo dirigente* firme, coeso e temperado que a hesitação era dirigida pela firmeza e não o contrário.

Até mesmo os mencheviques abandonaram a fórmula oportunista de Martov na definição dos membros do partido do II Congresso, quando a substituíram pela fórmula lenineana no IV Congresso. Tornou-se massivo porque esse partido constituído desses indivíduos conseguiu dirigir milhões de proletários e camponeses, conseguiu levar adiante um verdadeiro movimento de massas. Esta é a transformação decisiva de um partido restrito a um partido de massas que permanece fiel ao seu caráter de classe, ao seu programa e aos seus princípios revolucionários.

Com relação ao período de 1917, podemos observar uma nova ascensão da qualidade massiva do partido, agora completamente separado dos mencheviques. Na sua conferência, em maio daquele ano, somaram-se 151 delegados representando 80 mil membros do partido. Os bolcheviques no seu VI Congresso, realizado entre 26 julho (8 de agosto) e 3 (16) agosto de 1917, em Petrogrado, com 157 delegados com voto, e 110 com direito a voz, representando agora os 240 mil membros do partido bolchevique de toda a Rússia (ELLEINSTEIN, 1975, p. 125).

Já em outra fonte, Serge (2007, p. 77) afirma que em 1917, no mês de “abril, o partido contava com 72 organizações num total de 80 mil membros. Em fins de julho, seus efetivos atingem 200 mil filiados¹¹², agrupados em 162 organizações”. As cifras são semelhantes e apesar das imprecisões nos dão pelo menos um parâmetro do crescimento bolchevique nesse período.

Para comparar, Rosa Luxemburgo (2005) afirma que a Alemanha tinha um partido com quase meio milhão de socialdemocratas e 1,5 milhão de trabalhadores sindicalizados em 1905. O que para nós é a mais pungente demonstração de que apenas a massa numerosa de adeptos não representa automaticamente uma poderosa força política, pois 12 anos antes a Alemanha tinha um partido com muito mais membros, em um país inferior e

112 cremos que, apesar de Serge citar os membros do partido como “filiados”, o vínculo se mantinha como sendo parte do partido, integrando suas organizações e não necessariamente a filiação no sentido atual, quando o indivíduo apenas contribui financeiramente, mas se mantém passivo diante das atividades do partido.

com capitalismo mais avançado que a Rússia, e mesmo pelos seus méritos históricos, não teve condições de avançar significativamente em direção a um processo de ruptura com a ordem burguesa.

Para Elleinstein (1975, p. 140) “Nada seria mais falso, mais contrário a verdade histórica, do que procurar ver na insurreição de 7 de novembro um simples golpe de força. Os bolcheviques têm o apoio das massas”. Vemos que o *atributo massivo* do partido não reside apenas numa grandiosidade numérica, mas no *vínculo* com as massas, na sua capacidade de direção e na confiança que elas depositam naquele partido que se põe como a vanguarda. Dos mais de mil delegados no I Congresso Pan-Russo dos Soviéticos, apenas 105 eram bolcheviques, com esmagadora maioria menchevique (ibid., p. 115).

Essa situação mudou não porque os mencheviques eram numericamente superiores. Na verdade, a organização menchevique era muito mais frágil e fraticida do que o bloco coeso e rijo dos bolcheviques: estavam divididos entre os mencheviques partidistas, os internacionalistas, os conciliadores, os liquidacionistas.

No segundo congresso, depois da virada bolchevique, dentre 649 delegados, 390 deles eram bolcheviques, com os outros partidos significativamente minoritários. Segundo Braz (2011, p. 115), em 1917, o partido bolchevique “foi ao mesmo tempo um *partido de quadros e de massas*, demonstrando *mais uma vez a questão da flexibilidade das estratégias*, adotada permanente e acertadamente pelos bolcheviques”.

O que concordamos em essência¹¹³, reforçando nossa tese de que em Lenin não há uma oposição entre partido de massas e partido de quadros, mas sim uma supra-assunção dialética, numa mudança qualitativa a depender das circunstâncias históricas e da sua capacidade de sintonizar com

113 Ao nosso ver, há uma incorreção de Braz (2011) sobre o conceito de estratégia, pois o que variou no curso da revolução não foi a estratégia. Ela permaneceu sendo a estratégia da revolução democrática como momento constituinte da revolução socialista, ambas conduzidas pelo proletariado com seus aliados históricos. O que variou foram suas táticas, sendo mais ou menos permissivas programaticamente aos interesses de outras classes e do conjunto do povo, principalmente do campesinato. Esse deslize não compromete de forma alguma o conjunto da obra do autor, mas demonstra, por vezes, que a revolução russa tenha sido uma espécie de “golpe de sorte”, ou um golpe decisivo que foi desferido na hora crucial. Essa compreensão pode distorcer os duros anos de preparação e temperamento bolchevique como uma etapa necessária e pensada, para culminar na Revolução de Outubro-Novembro.

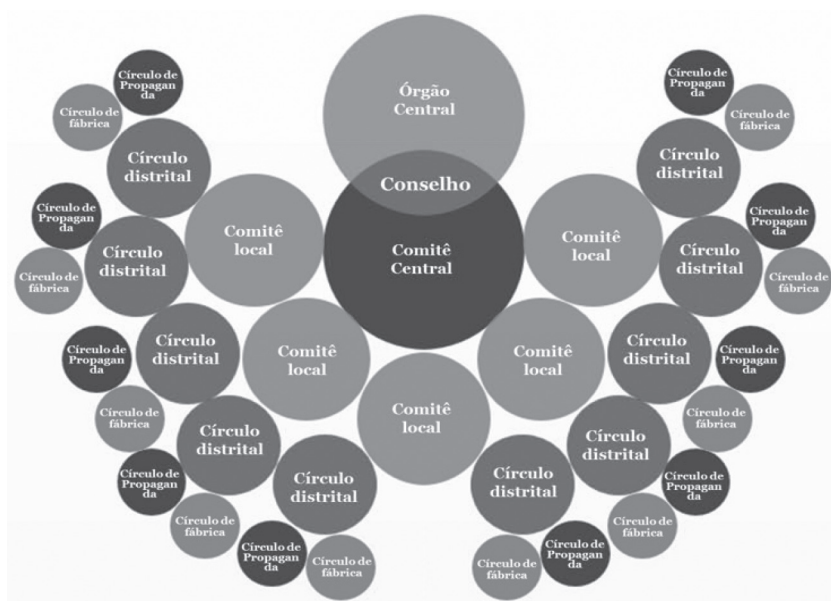
as massas, movimentá-las, orientá-las em seus anseios mais profundos e empurrá-las para a ação em larga escala, não mais por remendos parciais e imediatos, mas objetivos de *projeções históricas*.

O CENTRO E A PERIFERIA: FORMA RADIAL DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO

O centralismo levado a cabo tanto no processo de elaboração ideológica, quanto na coordenação das tarefas práticas, ramifica-se na execução do conjunto de atribuições do partido para com o movimento. Ou seja, há uma centralização composta de uma descentralização, da mesma forma que há uma verticalidade composta com uma horizontalidade, pois para Lenin era preciso “implantarmos a máxima *descentralização* quanto à responsabilidade e quanto a sua informação sobre todas as engrenagens da máquina partidária” (2005i, p. 155, grifo nosso).

Um Partido em que todos os seus membros fazem de tudo correria o risco de se tornar impotente, tanto pelas heterogêneas capacidades individuais próprias da divisão social do trabalho da sociedade burguesa, quanto pela abrangência dos desafios a vencer num contexto de extrema complexidade. Por isso, “tal descentralização não é senão o outro aspecto dessa divisão do trabalho que, por consenso geral, representa uma das mais prementes exigências práticas do movimento” (ibid., p. 155). Podemos resumir graficamente, ainda que uma representação ilustrativa não dê conta da argumentativa e tampouco da real, através da Figura 2.

Figura 2 – Estrutura geral do partido



Um exército de agentes executivos dirigidos por um centro coeso e protegido: este é o cerne da proposta lenineana em 1902. É o movimento que pulsa do centro às extremidades, numa comunicação e retroalimentação permanentes, pois

cada membro do partido que faz parte dele é formalmente responsável pelo que se faz nos seus grupos e tem que tomar todas as medidas para que o CC e o OC tenham o maior conhecimento possível da composição de cada um deles, de todo o mecanismo e conteúdo desse trabalho. Isso é necessário para que o centro tenha o quadro completo de todo movimento, possibilitando com isso o recrutamento, dentre o maior número possível de pessoas, de algumas para as diversas funções do partido; para que a experiência de cada grupo possa ser transmitida (por meio do centro) a outros grupos semelhantes de toda a Rússia e, finalmente, para que possamos nos prevenir quanto ao aparecimento de provocadores e pessoas duvidosas. Como realizar essa organização? Por meio de informes regulares ao comitê, comunicando ao OC a maior parte do conteúdo do maior número possível desses informes, organiza-

ção de visitas a todos os círculos pelos membros do CC e do comitê local e, finalmente, ponto obrigatoriamente em lugar seguro (no birô do partido junto ao CC e OC) os contatos com esses círculos, isto é, os nomes e endereços de vários membros desses círculos. [...] Somente então todo partido estará em sua totalidade em condições de aprender com cada um dos círculos que desenvolve um trabalho prático. (LENIN, 2005i, p. 152-153).

O centro é o núcleo *radial* de todo o organismo partidário, como provedor, receptor e novamente provedor. Se couber uma comparação metafórica com um organismo vivo, o Órgão Central age como cérebro, em que todas as ações gerais mais amplas são pensadas e elaboradas, enquanto o Comitê Central seria o coração, que bombeia as forças a cada uma das extremidades, cuja responsabilidade e atribuição foram pensadas pelo primeiro; e, na medida em que são gastas as energias, as informações sobre as condições e resultados das ações implementadas pelas extremidades, cada qual com sua função, retornam ao centro, que poderá reelaborar sínteses, repensar, corrigir, redividir os trabalhos e funções, “metabolizando” aquele conteúdo em novo fôlego prático, sendo posto em marcha novamente pelo CC.

Isto se demonstra durante a preparação para o III Congresso do POSDR, quando Lenin no artigo *A Convocação do Terceiro Congresso do Partido*, de fevereiro de 1905, afirma que era necessário registrar e dividir toda a experiência acumulada entre os vários setores do partido durante as primeiras lutas travadas no calor da Revolução daquele ano. Afirmava ele que “A experiência coletiva de todos os sociais-democratas que tenham sido de alguma forma ativos no movimento será de valor inestimável. Mas temos de reunir essa experiência o mais rapidamente possível e disponibilizá-la para discussão no Congresso” (LENIN, 1962b, tradução nossa). Nesse caso, Lenin falava da experiência de organizar resistências armadas, afirmando que “Foi-nos prometido o relatório de um camarada que ajudou a organizar centenas de trabalhadores para a resistência armada no caso de um pogrom antijudaico em uma certa cidade grande” (ibid., tradução nossa).

É dessa forma que a horizontalidade se opera, pois a organização invariavelmente precisa se capilarizar por todos os poros da sociedade, mas só o faz de forma organizada e pensada por quem tem as condições e conhece a *totalidade* do movimento, quando vem o aspecto fundamentalmente vertical. Fica também candente que os comitês locais e círculos possuem uma

autonomia local, pois elaboram “conteúdo, composição e mecanismo” do trabalho prático executado, algo que deve retornar ao centro depois.

Essa característica do centro fica particularmente evidente quando analisamos a carta de Lenin anunciando a criação do *Vperyiod* em 1904, quando ele faz um apelo às organizações para que escrevessem semanalmente para eles, não apenas sobre os informes obrigatórios, mas sobre o *cotidiano*, sobre o: “o sentimento predominante e o cotidiano, o ‘desinteressante’, o monótono, lado do rotineiro do movimento” (LENIN, 2002f).

E ele pede para que cada um enviasse tais relatos de forma muito informal, e principalmente para além dos informes obrigatórios e regulares que cada comitê deveria escrever, mas sobre as questões menores “enviem-nos cartas particulares, não destinadas a contribuições para o jornal, ou seja, não para publicação, mas por meio de relações de camaradagem com os editores e para mantê-los informados, e não apenas sobre fatos e incidentes” (ibid.).

Esse cuidado, essa valorização do aspecto cotidiano e corriqueiro¹¹⁴, ligado umbilicalmente à perspectiva geral de transformação revolucionária da sociedade, é que dá a Lenin o seu status singular na política e na história da luta de classes, pois, como afirma Lukács (2012, p. 32): “O aprimoramento que o marxismo recebeu com Lenin consiste meramente – meramente! – na ligação mais interna, mais visível e plena de consequências de ações singulares com o destino revolucionário de toda classe trabalhadora”. É por isso que as questões que parecem tão sem importância para um observador qualquer assumem um significado vital para Lenin: “Significa apenas que a questão do presente – já como questão do presente – tornou-se ao mesmo tempo, um problema fundamental da revolução” (ibid., p. 31).

A metáfora usada por Lenin para descrever o trabalho dirigente dos comitês com as extremidades da organização é a de uma orquestra:

114 “Escrevam-nos assim sobre as discussões nos círculos de estudo dos trabalhadores, a natureza dessas discussões, os assuntos de estudo e as coisas que os trabalhadores perguntam; sobre a situação do trabalho propaganda e agitação, e sobre os contatos entre o público em geral, no exército e entre os jovens; acima de tudo escrever sobre qualquer insatisfação que os trabalhadores sentem com os social-democratas, sobre as coisas que os incomodam, sobre as suas sugestões, críticas, etc” (LENIN, 2002f).

Para que o centro possa trabalhar bem, é necessário que os comitês locais se transformem, se tornem organizações especializadas e mais práticas, que adquiram verdadeira perfeição nesta ou naquela função prática. Para que o centro possa, não somente aconselhar, convencer e discutir (como se fez até agora), mas também efetivamente dirigir a orquestra, é necessário que se conheça exatamente quem conduz os violinos, onde e como, quem aprendeu e aprende cada um dos instrumentos, onde e como o faz quem (quando a música começa desafinar) é responsável pela desafinação e quem é necessário mudar para correção das dissonâncias. (LENIN, 2005i, p. 156).

O essencial aqui é a relação dificultosa que se trava na ação dirigente dos comitês centrais e locais para com os organismos específicos, como essa atividade se torna difícil em situações clandestinas. Essa proposição descrita através de uma metáfora da orquestra é invariável, parece-nos, pois conhecer a organização que se dirige é imprescindível em qualquer situação, assim como o fluxo de informações que transita em seu interior. Novamente afirmamos: o que varia é o grau de clandestinidade em que se toca a “orquestra”, já que as interrupções abruptas são mais frequentes sob a autocracia do que sob a democracia burguesa. Lenin é o “compositor e maestro” dessa obra, e o esforço de interpretá-lo na atualidade jamais pode se desligar das condições históricas, sociais e políticas em que sua “sinfonia” foi executada.

Voltando ao problema da clandestinidade, podemos afirmar que quanto mais declarada for a guerra entre classes, mais conspirativo e clandestino será o trabalho, tendendo a um afastamento “pessoal” dos órgãos dirigentes locais e centrais, obrigando a reduzir a democracia direta no interior do partido. Não nos parece, porém, que isso afeta as dimensões vertical e horizontal do partido, haja vista que o centro dirigente é uma característica intrínseca à proposta lenineana, pois deriva da própria noção de vanguarda. O que varia é a relação que o centro estabelece com as extremidades e como estas se envolvem nas atividades próprias do centro.

Dependendo do grau em que a democracia burguesa permite uma liberdade maior, a tendência é que sejam mais frequentes as grandes assembleias, eleições frequentes, debates públicos, disputa da institucionalidade, etc., ou seja, o centro assume uma relação mais próxima e “íntima” com as ramificações do partido, pois não tem a necessidade de se esconder

dos órgãos de repressão. Mas quando a ordem burguesa se recrudesce, o inverso tende a acontecer, pois o centro precisa se distanciar, ainda que, obviamente, sem se desligar, para a manutenção da sua própria existência. Se o partido perde uma de suas partes locais em razão de prisões ou intercepções, ele deve estar apto a se desvencilhar dessa parte sem comprometer nem o centro nem outras partes da extremidade ou intermediárias.

Então, a necessidade de órgãos centralizados que coordenam atividades descentralizadas não é propriamente uma característica típica de partidos convivendo com conjunturas de repressão, mas sim da própria proposta de Lenin. O que varia é o modo pelo qual o centro se relaciona com as partes, pois dentro da própria concepção lenineana as várias funções também possuem níveis de conspiração e clandestinidade variáveis: “Com relação a isso, teremos aqui as mais variadas organizações (desde as mais restrita, estreitas e fechadas, até as mais livres, amplas e abertas, flexíveis)” (LENIN, 2005i, p. 152).

Portanto, se a própria clandestinidade, dentro de um regime que evidentemente exigia essa forma organizativa, varia de acordo com as múltiplas funções que devem ser cumpridas no interior e exterior do partido, pressupomos então que essa relação estará sujeita a muitas variações de acordo com o tempo histórico em que se situa, país, cultura e formação social, etc. Em as *Duas táticas*, depois da promulgação da Primeira Duma pelo czar, pressionado pela força da Revolução de 1905, os bolcheviques, como já afirmamos, são obrigados a se adaptar às novas condições de luta. Diante disto, Lenin afirma:

O III congresso tem em conta uma próxima mudança *radical* da nossa atividade. Não se deve abandonar de forma alguma, a atividade conspirativa e o desenvolvimento do aparelho conspirativo – isto seria fazer o jogo da polícia, e seria extraordinariamente vantajoso para o governo. Mas agora já não se pode deixar de pensar também na ação aberta. É preciso *preparar* imediatamente as formas convenientes dessa ação e por conseguinte aparelhos especiais, menos conspirativos, para este fim. É necessário aproveitar as sociedades legais e semilegais para as converter tanto quanto possível em pontos de apoio do futuro partido operário social-democrata legal na Rússia. (LENIN, 1982a, p. 435, grifo do autor).

Ele estava plenamente consciente de que a legalidade instituída pelo czar era facilmente reversível enquanto estivesse sob a custódia da sua vontade. Enquanto a legalidade na Rússia estivesse sob a mira das baionetas imperiais, abrir mão do aparato clandestino era um equívoco, um desarmamento unilateral entregando-se à reação, por isso era necessário combinar *simultaneamente o trabalho ilegal com o novíssimo trabalho legal*. Isto tanto não compreendiam os dirigentes bolcheviques, que queriam manter-se nas sombras, nem os mencheviques, tal como Plekhanov, que reprovavam o emprego de armamento do proletariado no curso da revolução, bem como sua futura tendência liquidacionista. Lenin criticou os mencheviques excessivamente empolgados com a nova “legalidade”, recuperando a expressão de Marx, quando afirmou ironicamente: “Pobre Rússia! Disse-se dela que usa sempre chapéus fora de moda e desusados na Europa. Não temos parlamento, Bulíguine nem sequer o prometeu, mas cretinismo parlamentar há quanto se queira”. (ibid., p. 417).

Lukács (2012, p. 79) associa essas duas visões equivocadas à noção reboquista do desenvolvimento das lutas, afirmando que: “tanto a tática da legalidade a qualquer preço quanto o romantismo da ilegalidade padecem da mesma falta de independência teórica em relação ao Estado burguês”. Era preciso saber combinar os desafios do novo momento, com a manutenção das formas que correspondiam ao que ainda subsistia do antigo momento.

UNIDADE E LUTA DE MATIZES NO PARTIDO DE MASSAS: O CENTRALISMO-DEMOCRÁTICO

Já falamos que as implicações do crescimento das atividades das massas tiveram um impacto muito importante no POSDR e que Lenin respondeu a elas com a intenção de realizar uma abertura comedida. Em *Que fazer?*, ainda em 1903, Lenin (2010b, p. 168) afirmou que a possibilidade de vulgarização e dos atrasos dos dirigentes frente ao crescimento das ações espontâneas das massas era uma “doença própria do crescimento” e não da decadência.

O POSDR, alçado ao status de um partido *de massas*, vivia a grande questão de como resolver seus problemas internos. Para isso, era necessário aperfeiçoar o *centralismo* e a *luta de matizes* já preconizadas em *Um passo*

à frente, de modo que novas cisões não acontecessem em decorrência das divergências provocadas pelo crescimento partidário, tal qual se suscitou após o II Congresso. O grande dilema na organização de um partido formado por grupos e indivíduos cujo pensamento é plural e diverso, mas que busca alcançar uma unidade na ação, transparece em como resolver as divergências sem pôr em risco o projeto coletivo.

Até aqui dissertamos extensamente sobre a mecânica própria da proposta lenineana de partido, desde seus primeiros esboços no início do século XX, até as suas mais nítidas viragens. É nesse contexto em que se conforma o que chamamos de *centralismo-democrático*. O centralismo como princípio organizador da unidade, já o demonstramos que resultou da necessidade de pôr fim aos “tempos da dispersão”, marcado pela variedade de círculos de sociais-democratas fragmentados e atomizados.

O artigo *A Reorganização do Partido*, já citado neste trabalho, expressa a necessidade de adequação ao espírito democrático pelo qual passou a Rússia no final de 1905. Ele serviu de base para a aprovação de uma resolução na *Conferência de Tammerfors* dos bolcheviques em dezembro de 1905. Nele, Lenin defende a aplicação do princípio eletivo em todo o partido, afirmando que antes, sob intensa repressão, “A completa democratização do Partido era impossível em condições de trabalho secreto e que, em tais condições, o ‘princípio eletivo’ era uma mera frase” (LENIN, 1965c, tradução nossa).

Mas assim que se transformou o quadro político, põe-se na ordem do dia a implementação dessa medida democratizante do partido porque “nós bolcheviques sempre reconhecemos que, em novas condições, quando as liberdades políticas fossem adquiridas, seria essencial adotar o princípio eletivo” (ibid., tradução nossa). A sua conjugação decisiva do *centralismo* com a *democracia* partidária aparecerá primeiro na *Conferência de Tammerfors* dos bolcheviques, cuja resolução expressou pela primeira vez o termo centralismo-democrático (JOHNSTONE, 1985, p. 34).

Mas ele é apenas posto em prática como um princípio de todo o partido no IV Congresso do POSDR, chamado de Congresso da Unidade, depois da grande crise partidária e do fracionismo decorrente dos acontecimentos pósteros ao II Congresso. Imediatamente depois do congresso, Lenin em

conjunto com os 46 delegados bolcheviques derrotados¹¹⁵ redigem uma resolução, reunidos numa conferência, fazendo a crítica às decisões vacilantes do congresso: “Temos de lutar, ideologicamente, contra as decisões do Congresso que consideramos errôneas” (LENIN, 1965e, tradução nossa).

Afirma ele que, nos termos organizacionais, bolcheviques e mencheviques apenas discordaram na questão de como seria decidida a composição do Órgão Central, defendendo que deveria ser indicada pelo Comitê Central, enquanto a proposta vencedora dos mencheviques defendia as eleições do órgão no próprio congresso. Mesmo assim, eles declararam o seguinte: “Nós nos opomos à separação de qualquer tipo. Somos a favor da submissão às decisões do Congresso” (ibid., tradução nossa).

E o faz isso reconhecendo fracamente sua posição minoritária. Diferente da posição que os mencheviques tinham tomado no período posterior ao II Congresso, afirma “Rejeitando o boicote ao Comitê Central e valorizando o trabalho conjunto, concordamos com aqueles que compartilham nossos pontos de vista no Comitê Central, embora constituam uma minoria insignificante” (ibid., tradução nossa). E, por fim, Lenin resume o que considera por centralismo-democrático da seguinte maneira:

Todos concordamos com o princípio do centralismo democrático, com as garantias dos direitos de todas as minorias e de toda a oposição leal, com a autonomia de cada organização do Partido, ao reconhecer que todos os funcionários do Partido devem ser eleitos, responsáveis perante o Partido e sujeitos à revogação. Vemos a observância na prática desses princípios de organização, sua aplicação sincera e consistente, como garantia contra a divisão, garantia de que a luta ideológica no Partido pode e deve ser plenamente coerente com a estrita unidade organizacional, com a submissão de todos as decisões do Congresso da Unidade. (ibid., tradução nossa).

Essa formulação, embora mais acabada, não diverge com a noção fundamental defendida por Lenin nos primórdios do partido, em que a luta de

115 Os bolcheviques foram derrotados nesse congresso, principalmente em razão de que foram os mais afetados nas derrotas das insurreições armadas malsucedidas durante a revolução de 1905, pois estavam concentrados nos maiores centros operários do país, enquanto muitas organizações mencheviques ficaram salvas guardadas pelo seu recuo.

matizes era inevitável, devendo ser conduzida sob a égide dos princípios, como acordo de confiança mútua entre todos os aderentes. Postos em minoria novamente dentro do POSDR, os bolcheviques estavam plenamente dispostos a manter a unidade do partido submetendo-se às decisões congressuais, mas usufruindo da liberdade de crítica às decisões congressuais e à condução do partido, salvaguardadas pelo centralismo-democrático, enquanto não violassem a unidade na ação.

Porém, incomodado com as críticas em relação às posições do partido referentes à atuação na Duma, o Comitê Central majoritariamente menchevique publicou uma resolução em que limitava à liberdade de críticas apenas aos espaços internos ao partido, sendo esse fato considerado por Lenin como uma agressão aos Estatutos e ao princípio do centralismo-democrático. Sobre essa resolução, Lenin afirma em sua resposta contida no texto *Liberdade de Crítica e Unidade de Ação*, em maio de 1906, que a decisão do CC “é contrária aos Estatutos do Partido. O princípio do centralismo democrático e da autonomia das organizações locais do Partido implica *liberdade de criticar* plena e universal, desde que isto não perturbe a unidade de uma ação definida” (LENIN, 1965f, tradução nossa).

É factível afirmar que, mesmo não vergando de suas posições de princípio, Lenin iludiu-se com a unidade estabelecida com o menchevismo no IV Congresso¹¹⁶ em 1906. Até então, o POSDR vinha se organizando no modelo clássico dos partidos social-democratas, que admitiam a possibilidade de uma luta interna, entre várias frações e grupos com tendências divergentes.

Até aqui, podemos estabelecer que as lutas intrapartidárias podem passar por três fases principais. Temos, em primeiro lugar, a impreterível chamada *luta de matizes*, resultado da própria natureza do aspecto do conhecimento, cuja apreensão se move de distintas maneiras entre os indivíduos. Isto se acentua ainda mais porque o próprio marxismo é uma ciência viva que não surgiu das ciências naturais, mas sim da análise da complexa trama societária do capital.

116 “O Congresso de Unidade do POSDR foi realizado. A divisão não existe mais. Não só as antigas facções ‘bolchevique’ e ‘menchevique’ foram completamente amalgamadas organizacionalmente, mas a unidade também foi alcançada entre o POSDR” (LENIN, 1965e).

Por essa razão, as possibilidades de elaboração não se esgotaram na obra de Marx. Incapaz de capturar completa e definitivamente o movimento do real, suas leis gerais distintas da matéria meramente natural apresentam-se como tendências gerais, abrindo a possibilidade para contínuas e novas formulações, atualizações e até revisões. Além disso, algumas das formulações do marxismo só podem ser postas à prova no decurso de longos períodos históricos e a depender da manifestação de fenômenos imprevisíveis.

Por isso mesmo que a *luta de matizes* dentro de um partido começa como uma luta no terreno principalmente conceitual, entre um e outro aspecto, supondo que ela não tenha sido levada ainda para o *terreno dos princípios*. Pois são, sobretudo, ainda lutas de diferentes matizes dentro de um mesmo espectro colorífico. Esse espectro é estabelecido conforme a estreiteza ou abrangência do que os unifica, sobretudo o programa, os princípios e o pacto de confiança estabelecido livremente entre todos.

Num segundo momento, a luta de matizes se converte na luta entre diferentes frações. Para que um matiz político-ideológico se converta numa fração, é preciso que cresça a demarcação entre seus tons, é preciso que tal distinção se torne cada vez mais viva, agregando os elementos de outros matizes em um número reduzido deles. O caso do bolchevismo e do menchevismo desde o II Congresso demonstrou uma crescente polarização entre os dois matizes, cada um atraindo para si uma parte dos ainda indefinidos. Assim é que se formam as frações, que passam a disputar não mais apenas no terreno conceitual, mas na arena política, cada um almejando estabelecer o seu matiz, convertido numa parte organizada, como predominante dentro do espectro que os engloba.

É quando a luta entre as frações extrapola os limites estabelecidos pelo que os unifica que ela se converte numa *cisão*. É quando ela é levada para o terreno dos princípios, em que as divergências se tornam irreconciliáveis. Pode ser, como aconteceu em boa parte da história da revolução russa, que mesmo cindidos duas ou mais frações, convivam dentro de um mesmo espectro.

O que distingue, porém, a luta de cisão e a luta de frações? São os laços políticos e concretos que os unificam. A união formal dentro de um mesmo espectro é palpável mesmo que não se mantenham quaisquer ações e atividades conjuntas: ela se dá num âmbito completamente volátil, elástico,

e frouxo, apenas com vagos laços ideológicos. Por exemplo, ambos mencheviques e bolcheviques se consideravam socialistas e revolucionários, mas em diversos momentos constituíram comitês separados, jornais distintos, organizações e estruturas políticas completamente divorciadas entre si. Às vezes, e mesmo que isto não se apresente de imediato, com longos anos para que todas as “máscaras caiam”, a cisão já está embrionariamente contida no interior das concepções, na própria luta de matizes. Mas esse gérmen só se manifesta depois de maturado e de confrontado com fatos que colocuem à prova uma unidade de concepções.

Mas a luta de matizes, seja qual for seu grau, não pode ser observada de um ponto de vista puramente teórico ou ideológico. Ela tem, em essência, um fundamento econômico, tal qual a luta dos marxistas contra os populistas expressou a luta do nascente proletariado citadino contra o romantismo-pequeno burguês agrário. Lenin (1984), criticando Martov e Trotsky, afirmou em seu artigo de 1910, *O Sentido Histórico da Luta Dentro do Partido*, que proceder numa análise puramente ideológica sobre a luta de matizes do partido “distribuindo rótulos – ‘sectarismo’, ‘incultura’, etc. – e não dizer palavra sobre os interesses econômicos fundamentais do proletariado, da burguesia liberal e do campesinato democrático significa descer ao nível dos jornalistas de baixo quilate”.

Demonstrou, nesse artigo, cabalmente, que as posições e vacilações de Trotsky e Martov significavam apenas o seu apreço pela ideologia liberal, receosa em ofender a burguesia durante o processo revolucionário de 1905, tendo ligação fundamental com o ponto de vista dessa classe e não com o proletariado. E concluiu afirmando que “a luta entre o bolchevismo e o menchevismo constituiu um reflexo da sua atitude para com as diversas classes da nova sociedade”. O significado dessas afirmações reforça a compreensão da sua luta por um partido eminentemente proletário, por uma demarcação ideológica sintonizada com sua composição de classe mais íntima.

É nisso que reside, portanto, o significado da cisão *prática*, mesmo quando ainda encoberta pelo invólucro formal do POSDR e do fracionismo¹¹⁷, entre bolcheviques e mencheviques. Não obstante as vãs tentativas

117 Recuperando o artigo que no início deste capítulo citamos, Lenin define o fracionismo também como uma unidade nominal: “Fracionismo”, isto é, a unidade nominal (*em palavras* todos são um só partido) e a fragmentação real (de fato todos os grupos são independentes e entram uns com outros em negociações e acordos, como potências soberanas). (LENIN, 1982f, p. 494,

de Lenin em manter a unidade do partido, preservando os direitos das minorias à oposição mesmo no V Congresso de 1907, com a acanhada vitória bolchevique, a cisão definitiva se processará em 1912, com a retirada da chamada corrente liquidacionista do partido.

Desde 1912, há já mais de dois anos, *não existe* na Rússia fracionismo entre os marxistas organizados, não existem discussões sobre táticas em organizações únicas, em conferências e congressos únicos. Existe uma ruptura *completa* entre o partido, que declarou formalmente em janeiro de 1912 que os liquidacionistas *não fazem* parte dele, e os liquidacionistas (1982f, p. 493, grifo do autor).

A cisão peremptória entre os dois grupos se deu, como afirmamos, por uma divergência não mais de detalhes, de tática, podendo ser resolvida através de uma luta justa pelos canais estabelecidos em acordo, mas porque uma parte do partido intentava liquidar o partido. Os liquidacionistas se formaram a partir da derrota da Revolução de 1905-1907, e, no rescaldo reacionário¹¹⁸ que se seguiu, tomaram uma posição de capitulação frente à burguesia liberal, pregando o desmantelamento do aparato legal do partido, conformando-se às exigências da ordem, o que significava, na prática, abdicar do princípio revolucionário socialista.

Conforme Elleinstein (1975, p. 62), “Em janeiro de 1912 os bolcheviques organizam-se noutro partido independente no congresso de Praga, com um Comitê Central e um secretário para a Rússia”. A polêmica entre legalidade e ilegalidade, cuja posição liquidacionista era pela legalidade a qualquer custo, será resolvida entre os bolcheviques através de um “partido ilegal, mas que utiliza todas as possibilidades legais existentes” (ibid., p. 62).

grifo do autor). É claro que no período em que escreveu essa definição já tinha tido a frustrada experiência de reunificação com os mencheviques.

- 118 Lenin (1984) define esse período afirmando que “Os três anos de 1908 a 1910 caracterizam-se pela vitória da contra-revolução, pelo restabelecimento da autocracia e pela III Duma, a Duma das centúrias negras e dos outubristas. A luta entre as classes burguesas em torno da forma do novo sistema saiu do proscênio. Para o proletariado colocou-se na ordem do dia a tarefa elementar de defender o seu partido, proletário, hostil tanto à reação como ao liberalismo contra-revolucionário. Esta tarefa não é fácil, porque foi precisamente sobre o proletariado que recaiu todo o peso das perseguições económicas e políticas, todo o ódio dos liberais pelo facto de a social-democracia lhes haver arrancado a direcção das massas na revolução”.

A disputa com os liquidacionistas, porém, já era anunciada desde 1905, quando Lenin defende a “liberdade de associação” em conjunto com a liberdade de imprensa, respondendo aos mencheviques que já apontavam suas tendências antipartido, afirmava que eles não negavam o direito de cada grupo em escrever o que pensam “em nome da liberdade de palavra, o pleno direito de gritar, de mentir e de escrever o que quiseses. Mas tu és obrigado a atribuir-me, em nome da liberdade de associação, o direito de estabelecer ou de romper a associação com pessoas que dizem isto e aquilo” (LENIN, 1986b). Anunciava sete anos antes a necessidade de ruptura contra as tendências chamadas antipartido, afirmando que “O partido é uma associação voluntária, que se dissolveria inevitavelmente, primeiro ideologicamente e depois também materialmente, se não se depurasse dos membros que defendem concepções antipartido” (ibid.).

Em 1909, no texto publicado no jornal *Proletary*, Lenin desnuda o aparecimento de duas tendências nos “dois flancos extremos” do partido. Dois matizes surgiram entre os bolcheviques e os mencheviques. Entre os bolcheviques, demonstra-se a aparição do chamado “otzovismo” ou “ultimatas”, sendo uma minoria deles. Entre os mencheviques, nasceu a corrente liquidacionista, hegemônica entre os mencheviques.

No plano ideológico, Lenin (1973b, tradução nossa) define o liquidacionismo como a “negação da luta de classes revolucionária do proletariado socialista em geral e na negação da hegemonia do proletariado em nossa revolução democrático-burguesa em particular”. No plano organizativo, essa tendência ideológica, segundo Lenin, significa “negar a necessidade de um partido social-democrata ilegal e, conseqüentemente, renunciar ao Partido. [...] Significa combater o Partido nas colunas da imprensa legal, nas organizações de trabalhadores legais, nos sindicatos e nas sociedades cooperativas” (ibid., tradução nossa).

O otzovismo e o ultimatismo, que por sua vez nasceram no seio da facção bolchevique, defendiam, ao contrário, que o partido cessasse toda a sua atividade legal e se dedicasse exclusivamente ao trabalho clandestino. Segundo eles, o partido deveria abandonar a atividade não apenas na Duma, mas também nos sindicatos e associações semilegais do próprio proletariado. Lenin (ibid.) define o otzovismo como o liquidacionismo às avessas, sendo ambos parte da mesma mentalidade pequeno-burguesa que

floresce no curso da reação posterior às tempestades revolucionárias de 1905-1907.

Por fim, em 1909, os bolcheviques expulsaram¹¹⁹ da sua fração o otzovismo. Nessa ocasião, Lenin ainda defendia que no interior do partido deve englobar necessariamente a luta de matizes, até das mais contraditórias e oposicionistas, mas a fração interna ao partido não era espaço para esse tipo de luta, pois dentro dela deviam estar apenas os elementos com unidade de pensamento. Essa compreensão fica abertamente explícita no seu *Informe na Conferência Ampliada do Conselho Editorial do Proletary*:

Um partido pode conter toda uma gama de opiniões e matizes de opinião, cujos extremos podem ser fortemente contraditórios. [...] Isso não é o caso dentro de uma fração. Uma fração de um partido é um grupo de pessoas de mentalidade semelhante, formado com o objetivo principal de influenciar o partido em uma direção definida, com o propósito de assegurar a aceitação de seus princípios no partido na forma mais pura possível. Para isso, é necessária uma verdadeira unanimidade de opinião. Os diferentes padrões que estabelecemos para a unidade partidária e unidade da fração devem ser compreendidos por todos aqueles que querem saber como a questão da discórdia interna na seção bolchevique realmente está. (LENIN, 1973a)

Esta é a expressão mais evidente do que significava a luta de matizes no interior dos antigos partidos operários e socialdemocratas dos séculos XIX-XX. Também é o retorno mais evidente e mais acabado daquilo que expressamos já nos primeiros tópicos deste capítulo: a crescente e constante depuração e “purificação” ideológica e política do movimento revolucionário na Rússia. Tal depuração não só aconteceu em razão do conflito entre as classes, mas também da *expressão política das classes*.

A batalha da socialdemocracia contra o populismo representou, no âmbito ideológico e político, a assunção do proletariado como vanguarda da revolução em detrimento do campesinato, passado ao plano de aliado prioritário. A disputa dentro da socialdemocracia contra o economismo

119 Conforme o texto *Os Sentido Históricos da Luta Dentro do Partido* “já na Primavera de 1909 a fracção bolchevique, numa reunião oficial dos seus representantes, afastara de si, expulsara os otzovistas” (LENIN, 1984).

que visava subsumir o proletariado à mera luta econômica, parcial, imediata representou a luta dentro do proletariado contra os desvios pequeno-burgueses de culto ao espontaneísmo, projetando a *luta política* como via revolucionária central, e, para viabilizá-la, era preciso o partido revolucionário do proletariado.

O embate político que ocorreu no interior do II Congresso e que marcou a divisão entre bolcheviques e mencheviques foi uma expressão decidida da constituição de um partido *verdadeiramente proletário, disciplinado e resoluto*, contra os interesses de círculos e de seitas ancorados no individualismo intelectual, muito marcada entre os anos de 1903 a 1905. Toda a luta decenal contra o menchevismo, sobretudo depois da revolução de 1905, exprimiu o progressivo afastamento dos mencheviques para o ponto de vista burguês liberal, na mesma medida em que a própria burguesia, acovardada com o protagonismo proletário, afastou-se da revolução. Os anos de 1908 a 1912 representaram aproximação decisiva do menchevismo com o liberalismo burguês, expresso na peleja dos bolcheviques pela sobrevivência do partido contra o liquidacionismo.

Reconstituído e ressituido o partido, os anos de 1914 a 1917 foram extremamente duros e solitários: era o momento de combater todos os desvios social-patrióticos, social-chauvinismo numa conjuntura de guerra imperialista em que os grandes partidos socialdemocratas do ocidente haviam aderido ao ponto de vista da burguesia nacional imperialista em suas aventuras predatórias. Esse tema abordaremos melhor no próximo capítulo, mas resta dizer, para concluir, que é nesse confronto em que se colocou à prova e se depurou a socialdemocracia entre aqueles que eram verdadeiramente *internacionalistas*, resultando na trágica falência da II Internacional.

Como vimos, portanto, Lenin travou combates sem repouso contra aqueles que, segundo seu ponto de vista, ameaçavam a independência e a fidelidade do proletariado à revolução socialista. Lenin nunca se contentou em afirmar o *seu caminho*, a defesa da política correta, da coerência tática, programática, teórica e política esteve irremediavelmente ligada a uma dimensão *negativa*. Ou seja, a depuração e os combates operados por Lenin consubstanciam a criação e a destruição. A crítica não estava separada da proposta. Lenin usa de uma *criação destruidora* ou de uma *criação destrutiva*, que, como afirmamos, também era um traço distintivo da personalidade e dos escritos de Marx e Engels em seu tempo.

A inviabilização da permanência de liquidacionistas e de bolcheviques num mesmo partido se tornou candente em 1912, como afirmamos. Ou seja, não é possível organizar um Partido com aqueles que combatem a existência do partido. É nesse ínterim, e através dessa “depuração final”, que a fração bolchevique se converte em partido. Mas uma concepção de partido que superou o modelo organizativo dos velhos partidos operários e socialdemocratas. Segundo Johnstone (1985, p. 39), é assim que “nascia então o Partido Bolchevique, o ‘Partido de novo tipo’, que reunia em uma organização distinta os marxistas revolucionários. A velha denominação permaneceu em vida até 1918, quando foi então adotado o nome Partido Comunista”.

Ao nosso ver, mesmo que esteja correta a afirmação de Johnstone, a constituição do Partido de novo tipo não se resume apenas à existência da fração bolchevique como um partido à parte, mas sim como uma síntese de todas as batalhas travadas anteriormente descritas por nós.

Um Partido que saiba dosar e atuar tanto legal quanto ilegalmente; que saiba adequar-se às exigências momentâneas e permanecer firme aos princípios revolucionários da revolução socialista, cuja atuação não se limita apenas às lutas parciais, econômicas, imediatas, mas às grandes tarefas políticas; que tenha a mais firme e resoluta disciplina proletária, tanto na sua composição como na sua disciplina. Alcançar isto exigiu uma verdadeira *têmpera histórica*, pois eles atuaram e conseguiram êxitos mesmo sob a artilharia inimiga em condições difíceis. Foi isso que habilitou os bolcheviques a enfrentarem todos os desafios posteriores, inclusive dos barbarismos e da guerra civil posteriores à revolução.

Além disso, durante a guerra, enquanto os sociais-democratas internacionais dos países ocidentais eram facilmente desalojados de seus Partidos e encarcerados como “traidores” pelos governos imperialistas, os bolcheviques já estavam acostumados à repressão. Eles nasceram sendo reprimidos, perseguidos e mortos. Atuar sob essas condições para eles era atuar em condições normais. Por isso, concordamos plenamente com Johnstone quando afirma que a experiência “clandestina dos bolcheviques, e as correspondentes formas organizativas desenvolvidas naquele período, deram-lhes uma grande vantagem, sobretudo durante a 1ª Guerra Mundial, em relação aos partidos social-democratas da Europa Ocidental e Central”. (1985, p. 23). A grande dúvida que permanece é: aqueles que

almejam constituir um partido de inspiração lenineana e buscam o “partido de novo tipo” também precisam passar por esse calvário?

O ESPONTÂNEO E O CONSCIENTE

Neste tópico, vamos investigar a função vital que o Partido estabelece com as massas. Já sabemos, através do percurso que fizemos no capítulo anterior e também nos tópicos anteriores do presente, que Lenin trabalhou incessantemente pela constituição de uma linha de demarcação bem definida em dois aspectos principais.

Primeiro, entre o que era o proletariado e o que eram outras camadas dos exploradores e oprimidos, diferenciando-os, por exemplo, dos camponeses pobres, que apesar de constituírem uma massa tão ou mais miserável que o proletariado, mantinham uma posição de pequenos-proprietários, o que poderia gerar efeitos deletérios sobre a sua ideologia, sendo esta inconciliável com o programa de um partido socialista.

Em segundo lugar, o liame se estabeleceu não apenas distinguindo o Partido em Lenin como um Partido eminentemente proletário, mas sim de proletários socialistas. Foi particularmente na polêmica do parágrafo primeiro dos Estatutos no II Congresso que Lenin lutou para que o Partido fixasse suas fronteiras a partir da delimitação de seus membros, obrigando-os a fazerem parte de uma das organizações locais do Partido. Foi a fórmula de seu adversário, de Martov, a vencedora dessa contenda, permitindo qualquer um que se designasse como socialdemocrata podendo ser considerado membro do Partido, mesmo não trabalhando por ele em nenhum aspecto. Mais tarde, ela se tornou inviável e mesmo os mencheviques adotaram a proposição lenineana. O que todas essas lutas têm em comum?

Todas elas fazem parte da sua diferenciação entre o espontâneo e o consciente. Em numerosos textos de Lenin, podemos observar que ele se dirige de maneiras distintas aos operários. Por exemplo, quando seu artigo busca dialogar com os membros do Partido, suas bases, seus militantes, ele os chama de “operários conscientes”. Quando escreve um panfleto, um apelo, um manifesto dirigido sobretudo às grandes massas, sendo elas parte do Partido ou não, ele apenas as designa com “operários” ou “massas proletárias”. O que distingue, portanto, um membro do Partido socialdemocrata (futuramente o comunista) é justamente o aspecto “consciente”.

Certamente, não é esta a peculiaridade de Lenin se comparado com seus contemporâneos, como Rosa Luxemburgo, Kautsky, etc., a divergência que se apresenta, porém, é a de como os proletários “adquirem” a consciência e se tornam membros do Partido? É nesse âmbito que vamos dedicar as próximas páginas tentando traçar um quadro mais ou menos preciso do pensamento de Lenin, buscando demonstrar as suas dissonâncias com outros autores.

DESSEMELHANÇAS HISTÓRICAS NA COMPREENSÃO ENTRE PARTIDO E CLASSE

Considerando que Lenin figura como um continuador da obra marxiana, primeiro buscaremos investir numa recuperação das noções de Marx no que diz respeito ao processo de desenvolvimento da consciência de classe. Inicialmente, no *Manifesto*, Marx e Engels (2014, p. 23) afirmam que “A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes”.

Regredindo às variadas constituições societárias pelas quais transitou a humanidade até a moderna sociedade capitalista, Marx e Engels identificam a luta entre diferentes *partes* da sociedade, com aspirações opositoras, como o motor da História. Mas “O que distingue nossa época – a época da burguesia – é ter simplificado a oposição de classes. Cada vez mais, a sociedade inteira se *divide* em dois grandes blocos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado” (MARX; ENGELS, 2014, p. 24, grifo nosso).

Sendo este o fundamento decisivo da *divisão* da sociedade moderna, é notório que tal divisão com base econômica terá impactos decisivos nas divisões políticas próprias. É no ambiente de incremento e acirramento da luta de classes em que o proletariado se consolida como antagonista principal dos capitalistas, em que se formam seus instrumentos políticos de combate e organização principais: o Partido operário e o sindicato.

Na segunda metade do século XIX, o cenário político e econômico da Europa estava irreconhecível. A expulsão dos camponeses de suas terras provocou o inchaço das cidades, transformando uma grande massa dos que antes viviam da terra controlando seus próprios meios de produção

agora em livres trabalhadores assalariados que só dispõem de sua força de trabalho.

É o crescimento da Revolução Industrial, que Netto (1981) aponta ter sido pela grande produção de bens industriais, os avanços científicos e a articulação do mercado mundial, que consegue interligar e tornar interdependentes nações longínquas. A intensidade da exploração dos trabalhadores era inexorável, e a luta de classes começa a tomar forma e contorno cada vez mais organizados. Marx e Engels (2014) afirmam que os estágios das lutas são muitos: começam isoladamente numa mesma fábrica, depois de um mesmo setor, de uma cidade, etc. Os trabalhadores começam inclusive a criar suas próprias associações. Afirmam: “De vez em quando, os operários triunfam, mas sua vitória é passageira. O resultado verdadeiro de suas lutas não é o sucesso imediato, mas a extensão sempre maior da união dos operários” (MARX; ENGELS, 2014, p. 39).

O crescimento da organização proletária vai redundar nos primeiros Partidos operários e sindicatos. Em 1864 foi fundada a Associação Internacional de Trabalhadores, chamada depois de Primeira Internacional, mas que se dissolveu em 1871 devido à tensão entre os grupos internos. O cenário mudará nas décadas seguintes: “Pela criação do primeiro grande partido proletário de massas, o Partido Social-Democrata Alemão que se tornou o eixo da Segunda Internacional fundada em 1889” (NETTO, 1985, p. 35). No entanto, as polêmicas no interior do movimento proletário exigiram respostas mais claras para sua ação.

Karl Kautsky, um dos maiores expoentes da socialdemocracia alemã, travou embates contra a ala revisionista do partido liderada principalmente por Bernstein. Para Kautsky, a consciência socialista do proletariado não poderia surgir do desenvolvimento espontâneo da luta de classes. Seus adversários, os revisionistas, defendiam que o socialismo seria resultado de um desenvolvimento natural da luta de classes.

Segundo Kautsky (2005), em seu texto *Um elemento importado de fora*, para os revisionistas “o desenvolvimento econômico e a luta de classes não apenas criam condições para a produção socialista, mas também geram diretamente a consciência de sua necessidade”. Ou seja, interpretam um certo fatalismo nas elaborações marxiano-engelsianas, levando a crer que o desenvolvimento das forças produtivas, da abundância do proletariado e da democracia burguesia engendraria automaticamente o socialismo.

Para tal, Bernstein e seus partidários tiveram de rever, ou melhor, deformar as principais ideias¹²⁰ que fundamentam a teoria de Marx e Engels. Isso obrigou Kautsky a elaborar sua compreensão de que o socialismo, enquanto ciência, deveria ser introduzido “de fora” da luta de classes do proletariado. Segundo o autor, contrário à ideia de um desenvolvimento espontâneo da consciência socialista no seio do proletariado, o marxismo foi elaborado no cérebro de intelectuais burgueses: “Foi o cérebro de alguns indivíduos dessa categoria que nasceu o socialismo contemporâneo e através deles é que foi comunicado aos proletários intelectualmente mais desenvolvidos, que o introduzem, em seguida, na luta de classes do proletariado” (ibid.).

A conclusão kautskiana revela três aspectos centrais: o Partido socialista só poderia ser formado a partir da exterioridade da luta de classes pelos intelectuais burgueses portadores do socialismo científico; caberia a esses intelectuais a missão de difundir o marxismo entre o que ele chama de “proletários intelectualmente mais desenvolvidos”; a estes últimos, os “proletários intelectualizados”, é que ficaria incumbida a tarefa de inserir o marxismo na luta de classes propriamente dita. Kautsky, portanto, separa o movimento da socialdemocracia em três sujeitos: os intelectuais; os proletários intelectualmente desenvolvidos, o que poderia coincidir com a ideia lenineana de “operários conscientes”; e a grande massa proletária.

Uma leitura apressada poderia supor que, então, Kautsky credita uma supremacia à figura do intelectual dentro do Partido em detrimento do proletariado. O que não é verdade, como se observa no seu artigo *Os Intelectuais e os Trabalhadores* de 1903, quando Kautsky faz dura crítica contra o espírito individualista e arrogante dos intelectuais dentro do partido operário, enquanto os trabalhadores mantinham uma disciplina rigorosa e não se interessavam por ganhos pessoais.

120 Segundo Fresu (2016, p. 58), Bernstein ataca importantes ideias da teoria marxiana, particularmente “a tese sobre a contradição entre o caráter social da produção e a forma privada de apropriação dos lucros; aquelas relativas à polarização da sociedade em duas classes opostas, a proletarianização da pequena e média burguesia e mesmo o aumento da propagação da desigualdade econômica entre capitalistas e trabalhadores; a tese sobre a crescente concentração e centralização do capital e a relação entre isto e a maior exploração da força de trabalho; e finalmente as teses relativas às crises causadas pela queda tendencial da taxa de lucro”.

Para ele, a função do intelectual dentro do partido não era a de uma correia de transmissão, inserindo unilateralmente a teoria na cabeça do trabalhador. O proletariado deve ser o criador de sua própria teoria. Segundo Kautsky (1946, tradução nossa): “O que o proletariado precisa é de uma compreensão científica de sua própria posição na sociedade. Aquele tipo de ciência que um trabalhador não pode obter da maneira oficial e socialmente aprovada. O próprio proletário deve desenvolver sua respectiva teoria”.

Mas como o proletário, na condição do embrutecimento típico da época, poderia alcançar a condição de elaborar uma ciência? Analisando outras passagens, fica explícito que se trata da elaboração de uma sabedoria científica de outra natureza. Para ele, “O objeto de estudo é a atividade do próprio proletariado, seu papel no processo de produção, seu papel na luta de classes. Somente dessa atividade pode surgir a teoria, a *autoconsciência* do proletariado” (ibid., tradução nossa).

Percebemos que Kautsky praticamente identifica a autoconsciência proletária com a elaboração de uma “teoria” própria. Embora não diga com todas as letras, fica explícito que Kautsky valoriza o conhecimento adquirido pelo proletariado através de sua *experiência* na luta de classes. Esse saber empírico, combinado com o conhecimento muitas vezes livresco dos intelectuais, dá novos elementos que se aperfeiçoam mutuamente. Dessa forma, intelectuais e proletários chegam a sua autoconsciência por meios distintos, mas, se encerram-se nela, tendem a estagnar. Por isso, trata-se de estabelecer, segundo Kautsky, uma *aliança entre a ciência e o trabalho*:

A aliança da ciência com o trabalho e seu objetivo de salvar a humanidade deve, portanto, ser entendida não no sentido que os acadêmicos transmitem ao povo o conhecimento que ganham na sala de aula burguesa, mas sim neste sentido que cada um de nossos colutadores, acadêmicos e proletários, que são capazes de participar da atividade proletária, utilizam a luta comum ou, pelo menos, investigam-na, a fim de extrair novos conhecimentos científicos que, por sua vez, podem ser frutíferos para uma maior atividade proletária. Uma vez que é assim que a questão se coloca, é impossível conceber a ciência que é transmitida ao proletariado ou de uma aliança entre eles como dois poderes independentes. Que a ciência, que pode contribuir para a emancipação do proletariado, só pode ser desenvolvida pelo proletariado e através dela. O que os liberais trazem dos círculos científicos burgueses não pode servir

para acelerar a luta pela emancipação, mas muitas vezes apenas para retardá-la. (KAUTSKY, 1946, tradução nossa).

Lenin certamente herdou e absorveu parte da compreensão de Kautsky para a formulação da sua compreensão de Partido. Seu camarada alemão, porém, antes mesmo de incorrer em seus desvios reformistas e conciliar com os social-chauvinistas de seu partido, já hesitava em várias questões teóricas de fundo.

Na relação entre partido e revolução, na sua publicação *O Caminho do Poder* de 1909, Kautsky (2003, grifo e tradução nossos) defende que “o Partido Socialista é um partido revolucionário, mas não um partido que *faz* revolução”. Kautsky era um verdadeiro *fatalista* no âmbito da possibilidade revolucionária, e nisto concordam Braz (2011), Lukács (2012) e Fresu (2016). Sua compreensão revolucionária, embora combatesse os reformistas e evolucionistas da socialdemocracia alemã, estava completamente embebida de uma passividade histórica.

Segundo ele, “não faz parte do nosso trabalho instigar uma revolução ou preparar o caminho para ela. E uma vez que a revolução não pode ser arbitrariamente criada por nós, não podemos dizer nada sobre quando, em que condições, ou que formas ela virá” (KAUTSKY, 2003, tradução nossa). O Partido, em Kautsky, parece um ente inválido perante a perspectiva da revolução.

Mas, para Kautsky, quem é o sujeito revolucionário? Ele se apegava resritamente à noção de que a “emancipação dos trabalhadores deve ser obra da própria classe trabalhadora” (MARX; ENGELS, 2010, p. 77). E com isso incorre numa noção displicente de Partido, depositando a possibilidade da revolução numa *intempestiva* sublevação das massas e a confiança num surto de autoconsciência do proletariado. Restaria ao Partido a função de guia ideológico *a posteriori* do processo revolucionário.

Rosa Luxemburgo, mesmo localizando-se à esquerda na social democracia alemã, como vimos, nutria um forte sentimento contrário aos métodos de organização partidária empregados por Lenin. Especialmente aqueles que cunhou de “ultracentralismo”. Em seu artigo em que critica as posições de Lenin em 1904, ela buscava valorizar significativamente o papel espontâneo e autônomo das massas.

Segundo ela, as mais importantes viragens táticas do proletariado russo “não foram as invenções de vários líderes e menos ainda de quaisquer órgãos organizacionais centrais. Eles sempre foram o produto espontâneo do movimento em efervescência” (LUXEMBURGO, 1999).

Como vemos, Rosa abonava a espontaneidade das massas como espaço fulcral de mudanças do quadro político da luta de classes, de forma autônoma ao partido. Para ela, “o inconsciente vem antes do consciente. A lógica do processo histórico precede a lógica subjetiva dos seres humanos que participam do processo histórico. A tendência é que os órgãos dirigentes do partido socialista desempenhem um papel conservador” (ibid., tradução nossa).

Rosa estava coberta de razão ao afirmar que na luta de classes o inconsciente precede o consciente, mas isto é uma obviedade. O problema é que, ao separar a subjetividade dos seres humanos do processo histórico, ela parece delimitar o curso da história e suas guinadas somente à objetividade. Como se as condições subjetivas não fossem partes também ativas do processo histórico. Ela também reconhece a importância da *experiência* do movimento operário como a válvula calibradora das táticas e da própria teoria socialista que ancora a atuação revolucionária, afirmando que: “A experiência mostra que cada vez que o movimento operário ganha terreno novo, esses órgãos o trabalham ao máximo. Transformam-no ao mesmo tempo em uma espécie de bastião, que se mantém adiantado em uma escala mais larga” (ibid., tradução nossa).

Mas ela parece subordinar o Partido e seus órgãos dirigentes à experiência prática das massas. Ao entender que ela se mantém à frente, como um baluarte, ela sujeita a vanguarda às massas, inverte o seu papel, deixando a linha de demarcação imprecisa.

Apesar de reconhecer a importância do partido e a sua distinção da luta operária como tudo, Rosa deixava a linha de demarcação bastante delgada, a ponto de quase não poder se distinguir o que é o partido socialista e o que é o proletariado em geral. Para ela, o processo de tomada de consciência do proletariado acontece “no curso da própria luta. A atividade da organização partidária, o crescimento da consciência dos proletários sobre os objetivos da luta e da própria luta não são coisas diferentes, separadas cronologicamente e mecanicamente” (ibid., tradução nossa).

Ela transparecia contrariedade a uma divisão entre o proletariado consciente e o proletariado em geral, conforme fica explícito na seguinte passagem: “o movimento social-democrata não pode permitir a construção de uma divisão hermética entre o núcleo consciente de classe do proletariado já no partido e seu ambiente popular imediato, as seções não partidárias do proletariado” (ibid., tradução nossa).

Para ela, o centralismo de Lenin era um sintoma de uma concepção jacobinista e blanquista, que buscava constituir a organização proletária através de um grupo de conspiradores. Levado dessa forma, o ultracentralismo, segundo ela, resultaria num estrangulamento da atividade autônoma do proletariado: “Nada mais, por certo, escravizará um jovem movimento operário a uma elite intelectual com fome de poder que essa camisa burocrática, que imobilizará o movimento e o transformará num autômato manipulado por um Comitê Central” (ibid., tradução nossa).

Enquanto para Kautsky o partido se constituiria a si próprio primeiro pela atividade intelectual e depois pelo proletariado, como uma inserção externa, para Rosa o partido se constitui muito menos da atividade intelectual, mas sim do ímpeto de luta das massas. Isso acontece, para ela, tanto do ponto de vista sindical quanto do partido socialista.

Segundo Rosa, em seu ensaio de 1905 *Greve de massas, Partido e Sindicatos*, do lado do sindicalismo, a ampliação das forças e “a organização surge como resultado da luta” (LUXEMBURGO, 2005, p. 305). O mesmo ocorre no âmbito do partido, quando afirma que “a organização não fornece tropas para a luta, mas é a luta que fornece efetivos para a organização” (ibid., p. 306). Ela tendia a enaltecer muito mais o desenvolvimento espontâneo da luta do que o seu lado já organizado através de um núcleo dirigente. As greves de massas, tática central na sua elaboração como alternativa do momento de uma situação revolucionária, não poderiam “nem serem dirigidas por ‘determinação’ do Comitê Central de um partido [...] [e] não dependem tanto da ‘disciplina’ e da ‘capacitação’” (ibid., p. 307).

No que tange ao papel da socialdemocracia, Rosa parece até se aproximar da visão de Kautsky, pois, na iminência de uma situação revolucionária para os socialdemocratas, a sua tarefa seria “dirigir politicamente a mobilização em seu conjunto – e não a de preparar e dirigir tecnicamente a greve de massa” (ibid., p. 310). Ela se opõe à noção de preparo técnico uma vez que era justamente a “dificuldade técnica” apontada pelos dirigentes

sindicais alemães como um argumento contrário à adesão da greve de massas como tática de luta.

Desse ponto de vista, Rosa fica muito próxima de Kautsky quanto à imprevisibilidade que o limiar de uma situação revolucionária imporia à função de dirigente político das massas. Essa compreensão parece um paradoxo quando nos perguntamos: como a socialdemocracia assumiria a direção de um movimento se as massas não tivessem uma educação política precedente? Rosa responde que seria um erro esperar passivamente a situação revolucionária, então cabia aos socialdemocratas “acelerar o desenvolvimento dos acontecimentos” (ibid., p. 310).

Ela, porém, alerta que “isso não pode ser feito pela súbita agitação da palavra de ordem greve de massas, ao acaso em qualquer momento, mas pela divulgação, entre as camadas mais amplas do proletariado, do advento inevitável do período revolucionário” (ibid., p. 310). Para catalisar o movimento, ela propõe a divulgação dos “fatores sociais” que provocam a situação revolucionária. O que nos leva a concluir que se tratam dos mecanismos próprios da sociedade burguesa. Então o que Rosa propõe é que a socialdemocracia empreenda uma tarefa de educação política, baseada nos fatores sociais da inevitabilidade das crises, que acelere o surgimento da greve de massas, quando, na sua ignição, devem assumir a direção política do movimento.

Na Rússia, para derrotar o czarismo, ou seja, realizar a revolução democrática, ela afirmava que “o proletariado necessita de um alto nível de educação política, de consciência de classe e de organização. Essas condições não são conquistadas através de folhetos ou de panfletos, mas somente pela escola política viva, com a luta e na luta, no processo contínuo da revolução” (ibid., p. 267). Portanto, por essa afirmação, podemos concluir que é *apenas* a situação revolucionária que provoca a educação política das massas, mas essa mesma educação é pressuposto para a revolução.

Numa concepção um tanto confusa e contraditória, ela também afirma que “a greve de massas não produz a revolução, mas a revolução produz a greve de massas” (ibid., p. 290). Rosa, portanto, na sua negação ao que ela chama de “esquemas rígidos” da “disciplina”, em contraste com a ação espontânea e autônoma das massas, parece cair num paradoxo em que um processo é a *conditio sine qua non* para que ele próprio ocorra. Ela parece deliberadamente reduzir o papel do partido como núcleo organizado,

consciente e estável do proletariado. Se Kautsky, por um lado, divide de forma exageradamente rigorosa o partido socialista do proletariado, transformando-o num ente passivo, Rosa, por outro, empalidece essa divisão, ao ponto da quase-anulação do papel do partido socialista.

Naturalmente, a razão para tal contraste com as concepções lenineanas que vamos observar, mas que em alguma medida já foram explicitadas pelos tópicos anteriores, acontece muito em virtude da existência na Alemanha de um amplo e experiente sindicalismo, do já amplamente organizado e massivo Partido Socialdemocrata Alemão.

Suas batalhas, a de Lenin e de Rosa, eram diferentes porque seus contextos não guardavam quase nenhuma similaridade e, portanto, seus inimigos estavam adornados distintamente. Enquanto Rosa tinha que lutar contra a ala reformista e revisionista do partido, esclerosada pelo “cretinismo parlamentar”, ela se apoiava no arranco espontâneo e autônomo das massas, principalmente através da experiência de greve de massas da Revolução Russa de 1905; Lenin, por outro lado, na ausência de um sindicalismo maciço e de um partido organicamente consolidado, combatia os vultos do oportunismo que se expressavam pelo espontaneísmo sobrestimado, e seu ponto de apoio era o apelo ao consciente, ao organizado, ao disciplinado, ao estável, cujo maior modelo era o Partido Socialdemocrata Alemão¹²¹.

LUTA POLÍTICA E LUTA ECONÔMICA: UMA BATALHA CONTRA O ESPONTANEÍSMO

Não é por acaso que uma das principais batalhas de Lenin na primeira década do século XX, no processo de preparação para a Revolução

121 São frequentes as passagens em *Um passo à frente, dois passos atrás* em que Lenin apela aos socialdemocratas alemães como exemplo de espírito de partido. A título de exemplo, quando um dos delegados do II Congresso fora denunciado pelo termo de “oportunista”, este se sentiu lesado e caluniado. Lenin recupera as discussões entre os alemães para afirmar que se a unidade do partido alemão dependesse dos termos que suas lideranças cunhavam entre si, eles estariam perdidos. Segundo Lenin, era típico de um espírito de círculo não conseguir debater francamente sem ficarem ultrajados quando contrariados: “Uma psicologia própria de círculos e uma assombrosa falta de maturidade de partido, que não podem suportar a aragem fresca de um debate público diante de todos, evidenciam-se aqui com toda clareza. [...] As pessoas estão de tal modo acostumadas à redoma de um estreito e amistoso compadrio, que desmaia, à primeira intervenção, sob sua própria responsabilidade, numa arena livre e aberta”. (LENIN, 1982b, p. 275)

de 1917, foi o combate ao “economismo”. As principais tendências socialistas da época davam um sobrepeso às lutas econômicas, menosprezando as amplas tarefas políticas a serem levadas à cabo contra a autocracia russa. A luta econômica designa o tipo de luta que se trava pela busca de melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, com maiores salários e menor jornada de trabalho, por boas condições sanitárias e seguras de trabalho.

Esse problema foi largamente discutido na etapa de luta contra o economismo quando uma das principais obras lenineanas foi redigida no texto *Que fazer?*. Nas palavras de Lenin (2010b, p. 120), elas representavam apenas as lutas operárias em suas profissões particulares “com seus respectivos patrões e o único objetivo que buscavam era que os vendedores da força de trabalho aprendessem a vender com maiores vantagens essa ‘mercadoria’ e lutar contra os compradores no terreno de transações puramente comerciais”.

Para ele, portanto, as lutas econômicas¹²² se circunscrevem não apenas no terreno da atividade econômica entre patrões e empregados, mas também se limitam no âmbito de lutas dentro da ordem capitalista, buscando melhorias dos trabalhadores sem romper com o capitalismo.

Por outro lado, a luta política empregada pela socialdemocracia, isto é, os socialistas, efetiva-se “não só para obter condições vantajosas de venda da força de trabalho, mas para que seja destruído o regime social que obriga os proprietários a venderem sua força de trabalho aos ricos” (ibid., p. 120). Para Lenin, então, a luta política dirigida pela socialdemocracia representa uma luta pela destruição do capitalismo, e não pela melhoria nas condições de venda da força de trabalho; ela se *opõe* à ordem e ao regime social estabelecido. Rosa Luxemburgo (2005, p. 323) afirma algo semelhante a Lenin quando diz que “A luta sindical reúne os interesses imediatos; a luta social-democrata, os interesses futuros do movimento operário”.

122 Lenin (2010b, p. 118) faz questão de expor, em *Que fazer?*, que o sentido que emprega para luta econômica era o mesmo que no ocidente chamava-se sindical ou trade-unionista, caracterizando pelo termo de Engels da “resistência ao capitalista”. De acordo com sua concepção, “A luta econômica é a luta coletiva dos operários contra os patrões, para conseguir condições vantajosas de venda da força de trabalho, melhorar suas condições de trabalho e de vida. Essa luta é, necessariamente, uma luta profissional, porque as condições de trabalho são extremamente variadas nas diferentes profissões e, portanto, a luta pela *melhoria* dessas condições deve, forçosamente, ser travada por profissões” (LENIN, 2010b, p. 125).

A luta econômica e a luta política, porém, são ambas conduzidas pelo proletariado. Se o contorno da luta econômica se desenvolve pelo operário na sua disputa comercial com o patronato por uma venda benéfica de sua força de trabalho, ela está retida no âmbito da classe trabalhadora. Se a luta política emblema a luta contra o modo de produção capitalista e o regime social burguês, como tarefa histórica do proletariado em conduzi-la, então a luta política também está depositada nos ombros dessa classe. Ambas, luta política e luta econômica, são momentos distintos da luta do proletariado, não estão divorciadas dela.

Observando dessa maneira fica compreensível que, para Lenin (ibid., p. 120): “A social-democracia representa a classe operária não só na sua relação com um grupo determinado de patrões, mas também nas suas relações com todas as classes da sociedade contemporânea, com o Estado como força política organizada”.

O que podemos concluir de tais afirmações? Primeiro que, segundo Lenin, a diferença entre luta econômica não é apenas reivindicatória, mas também de abrangência. Enquanto a luta econômica é imediata, focalizada e atomizada, a luta política é totalizante. A luta econômica se delimita na disputa entre um conjunto específico do proletariado, por exemplo, os metalúrgicos, contra a burguesia correspondente à essa profissão. No mesmo exemplo podemos citar os donos das grandes metalúrgicas, indústrias metal-mecânicas e siderúrgicas.

A luta política encetada pela socialdemocracia representa, porém, o *todo* do proletariado na sua luta contra *toda* a classe capitalista. Em segundo lugar, ela também se propõe a enfrentar não apenas o poder econômico da burguesia e a sua capacidade de castigar economicamente o proletariado (através das suas multas, *lockouts*, despedimentos, etc.), mas também a enfrentar o *poder político* das classes dominantes, consubstanciado na figura do Estado.

A conjuntura política e social da Rússia, dominada pelo contexto da autocracia czarista e pelos resquícios feudais, impunha uma situação peculiar para o âmbito europeu, pois os países ocidentais já tinham desenvolvido em larga medida uma diferenciação expressiva dessas duas fases de desenvolvimento do movimento proletário. Enquanto na Rússia os sindicatos e associações operárias eram tão proibidos quanto os partidos políticos, os

países de capitalismo central já tinham conquistado liberdades de associação tanto econômica, dos sindicatos, quanto política, dos partidos.

Dessa forma, poderiam discernir com maior precisão as tarefas singulares a cada um dos âmbitos. O Estado na Rússia não era, tal qual seus vizinhos, marcado pelo parlamentarismo burguês, quando a dominação burguesa se manifesta tanto em nível político quanto econômico. Dessa forma, a dominação da burguesia russa se limitava ao âmbito econômico, quando por vezes se protegia por trás do absolutismo contra o movimento proletário e, noutras vezes era também oprimida por ele.

O efeito da ilegalidade tanto da luta econômica quanto política gera justamente uma dificuldade de distinção entre esses dois espectros da luta proletária. Segundo Rosa Luxemburgo (2005, p. 295), “existe um vínculo interno muito estreito entre a luta política e a luta econômica na Revolução Russa”.

Lenin (2010b, p. 182, grifo do autor) também afirma que “o jugo da autocracia apaga, à primeira vista, qualquer distinção entre a organização social-democrata e as associações operárias porque *todas* as associações operárias e todos os círculos estão proibidos”.

Ele, porém, não acha “positiva” uma indiferença entre esses dois âmbitos da luta proletária. Embora esse fato desencadeie a necessidade de a luta econômica também se revestir de um invólucro político na Rússia, incitando muitos operários a se despertarem para os problemas políticos, isso levava “os social-democratas a confundir *trade-* unionismo com a ‘social-democracia’” (ibid., p. 182). Rosa Luxemburgo parecia, então, ter maior simpatia pelo contexto russo do que pela liberdade política ocidental, pois para ela “a separação da luta política e da luta econômica é apenas um produto artificial, embora determinado pela história do período parlamentar” (LUXEMBURGO, 2005, p. 321).

Qual a razão para Lenin estar insatisfeito com a dependência da socialdemocracia russa da luta econômica sendo confundida com a política, enquanto Rosa elogiava a indistinção das duas na Rússia e condenava sua separação na Alemanha? Novamente vemos que O curso do desenvolvimento social e político de ambos os países condicionou largamente as suas elaborações teórico-políticas. Rosa Luxemburgo (ibid., p. 321) reprova a separação da luta econômica da luta política por razões muito ligadas ao parlamentarismo burguês, porque “não é a própria massa quem dirige a sua

luta política na ação direta, mas em concomitância com a forma de Estado burguês, através de seus representantes parlamentares”.

Enquanto que, gozando de maior liberdade “no curso pacífico ‘normal’, da sociedade burguesa, a luta econômica encontra-se fragmentada em uma série de lutas isoladas em cada setor da produção”. Ou seja, na Alemanha a luta política estava amarrada ao parlamentarismo, ou ao “cretinismo parlamentar” nos termos de Marx, cuja atividade política se restringia ao âmbito eleitoral. Para combater isto, ela se apoiou na Revolução Russa de 1905, que converteu a luta econômica numa generalizada luta política contra o regime czarista através das greves de massa daquele ano.

Lenin, por outro lado, via essa primazia da luta econômica na Rússia como um atraso político da socialdemocracia, que se limitava a lutar por melhores condições de vida do proletariado, menosprezando as tarefas de ordem política. Afirmavam os economistas ser necessário “transformar a luta econômica em luta política”. Lenin, por outro lado, defendia que o trabalho trade-unionista (sindical) não deveria ocupar um lugar: “nem demasiado reduzido, nem demasiado grande” no conjunto da luta socialista.

Para Lenin (2010b, p. 174), “o nosso pecado capital está em rebaixar as nossas tarefas políticas e de organização ao plano dos interesses imediatos, ‘tangíveis’ e ‘concretos’ da luta econômica cotidiana. E continua a nos dizer: ‘deve-se imprimir à própria luta econômica um caráter político!’”.

No que tange à luta econômica, Kautsky (2000) tinha compreensão levemente semelhante à luxemburgueana quando afirma em seu texto *Os sindicatos e o socialismo*, de 1901, que “muitas vezes foi observado que o movimento de sindicatos, onde não vai de mãos dadas com um movimento político independente, isto é, onde não está saturado com o pensamento socialista, adquire um pouco o caráter das guildas passadas”. Para ele, uma luta econômica desvinculada de um conteúdo socialista converteria os sindicatos em “guildas”, expressas por um corporativismo exacerbado, criando o que chama de “aristocracia operária”.

A concepção lenineana se expressa de maneira muito sólida e sintônica ao seu entendimento da luta econômica e luta política. Para ele, os sindicatos, antes de serem entidades legais, eram entidades ligadas às massas, sua função de existência era de sua educação, o que fica perfeitamente descrito na seguinte passagem:

As organizações operárias para a luta econômica devem ser organizações sindicais. Todo operário social-democrata deve, no que for possível, apoiar essas organizações e trabalhar ativamente nelas. De acordo. Mas é inteiramente contrária aos os nossos interesses à exigência de que só os social-democratas possam ser membros das uniões “profissionais”, uma vez que isso reduziria a nossa influência sobre a massa. Que participe na união profissional todo o operário que compreenda a necessidade de se unir para lutar contra os patrões e o governo. O próprio objetivo das uniões profissionais seria irrealizável se elas não agrupassem todos os operários capazes de compreender essa noção elementar e se essas uniões profissionais não fossem organizações muito *amplas*. E quanto mais amplas forem essas organizações, tanto maior será a nossa influência sobre elas, influência exercida não somente pelo desenvolvimento “espontâneo” da luta econômica, mas também pela ação direta e consciente dos membros socialistas das uniões sobre seus camaradas. (LENIN, 2010b, p. 183, grifo do autor).

É, portanto, uma função distinta da cumprida pelo Partido na luta revolucionária. A tarefa dos sindicatos e de todas as outras associações é a de assumir o contato mais próximo com as massas e suas reivindicações mais sentidas. Esta é a função principal de todas as organizações de base, sindicatos, movimentos e organizações rurais, associações de solidariedade, entidades profissionais, etc.: organizar o proletariado na luta pelas suas demandas mais sentidas, mais imediatas e urgentes, ganhar sua confiança, tornar-se referência. Dentro da compreensão de Lenin, os sindicatos cumprem a função de: “ligação entre o Partido e as massas, uma ponte entre a vanguarda e a base da classe trabalhadora”.

Lenin, portanto, dentro da luta de classes, visava restringir organizações e associações dessa natureza às tarefas da luta econômica. Compreender a razão disto é um dos nossos desafios. Por que, afinal, Lenin não desejava que os sindicatos assumissem tarefas de natureza socialista? Na mesma esteira de Kautsky, Rosa, porém, defende que os sindicatos socialdemocratas da Alemanha eram superiores aos sindicatos burgueses porque se baseavam na “concepção da luta de classes; suas vitórias, seu poder, são resultado de fato de que sua militância está orientada pela teoria do socialismo científico, que os coloca acima do estreito socialismo utópico” (2005, p. 325).

Como vemos, Rosa elogia os sindicatos cuja atuação estava orientada pelo socialismo, ao contrário de Lenin, que repudiava a impressão de uma restrição socialista aos sindicatos. É algo que parece paradoxal se levarmos em conta que, ao se imprimir um conteúdo socialista aos sindicatos, é possível que uma boa parte da massa dos trabalhadores não se identifique com essa ideologia, afastando-se do sindicato, contrariando, aparentemente, sua concepção massiva, ampla e ativista.

A sua batalha contra o economismo e sua demarcação (novamente) clara entre a luta política e a luta econômica não foi gratuita, ela na verdade expressava uma luta contra o espontaneísmo, ou seja, a tendência da socialdemocracia em sobrevalorizar os surtos espontâneos das lutas de classe sem extrair delas os frutos necessários, sem constituir um partido organizado por um conjunto de operários conscientes que aprendam com suas experiências e possam interferir positivamente no desenrolar de novas lutas. Isto acontece porque as lutas econômicas eram marcadamente espontâneas e muitas vezes explosivas, porém, pouco duradouras.

E o espontaneísmo resulta necessariamente numa visão reformista, que busca resolver os problemas societários no nível das pequenas reformas e dos ajustes. Como afirma Lenin (2010b, p. 126), “a frase ‘imprimir à própria luta econômica um caráter político’ não possui absolutamente nenhum outro conteúdo do que a luta pelas reformas econômicas”. A restrição das lutas ao seu aspecto econômico, buscando “converter” a luta econômica em política, é, portanto, na ótica lenineana, almejar a aprovação de grandes instrumentos legislativos que representem ganhos para o proletariado, algo que se assemelha ao cartismo do movimento operário inglês.

Para Lenin, o perigo do economismo encrustado no movimento operário russo no início do século XX era o de desvirtuar a socialdemocracia dos seus objetivos máximos. Segundo ele, “os ‘economistas’ não negam em absoluto a ‘política’, mas que tão somente se desviam constante da concepção social-democrata para a concepção *trade-unionista* da política” (ibid., p. 117, grifo do autor).

Do que se trata a luta política, então? Significa a educação do proletariado para os amplos problemas societários, da correlação de forças da sociedade entre as distintas classes, entre proletariado, burguesia, governo autocrático e campesinato, significa o convencimento político da estratégia de revolução elevado a um nível cotidiano, permanente, estável.

Segundo Lenin, a *denúncia econômica* que põe em contato operários de diferentes ramos, profissões, regiões e cidades invocou grande excitação e um sentimento coletivo quando todos estavam confrontados pela verdade da vida operário. Cabia agora realizar tal tarefa em nível político, colocando a liberdade política como grande causa do proletariado e os outros inúmeros estratos societários. Foi em 1824 que foi aprovada a lei que permitia a liberdade de associação dos operários, que segundo Engels significava que o Parlamento inglês “sancionou legalmente a oposição entre proletariado e burguesia”.

Eis o significado da liberdade política no interior da ordem burguesa: a *legalização da luta de classes*, dentro dos parâmetros jurídicos burgueses. É lógico que a luta de classes não respeita ordem alguma e acontece sempre e irresistivelmente enquanto existirem classes, mas fica assim traduzido de forma objetiva o que significava a liberdade política almejada pela social-democracia russa, pois conquistar a liberdade política significava legalizar não apenas a luta de classes, mas a possibilidade de resistência do proletariado contra os abusos capitalistas, tanto de natureza econômica quanto política.

De acordo com Lenin (2010b, p. 121): “Não basta *explicar* a opressão política de que são objeto os operários (tal como não bastava *explicar-lhes* o antagonismo entre seus interesses e os dos patrões). É necessário fazer agitação sobre cada manifestação concreta dessa opressão”.

Fica evidente uma característica sobressalente na compreensão leniniana: mesmo compreendendo o papel absolutamente central do proletariado tanto para a revolução democrática quanto para a revolução socialista, Lenin não mediu esforços em procurar agrupar todas as ocorrências de arbitrariedade e opressão da autocracia czarista sob a tutela do partido revolucionário do proletariado. Demonstra-se nessa caracterização, novamente, uma manifestação candente da articulação mais interna e evidente entre o cotidiano, o singular, e a totalidade como um complexo.

Não é por acaso, então, que “todos os textos de Lenin sobre o partido, ao contrário, são extremamente específicos, na medida em que abordem as específicas tarefas organizativas impostas pela situação política do momento”. (JOHNSTONE, 1985, p. 18). Em Lenin, tem lugar uma viva relação entre o particular e o geral, sua compreensão está sempre conectando

infindavelmente o cotidiano com o extraordinário, o presente com o futuro. Segundo Lukács, por isso

a forma leniniana de organização é inseparavelmente ligada à perspectiva da revolução que se aproxima. É somente nesse contexto que todo o desvio do caminho correto da classe manifesta-se como algo fatídico e infausto; somente nesse contexto a decisão a respeito de uma pequena questão cotidiana pode ter um alcance decisivo para a totalidade da classe; somente nesse contexto passa a ser vital para o proletariado a visualização clara do pensamento e da ação realmente próprios à sua situação de classe. (LUKÁCS, 2012, p. 49, grifo do autor).

A afirmação lukacsiana corresponde inteiramente com a compreensão de Lenin que estamos descrevendo. Ao buscar uma maior amplitude do movimento operário através da atuação socialista, Lenin defende que a luta política deve ser levada a cabo em todos os nichos da sociedade, em todas as questões menores, por que a socialdemocracia, enquanto vanguarda, “É sempre a primeira a fazer a avaliação mais revolucionária de *cada acontecimento*, a apoiar todo o protesto contra a arbitrariedade. [...] Intervém em todos os aspectos e em todos os problemas da vida social e política” (LENIN, 2010b, p. 165, grifo nosso).

Essa preocupação com o detalhe, com o particular, com a minúcia, é ao mesmo tempo, e justamente por ser detalhista, particular e minuciosa. Enquanto permanece contígua à perspectiva revolucionária, é o que produz uma totalidade concreta da luta política, não atomizada, mas orientada pela generalidade da estratégia da revolução.

Esta é, sem dúvida, uma noção ontológica histórica-concreta, que busca em todas as *manifestações da vida*¹²³ o sentido da luta política, ao

123 Uma longa citação talvez possa fazer o leitor visualizar melhor o que queremos dizer quando afirmamos com toda manifestação da vida. Em *Que fazer?*, confrontando os economistas que afirmavam que apenas a luta econômica era um “meio amplamente aplicável” de movimento, Lenin enumera um conjunto de manifestações da vida que extrapolavam largamente o restrito espaço fabril, mas que tinha toda coerência com a luta social-democrata. Segundo Lenin (2010b, p. 122-123, grifo do autor): “os castigos corporais impostos aos camponeses, as extorsões dos funcionários e o tratamento que a polícia dá à ‘plebe’ das cidades, a luta contra os famintos e a perseguições às aspirações do povo à cultura e ao saber, a exação de impostos, a perseguição de seitas religiosas, a dura disciplina dos chicotes infligida aos soldados e o tra-

mesmo tempo em que é no interior de todas as *manifestações da vida* que extrai o seu conteúdo totalizante. E esta é a essência que permanece latente em todos os seus momentos, inclusive nos de maior recuo, como em 1909, em *No Caminho*, quando Lenin (1982d, p. 485, grifo nosso) reafirma que o partido se manterá “em ligação com as massas, o partido da classe avançada, cuja vanguarda saberá organizar, e que orientará as suas forças para influir dentro de um espírito social-democrata sobre cada *manifestação da vida* do proletariado, este partido vencerá aconteça o que acontecer”.

O economismo não apenas se conformou como um espontaneísmo exacerbado que levava ao reformismo no âmbito da micropolítica, mas em algum sentido já apresentava num revestimento liberal no plano organizativo. Mesmo em 1905, em *Duas Táticas*, depois das longas batalhas contra o economismo, ele não foi devidamente derrotado, mas assumiu cada vez mais uma carapuça liberal, buscando entregar à burguesia a tarefa de realizar a luta política, através da associação entre os neo-iskristas e os anti-gos economistas, amedrontados com a possibilidade de recuo da burguesia durante a revolução, pregando que deveria se pôr “em primeiro plano os sindicatos e as associações legais” (LENIN, 1982a, p. 384).

Para justificar tal empreitada, utilizaram um artifício teórico vulgar chamado de “organização-processo” e “tática-processo”, também duramente criticados por Lenin (ibid., p. 395, 399, 450) no ano da revolução e também após 1907. O economismo cravado na fração menchevique do POSDR se manifestou particularmente como uma expressão do liberalismo, negando a necessidade de uma organização revolucionária pela vertente já mencionada do liquidacionismo.

Em 1917, Lenin (2005h) afirma nas *Cartas de Longe* que os liberais “querem *precisamente*, para reforçar a sua dominação, que os operários *não*

tamento grosseiro que recebem os estudantes e os intelectuais liberais; porque todas essas manifestações de opressão análogas, que não tem ligação direta da luta econômica, representam em geral meios e motivos menos ‘amplamente aplicáveis’ à agitação política para incorporar as massas na luta política? Justamente ao contrário: na totalidade dos casos cotidianos em que o operário sofre (ele próprio e as pessoas que lhe são próximas) privação de direitos, arbitrariedade e violência, é indiscutível que os casos de opressão policial especificamente no terreno da luta sindical não constituem senão uma pequena minoria. Para que, então, *restringir* de antemão a amplitude da agitação política declarando como ‘mais amplamente aplicável’ *só um* dos meios, ao lado do qual, para um social democrata, se inserem outros que, de modo geral, não são menos amplamente ‘aplicáveis?’”.

vão além das organizações *habituais*, ‘legais’ (do ponto de vista da sociedade burguesa ‘normal’), isto é, que os operários apenas se inscrevam no seu partido, no seu sindicato, na sua cooperativa”. Desse ponto de vista, Lenin e Rosa se aproximam conceitualmente, na medida em que ambos concordam com os limites das “organizações habituais”, ou seja, que se limitam às lutas dentro da legalidade burguesa, mas sim defendendo a organização do proletariado dirigido pela política socialista. Com efeito, Lenin em 1917, numa época eminentemente revolucionária, afirma que os operários “precisam de uma organização completamente diferente, *não apenas* da organização habitual”. Eles fundaram os Sovietes, fruto da ação de massas autônomas que analisaremos no próximo e derradeiro capítulo.

Mas Lenin, embora tenha brigado para demarcar claramente a distinção entre luta política e econômica, priorizando a primeira como atividade central do partido, isto não significa, com efeito, que ele tenha menosprezado a importância da luta econômica. Pelo contrário, foi a partir das lutas e denúncias econômicas que se gestaram as condições para ampliação das tarefas revolucionárias, uma vez que elas próprias esbarraram nas barreiras políticas impostas pela autocracia. Em geral, as lutas econômicas permanecem atuais e necessárias durante toda vida do regime burguês.

Segundo Lenin (2010b, p. 119), “as denúncias econômicas (das fábricas) foram e continuam a ser uma alavanca importante da luta econômica. E conservarão essa importância enquanto subsistir o capitalismo, que engendra necessariamente a autodefesa dos operários”. Por isso, é dever dos socialistas organizar e ampliar as lutas econômicas em qualquer circunstância, enquanto permanecem no marco da dominação capitalista. O que se estabelece é uma verdadeira dialética entre reforma e revolução. Conforme Lenin afirma, eles não deixaram de lutar por reformas porque

a social-democracia revolucionária sempre incluiu e continua a incluir na órbita de suas atividades a luta pelas reformas. Mas usa a agitação ‘econômica’ não só para exigir do governo todo o tipo de medidas, como também (e em primeiro lugar) para exigir que ele deixe de ser um governo autocrático. Ademais, considera seu dever apresentar ao governo essa exigência não só no terreno da luta econômica, mas também no terreno de todas as *manifestações da vida política e social*. Numa palavra, como parte de um todo, subordina a luta pelas reformas à luta revolucionária pela liberdade e pelo socialismo. (ibid., p. 126-127, grifo nosso)

Desse ponto de vista, podemos observar uma consonância muito evidente com o problema da legalidade e da ilegalidade do trabalho político. Uma vez que a socialdemocracia revolucionária não negava a necessidade de lutar por reformas democratizantes que melhorassem as condições de vida e de participação pública do proletariado e de todos os segmentos sociais explorados e oprimidos, isto não implicava a abdicação do princípio revolucionário, da liquidação do capitalismo e da autocracia.

Igualmente, a conquista de concessões legais para a existência e atividade partidária não poderia implicar num abandono da organização clandestina revolucionária que atuasse no sentido de acelerar e preparar a revolução socialista. Percebemos, novamente, a estreita ligação entre *estratégia revolucionária, forma organizativa e conteúdo tático cotidiano*. Esses três pilares estão, na obra lenineana, em permanente conexão numa vultuosa reciprocidade dialética em que um inexistente sem o outro, e quando um se altera os outros necessariamente também se transformam.

Sobre a dialética entre as lutas dentro e contra a ordem, Florestan Fernandes afirma:

revolução dentro da ordem é meramente instrumental e conjuntural para o proletariado, ligando-se à necessidade histórica de proteger e *acelerar a constituição de classe como classe em-si*, capaz de tomar em suas mãos o seu desenvolvimento independente. A partir de certo nível, esta força a mudança de qualidade da “guerra civil oculta”, exige que as reivindicações socialistas mudem de teor, pondo em cheque a supremacia burguesa e o poder político da burguesia. (FERNANDES, 1984, p. 81, grifo nosso).

Depreende-se, portanto, fazendo um paralelo entre a afirmação de Florestan e de Lenin, que a luta pelas reformas, ou revolução dentro da ordem, está subordinada na forma de instrumento de acúmulo de forças para facilitar passagem para outro nível de consciência, para um nível de consciência de classe-em-si para classe-para-si, ou seja, na conversão do proletariado como força independente e organizada para a constituição de uma nova ordem societária.

Submeter a luta política à luta econômica significa, em último grau, subordinar a revolução às reformas, sujeitar a vanguarda às massas, subsumir o partido aos sindicatos, sobressair a legalidade em detrimento do

aparato ilegal. É o mesmo que converter partido em dócil instrumento da ordem burguesa reativo às lutas e alheio aos objetivos finalísticos do proletariado. Nesse plano, em *Duas táticas*, fica evidente a interdependência desses fatores, criando agora um quadro bem mais preciso e coerente com o desenvolvimento do capítulo anterior, que versava sobre o problema estratégico, pois, segundo Lenin,

o proletariado não espera a sua salvação do afastamento da luta de classes, mas do seu desenvolvimento, do aumento da sua amplitude, da sua consciência, da sua organização, da sua decisão. Quem menospreza as tarefas da luta política converte o social-democrata de tribuno popular em secretário de trade-union. Quem menospreza as tarefas proletárias na revolução democrático burguesa converte o social democrata de chefe da revolução popular em dirigente de um sindicato operário livre. (1982a, p. 451)

Ele de forma alguma menospreza a importância do rompante efusivo das lutas espontâneas, das organizações de massas, sejam sindicais ou não. Mas delimita a sua diferenciação de forma que ambos, partido e massas, possam desenvolver-se com todas as suas potencialidades peculiares à sua essência. Ele defende que é aproximando os quadros mais destacados das organizações de massas, educando-os com o marxismo, de forma que absorvam a teoria socialista e se fortaleçam os vínculos entre a organização revolucionária das massas, não diluindo uma dentro da outra.

Lenin também menciona os camaradas destacados para cumprir as tarefas mais próximas do movimento de massa e da base do povo. Além disso, a luta de massas, por partir de demandas específicas e imediatas, assume, num primeiro momento, traços corporativos, ou seja, que são pertinentes à uma determinada profissão ou categoria e que os difere de outros segmentos da classe trabalhadora, como os funcionários públicos, ou os professores, ou os metalúrgicos, ou os mineiros, etc. Quando falando sobre a propaganda e agitação sindical, Lenin afirma sobre brochuras específicas:

Nelas deveriam ser recolhidos e agrupados sistematicamente materiais legais e ilegais sobre a questão das questões de trabalho em cada profissão, sobre as diferenças que a esse respeito existem entre os diversos pontos da Rússia, sobre as principais reivindica-

cações dos operários de uma dada profissão, sobre as deficiências da legislação que a ela se refere, sobre os casos mais relevantes da luta econômica dos operários dessa profissão, sobre os começos, a situação atual e as necessidades da sua organização sindical etc. (LENIN, 1987, p. 18).

Assim, de antemão identificamos traços importantes: primeiro que a luta e as associações de viés econômico cumprem funções distintas do partido, mas que são a ponte de ligação entre vanguarda e massas; segundo que a função de estreitar os laços com as massas pela via das associações e sindicatos demanda um profundo conhecimento do modo de vida, do estado de ânimo, do nível de consciência do específico segmento das massas; terceiro, para estreitar os laços com as massas é preciso que os dirigentes ganhem sua confiança, organizando a luta pelas suas reivindicações mais imediatas; quarto, a luta de massas acaba sendo corporativa também, então é preciso conhecer com profundidade as especificidades e as demandas de cada, comparar as condições atuais com as de outros lugares do país, denunciar as limitações do Estado e da ordem burguesa, apontar a história e o desenvolvimento do movimento, etc. O partido é quem assume o ofício de fazer o enfrentamento ao regime capitalista, ao Estado e à ordem burguesa como todo.

AS MASSAS E A VANGUARDA, O ESPONTÂNEO E O CONSCIENTE

A grande questão posta na análise das *massas e da vanguarda*, as lutas espontâneas tecidas pelo próprio desenvolvimento social e econômico do modo de produção capitalista, e as lutas conscientes programadas e arquitetadas por um coletivo organizado, é o que separa uma da outra. Em verdade, no pano de fundo desse debate encontramos uma polêmica substancialmente filosófica. Ela se relaciona com o problema da objetividade concreta do ser e da existência e as suas representações pensadas conscientemente.

Segundo Mandel (1979, p. 17), a teoria lenineana da organização “procura compreender a dialética interna desse processo da formação da consciência de classe política que só pode atingir o seu pleno desenvolvimento

na própria revolução (isto contudo com a condição deste desenvolvimento ter iniciado antes da revolução)”. Mas, para chegar à compreensão lenineana, vamos auferir primeiramente algumas elaborações de Marx que podem servir de suporte.

Em *Miséria da Filosofia*, Marx (2009) lança as bases de sua teoria econômica que começara com os *Manuscritos de 1844*. Em sua crítica a Proudhon, já identifica o desenvolvimento da sociedade de classes e suas mutações até o estágio capitalista, embora ainda não compreenda plenamente (o que fará apenas em *O Capital*). Mas o que nos interessa especialmente é a atenção que ele dirige às associações proletárias, especialmente da Inglaterra. Marx (ibid.) critica os economistas por quererem a manutenção da sociedade burguesa e, como tal, por abominarem as chamadas coalizões operárias; da mesma forma, ataca os socialistas utópicos por propagandarem ao proletariado que não deve associar-se pois melhores salários não resolverão seus problemas. Ele apresenta uma compreensão inteiramente distinta:

A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide seus interesses. Mas manutenção do salário, esse interesse comum que têm contra seu patrão, os reúne num mesmo pensamento de resistência – *coalizão*. A coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida em que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário. (ibid., p. 189-190, grifo nosso).

Para criticar os conservadores (economistas) e os socialistas utópicos, Marx descreve o processo de passagem da consciência em si do trabalhador ao estágio de consciência para si. Quais constatações que devemos tirar das afirmações marxianas citadas? Em primeiro lugar, o desenvolvimento é engendrado por uma força externa aos trabalhadores: o curso próprio do desenvolvimento do capitalismo na grande indústria

que *concentra e centraliza* o proletariado em grandes multidões de indivíduos anônimos entre si.

Essa determinação é completamente alheia à sua vontade individual, pois eles são compelidos para tal. Enquanto massa concentrada, são colocados em luta uns contra os outros para obterem postos de trabalho, através do que chama de *concorrência*. Uma vez postos em contato, a dinâmica do capitalismo implica necessariamente a contradição entre a valorização do capital e a desvalorização da sua força de trabalho na forma de salários.

Até aí temos sob nossos olhos um processo puramente espontâneo. Uma segunda conclusão é o outro estágio da espontaneidade da luta de classes. Como recurso à sua própria sobrevivência, esses trabalhadores unem-se num *pensamento* mútuo de autodefesa e manutenção do salário. Ou seja, o desenvolvimento automático e objetivo do capitalismo produziu o desenvolvimento de uma consciência, um pensamento, de unidade para a *resistência* através do que chama de *coalizão*.

Para Marx, a primeira ideia da coalizão é neutralizar a concorrência intraproletária e utilizar tal união contra os capitalistas, que igualmente se unem enquanto classe para a repressão. A tendência de centralização do capital também move as coalizões em direção à sua centralização. Até aqui temos uma demonstração do que significa a espontaneidade do movimento de trabalhadores, ainda que em graus diferentes, pois a aglomeração da massa proletária é iniciada pelo mecanismo do capital, alheio às vontades dos indivíduos, enquanto que a coalizão, ainda que seu fundamento também seja econômico, exige uma iniciativa mais vigorosa dos sujeitos envolvidos. Permanece, porém, espontânea, pois se autoproduz como resultado próprio da causalidade dinâmica da sociedade capitalista.

Mais adiante, Marx afirma o seguinte:

Nessa luta – verdadeira guerra civil –, reúnem-se e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire um caráter político. As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. *Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mais ainda não o é para si mesma.* Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política. (ibid., p. 190, grifo nosso).

O desenvolvimento autômato da luta de classe é, dessa forma, demonstrado de maneira cabal e transparente em sua essência econômica. Igualmente, evidencia-se que esse processo espontâneo movido pela dominação do capital impõe a transformação do proletariado enquanto classe-em-si. Faz dele *objetivamente* proletariado enquanto converte-o em assalariado, em despojado dos meios de produção, concentrado e aglomerado com seus iguais.

Mas o elemento objetivamente dado que caracteriza o proletariado não implica que esse sujeito se reconheça enquanto tal. Ser e saber que o é são coisas distintas na proposição marxiana. Ser e agir tal o é não necessariamente coincidem. Ser proletário, como despojado e assalariado, e organizar-se enquanto classe e sujeito revolucionário são coisas distintas. O proletariado em si o é proletariado apenas em face do capital. Por isso, Marx afirma que o ser-em-si do proletariado aglomerado, associado e organizado em suas coalizões é a condição necessária para as batalhas futuras, quando a coalizão assume caráter político.

Já expusemos no capítulo anterior trechos da *A Sagrada Família*, em que a compreensão marxiana se manifestava por uma divisão entre dois polos antagônicos, dois extremos da sociedade, duas partes: propriedade privada e proletariado. Na ocasião, o fizemos com objetivo de demonstrar o caráter universalizante do proletariado. Agora desejamos registrar como tal compreensão assume no trecho abaixo um caráter absolutamente político, e que serve como guia para a compreensão da existência de partidos.

Dentro dessa antítese o proprietário privado é, portanto, o partido conservador, e o proletário o partido destruidor. Daquela parte a ação que visa manter a antítese, dessa ação de seu aniquilamento. Em seu movimento econômico político, a propriedade privada se impulsiona a si mesmo, em todo o caso, à sua própria dissolução; contudo, apenas através de um desenvolvimento independente dela, inconsciente, contrário a sua vontade, condicionado pela própria natureza da coisa: apenas enquanto engendra o proletariado enquanto proletariado, enquanto engendra a miséria consciente de sua miséria espiritual e física, enquanto engendra a desumanização consciente – e portanto supra-sunsora – de sua própria desumanização. O proletariado executa a sentença que a propriedade privada pronuncia sobre si mesma ao engendrar o proletariado, do mesmo modo que executa a sentença que

o trabalho assalariado pronuncia sobre si mesmo ao engendrar a riqueza alheia e a miséria própria. Se o proletariado vence, nem por isso se converte, de modo nenhum, no lado absoluto da sociedade, pois ele vence de fato apenas quando supra-sume a si mesmo e à sua antítese. Aí sim tanto proletariado quanto a sua antítese condicionante, a propriedade privada, terão desaparecido. (MARX; ENGELS, 2003, p. 48-49).

Ele afirma que a burguesia assume o papel de parte, ou seja, de partido conservador, enquanto o proletariado assume a parte destruidora, de destruição da sociedade burguesa e da propriedade privada. O proletariado é o partido destruidor, mas esse papel não é automático, não é espontâneo, porque depende, como disse Marx, do engendrar da *miséria consciente*, tornar-se independente da propriedade privada. Isso significa que, na medida em que o proletariado se autonomiza enquanto classe, que identifica seus próprios interesses como destruidor da propriedade privada, é que ele pode, de fato, cumprir seu papel histórico na dissolução dessa antítese. É assim que o proletariado se torna *consciente*.

Não é por acaso que Marx usa o termo proletariado enquanto proletariado. Ele refere-se à constituição da classe-para-si e não apenas a classe-em-si. Apesar de não mencionar diretamente, ele está tratando do desenvolvimento *potencial e pleno* do proletariado. O proletariado que se mantém à reboque e infectado pela consciência burguesa é classe-em-si, porque suas condições objetivas o tornam proletariado, mas seus atributos são dependentes da ideologia burguesa.

Se proletariado desenvolvido enquanto proletariado significa o desenvolvimento da miséria consciente, da desumanização consciente, e o proletariado é a face da antítese desumana e miserável, então, o proletariado enquanto proletariado nada mais significa do que o proletariado consciente de ser proletariado enquanto partido destruidor. A inconsciência do proletariado é, portanto, a consciência burguesa, e a consciência do proletariado é o proletariado de fato como proletariado. A dependência é sempre uma relação mútua. Ser dependente significa depender de algo ou alguém, e este está em posição dominante.

Se o proletariado precisa ser independente para “engendrar o aniquilamento” da antítese, então ele precisa tornar-se independente do outro extremo, da propriedade privada. É indiscutível aqui a influência de Marx na

concepção lenineana que se baseia, como afirmamos, na crescente luta pela demarcação e independência do proletariado da influência da consciência burguesa, na forma do partido do proletariado.

No segundo capítulo, utilizamos essa mesma obra de Marx e Engels para explicar o caráter universal do proletariado. Naquela parte nos abstermos de desenvolver um aspecto importantíssimo citado pelos autores que diz respeito à imperatividade da revolta do proletariado, sua *consciência teórica* e a *expressão prática da necessidade*. Segundo os autores, a humanidade se perdeu no proletariado; enquanto a burguesia mantém apenas uma aparência humana, o proletário resume as condições de vida de toda a humanidade, mas justamente por essas condições é que o proletariado também ganhou

não apenas a consciência teórica dessa perda, como também, sob ação de uma penúria absolutamente imperiosa – a expressão prática da necessidade – que já não pode mais ser evitada nem embelezada, foi obrigado a revolta contra essas desumanidades; por causa disso o proletariado pode e deve libertar-se a si mesmo. (ibid., p. 49).

A revolta do proletariado assume caráter imperativo, de obrigação, para a superação das suas desumanidades e da desumanidade geral. Marx fala de dois ganhos: a consciência teórica; e o segundo como a expressão prática da necessidade. A consciência teórica é o crescente desenvolvimento de uma autoconsciência sob sua própria condição de vida que, num determinado ponto, assume um sentido teórico-científico que só é possível com o emergir do proletariado maduro. Contudo, ele dá maior atenção à “expressão prática da necessidade”. Antes, afirmou o caráter compulsório da revolta do proletariado, algo que faz parte da sua própria essência como ser proletariado. Então, a “expressão prática da necessidade” não representaria a assunção política do seu imperativo essencial? Como “expressão prática da necessidade” Marx estaria afirmando a crescente organização e associação do proletariado, em níveis de sindicatos e de partidos? Mais adiante afirma:

Mas ele não pode libertar-se a si mesmo sem supra-sunir suas próprias condições de vida. Ele não pode isso supra-sunir suas próprias condições de vida sem supra-sunir todas as condições de

vida desumana da sociedade atual, que se resumem em sua própria condição. Não é por acaso que ele passa pela escola do trabalho, que é dura mas forja resistência. Não se trata do que este ou aquele proletário, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode imaginar de vez em quando como sua meta. Trata-se do que o proletariado é e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com seu ser. Sua meta e sua ação histórica se acham clara e irrevogavelmente predeterminada por sua própria situação de vida e por toda a organização da sociedade burguesa atual. E nem sequer é necessário determinar se aqui a expor como grande parte do proletariado inglês e francês já está consciente de sua missão histórica e trabalha com constância no sentido de elevar a sua consciência à clareza completa. (ibid., p. 49).

Novamente temos aqui o imperativo da necessidade, com também o caráter universalista que assume a luta pela libertação do proletariado. Ao afirmar que a missão histórica do proletariado independe do que um ou outro proletário pensa, como também pouco importa o que o todo do proletariado imagina momentaneamente, Marx atribui um enorme peso à substância *objetiva* que compõe o proletariado, sua condição de vida, sua situação de assalariado e destituídos de todos os meios de produção, distante do controle do processo produtivo e esmagado pelo peso do capital. Mesmo assim, ele ainda considera que uma boa parte do proletariado de seu tempo está cada vez mais próxima de compreender, estar consciente da sua missão histórica.

Não há dúvidas que Marx admite a existência de graus de consciência, pois entende que mesmo os trabalhadores conscientes devem ainda chegar a elevar a sua consciência à clareza completa. Segundo Mandel (1979, p. 17, grifo do autor), “A categoria de ‘classe-em-si’ tem por origem o conceito de classe objetivo tal como foi definido por Marx, segundo o qual uma camada social é determinada pelo lugar objetivo no processo de produção, *independente* do seu grau de consciência”.

Vimos, portanto, que o processo de consciência pode ser resumido em duas etapas principais: a espontânea e a consciente. Enquanto o espontâneo é impulsionado pelo próprio movimento social e econômico da dinâmica capitalista, a etapa consciente exige uma maior clareza teórico e prática dos interesses gerais do proletariado enquanto classe revolucionária e emancipadora da humanidade.

Na Rússia, como afirmamos, as lutas econômicas se confundiam constantemente com sua dimensão política enquanto eram reprimidas pela autocracia czarista, o que imbuíu à socialdemocracia a tarefa de absorver e canalizar tais lutas para um sentido socialista. Mas a própria etapa espontânea da luta é caracterizada por contradições próprias que denotam também gradações específicas.

Por exemplo, Marx e Engels (2010, p. 47) no *Manifesto* afirmam que a luta do proletariado contra a burguesia “começa com a sua existência”. Ou seja, sua condição objetivamente dada ao qual já nos remetemos. Depois, porém, “dirigem os seus ataques não só contra as relações burguesas de produção, mas também contra os instrumentos de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam as fábricas” (ibid., p. 47).

É em referência ao conhecido fenômeno do *ludismo*, cujo maior destaque assumiu no início do século XIX. O próprio ludismo foi o antecessor da criação das *trade-unions*, os sindicatos de trabalhadores ingleses, e também do movimento *cartista*, com grande expressão na década de 1840. Engels, em uma de suas obras juvenis *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, ainda afirma a existência de uma primeira forma de revolta do proletariado com a sua condição de miséria, marcada pela individualização, e talvez uma das mais comuns. Ele afirma que ela é

a primeira forma, a mais brutal e estéril, que essa revolta assumiu foi o crime. O operário, vivendo na miséria e na indigência, via que os outros desfrutavam de existência melhor. [...] E logo a miséria prevaleceu sobre o respeito inato pela propriedade: começou a roubar (ENGELS, 2010, p. 248).

Em *Que fazer?*, Lenin faz um resgate histórico das primeiras lutas operárias na Rússia dos anos de 1860 e 1870 que se configuraram como motins, com a destruição das máquinas e instrumentos de produção, enquanto as greves dos anos de 1890 já englobavam reivindicações coletivas e uma articulação maior, mesmo tendo caráter espontâneo. Isto denota, segundo Lenin, que

o “elemento espontâneo” não é mais do que a *forma embrionária* do consciente. E os motins primitivos já expressavam um relativo

despertar do consciente. Os operários deixavam a crença tradicional na perpetuidade do regime que os oprimia; começavam... não diria compreender, mas sentir a necessidade de uma resistência mais coletiva e rompiam deliberadamente com a submissão servil às autoridades. No entanto, tratava-se mais de uma manifestação de desespero do que uma *luta*. (2010b, p. 88-89, grifo do autor).

Ou seja, mesmo no espontâneo já existe o germe do consciente, mesmo que esse embrião não possa se desenvolver de forma automática na sua forma mais consciente e organizada. Voltando à Inglaterra, em 1824, a classe trabalhadora inglesa constituiu o movimento das *trade-unions*, cujas finalidades, segundo Engels (2010, p. 250, grifo do autor), eram “fixar o salário, negociar *en masse*, como *força*, com os patrões, regular os salários em relação aos lucros patronais”.

Estas constituíram-se, sob esses parâmetros da luta econômica, cada vez em nível mais abrangente, como federações e uniões em nível local, regional, e até por ramos e categorias (ibid., p. 250). As duras derrotas sofridas com algumas vitórias temporárias levaram os trabalhadores ingleses “a compreender que para destruir o poder da burguesia, é preciso algo mais que associações operárias e greves” (ibid., p. 253).

É assim que o movimento econômico dos operários ingleses assumiu uma expressão política através do *cartismo*, um movimento político baseado nas associações operárias que buscava a aprovação da *Carta do Povo* (*People's Charter*). O cartismo foi uma forma de luta concentrada contra a burguesia inglesa, pois, conforme Engels (ibid., p. 262): “Nas associações e nas greves, a oposição mantinha-se insulada, [...] nos poucos casos em que a luta se generalizava, na base dessa generalização estava o cartismo – neste é toda a classe operária que se insurge contra a burguesia e que ataca, em primeiro lugar, seu poder político”.

Mas a Carta do Povo não tinha qualquer conteúdo socialista, no máximo próxima ao socialismo utópico owenista da época, ela estava mais dentro dos marcos republicanos. Para Engels (ibid., p. 263), “o cartismo ainda não se distinguia nitidamente da pequena burguesia radical”. Isto mostra coerência franca com a afirmação lenineana dos limites da luta política baseada no *trade-unionismo*, como um refugio da luta econômica confinada à ordem burguesa, pois

A história de todos os países comprova que a classe operária, valendo-se exclusivamente de suas próprias forças, só é capaz de elaborar uma consciência *trade-unionista*, ou seja, uma convicção de que é preciso reunir-se em sindicatos, lutar contra os patrões, cobrar do governo a promulgação de umas e outras leis necessárias aos operários etc. Já a doutrina do socialismo nasceu das teorias filosóficas, históricas e econômicas formuladas por representantes instruídos das classes proprietárias, por intelectuais. (LENIN, 2010b, p. 89)

Fazendo uma súmula desses elementos, podemos concluir que a luta econômica tem, em geral, caráter de luta pontual e imediata pela valorização dos salários dos trabalhadores sem, porém, confrontar a ordem burguesa e o salariato. Ela parte obrigatoriamente do desenvolvimento espontâneo da luta de classes, mas pode impulsionar a luta política em determinadas circunstâncias, ampliando para um nível consciente da classe, quando se confronta com o poder político do capitalismo condensado no Estado e visa constituir o poder político do proletariado de alguma forma.

A luta política, entretanto, não necessariamente é uma luta socialista. Enquanto impulsionada apenas pela esfera econômica e *trade-unionista*, busca maior participação do proletariado nas decisões políticas e a aprovação de legislação protetiva contra os abusos capitalistas, limitando o poder econômico burguês por um aparato jurídico-político. Segundo Lenin, o desdobramento espontâneo do “movimento operário marcha precisamente para a sua subordinação à ideologia burguesa, [...] o movimento operário espontâneo é *trade-unionismo*, é *Nur-Gewerkschaftlerei*, e o *trade-unionismo* implica exatamente na escravidão ideológica dos operários pela burguesia” (ibid., p. 101).

Enquanto tal, se deixado por si só, o movimento operário, segundo Lenin, caminha rumo a uma ideologia dependente da burguesa, que não transcende os limites estabelecidos dentro da compra e venda de força de trabalho, de cooperação e reforma. Em outro texto, de 1905, em *A Reorganização do Partido*, Lenin afirma algo que aparenta uma contradição com seus escrito de 1902. Ele afirma: “A classe operária é instintivamente, espontaneamente social-democrata, e mais de dez anos de trabalho realizado pela social-democracia tem feito muito para transformar essa espontaneidade em consciência” (LENIN, 1965c).

A possível contradição reside no fato de que, primeiro, Lenin afirma que o movimento espontâneo rumo ao trade-unionismo, depois que a classe trabalhadora é espontaneamente socialdemocrata. Como resolver essa aparente contradição? Ora, observando com mais cuidado, vemos que mesmo na sentença em que afirma a espontaneidade do desenvolvimento da socialdemocracia, Lenin afirma reconhecendo a existência de dois estágios de consciência (espontâneo e consciente) e condicionando o avanço ao trabalho socialdemocrata de dez anos, que possibilita transformar instinto em consciência.

Dessa forma, não se trata da negação entre sua concepção de *Que fazer?* e de 1905, ao contrário, ele continua reconhecendo a necessidade de se manter um trabalho contínuo, mas para que o caráter espontâneo, o caráter instintivo, converta-se em consciência é necessário um trabalho persistente. Além do mais, ele parece estar incorporando as experiências da Revolução de 1905, que mesmo tendo tido a ignição espontânea, em muitos lugares foi dirigida pela socialdemocracia, com um intercurso de acontecimentos que levou o POSDR a crescer significativamente mesmo o partido não tendo sido o articulador e programador dos levantes.

Isto demonstra que, para Lenin, a espontaneidade socialista do proletariado tem sentido *vocacional, potencial*, como uma tendência natural que, quando posta em contato com o elemento estimulante, desemboca numa reação generalizada. A classe-em-si do proletariado tem apenas o potencial de se converter numa classe-para-si. Enquanto estiverem isolados, esses elementos permanecem impotentes.

Segundo Mandel (1979, p. 18-19), a conexão entre a classe-em-si objetivamente revolucionária e a vanguarda ideológica na forma do partido é o que dá a coerência interna para a concepção lenineana de organização, pois com a existência dessa classe “*suscetível* de conduzir uma luta de classe revolucionária e com a condição de estar ligada a uma tal luta de classe, que o conceito de um partido revolucionário de vanguarda (e de revolucionário profissional) adquire um significado científico” (grifo nosso).

O proletariado tomado unicamente do ponto de vista objetivo é, portanto, *suscetível* a se tornar o sujeito revolucionário central, reforçando o predicado lenineano explicado no capítulo anterior, que considerava o campesinato como revolucionário apenas quando este *abdicasse* da posição de pequeno-proprietário.

É aqui que a concepção lenineana de partido se apropria da contribuição criticamente de Kautsky. Lenin, em *Que fazer?*, recupera as concepções de Kautsky da constituição da ideologia socialista de fora do proletariado, a partir do cérebro da intelectualidade burguesa, e as considera inteiramente justas. E por isso empreende a tarefa de combater a espontaneidade trade-unionista como escravização ideológica burguesa, pois, segundo Lenin (2010b, p. 100-101),

Já que não se pode falar de uma ideologia independente elaborada pelas próprias massas operárias no curso do seu movimento, o movimento põe-se unicamente assim: ideologia burguesa ou ideologia socialista. Não há meio termo (porque a humanidade não elaborou nenhuma ‘terceira’ ideologia; ademais, em geral, na sociedade cortadas pelas contradições de classe, não pode nunca existir uma ideologia à margem das classes ou acima das classes. Por isso, *tudo o que seja* rebaixar a ideologia socialista, *tudo o que seja* afastar-se dela, significa fortalecer a ideologia burguesa.

Aí que reside o significado último da *necessidade impreterível* do estímulo externo às condições “normais” do proletariado. E as condições normais do proletariado são o seu movimento autômato da luta econômica pela melhor condição de venda da força de trabalho, não extrapola esses limites, tendo o seu cume a forma política reformista, trade-unionista. Por isso, o partido está organicamente vinculado com a ideologia socialista. É ela que o *distingue*, que o *singulariza*, pela sua tenacidade teórica e prática de substância revolucionária.

O que justifica de forma protuberante a avidez lenineana em sua luta teórico-política¹²⁴ contra o menor dos desvios que pudessem influenciar o proletariado. O partido, mesmo sem precisar ser chamado por esse nome, deve cumprir essa função vital no âmbito da consciência. Desse ponto de vista, para o processo revolucionário ser levado a cabo, podemos considerá-lo como *imprescindível*. A vanguarda é, portanto, a essência mais íntima

124 Sobre o papel da luta ideológica afirmou que: “a ideologia social-democrata só pode conquistar essa supremacia e só poderá preservá-la através de uma luta perseverante contra todas as outras ideologias”. (LENIN, 2010b, p. 102)

do partido revolucionário como fenômeno e como necessidade histórica para a revolução proletária.

Avançando para a compreensão do significado da categoria vanguarda, podemos levá-la também para sua efetividade prática. Além de uma matriz ideológica enclausurada ao imaginário social, político e moral burguês, a espontaneidade trade-unionista também carrega outros traços que motivam Lenin a combatê-la. Uma das características das lutas espontâneas e da consciência formada no âmbito da espontaneidade das lutas é a sua fugacidade e a sua efemeridade, pois a luta para saciar necessidades imediatas está sempre condicionada a elas. Em caso de vitória, uma vez atendidas, a luta cessa.

E por serem imediatas, a radicalidade custa a avançar, na medida em que os riscos parecem maiores que os logros, no caso das derrotas. A análise lukacsiana corrobora também para essa constatação, uma vez que “o instinto revolucionário dos trabalhadores, que às vezes se descarrega em grandes ações espontâneas das massas, permanece incapaz de conservar, como bem duradouro para a classe em seu conjunto, o nível que a consciência de classe atingiu por meio de sua ação inconsciente”. (LUKÁCS, 2012, p. 49).

É claro que lutas espontâneas podem ser desencadeadas em casos de insatisfação generalizada com o estado de coisas dado, mas isto não descarta a fragilidade ideológica que determinados levantes podem assumir, sobretudo quando carecem de projetos societários minimamente delineados pelas massas que aderem ao movimento. Nesse quesito, a vanguarda se destaca das massas porque, na medida em que é consciente de objetivos políticos mais anchos, “pelo fato de não abandonar, mesmo entre dois cumes da luta ativa, no terreno da luta de classes, e por continuar de qualquer maneira ‘a luta por outros meios’” (MANDEL, 1979, p. 24).

Justamente pelo seu horizonte teórico e seus objetivos políticos mais encorpados que a simples consciência espontânea, a vanguarda se destaca das massas pela sua constância, sua estabilidade, mesmo nos momentos de derrota. Segundo Marx e Engels (2010, p. 51) no *Manifesto*, os comunistas:

não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários. Não têm interesses diferentes do proletariado em geral. Não proclamam princípios particulares, segundo os quais pretendam moldar o movimento operário. Os comunistas se distinguem dos outros partidos operários somente em dois pontos: 1) Nas diversas

lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independente da nacionalidade; Nas diferentes fases de desenvolvimentos por que passa a luta entre proletários e burgueses, representam sempre e em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto. Na prática, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento proletário.

A vanguarda é, portanto, não um elemento externo ao proletariado, mas sim uma parte dele, uma fração do conjunto do proletariado que leva a luta revolucionária às suas últimas consequências e exercita o internacionalismo como princípio comunista. A vanguarda é o setor mais avançado e esclarecido do proletariado dentro da concepção marxiano-lenineana. O que diferencia internamente o proletariado entre sua vanguarda e sua massa é precisamente a sua ideologia e a sua ligação estável com os objetivos gerais do proletariado decorrentes da sua maior consciência.

Nesse âmbito, alerta Lenin (1982b, p. 256, grifo do autor) em *Um passo* que “não se pode confundir o partido, como destacamento de vanguarda da classe operária, com toda a classe”. Entendendo que o proletariado é deixado em condições normais que limitam a sua consciência ao grau trade-unionista, então podemos concluir que pouco importa se foi de intelectuais burgueses que surgiu a ideologia socialista, pois o partido não é e não pode ser ente externo e estranho ao proletariado, mas sim uma fração avançada dele.

Do ponto de vista da revolução, questionar a fundação do socialismo-científico por Marx e Engels e condená-lo por não ser produto autenticamente proletário é como vagar intelectualmente e lamentar sobre quem é o verdadeiro autor do “pecado original”. Pela ótica prático-político, é uma discussão com pouca serventia (ainda que, pela própria peculiaridade da ciência, tal tema seja profícuo), pois o mais importante é que o marxismo foi difundido entre várias camadas e povos do mundo, sendo o mais importante intensificar esse ato. Johnstone (1985, p. 21) argumenta na mesma linha quando reconhece que

Lenin atribuiu a máxima importância à educação e à formação de quadros operários [...] O fato de reconhecer que, no passado, estas forças teóricas haviam sido fornecidas pelos intelectuais não significa certamente admitir que as coisas continuariam sempre assim.

A forma mais eficiente encontrada por Lenin (2010b, p. 101) em 1902 é o combate ao espontaneísmo e a formação crescente de uma vanguarda esclarecida e consciente, pois “a tarefa da social-democracia, consiste em *combater a espontaneidade*, em fazer com que o movimento operário *abandone* essa tendência espontânea do *trade-unionismo* a se abrir sob a asa da burguesia e em atraí-lo para a asa da social-democracia revolucionária” (grifo do autor).

Mas a *qualidade* de vanguarda do partido não se encontra na auto-proclamação, da mesma forma que a qualidade de partido de massa não pode ser conquistada apenas pela grande quantidade de membros, mas sim na conquista de sua legitimidade como vanguarda da classe. Há uma busca pela autoconstituição do partido como vanguarda, o que só se confirma através da prática, pois, segundo Lukács (2012, p. 57, grifo do autor), “Não se trata de agir em nome da classe, como seu representante, mas do culminar da ação da própria classe. O Partido chamado à direção da revolução proletária não se apresenta já pronto ao exercício da liderança: *ele não, mas vem a ser*”. Dessa forma, a ligação com as massas, a sua direção pelo partido, é a condição indispensável para que a vanguarda da classe seja *a parte mais avançada da classe*, e não seja mais *avançada à parte da classe*, pois, segundo Lenin, “nós somos um partido de classe, na medida em que dirigamos *efetivamente* de um modo social-democrata quase toda ou mesmo toda a classe do proletariado” (ibid., p. 257, grifo do autor).

Ou seja, o combate à espontaneidade exige a elevação do nível de consciência do proletariado. O lugar do intelectual na concepção de partido de Kautsky e de Lenin diferem significativamente. Mesmo tendo partido dessa intelectualidade burguesa unida¹²⁵ ao proletariado, Lenin não

125 Mandel (1979, p. 23) associa a possibilidade de que uma parte da intelectualidade burguesa se una ao proletariado ao fato de que a ideologia socialista pressupõe um conjunto de conhecimentos científicos e filosóficos, cuja apropriação se dá de modo individual: “pelo fato da apropriação ser individual, torna-se, isso, igualmente acessível aos membros de outras classes ou camadas sociais (antes de mais de intelectuais e de estudantes revolucionários)”.

naturaliza o proletariado como massa ignorante e destinada apenas às tarefas práticas. Em Lenin, vemos um impulso e uma iniciativa para elevar ao máximo uma igualdade entre intelectuais e operários, tentando dissolver embrionariamente por dentro do partido esse antagonismo próprio da sociedade de classes.

Essa igualdade se expressa por dois caminhos distintos: por um lado, o operário não tomado como ignorante permanente e massa de manobra, mas sim pela constante elevação do grau de consciência, de capacidade literária e ampliação de cultura para o operário; por outro lado, buscando que o intelectual e seu modo de vida pequeno-burguês superem sua vaidade própria tragada pela submissão voluntária ao partido proletário, cuja facilidade é muito mais comum entre os trabalhadores acostumados à disciplina e que toma a coletividade da organização como sua maior arma.

Em primeiro plano, o impulso pela igualdade entre operários e intelectuais já é encaminhado desde seus princípios por Lenin, quando afirmou nos seus esboços de partido em *Carta a um camarada*, de 1902: “É necessário esforçar-se de modo especial para conseguir que cheguem a ser revolucionários plenamente conscientes, profissionais e que entrem no comitê o maior número possível de operários” (LENIN, 2005i, p. 140). Ou seja, o mito de que a concepção lenineana se fundamenta num punhado de intelectuais que dirigem o conjunto dos trabalhadores é verdadeiramente um mito.

O aspecto dirigente do Partido permanece, mas são os operários conscientes e a intelectualidade, tomados por iguais como membros do partido revolucionário, que atuam como dirigentes. Lenin defende que os órgãos dirigentes sejam crescentemente ocupados por operários, sobretudo aqueles mais bem inseridos na massa. Quando ele se refere ao objetivo de torná-los operários verdadeiramente conscientes, está novamente reforçando a compreensão à formação da classe-para-si pela teoria revolucionária e a ideologia socialista. Lenin recusa-se à criação de “comitês duplos”, de operários separados dos intelectuais, e dá grande valor aqueles inseridos no meio do proletariado e que conheça-os:

ele deve ser composto tanto de operários quanto de intelectuais, pois sua divisão em dois comitês é nociva. Isso é total e incondicionalmente justo. O comitê do POSDR deve ser único, e nele devem estar social-democratas plenamente conscientes, dedicados

inteiramente à ação social-democrata. É necessário esforçar-se de modo especial para conseguir que cheguem a ser revolucionários plenamente conscientes, profissionais e entrem no comitê o maior número possível de operários (ibid., p. 140).

Precisamente uma naturalização do antagonismo entre trabalho intelectual e manual é um dos aspectos mais nocivos à generalização da ideologia socialista, pois representa uma cisão hostil entre teoria e prática, o que atravancaria o processo revolucionário. Essa tendência se confirma também no que diz respeito aos organismos locais, pois Lenin (2005i, p. 141) concorda com as propostas “do camarada”, mas discorda da necessidade de um organismo próprio de discussão entre os melhores revolucionários. Ele defendia, portanto: “no que concerne à discussão, penso que tal o organismo não é absolutamente necessário. Os melhores revolucionários deverão estar todos no comitê ou em funções especiais”.

O comitê local era o espaço de unidade dos melhores revolucionários, fossem eles provenientes de qualquer camada social, ainda que tivessem um esforço maior na ampliação do número de operários conscientes. Mais tarde, em 1904, no decorrer da primeira crise fracionista no partido, quando os bolcheviques buscavam articular o seu próprio órgão central através da fundação de um novo jornal, Lenin se opõe à criação de um jornal voltado apenas aos trabalhadores, com um conteúdo rebaixado. Numa carta publicada como panfleto, Lenin (2002f, tradução nossa) afirma:

Quanto à ideia de publicar um órgão de trabalhadores (“popular”) e um órgão de orientação geral, estamos muito céticos quanto a isto; gostaríamos de ver o jornal social-democrata como o órgão de todo o movimento, para ver fundido o periódico dos trabalhadores e o periódico social-democrata. Isto só pode ser alcançado se tivermos o apoio mais ativo da classe trabalhadora.

Com essa tendência forte e bastante característica da Rússia com uma intelectualidade revolucionária numerosa ao mesmo tempo que o nascente movimento operário buscava se consolidar em condições difíceis, é muito comum que se apostassem em iniciativas desse tipo. Aliás, podemos inclusive concluir que a separação de periódicos destinados a públicos diferentes pela sua “capacidade” intelectual representava a mais cabal naturalização

da ignorância das massas operárias e da presunçosa superioridade da figura do intelectual.

Vemos a permanência da ideia de elevar¹²⁶ o proletariado ao grau de proletariado consciente sem rebaixar a socialdemocracia ao nível do operário comum. A revolução de 1905, como afirmamos, foi o caminho para que o partido saltasse para a qualidade de massas, tanto pela sua composição, quanto pela sua posição social como vanguarda. O cuidado de Lenin pela indistinção entre intelectuais e trabalhadores permaneceu também constante nesse período de transição.

Na segunda nota de rodapé de *A Reorganização do Partido*, Lenin afirma que no III Congresso ele havia sugerido que as organizações do partido respeitassem a composição com a proporção de oito trabalhadores para cada dois intelectuais, mas o salto qualitativo o fez mudar positivamente de ideia afirmando: “Como obsoleta essa sugestão parece hoje! Agora, devemos desejar que as novas organizações do Partido tenham um intelectual social-democrata para várias centenas de trabalhadores social-democratas” (LENIN, 1965c, tradução nossa).

Como vemos, foram incessantes os esforços lenineanos pela equalização do operário e do intelectual no interior do partido. Por vezes, no âmbito da produção escrita do partido, tais esforços se constituíram como verdadeiros apelos para que os operários se colocassem na condição de escritores e contribuintes do jornal do partido, desmistificando a sua posição como emigrado político e intelectual, clamando por informações vindas do interior da luta viva no coração do Império Russo.

Primeiro, tratava de desnudar que apenas os redatores oficiais poderiam contribuir, afirmando que “É um equívoco que os escritores e escritores apenas (no sentido profissional do termo) pode exitosa e plenamente contribuir para uma publicação” e apesar de continuar defendendo a permanência de escritores constantes que devem manter a produção literária regular e estável, eles precisam da contribuição de todos, por isso era vital

126 No plano literário, talvez uma das melhores retratações dessa ideia é a de Vladimir Maiakovski, eterno poeta da revolução, que escreveu em seu poema *Incompreensível para as massas*, de 1928, a seguinte afirmação desse excerto: “Chega/de chuchotar/versos para pobres./A classe condutora/também ela pode/compreender a arte./Logo:/que se eleve/a cultura do povo!/Uma só,/para todos./O livro bom/é claro/e necessário/a mim,/a vocês,/ao camponês/e ao operário” (MAIAKOVSKI, 2013, p. 126).

que “para cinco escritores líderes e regularmente contribuintes, houvessem quinhentos ou cinco mil contribuintes que não sejam escritores” (LENIN, 2002f, tradução nossa).

Lenin repudia veementemente a separação intelectual dentro do partido, estimulando todos a escrever para o jornal quando afirmava que todos os membros do partido, indistintamente deveriam tomar o Órgão Central do partido em suas mãos, tomá-lo como verdadeiramente seu, e que, para isso,

abandone de uma vez por todas o hábito burguês de pensar e agir de acordo com os papéis legalmente publicados – o hábito de sentir que: é deles o trabalho de escrever e o nosso é ler. Todos os sociais-democratas devem trabalhar para o periódico social-democrata. Pedimos a todos que contribuam, e especialmente os trabalhadores (ibid., tradução nossa).

Quando reaparece a questão da cotidianidade¹²⁷ e da necessidade de uma organização *radial* que sustentamos nos tópicos anteriores, uma organização centralizada não significa que ela seja apenas verticalizada, pois *o centro possui extremidades em todas as direções*, e tampouco podemos considerar que essa verticalização ou hierarquização tinha um fundamento intelectual, demonstrando de vez por todas que, para Lenin, jamais foi pretendido introduzir uma meritocracia intelectual que tomasse o proletariado apenas como massa de manobra.

O intento em abolir a distinção interna entre proletários e intelectuais no partido não era apenas unilateral, no sentido da elevação da consciência do proletariado a um nível intelectual, mas também na *elevação do intelectual à disciplina partidária do proletariado*. Com efeito, Lenin recuperava Kautsky também nesse aspecto, baseando-se nas suas análises sobre a postura do intelectual frente à organização partidária.

Segundo Kautsky (1946), trabalhadores e intelectuais, com seus modos de vida e sua organização própria, tinham meios de luta distintos, e isto gerava impacto sobre sua concepção de participação na luta. Para ele,

127 “Dê aos trabalhadores a mais ampla oportunidade de escrever para o nosso trabalho, escrever sobre tudo positivamente, escrever o máximo possível sobre suas vidas, interesses e trabalho diários” (LENIN, 2002f).

o intelectual “não luta pela força, mas pelo argumento. Suas armas são seu conhecimento pessoal, sua capacidade pessoal e suas convicções pessoais. Ele pode atingir uma posição apenas através de suas habilidades pessoais” (tradução nossa).

Enquanto isso, o trabalhador posto na situação de aglomeração, como afirmado por Marx, é compelido à associação e à coalizão pela sua própria natureza e sob pena de ruína e tem um modo de vida e uma ótica completamente distintos do intelectual. Para ele, “Como indivíduo isolado, o proletário não é nada. Sua força, seu progresso, suas esperanças e expectativas derivam inteiramente da organização, da ação sistemática em conjunto com seus companheiros. Ele se sente grande e forte quando faz parte de um organismo grande e forte” (ibid., tradução nossa).

O proletariado está posto nessa condição pela própria dinâmica societária capitalista que obriga o trabalho a assumir um caráter cada vez mais cooperativo, cada vez mais coletivo e cada vez mais extenso e dividido em escala societária. Essa dimensão econômica da vida proletária tem, portanto, profundos impactos na esfera da consciência, na esfera do comportamento e das cosmovisões. A organização e muitas vezes até a solidariedade¹²⁸ mútua são exigências para que o proletário consiga simplesmente sobreviver.

Por isso, segundo ele, em se tratando de disciplina, o proletário “luta com a maior devoção como parte da massa anônima, sem perspectiva de vantagem pessoal ou glória pessoal, desempenhando o seu dever em qualquer posto que lhe seja atribuído, com uma disciplina voluntária que permeia todos os seus sentimentos e pensamentos” (ibid., tradução nossa). O intelectual é, por outro lado, vaidoso e arrogante, e custa a se submeter à vontade coletiva de um organismo político tal qual o partido.

De acordo com Kautsky, “É apenas com dificuldade que ele se submete a uma parte que está subordinada ao todo, e então apenas por necessidade, não por inclinação. Ele reconhece a necessidade de disciplina apenas

128 Em *A situação da classe trabalhadora da Inglaterra*, Engels, analisando os dados referentes às instituições de caridade durante a revolução industrial e o novíssimo fenômeno do pauperismo, conseguiu concluir que mesmo com grandes instituições de caridade, ainda quem mais doava aos pobres e famintos eram os próprios pobres, os próprios proletários que, em momentos de crise e desemprego, já tinham vivenciado o que noutro momento seu companheiro trabalhador estava passando.

para as massas, não para alguns poucos. E, naturalmente, ele se considera entre os últimos” (ibid., tradução nossa).

E este é um antagonismo próprio da sociedade burguesa, o individualismo do intelectual e a abnegação do proletariado precisam ser dissolvidos no interior do partido assim que se eleve o intelectual ao nível do proletariado em termos de disciplina e de solidariedade mútua, pois esse antagonismo tem o risco de ser bastante nocivo. Segundo Kautsky, isto ocasiona que o intelectual

armado com a educação geral do nosso tempo, concebe-se como muito superior ao proletário. [...] O intelectual acha muito fácil ignorar no proletário seu igual como um companheiro lutador, a cujo lado no combate ele deve tomar seu lugar. Em vez disso, ele vê no proletário o baixo nível de desenvolvimento intelectual do último, que é tarefa do intelectual elevar. Ele vê no trabalhador não um camarada, mas um aluno. (ibid., tradução nossa).

Lenin incorpora completamente essa visão, mas transformando-a dialeticamente numa luta contra o oportunismo, contra o menchevismo que se recusava a se submeter às decisões congressuais. E toda a luta contra o oportunismo e suas diversas formas dentro e fora do partido se expressa também numa luta contra o individualismo, o que chama de “frases anarquistas”. Lenin, criticando as posturas adotadas pelos mencheviques ao término do II Congresso, afirma que

a psicologia do intelectual burguês que se considera entre os “espíritos de elite”, colocados acima da organização de massas e da disciplina de massas, surge aqui com notável clareza [...] Toda organização e disciplina parecem *servidão* ao individualismo próprio de intelectuais [...] a conduta da minoria foi uma *insubmissão* constante às decisões do congresso, uma *desorganização* do trabalho prático positivo (1982b, p. 327, grifo do autor).

Essa forma de atuação, *teoricamente* descrita por Kautsky, encontra toda a sua *concretude prática* na luta de Lenin contra o menchevismo, contra o oportunismo desorganizador dos trabalhos que mencionamos no início deste capítulo. Além disso, Lenin ampliou a elaboração kautskiana para outro nível, identificando que a capacidade de disciplina e organização

do proletário advém do que chama de “escola da fábrica”¹²⁹, que obriga os trabalhadores a se relacionarem e se organizarem socialmente para a produção.

Para ele, enquanto o feudalismo imprimia a *disciplina da força* coercitiva, baseada em um controle extraeconômico dos laços de servidão, o capitalismo criou a *disciplina econômica*, do medo de morrer de fome, mas ao mesmo tempo criou a *disciplina do trabalho comum*, que impõe a necessidade e uma organização coletiva da produção, até então desconhecida pela sociedade precedente. Cabe, então, à sociedade socialista criar a *disciplina consciente*, ou seja, a ação comprometida, organizada, coletiva e voluntária, movida pela força das ideias e das convicções, e o partido revolucionário deve ser o embrião dessa nova forma de disciplina. Esta exigia necessariamente a elevação do proletariado ao nível *consciente*, enquanto, simultaneamente, exigia do intelectual a adesão à organização coletiva, elevando-o à *disciplina* proletária.

Vemos novamente, portanto, que Lenin se apropria das conquistas tanto teóricas quanto práticas para elevar a outro grau, negando e conservando ao mesmo tempo: negando o lado explorador da fábrica, mas, conservando seu lado coletivo, ele opera no plano da práxis uma supra-assunção (*aufhebung*).

A relação entre intelectuais e proletários dentro do partido, na sua origem, também diz respeito à relação entre massas e vanguarda, mesmo que a vanguarda tenda a se proletarizar à medida que o partido cresce e elimina as diferenças entre as duas camadas. Isto porque o caminho percorrido pela consciência do seu nível espontâneo para o seu nível consciente varia de acordo com cada estrato social.

129 “Precisamente a fábrica, que a alguns parece apenas um espantalho, representa a forma superior de cooperação capitalista, que unificou e disciplinou o proletariado, o ensinou a organizar-se, o pôs à cabeça de todas as outras camadas da população trabalhadora e explorada. Precisamente o marxismo, ideologia do proletariado educado pelo capitalismo, ensinou e ensina aos intelectuais inconstantes a diferença entre o lado explorador da fábrica (disciplina baseada no medo de morrer de fome) e o seu lado organizador (disciplina baseada no trabalho em comum, unificado pelas condições em que se realiza a produção altamente desenvolvida do ponto de vista técnico). A disciplina e a organização que o intelectual tanto custam a adquirir são facilmente assimiladas pelo proletariado, justamente graças a essa ‘escola’ de fábrica. O medo mortal a essa escola, incompreensão absoluta da sua importância como elemento de organização, caracterizam precisamente a maneira de pensar que reflete as condições e existência pequeno-burguesas” (LENIN, 1982b, p. 352)

Falamos no início deste tópico que Lenin opera uma diferenciação entre os operários conscientes e as massas. Os operários conscientes representavam os membros do partido, operários socialistas conscientes dos objetivos gerais que se mantêm permanentemente na luta independente da circunstância, enquanto as massas eram tidas como a orça propulsora do movimento que daria grandes demonstrações de energia revolucionária momentânea, mas que tendia a arrefecer, voltando ao âmbito da vida privada logo depois. Nessa dialética entre o consciente e o espontâneo, temos que analisar como cada uma dessas parcelas se relaciona com os aspectos da consciência propriamente dita.

Já falamos ao final do capítulo anterior que Lenin valorizava significativamente a experiência como momento de maior aprendizado das massas. Não obstante, não se trata de qualquer experiência, nem da experiência de aspectos técnico-práticos, mas da experiência de momentos de luta, sejam eles revolucionários ou não. As massas aprendem, sobretudo, através da ação quando se confrontam com as relações de classe completamente despidas do nevoeiro ideológico pela qual são omitidas nos tempos de monotonia. Mandel, em especial, procede numa sistematização bastante interessante sobre esse tema. Segundo ele, no que concerne às experiências práticas, a vanguarda

esforça-se para cristalizar e reforçar a consciência de classe elementar nascida do conflito editando um jornal operário e organizando círculos de formação operária. Constitui, por este fato, o momento de continuidade face a ação das massas, necessariamente descontínua, o momento de consciência face ao movimento de massas que é em si espontâneo. (MANDEL, 1979, p. 25).

Portanto, a vanguarda cumpre, inicialmente, o seu papel na medida em que relaciona o conhecimento teórico do socialismo-científico com a experiência prática da ação espontânea das massas. No entanto, “cristalizar” a consciência não é um termo exatamente adequado, implicando a estagnação de um processo que é absolutamente dinâmico e vivo (que pode retroceder). Para nós, trata-se da *metabolização* da experiência na forma de consciência, a sua *sintetização* entre a publicidade socialista e a experiência ativa das lutas; estas seriam expressões mais coerentes.

A cristalização soa como se as massas conseguissem absorver toda a experiência prática e imediatamente convertê-las completamente em consciência revolucionária. A metabolização, por outro lado, parece-nos mais correta, pois a consciência para se manter em um estágio avançado precisa ser constantemente realimentada, digerindo experiência e aproveitando toda literatura e conhecimentos possíveis para que consiga se manter viva e ativa. Para Mandel, a consciência vida da luta imediata

é uma *consciência empírico-pragmática* quem evidentemente, pode fecundar a ação, mas que se situa aquém da consciência teórica. A organização revolucionária de vanguarda só pode consolidar esse conhecimento na condição de procurar por seu lado a ligação com a prática da luta de classes, quer dizer, submeter a teoria à dura prova da confirmação prática. (ibid., p. 25-26)

Ou seja, enquanto a vanguarda fundamenta a sua consciência na teoria, no estudo teórico-ideológico do socialismo-científico, ela também só pode aperfeiçoar e calibrar essa consciência teórica em contato com pedregosidade da prática, sob o risco de se tornar infértil e impotente quando desligada das lutas concretas.

As massas, em contrapartida, estabelecem a sua consciência na ação rompanete da luta de classes momentânea e imediata que desfaz o véu da sociedade burguesa, demonstrando pelo aspecto empírico toda a sua fisionomia, mas só pode conhecer a feição mais íntima dessa sociedade enquanto sua experiência é metabolizada e interpretada¹³⁰ pela carga teórico-ideológica da vanguarda. Enquanto isoladas, essas duas partes do movimento

130 No II Congresso do POSDR em 1903, uma das discussões sobre o caráter do partido marcou o uso do termo “intérprete consciente” para designar a função de tal organização de revolucionários. Essa discussão pode ser observada pela ótica lenineana particularmente em *Um passo*. Embora Lenin (1982b, p. 267, grifo do autor) não tenha sido o autor da expressão, ele a usou para criticar os partidários da tese martovista de que qualquer um que se auto intitulasse social-democrata poderia ser considerado membro do partido, afirmando que “O nosso partido é o intérprete consciente de um processo inconsciente. Exatamente. E é exatamente por isso que é errado querer que ‘qualquer grevista’ possa intitular-se membro do partido, porque, se ‘qualquer greve’ não fosse simplesmente a expressão espontânea de um poderoso instinto de classe e de luta de classes que conduz inevitavelmente à revolução social, mas fosse uma *expressão consciente* deste processo, então... então a greve geral não seria uma frase anarquista, então o nosso partido *englobaria* imediatamente, de uma vez só, toda a classe operária e, por consequência, acabaria também, de uma vez só, com *toda a sociedade burguesa*. Para ser *verdadeiramente* um

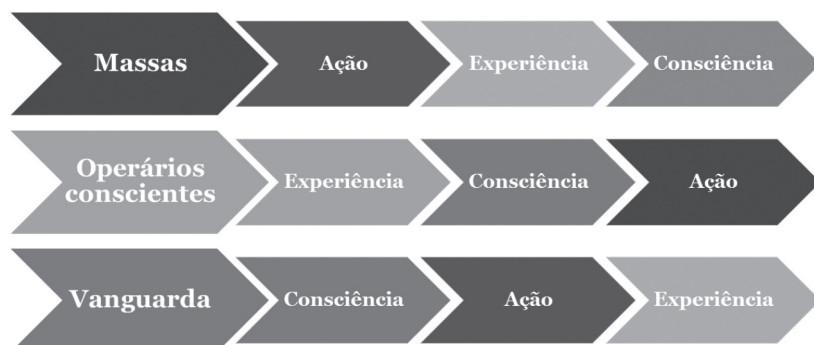
proletário tendem a se anular. É só quando verdadeiramente relacionados que ambos tendem a caminhar sincrônica e positivamente.

Mas, para além desses dois elementos que se relacionam, Mandel ainda menciona um terceiro, intermediário, que chama de “trabalhadores avançados”, aqueles cuja experiência de luta já foi suficiente para a adesão ideológica ao partido. Gramsci (2005) chamava esse setor de homens médios. Podemos considerar, portanto, que eles em alguma medida coincidem com a designação lenineana de “operários conscientes”, como os membros do partido, em especial aqueles que não se encontram dentro dos organismos centrais do partido.

Mandel, então, produziu um esquema tentando representar graficamente como se opera a passagem de consciência de todas essas partes do movimento, que buscamos reproduzir adaptando esteticamente através da figura que segue:

intérprete consciente, o partido deve saber estabelecer relações de organização que *assegurem um certo nível* de consciência e elevem sistematicamente esse nível”.

Figura 3 – Esquema do processo de passagem de consciência



Fonte: Baseado e adaptado do esquema de Mandel (1979, p. 26).

Como vemos, o esquema de Mandel parece ser demasiado linear, mas, na verdade, ele consegue dar um parâmetro geral do processo e da diferença dos pontos de partida entre as várias camadas do proletariado diferenciadas primariamente e sobretudo no plano ideológico de consciência. Enquanto as massas partem da ação, adquirem a experiência empírica das lutas, e quando postas em contato com a vanguarda e com o partido, podem adquirir consciência proveniente de suas experiências.

Os elementos intermediários são os operários já experimentados da luta que, em contato com a vanguarda, elevam sua consciência e são postos em ação por ela, buscando dirigir o movimento. A vanguarda, inversamente, parte da sua consciência teórica, e quando parte para a ação e se liga a ela, adquire a experiência, lapida sua elaboração teórica e lhe dá mais profundidade, tornando-a mais verossímil.

Lenin já em *Que fazer?* confirmara isto quando, sem negar o movimento espontâneo, afirmou que não cabia ao partido a simples contemplação do movimento de massas, convocando a socialdemocracia a um papel ativo de dirigentes do movimento que buscasse superar a simples espontaneidade. Segundo ele, quanto maior for o “ascenso espontâneo do movimento das massas, quanto mais amplo se tornar o movimento, incomparavelmente maior é a rapidez com que aumenta a necessidade de uma elevada consciência, tanto no trabalho teórico da social-democracia, quanto no político e no de organização” (LENIN, 2010b, p. 115).

Percebemos a postura profundamente ativa de Lenin quando considera o movimento de massas, bastante diferente de Kautsky, por exemplo, e distinta de Rosa Luxemburgo, quem procura muito mais enaltecer os movimentos espontâneos dados como suficientes do que lhes imprimir uma direção socialista. Efetivamente, o combate de Lenin em *Que fazer?* e em *Um passo* não foi contra o movimento de massa, querendo decepá-lo de sua autonomia num aparelhamento, mas sim contra as tendências do POSDR, que se encontravam na rabeira do movimento, buscando nobilitar¹³¹ o espontaneísmo para justificar a sua própria incapacidade ou indisposição em levar a luta até suas últimas consequências.

Logo, mesmo aqueles que no discurso aparentavam ser os mais radicais defendendo as explosões espontâneas da luta, na verdade se constituíram, mais tarde, nos elementos mais recuados do processo revolucionário russo, dividindo trincheiras com a burguesia russa em 1917. Essa compreensão, do combate ao culto e ao espontaneísmo, fica evidente na seguinte passagem:

Não há dúvida de que o movimento de massas é um fenômeno de maior importância. Mas a questão está em saber como interpretar a “determinação das tarefas” por esse movimento de massa. Pode ser interpretada de duas maneiras: *ou* no sentido do culto da espontaneidade desse movimento, isto é, reduzindo o papel da social-democracia ao simples servidor do movimento operário [...] *ou* no sentido de que o movimento de massas nos coloca *novas* tarefas teóricas, políticas e de organização, muito mais complexas do que aquelas com que nos podíamos contentar no período anterior ao surgimento do movimento de massas (LENIN, 2010b, p. 107-108, grifo do autor).

131 Lenin em *Que fazer?* afirma que “os revolucionários *atrasaram-se* em relação a esse movimento ascensional tanto nas suas ‘teorias’ quanto na sua atividade, não conseguiram criar uma organização permanente que funcionasse sem a solução de continuidade, capaz de *dirigir* todo o movimento”. (LENIN, 2010b, p. 115-116). O que nos faz pensar que, embora reconhecessem os elementos economistas do movimento social-democrata, buscavam propositalmente adiar a tarefa da constituição do partido e da colocação da luta política em primeiro plano. Ele não deixa de atribuir a culpa também a si próprio, generalizando que todos os revolucionários estavam defasados em relação ao movimento espontâneo de massas, dando uma sinalização de postura autocrítica.

Isto fica particularmente evidente no texto *As Lições da Insurreição de Moscovo*, cujo intuito foi de sistematizar os aprendizados práticos e teóricos, particularmente da campanha militar guerrilheira perpetrada em dezembro de 1905 pelos operários insurrectos. Falando sobre o tema, Lenin observava que o proletariado sentiu a necessidade de passar da greve de massas à insurreição antes mesmo de essa necessidade ter se apresentado entre os dirigentes teórico-políticos do partido, e concluía que: “A prática como sempre, precedeu a teoria” (1982h, p. 474).

O que demonstra de forma cabal a concepção lenineana da prioridade objetiva na práxis humana, ao mesmo tempo que reforça a nossa argumentação da capacidade *metabólica* do partido em razão das experiências adquiridas pela prática concreta, fornecendo novíssimo material para as reelaborações teórico-políticas. Essa relação se estabelece no nível organizacional e no plano ideológico, como afirma Lukács (2012, p. 52): “Pois a atividade consciente do partido repousa sobre um conhecimento claro da necessidade objetiva do desenvolvimento econômico; sua rígida estrutura organizacional vive em interação permanente e fértil com as lutas e padecimentos básicos das massas”. Em tempos de intensificação da luta de classes, o Partido precisa acelerar a formação de novos dirigentes advindos de dentro das camadas do proletariado experimentado, na medida em que a própria experiência é mais intensa e o tempo de formação e treinamento dos quadros é reduzido.

É por isso que Lenin, no auge da revolução de 1905, insuflava seus camaradas para que acelerassem o recrutamento e a formação dos novos membros do partido, e em *Novas Tarefas e Novas Forças* instilava-os à audácia revolucionária com as mesmas analogias militares, pois, “Em tempo de guerra, os recrutas devem obter suas lições de treinamento diretamente das operações militares. Então, enfrentar os novos métodos de formação com mais ousadia, camaradas!” (LENIN, 1962f), porém, permanecendo novamente fiel à sua linha política mais dura de temperamento bolchevique, porque “não se trata de relaxar a exigência social-democrata e a nossa intransigência ortodoxa, mas de nos fortalecer de novas formas, por novos métodos de formação” (ibid., tradução nossa).

Para concluir este tópico, assim como este capítulo, restam apenas mais algumas observações, de forma a recuperar algumas das conclusões que já apresentamos no decorrer do desenvolvimento.

Primeiro, é fato que faz parte da concepção lenineana, assim como em Kautsky e Rosa, o reconhecimento de que a história se move de maneira causal, ou seja, pelo movimento espontâneo da realidade social, e no capitalismo, em particular, pelas próprias contradições inerentes ao sistema do capital que, mesmo durante tempos de relativa prosperidade, gestam as contradições econômicas, sociais e políticas que desembocam em grandes demonstrações da luta de classes espontânea. Este é, porém, o lado do desenvolvimento automático da luta de classes.

Relembrando Herzen, um dos pioneiros do revolucionarismo russo do século XIX, que havia cunhado os terroristas de *A Vontade do Povo* de “Jovens pilotos da futura tempestade”, Lenin corrige sua afirmação dizendo que, na verdade, “A tempestade é o movimento das próprias massas” (1982i, p. 490). Enquanto as tempestades se formavam, Lenin buscava constituir os verdadeiros pilotos da tempestade futura, a partir dos revolucionários mais experimentados, e principalmente aqueles que foram *temperados* pelas precipitações de luta cotidianas como pelas tempestades passadas. Kautsky se contentava em contemplar a formação das tempestades, atestando a sua inevitabilidade e o seu suposto êxito certo, pouco se preocupando com o que fazer quando ela chegasse. Para ele, partido e massa são quase entes alheios.

Para Rosa Luxemburgo, o Partido seria forjado na própria tempestade, no seu curso mesmo. Com efeito, quando a tempestade chegou na Alemanha, o partido de Rosa não conseguiu conduzi-la. Pelo contrário, procurou contê-la até que sossegasse através da traição mais fúnebre do início do século XX, com o consentimento de Kautsky. Traída, Rosa não conseguiu forjar em pouco tempo o partido, os pilotos da tempestade, nela mesma.

É isso que leva Lukács (2012, p. 52, grifo do autor) a afirmar que “*A função do partido na preparação da revolução faz dele, ao mesmo tempo e com a mesma intensidade, produtor e produto, pressuposto e resultado dos movimentos revolucionários de massa*”.

A história do Partido revolucionário de novo tipo é a da autoformação do partido, o organismo que faz parte do movimento próprio do fluxo objetivo natural da história e da luta de classes, mas que também se forja, tempera-se e se depura ele próprio, por sua iniciativa mais consciente das necessidades concretas de cada momento. É por isso que, diante de seus adversários, conforme Lukács argumenta, o partido em Lenin representou

“o mais radical rompimento com a vulgarização mecanicista e fatalista do marxismo. Ele é a efetivação prática de sua essência legítima, de sua mais profunda tendência” (LUKÁCS, 2012, p. 57). Ele é a superação dialética do seu tempo, que conseguiu negar, conservar e combinar as melhores contribuições do seu tempo no âmbito da política, produzindo algo novo e inédito do ponto de vista histórico. Segundo Lukács, o Partido é:

a face visível da consciência de classe do proletariado. E a questão de sua organização é decidida pelo modo como o proletariado alcança de fato sua própria consciência de classe e a torna plenamente sua. Que isso não ocorre por si só, pelo desenvolvimento mecânico das forças econômicas da produção capitalista, e tampouco pelo simples crescimento orgânico da espontaneidade das massas, deve ser admitido por todo aquele que não nega incondicionalmente a função revolucionária do partido. (ibid., p. 48).

Esta é, portanto, uma questão decisiva para a compreensão do Partido de vanguarda. O problema da consciência de classe e da ideologia nas suas formas políticas assume um pano de fundo essencialmente filosófico que precisa ser explorado. Lenin combatia os seus adversários políticos que afirmavam que a consciência de classe do proletariado surgiria espontaneamente, ou pela via do próprio desenvolvimento capitalista ou pelas próprias lutas imediatas e espontâneas.

É nessa questão que reside a *universalidade do partido em Lenin*, pois qualquer um que concorde que a consciência não emerge automaticamente no proletariado chegará à conclusão da necessidade de um elemento ativo, avançado, resumindo, concordará com ideia de que é necessária uma vanguarda revolucionária que guie, oriente e forneça os seus mais preparados combatentes para todas as batalhas.

Mas que ao mesmo tempo esteja profundamente ligada às massas, que cadencie os seus passos, mesmo à frente, de acordo com o caminhar das massas, que se alimente das suas experiências, das suas angústias, das suas vitórias e das suas derrotas, produzindo sempre novas previsões, novas táticas, métodos inovadores, e inspire maior confiança.

IV

A QUEBRA DO ELO MAIS FRACO DA CORRENTE: A CRISE REVOLUCIONÁRIA

Neste capítulo, vamos abordar o conceito de *crise revolucionária*, cuja concretude foi lançada em especial durante a Revolução de 1917. Veremos que através disto Lenin rompe decisivamente com o fatalismo kautskiano da inevitabilidade da revolução, ao mesmo tempo que supera o voluntarismo e a confiança abstrata nas ações espontâneas de massa de Rosa Luxemburgo.

Nos capítulos precedentes, vimos que a concepção lenineana de partido se relaciona umbilicalmente com a estratégia de revolução e se alimenta dela precisamente porque não permanece estanque e passiva diante do desenvolvimento da luta de classes. A revolução democrática que livraria a Rússia do regime czarista e abriria um novo campo de batalha pelo poder entre proletariado e burguesia era a primeira tarefa política da atrasada Rússia, e justamente pela sua posição retardada em comparação com o ocidente europeu, impunha o protagonismo proletário diante da vacilação e covardia burguesa.

Essa estratégia é o que define a substância proletária do partido, situando o proletariado como o sujeito revolucionário central, localizando o campesinato pobre e sua condição de pequeno proprietário na posição de aliado prioritário para a revolução democrática. Procura permanentemente elevar o nível de consciência das massas através do trabalho de propaganda e agitação conciso, estável e constante por parte do partido, enquanto vanguarda revolucionária. Diante da imprevisibilidade causal dos acontecimentos que levam ao acirramento da luta de classes, o partido deve estar sempre preparado para lutar em condições distintas, por vezes inteiramente novas, nutrindo, portanto, a elasticidade tática, enquanto simultaneamente deve ser intransigente com seus princípios revolucionários.

Nessas condições, o Partido inicialmente composto apenas por “revolucionários profissionais” deve estar *pronto* para mudar qualitativamente para sua versão “massiva”, sem perder a sua fidelidade aos princípios conquanto tempere os novos quadros ingressantes na forja da experiência acumulada. O Partido, portanto, aprende com as massas, incorpora a perícia das lutas cotidianas, mas também as ensina, pois lapida a sua experiência com o cinzel teórico-político do seu programa, da sua estratégia, dos princípios e táticas.

Esta é, porém, a súpula do partido em condições essenciais e cotidianas: ou seja, enquanto ainda não é possível a tomada revolucionária do poder. A grande questão da *crise revolucionária* se põe com particular flagrante quando a luta de classes se acirra no ponto de que a luta cotidiana transcende os limites da ordem burguesa ao ponto de colocá-la em xeque. Concretamente, essa condição apareceu na Rússia durante a 1ª Guerra Mundial.

DISTINÇÕES HISTÓRICAS NA INTERPRETAÇÃO DO IMPERIALISMO, DO CAPITALISMO MONOPOLISTA E DO MILITARISMO

A Guerra Mundial que arrebatou o mundo no início da segunda década do século XX não surgiu naturalmente. Segundo Fresu (2016, p. 80), ela foi o sintoma da “irrupção de uma profunda ‘crise geral’ da economia, entre os anos 1900 e 1907”. Esta crise, porém, passou longe de se afirmar como mais uma crise cíclica do capital tal qual os anos precedentes. Ela

ocorreu num novo período de desenvolvimento do capitalismo, aquilo que muitos teóricos cunharam de *imperialismo*.

Não obstante, a teoria do imperialismo se caracterizava por grande heterogeneidade entre a intelectualidade marxista da época, além de contar com outros óbices como o militarismo, as contradições nacionais, a auto-determinação dos povos, os monopólios e as crises, que giraram em torno dessa questão quase inédita. Para além da obra *Imperialismo: fase superior do capitalismo* de Lenin publicada em 1917, as principais elaborações sobre o tema da época foram as de Rudolf Hilferding e seu livro *Capital financeiro: um estudo da última fase do capitalismo*, de 1910, *Acumulação de Capital*, que Rosa Luxemburgo publicou em 1913, os artigos¹³² de Kautsky escritos entre 1911 e 1914, e de Edward Bernstein¹³³ *Patriotismo, Militarismo e Social-democracia*, publicado em 1907, de Nikolai Bukharin *Rumo a uma teoria do Estado Imperialista*, publicado em 1915, e sua obra *Imperialismo e Economia Mundial*, publicado em 1917.

Naturalmente, como não é o interesse central deste trabalho, dispensamos incursões teóricas prolongadas nas elaborações científico-econômicas desses autores, privilegiando os reflexos políticos mais importantes para conseguirmos traçar um panorama relativamente mais nítido do contexto da época. Isto se faz necessário para que possamos demonstrar o que comungam e o que discordam os mais importantes teóricos da época diante da guerra que se aproximava, tentando extrair daí *a singularidade lenineana*.

O artigo de Kautsky publicado em 1911 intitulado *Capital Financeiros e as Crises* buscava resenhar criticamente o livro de Hilferding sobre o capital financeiro, alçando-o ao status de continuação de *O Capital* de Marx, já algumas décadas envelhecido.

A grande transformação qualitativa do capitalismo naquele período era o encerramento do estágio concorrencial para a assunção do capitalismo de caráter monopolista, criando novas esferas de contradição. A fusão

132 Sobretudo, *Ultra-imperialismo, Preparações para a Paz, Imperialismo e a Guerra*, de 1914, e de 1912 *O Primeiro de Maio e a luta contra o Militarismo*. Em 1911 temos o *Capital Financeiro e as Crises*.

133 Infelizmente não tivemos acesso a outros artigos do autor mais próximos ao contexto da guerra e tivemos-nos de contentar com este em especial, mas que de certa forma é suficiente para termos como análise.

do capital industrial (produtivo) e do capital bancário (usurário) através do sistema de participações (a divisão dos monopólios em ações sendo propriedade de uma rede de acionistas anônimos, as chamadas “sociedades anônimas”), bem como o estabelecimento dos trustes e dos cartéis, criaram novas modalidades de extração de lucros para além da esfera produtiva caracterizada pela extração de mais-valia do trabalho vivo.

Essas esferas se encontram por vezes na coação, no domínio monopólico de grandes parcelas do mercado, bem como o estabelecimento dos chamados superlucros. Segundo Kautsky (2000, tradução nossa), “as formas que o capital assume mudam muito mais rapidamente pela influência do processo de circulação do que pela produção”. Ele declara, portanto, que na etapa do capital financeiro “O capitalista não só pode ganhar à custa dos trabalhadores, mas também à custa do que seu capital confere; [...] pode-se enriquecer muito mais rápido ao saquear os grandes ladrões do que simplesmente saquear os saqueados” (ibid., tradução nossa).

Nesse quesito, Kautsky parece conferir autonomia ao processo de circulação como se este se descolasse do processo produtivo. Mesmo alertando que “os processos de circulação e de produção estão em constante ação recíproca” (ibid., tradução nossa), essa compreensão tem implicações diretas na infusão política das noções teóricas de fundo.

Um dos problemas mais importantes da época imperialista era sem dúvida a agressividade colonialista que as maiores potências capitalistas mantinham. Este também é tema importante das elaborações de Kautsky, denunciando em seu artigo *O Primeiro de Maio e a luta contra o Militarismo* (1912)¹³⁴ as várias incursões colonialistas da época.

Como resultado disto, o que se via era o crescimento estupendo dos gastos militares e preparação para operações guerreiras. Estamos falando do contexto europeu às vésperas da guerra mundial que mudou completamente o paradigma estabelecido de conflitos militares que envolveu setenta países e deixou 10 milhões de mortos e 20 milhões de feridos. Kautsky (s.d.a) nutria, então, uma posição pelo desarmamento, contra o militarismo, afirmando taxativamente “Que o proletariado é a única classe, a

134 O domínio italiano de Trípoli (Líbia), as rapinas francesas e espanholas no Marrocos, o ataque da Rússia na Pérsia e Mongólia, as aventuras da Áustria na Bósnia, a guerra entre EUA e México que resultou na anexação de boa parte do território.

Social-democracia, o único partido que, em todas as circunstâncias, lutará mais energicamente com garras e dentes pela paz do mundo e tomará o militarismo pela garganta, tornou-se um lugar comum. Não há outra opinião em nosso Partido sobre isso” (tradução nossa).

Como sabemos, as previsões de Kautsky se mostraram tão frouxas quanto sua fidelidade política ao internacionalismo proletário, como veremos adiante. Mas o que mais nos interessa aqui é o processo que desencadeia tais resultados prático-políticos. A grande questão posta por Kautsky (ibid.) era qual a forma prática mais adequada de se lutar contra o militarismo, opondo duas táticas distintas: O desarmamento do exército permanente e a formação de forças armadas civis. Para ele “Essas duas exigências não são contraditórias em cada extremo Podemos pressionar tanto para um como para o outro” (ibid., tradução nossa).

Afirmava ele que “a Internacional sempre lutou pelo desarmamento”, o método utilizado continha contradições, porque os partidos socialdemocratas que conquistassem o desarmamento de seus países iam ficar vulneráveis a seus vizinhos belicosos. Para ele, enquanto a criação do armamento civil era uma reivindicação essencialmente política para fortalecer o poder das massas, a luta pelo desarmamento do Estado repousava sob a necessidade econômica de resguardar o fundo público para elevar as condições de vida da população.

É nessa questão em que se atrelam, na ótica de Kautsky, os problemas do militarismo e da política colonial. Pois “A extensão do mercado é uma necessidade de vida para o capitalismo. Numa certa fase do seu desenvolvimento, a maneira mais fácil de conseguir isto parece ser obter colônias e esferas de influência, e isso leva à competição nos armamentos” (ibid., tradução nossa).

Até aí nos parece que o intelectual alemão apenas estendeu compreensões daquilo que já poderia ser observado como obviedade. Mas a degeneração de Kautsky se afirma de maneira muito discreta e exporta por contrabando uma compreensão vivamente reformista e conciliadora com os interesses guerreiros, imperialistas e colonialistas. Isto fica transparente na sua afirmação de que “A competição nos armamentos depende de causas econômicas, não de uma necessidade econômica. Sua cessação não é de modo algum uma impossibilidade econômica” (ibid.).

Ele advoga abertamente pela possibilidade do capitalismo livre de contradições nacionais expressas pela competição belicista entre os países. Neste texto de 1912 em particular, já encontramos expressões que indicam a tese kautskiana da coexistência pacífica dos grandes monopólios capitalistas que será consagrada na tese do *Ultra-imperialismo*, pois, para ele: “A concorrência aparentemente natural cessa; o cartel, o truste, desenvolve, e com isso os participantes prosperam muito melhor do que eles fizeram sob a luta destrutiva da livre concorrência” (ibid., tradução nossa).

A posição de Kautsky era que a socialdemocracia devia pregar o desarmamento combinado à exigência de que os Estados capitalistas entrassem em acordos mútuos. Assim como os grandes monopólios estabeleciam, por vezes, acordos geradores de trustes e cartéis, ele acreditava que fosse possível tal realização em nível estatal. Em outras palavras, para que fique cristalina a degradação do líder socialista que outrora foi o guardião ortodoxo do marxismo, agora pregava a partilha colonial do mundo pelas grandes potências de forma harmônica e pacífica, garantindo mútuos benefícios da política predatória para todos os Estados associados na rapina dos povos.

Tal compreensão fica patente na seguinte afirmação:

Assim também os capitalistas da Alemanha e da Inglaterra não perderiam nada se ambos os lados chegassem a um acordo entre si em relação à sua política externa, e então diminuíssem seus armamentos. Ambos os Estados combinados poderiam conseguir que todos os outros Estados – em todo o caso na Europa – se unissem ao seu acordo e ao seu desarmamento, e os seus capitalistas pudessem então, de forma muito mais enérgica e livre do que até aqui, abrir toda a extensão, até o Hemisfério Oriental, para si próprios (ibid., tradução nossa).

Kautsky, portanto, mantinha posição conciliadora¹³⁵ frente ao crescimento do chamado social-chauvinismo dentro dos partidos social-democratas nos anos de preparação para a guerra. O que não reduz, porém, a

135 Como um dos sintomas dessa posição conciliadora, Lenin descreve a postura kautskista que “A fim de salvar a unidade, Kautsky procura convencer a maioria no Reichstag a autorizar a minoria a pronunciar alguns discursos parlamentares radicais. Isto significa que Kautsky quer, por meio de alguns discursos parlamentares radicais, reconciliar as massas revolucionárias com os oportunistas, que ‘nada têm de comum’ com a revolução, que já há muito dirigem os

justeza da alcunha lenineana, que mais tarde, em 1918, chamou-o de “renegado Kautsky”. A posição kautskiana, depois de inviabilizada sua primeira elaboração tática com o desencadear da guerra, porém, não tende a melhorar, ao contrário, a degeneração é absoluta.

De defensor do desarmamento, Kautsky (1914a) passa a defender o que chama de “paz vantajosa”. No artigo *Preparações para a Paz*, de outubro de 1914, revestido de um invólucro grosseiramente pacifista, o líder socialista alemão defende que a carnificina imperialista deveria ser levada até o alcance da “paz vantajosa”. Segundo ele: “A guerra é levada adiante não para ganhar uma vitória, mas para obter uma paz vantajosa” (s.d.b., tradução nossa), aderindo conscientemente aos interesses imperialistas na obtenção de vantagens comerciais para sua burguesia nacional.

Para Kautsky, uma “paz que só significasse uma trégua seria absolutamente prejudicial” (ibid., tradução nossa). Isto significa que uma paz sem anexações de territórios, sem rapina dos povos, sem espólios de guerra é custosa e constituiu um prejuízo. Através de conceitos abstratos como “desenvolvimento histórico”, Kautsky buscava justificar sua posição guerreira de semelhante às atuais “exportações de liberdade” perpetradas pelos EUA em sua agressividade permanente contra povos soberanos, como se a nação alemã levasse o “desenvolvimento histórico” do proletariado que apoiava seu governo imperialista para levar a “democracia” aos outros povos.

Para Kautsky, a paz pela trégua seria usada “por cada nação para acumular novos armamentos. Qualquer cura econômica das feridas feitas pela guerra seria tornada impossível”. Isto significa a defesa descarada de que a paz só poderia ser alcançada quando um dos lados estivesse dominado, subjugado e esmagado, para então a “cura econômica” pelo espólio possa ser realizada, subtraindo as riquezas dos derrotados para os vencedores.

Em *Imperialismo e a Guerra* (2002), Kautsky não abre mão de predicar a associação dos capitalistas em torno de uma paz lucrativa para todos, pois a guerra prejudicaria os negócios comuns. Dessa forma, para ele, a “indústria capitalista é ameaçada pelos conflitos entre os vários governos”.

A sua descompostura como revolucionário chegou a níveis bárbaros quando afirma que “Todo capitalista visionário deve convocar seus

sindicatos e que agora, apoiando-se na sua estreita aliança com a burguesia e com o governo, se apoderaram também da direção do partido” (LENIN, 2003).

associados: Capitalistas de todas os países, uni-vos!”, quando chegou à escandalosa adulteração do marxismo até mesmo pelas suas palavras de ordem, buscando putrefazer o internacionalismo proletário pelo direito internacional dos capitalistas em saquear os povos mais fracos economicamente.

Enquanto escrevia esse artigo, a guerra não havia ainda eclodido, ao que indica quando afirma que foi “surpreendido” pelo ultimado do Império Austro-Húngaro contra a Sérvia, o que desencadeou o conflito mundial. Antes, Kautsky chegava à conclusão de que estavam prestes a vivenciar o limiar de “uma fase marcada pela transferência de métodos dos trustes para a política internacional, uma espécie de superimperialismo” (ibid., tradução nossa).

Ou seja, acreditava piamente no estabelecimento de acordos entre os Estados imperialistas que pudessem deter a guerra. Como sua análise se concluiu falida, foi obrigado a se esconder atrás de outras razões, creditando a guerra às causas de natureza mais cultural pelo nacionalismo do que pelo fundo econômico. Ele estava crédulo que a economia iria propiciar um tipo de Estado internacional imperialista quando afirma que: “do ponto de vista puramente econômico, não há nada que o impeça de resultar numa Santa Aliança de imperialistas” (ibid., tradução nossa).

Mas a maior expressão do fracasso das previsões de Kautsky no que diz respeito ao desenvolvimento do imperialismo e da guerra é o seu artigo quando já elabora de forma mais acabada a ideia que demonstramos no artigo anterior, rotulando-a de “ultra-imperialismo”.

Redigido algumas semanas antes do desencadear da guerra e publicado em setembro de 1914, esse artigo de Kautsky (1914b) era uma repetição dos mesmos argumentos com a adição do conceito de ultraimperialismo, mas que o conteúdo não diferia em absolutamente nada. Kautsky reafirmava que “A guerra mundial não ocorreu porque o imperialismo era uma necessidade para a Áustria” (s.d.c., tradução nossa).

Isto porque, para ele, a postura imperialista só poderia ser emanada de um país por “um Estado internamente homogêneo que atribui a si zonas agrárias muito abaixo dela culturalmente” (ibid., tradução nossa), ignorando completamente a compreensão marxiana de que o Estado, por sua própria natureza, enquanto órgão de dominação de classe, é sempre ficticiamente homogêneo, pois é a falsa universalização da heterogeneidade presente na sociedade de classes.

A heterogeneidade da sociedade de classes era representada, no ocidente europeu, pela república parlamentar, que segundo Marx era a mais refinada forma de dominação da burguesia, podendo representar todas as suas frações num só órgão. Obviamente, ainda que com tendências monopolistas, enquanto não exista um capital internacional minimamente homogêneo, é impossível erguer a superestrutura correspondente.

Kautsky baseava sua teoria do ultraimperialismo justamente nessa possibilidade, de que o sistema de trustes e cartéis poderia ter reflexos superestruturais, criando a “Santa Aliança Imperialista”, mas esses mesmos trustes e cartéis típicos dos monopólios capitalistas, oriundos de fronteiras nacionais e de suas burguesias correspondentes, competiam *entre si* pelo privilégio de exportar capital e importar matéria-prima de outros países, e justamente por essa competição é que ataçavam os Estados nacionais para os intentos guerreiros porquanto eram dominados por eles.

Embora esse debate econômico não seja o centro de nossa investigação, é preciso registrar que o erro de Kautsky tem fundamento na sua valorização exagerada dos meios de circulação, enquanto a contradição fundamental, mesmo no estágio imperialista do capitalismo, encontra-se precisamente na luta dos grandes capitais pelo direito de exportação para os países periféricos.

A dominação imperialista difere qualitativamente do espólio tradicional entre as civilizações, tanto no primeiro colonialismo, como nos impérios das civilizações antigas, pois ela opera pela exportação de capital, que aflui dos países centrais para os países periféricos. Sendo, portanto, a exploração direta do excedente gerado da produção, e não apenas na circulação, ainda que a venda de bens manufaturados e matéria-prima seja sintoma de desigualdades internacionais.

Kautsky, dessa forma, contradiz a sua própria afirmativa quando diz que “o monopólio cria concorrência e monopólio da concorrência” (ibid., tradução nossa), pois há concorrência entre os monopólios na raiz do fenômeno do imperialismo. Para sustentar o fim da guerra baseado em tratados de nível interestatal, seria necessário ter como premissa e justificativa o fim absoluto da concorrência. O que não ocorreu até os dias atuais¹³⁶,

136 Apenas para provocar questionamento e reflexão sobre a atualidade desse debate, podemos observar que os apelos “nacionalistas” de Donald Trump não podem ser considerados des-

pois a concorrência dominada pelos monopólios permanece uma constante. Kautsky, além de ter tido sua ousada teoria refutada pela carnificina da 1ª Guerra, correu o risco de presenciar mais um notável fracasso do seu conceito caso não tivesse falecido um ano antes da eclosão da 2ª Guerra Mundial.

Bernstein, desde o final do século XIX, foi o bastião do revisionismo e do reformismo no interior da socialdemocracia alemã e, por consequência, internacional. Não era de se espantar que, no que tange aos problemas da guerra e dos conflitos interimperialistas, ele também tivesse tomado posições dessa natureza.

Em seu texto *Patriotismo, Militarismo e Social-Democracia*, cujo debate gira em torno do militarismo alemão frente a ameaças de invasão estrangeira, publicado em 1907, Bernstein já lançava as sementes que germinariam no chamado “social-chauvinismo” ou “social-patriotismo” da social-democracia de seu país e na Internacional. Para ele, os Estados nacionais “são atualmente necessários e de grande importância para o desenvolvimento humano” (BERNSTEIN, 2010, tradução nossa).

Como de costume, via na democracia e na colaboração de classes para o aperfeiçoamento do Estado burguês a condição necessária para o seu chamado “socialismo evolucionista”. Dessa forma, pleiteia a defesa dos particularismos nacionais e seus Estados como necessários para o desenvolvimento de uma “cidadania mundial”. Sustenta Bernstein que “A cidadania mundial, essa conquista gloriosa da civilização, se a relação com tarefas nacionais e deveres racionais estivessem faltando, tornar-se-ia um parasitismo flácido sem caráter” (ibid., tradução nossa).

colados de sua política econômica “protecionista”. Trump teve como mote de sua campanha presidencial que o levou a vitória a valorização da indústria nacional americana em detrimento dos produtos importados, particularmente da China. Resta saber se os apoios dos monopólios estadunidenses serão suficientes para sustentar seu protecionismo em contraposição ao capital também estadunidense que tem sua produção localizada em território chinês e que depois retorna aos EUA. Igualmente, a União Europeia, o bloco político e econômico mais estável da história da Europa, já começou a dar sinais de erosão com a saída da Grã-Bretanha. Ao mesmo tempo, a multiplicação dos movimentos de cunho “nacionalistas” e de extrema-direita tem se afirmado por toda a Europa, o que, ao nosso ver, parece ser um sintoma da dissolução das alianças econômicas internacionais que justificavam essas superestruturas jurídicas e políticas. Parece-nos que a história continua a contradizer Kautsky e todos que apregoam um coeso e harmônico domínio de um capital internacional abstratamente homogêneo.

Os indivíduos e as classes teriam, portanto, tanto “direitos” quanto “deveres” para com a pátria, citando para isto, paradoxalmente, os versos da Internacional para justificar particularismos nacionais. Dentre eles, afirma que “um dos primeiros deveres para com uma comunidade é defender sua independência e inviolabilidade” (ibid., tradução nossa).

Bernstein reveste a sua concepção “patriótica” de um tom defencista, como se o crescimento de orçamentos militares não tivesse qualquer relação com interesses agressivos. Embeleza-o com a democracia entre os povos quando afirma que “Este patriotismo não pode ser aquele que busca a dominação de nacionalidades por outras nacionalidades, só pode ser o do direito democrático igual das nacionalidades” (ibid., tradução nossa).

No entanto, não existe qualquer garantia de direitos democráticos entre os povos enquanto os antagonismos nacionais são insuflados pelo crescimento do militarismo, mesmo com a roupagem de defesa dos interesses nacionais. Tanto o é que fica evidente que Bernstein condiciona sua aprovação ao militarismo defencista a certos direitos, pois “Se este dever não se fundar simplesmente na força externa, requer em troca certos direitos, dos quais o mais elementar é o Sufrágio Universal” (ibid., tradução nossa).

Ou seja, se os Estados vizinhos empoderam-se com volumoso aparato militar, então está autorizada, pela ótica da social-democracia de Bernstein, a aquisição de um poderio bélico prescindindo de condições democráticas internas.

Precisamente o sufrágio universal e a adesão da social-democracia à política circunscrita ao parlamentarismo burguês é o que engendrou a política de colaboração de classes propagada pelo revisionismo alemão, quando o princípio internacionalista do socialismo foi abandonado pela defesa da pátria, que não só defende suas fronteiras, sua independência, sua soberania, mas alarga suas fronteiras com anexação e colonialismo, estabelece laços de dependência pela força e pela economia e esmaga a soberania de outros povos.

Essa política de colaboração de classe, inclusive para a agressividade entre os povos, é descrita como o “sentimento nacional” pelo bernsteinismo, propiciada pelo sufrágio universal quando afirma que “Onde isso não existe na sociedade moderna, nenhum verdadeiro sentimento nacional pode se desenvolver ou continuar entre as pessoas, especialmente entre a classe trabalhadora” (ibid., tradução nossa).

Assim, graças ao sufrágio universal e à colaboração entre capitalistas e operários, o partido deixava de ser inimigo do Estado burguês do Império Alemão para se tornar fiel partidário deste, tanto que leva Bernstein a declarar que “a social-democracia é, e por unanimidade, o partido imperial mais decidido que a Alemanha conhece” (ibid., tradução nossa).

Bernstein é, dessa forma, a mais escancarada adesão do proletariado aos interesses imperialistas da burguesia alemã, motivado pelo “dever de defesa da pátria” através da formação do “sentimento nacional”. Diferente, então, do malabarismo teórico-econômico da Kautsky, que buscava encontrar na teoria marxiana a justificação para suas posições recuadas diante da guerra. Desse ponto de vista, Bernstein parece ter uma posição mais honesta, pois não escondia e nunca escondeu seu desejo de colaborar com a burguesia.

O manuscrito do bolchevique Nikolai Bukharin intitulado *Rumo a uma Teoria do Estado Imperialista*, de 1915, constituiu as bases do que seria a sua brochura *Imperialismo e Economia Mundial*. Encomendado pelo Comitê Central, seu escrito foi criticado por problemas sobre a concepção de Estado.

Nessa parte nos limitaremos à análise desse primeiro esboço do autor, apenas para termos um panorama das posições dos vários sujeitos da época sobre o tema desta seção. Ao que aparenta, Bukharin na época deu mais latência à destruição do Estado capitalista do que à ditadura do proletariado, ocasionando tais contragostos por parte de Lenin e outros dirigentes.

Em verdade, o autor, numa contraposição com Franz Oppenheimer, sociólogo adepto da chamada concepção do “Estado histórico”, que defendia que a diferenciação entre classes tinha raízes puramente políticas da dominação estatal, afirma a concepção do fenecimento do Estado sem mencionar (ou desenvolvendo pouco) o conceito da etapa da ditadura do proletariado para a transição da sociedade sem classes (BUKHARIN, 1925).

Seu intuito era fazer o contraponto à literatura social-patriótica dos socialistas que aderiram ao discurso patriótico da guerra, que inundava a social-democracia dos vários países beligerantes, inclusive dentro da Rússia com alguns renomados mencheviques entre eles. Para tal, empreendeu uma caracterização do Estado capitalista, classificando como órgão de dominação de classe que por vezes faz concessões aos interesses do proletariado para manter camuflada a exploração de classe.

Dessa forma, o patriotismo inculcado nas massas não era nada mais do que a dissimulação dos interesses capitalistas, pois “o princípio reinante ainda é o interesse das classes dominantes, que estão apenas escondidas sob um pseudônimo – os interesses da ‘nação’, o ‘povo’, o ‘todo’” (ibid., tradução nossa).

Segundo Bukharin (ibid.), todas as formas de Estado mantiveram um conjunto de dimensões que podem ser observadas em todas as formações, tal qual o controle interno e externo, a esfera jurídica, a esfera civil para proteção da propriedade privada, e também, em especial, a administração militar e a gestão financeira. A primeira corresponde às necessidades tanto de suprimir as rebeldias internas quanto de enfrentamentos externos; enquanto a segunda é a estrutura financeira que mantém materialmente a organização Estatal. Mas esta é uma caracterização exageradamente abstrata que busca adequar a realidade a conceitos preestabelecidos¹³⁷.

Bukharin, então, procurava dar concreticidade para sua elaboração através da análise do Estado da sua época, pois essa “época do capitalismo financeiro cria relações específicas dentro e entre estados”. E o primeiro dado que utilizou para analisar concretamente essa forma estatal específica é o crescimento dos orçamentos de cada grande Estado europeu.

Para Bukharin (ibid.), o crescimento do orçamento dos Estados (e consequentemente de seu aparato militar) se dava em razão da transformação fundamental que se operava no plano da economia. Afirma que “O processo organizacional, que abrange mais e apenas ramos da ‘economia nacional’, através da criação de empresas combinadas e através do papel organizacional dos bancos, levou à conversão de cada ‘sistema nacional’ do capitalismo em um ‘truste estado-capitalista’” (ibid., tradução nossa).

Ou seja, ele incorporou as análises sobre o capital financeiro e a dominação dos bancos, fundidos aos industriais pelos sistemas de participação (sociedades anônimas), e projetou seus impactos sobre o Estado, quando o vínculo entre o organismo estatal e o capitalismo se tornou muito mais simbiótico do que no período precedente. Para ele (ibid.), o período liberal do capitalismo concorrencial que se caracterizava pela empresa capitalista

137 Não é gratuitamente, portanto, que Lukács acusava Bukharin e também Stalin de “infecções positivistas” na dialética marxista, principalmente *Para uma Ontologia do Ser Social*, mas também em outras obras de menor envergadura.

como unidade produtiva desapareceu, dando lugar a uma colaboração mútua entre as várias frações da classe dominante.

Segundo Bukharin (ibid., tradução nossa), a “contradição entre os diferentes subgrupos das classes dominantes também desaparece em grande medida. Ao colaborar uns com os outros, quase todas as categorias da burguesia se transformam em receptores de dividendos”.

Nesse ponto, Bukharin parece se assemelhar a Kautsky quando dá a entender que a monopolização e a financeirização da economia suprimiram como um todo a concorrência intracapitalista. Mas, na verdade, Bukharin (ibid., tradução nossa) afirmava que “o centro de gravidade da luta competitiva é transferido para o mercado mundial, enquanto que no interior do país a concorrência desaparece”.

Esta é, de fato, uma afirmação audaciosa, principalmente por ter sido posta escassa fundamentação. Cremos que é em sua obra publicada em 1917 que Bukharin analisou mais minuciosamente tais questões. De qualquer forma, a centralidade de sua afirmação é a concorrência entre grandes oligopólios financeirizados girada para o mercado mundial.

O cerne desse trabalho de Bukharin é a apreciação do problema do Estado no período imperialista. Segundo ele, na medida em que o capitalista individual desaparece, essa nova organização da economia capitalista é “acompanhada por uma mudança correspondente na ‘máquina de estado’: o poder do Estado torna-se a organização suprema da burguesia capitalista-financeira, que constitui um grupo homogêneo” (ibid., tradução nossa).

Ele destaca também a importância da estatização de certos setores da produção que, quando associados ao capital financeiro como “empreendimentos mistos”, provêm grandes lucros aos seus acionistas dada a gigantesca centralização do capital nas mãos do Estado como direito monopólico de exploração de dado setor. Os Estados nacionais, como aparatos jurídicos e políticos, além de manter a dominação dos monopólios capitalistas em nível interno, cumpririam a função de representar e interceder pelo interesse de seus monopólios em escala internacional.

Como afirmado por Kautsky, apesar deste manter uma posição que privilegia a esfera da circulação, os lucros monopolistas se destacam por não se limitarem apenas à esfera da produção. São necessárias o que Bukharin chama de vantagens. Essas “vantagens estão ligadas diretamente à política imperialista. [...] Os instrumentos dessa competição não são apenas

o dumping e a pressão puramente econômica, mas também a pressão da força armada – de guerra, em última instância. Daí a questão da força militar” (ibid., tradução nossa).

Em outras palavras, não basta que os monopólios utilizem a “artilharia dos preços baixos”, tal qual Marx e Engels demonstraram no *Manifesto*, é necessário a artilharia literalmente militar para exercer a pressão sobre mercados nacionais e conquistar as vantagens necessárias aos monopólios.

Todas essas mediações passam a ser controladas pelo Estado, que em tempos de guerra assume crescentemente o controle das empresas. Mas essa estatização da economia de forma alguma é em benefício do proletariado. Segundo Bukharin, o processo de exploração do trabalho continua, e os lucros são apropriados tanto pelo Estado imperialista quanto pelos acionistas privados. Para ele, o Estado se torna onipotente de forma que “absorve praticamente todos os ramos da produção. Não só preserva as condições gerais do processo exploratório, mas, além disso, o Estado torna-se cada vez mais um explorador direto, organizando e dirigindo a produção como coletivo, como junta capitalista” (ibid., tradução nossa). Bukharin dá grande atenção ao Estado imperialista e ao militarismo como expressão da concorrência em nível global, porém, com significativas lacunas no que tange ao emaranhado econômico e político dos tempos do imperialismo, como vamos observar ao compará-lo com Lenin.

A comunista alemã Rosa Luxemburgo disserta, por sua vez, longa argumentação para explicar como o militarismo se apresenta como novo nicho de reprodução do capital que escapa à contradição entre o rebaixamento de salários e aumento da produtividade. Ela demonstra que, através do Estado, o capital encontra um consumidor estável de mercadorias. Segundo Rosa (LUXEMBURGO, 1970, p. 409): “percebemos como o emprego de impostos extorquidos dos operários na produção de material de guerra oferece ao capital uma nova possibilidade de acumulação”.

Pois, uma vez que a maior parte da arrecadação dos impostos é coletada de forma indireta, eles oneram sobretudo os salários do proletariado, deixando livre os setores do capital global para a reprodução do capital enquanto, ao mesmo tempo, criam o fundo de recursos que é utilizado para a compra de armamentos. Através do mecanismo da tributação indireta, Rosa defende que a produção de artigos bélicos cumpre duas funções primordiais: “assegura, às custas das condições normais de vida da classe

operária, tanto a manutenção do órgão de dominação capitalista – o exército permanente – como a criação de um magnífico campo de acumulação para o capital” (ibid.).

Rosa, porém, aborda pouco sobre o imperialismo propriamente dito em seu livro. Na sua brochura, o interesse central é o problema da reprodução e da acumulação de capital em escala ampliada. No que tange ao imperialismo, Rosa faz afirmações que não corroboram inteiramente com outros autores. Seu conceito de imperialismo, por exemplo, trata da “expressão política do processo de acumulação de capital, em sua luta para conquistar as regiões não capitalistas” (ibid., p. 392).

Dessa forma, Rosa se assemelha a Kautsky apenas quando esse autor culpa o desenvolvimento desigual entre agricultura e indústria como principal motor para o imperialismo e a necessidade da conquista e estabelecimento de vínculos com países periféricos altamente agrários na necessidade de suprir a demanda de *commodities* para os centros industriais¹³⁸.

Tal compreensão luxemburguiana nos leva a crer que, na medida em que o mundo todo se convertesse em uma só sociedade capitalista global em unidade, então o imperialismo cessaria de existir. Tanto é que a autora por vezes escorrega numa espécie de messianismo em afirmar que o imperialismo seria a forma definitiva do capitalismo, beirando ao seu fim. Para ela, “O imperialismo é tanto um método histórico para prolongar a existência do capital, como um meio seguro para objetivamente pôr fim à sua existência” (ibid.).

Se a afirmação de Rosa estivesse correta, então teríamos que dizer que no mínimo o prolongamento da vida do capital duraria mais de um século, desde a primeira manifestação do imperialismo até hoje, o que representa uma boa porção de toda a vida do capitalismo. Mesmo que o tempo histórico seja sempre mais dilatado que o tempo observado pelos indivíduos, as afirmações da comunista alemã levam a entender que o capitalismo

138 Kautsky menciona, por exemplo, o investimento de países de capitalismo central na infraestrutura de países periféricos pela ampliação da malha ferroviária, sistemas portuários e incremento nas produções agrícolas. Ele atesta que essa forma de operação do imperialismo cria também laços de dependência entre centro e periferia, com predomínio, naturalmente, dos centros industriais. Rosa também menciona isso quando afirma: “A fase imperialista de acumulação do capital, abrange a industrialização e a emancipação capitalista dos países atrasados às expensas dos quais o capital obteve sua mais-valia. Os métodos específicos desta fase são: empréstimos exteriores, concessão de estradas de ferro, revoluções e guerra” (LUXEMBURGO, 1970, p. 365).

estava próximo do seu fim. Rosa jamais flertou com o social-chauvinismo e social-patriotismo ou manteve uma posição vacilante e conciliatória diante da guerra, mas mesmo tendo produzido uma obra de grande envergadura teórica e combatido destemidamente as deturpações do socialismo, ela não compreendeu o significado prático fundamental da época imperialista.

O IMPERIALISMO PELA APREENSÃO LENINEANA

A interpretação prática mais importante do imperialismo no plano teórico e conjuntural foi produzida por Lenin em *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, que incorporou os estudos de Hilferding e adequou-os às necessidades do movimento socialista internacional e da Rússia. Segundo Fernandes a importância dessa obra “não está na inovação da análise econômica, pois Lenin toma por base o que já havia sido elaborado sobre este tema à época”.

Por essa razão, não iremos expor aqui a compreensão de Rudolf Hilferding como um todo. Para Lenin (2012, p. 35), a obra de Hilferding, apesar dos erros quanto ao problema do dinheiro, “constitui uma análise teórica extremamente valiosa”. É por isso que Lenin entende o fenômeno do imperialismo sobretudo com base na mudança econômica *qualitativa* no padrão de acumulação e reprodução do capital.

Dessa forma, o imperialismo não é simplesmente um sistema de governo mais agressivo que pode ser pacificado ou pode ser neutralizado com acordos entre os capitalistas do mundo unidos, tal qual a vulgata de kautskiana. Não há dúvida que o imperialismo é a expressão máxima da cólera destrutiva da guerra, mas nos enganamos ao pensar que basta uma “opção” pela paz.

Segundo Lenin (ibid., p. 26, grifo do autor), é preciso demonstrar que “o verdadeiro caráter de classe de uma guerra não se encontrará naturalmente na sua história diplomática, mas na análise da *situação objetiva das classes* dirigentes em *todas* as potências beligerantes”. O instinto assassino de desprezo pela vida humana diz tanto menos da personalidade de estadistas e muito mais da engrenagem mesma do capitalismo monopolista que conjura tais eventos hediondos. Faz parte de sua essência mais íntima.

Por isso, Lenin (ibid., p. 24) busca contribuir sobretudo para compreender o “problema da essência econômica do imperialismo”. Vamos,

portanto, expor sistematicamente os elementos mais centrais da compreensão de Lenin sobre o imperialismo e a guerra, pois eles são decisivos na sua elaboração da tática da “guerra civil revolucionária” e do conceito de “crise revolucionária”.

Esses fundamentos econômicos e políticos do imperialismo podem ser sumariados da seguinte forma: a ascensão dos monopólios como novo vértice da economia capitalista; a fusão do capital industrial com o capital bancário, com a subordinação do primeiro ao segundo, inaugurando o capital financeiro pelo sistema de participação; a exportação de capital, e não apenas de mercadoria, do centro à periferia do mundo; a partilha e a violência entre as colônias e os demais países dependentes pela sua zona de influência econômica. Sem esses elementos conjugados, dificilmente podemos falar de imperialismo, entendendo-o como um fenômeno que arrasta todas as nações, alçando-as à posição de dominante ou as rebaixando como dominadas.

No campo dos monopólios, Marx já apontara em sua obra que a tendência do capitalismo era de uma crescente concentração do capital, na medida que as empresas capitalistas concorrem entre si, vão engolindo umas às outras e se tornando cada vez maiores e acumulando mais capital, reduzindo a concorrência a apenas um punhado de gigantes. Essa tendência se manifestou na época de Marx como uma propensão, mas que se realizou como capitalismo monopolista de fato apenas já no final do século XIX e início do vigésimo.

A concentração “por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que é muito fácil para umas quantas dezenas de empresas gigantescas chegarem a um acordo entre si” (ibid., p. 39). O monopólio é, portanto, tendência inata do capitalismo concorrencial e sua crescente concentração de capital, o que de fato arrasa as utopias liberais do livre comércio, já que o próprio livre-câmbio engendra o monopólio, o que por sua vez exige ações protecionistas por parte de outros países.

É natural que a burguesia de determinado país, ainda incapaz de competir com monopólios estrangeiros, procure justamente no estabelecimento de medidas protetivas a saída para resguardar seu mercado e produção internos, bem como associar-se entre si para tal. Segundo Lenin (ibid., p. 39-31), essa situação “acelerou a concentração e a constituição de associações monopolistas patronais, cartéis, sindicatos”. As formas de

associação intracapitalista podem ser muito variadas, mesmo de diferentes ramos, através do novo episódio caracterizado por Lenin (ibid., p. 39) como a “combinação”, que segundo ele é “a reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria, que, ou representam fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima [...] ou desempenham papel auxiliar uns em relação aos outros”.

Quando mencionamos as compreensões de Kautsky sobre o imperialismo, já dissemos que este conferiu grande valor ao processo de ampliação dos lucros dos monopólios através de pressões econômicas fora da esfera puramente produtiva. Obviamente, Lenin também dá destaque a esse fato dado do capitalismo monopolista quando cita variados exemplos desse tipo de ação:

- 1) Privação de matérias-primas (“...um dos processos mais importantes para se obrigar a entrar no cartel”);
- 2) privação de mão de obra mediante “alianças” (quer dizer, mediante acordo entre capitalistas e os sindicatos operários para que estes últimos só aceitem trabalho nas empresas cartelizadas);
- 3) privação de meio de transporte;
- 4) privação da possibilidade de venda;
- 5) acordo com os compradores para que estes mantenham relações comerciais unicamente com os carteis;
- 6) diminuição sistemática dos preços (com objetivo de arruinar os *outsiders*, isto é, as empresas que não se submetem aos monopólios. Durante um certo tempo, gastam milhões para vender a preços abaixo do custo; na indústria da gasolina ocorreram casos de redução de preço de 40 para 22 marcos, quer dizer, quase metade!);
- 7) provação de crédito;
- 8) boicote.

[...]

Encontramo-nos frente ao estrangulamento, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade.

(ibid., p. 48-49, grifo do autor).

A valoração da associação entre capitalistas e a pressão monopolística na esfera da circulação é homóloga entre as afirmações de Lenin e Kautsky. Mas enquanto Kautsky supervalorizava esses laços e buscava alastrá-los

para além das fronteiras nacionais, ansiando por um grande cartel mundial e harmônico, Lenin, por outro lado, pondera que essas táticas figuram como meios para ampliar a centralização da exploração da esfera da produção capitalista.

Também, Bukharin exagera ao proclamar o aniquilamento definitivo da concorrência em nível doméstico. A obra lenineana é mais fluída e se faz demonstrando as tendências históricas que se desenvolvem, não sacramentando fatos. “Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida” (ibid., p. 48). Ou seja, para ele, ainda há uma heterogeneidade de capitais mesmo no âmbito interno ao Estado nacional respectivo.

Certamente, Lenin se apoia nos ombros de Marx e alça o marxismo a um novo desenvolvimento enquanto se apropria da contribuição de Hilferding. No entanto, por mais que pareça não haver grande novidade na proposição do autor, ou que há diferenças em alguns casos de apenas detalhes com seus contemporâneos, é preciso destacar novamente que a sua singularidade se destaca precisamente na interpretação prática. Evidentemente, como comprovado pela história, os detalhes distintivos entre os autores têm manifestação decisivas nos rumos práticos de suas posições políticas.

Na questão das pressões econômicas exercidas pelos monopólios cartelizados, reconhecer que este é um traço distintivo do capitalismo em sua fase avançada não significou, em Lenin, deslocar a centralidade da exploração para a esfera da circulação. Para Lenin (ibid., p. 48): “O capitalismo, em seu estágio imperialista, conduz praticamente à socialização integral da produção [...] A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada”.

Quer dizer, artimanhas monopolistas operam como meio para intensificar a boa e velha extração de mais-valia do trabalho vivo e não a substituição de um modo de exploração pelo outro. Isto fica muito claro na seguinte passagem em que Lenin (ibid., p. 48) afirma que “o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais insuportável”.

Mas a monopolização não ocorre apenas na esfera do capital industrial. Ela ganha particular destaque com a monopolização e ampliação decisiva do papel dos bancos, pois “eles convertem-se, de modestos

intermediários que eram, em monopolistas onipotentes” *ibid.*, p. 55). Os bancos que tiveram sua origem sobretudo através do capital usurário, entram com participação direta na produção na medida em que se associaram ao capital industrial. Eles começaram a desenvolver laços entre si quando “não só absorvem diretamente os pequenos como os ‘incorporam’, os subordinam” (*ibid.*, p. 57).

O sistema de participação que criou as chamadas “sociedades anônimas” diluiu a propriedade entre acionistas, promoveu uma verdadeira revolução na apropriação das riquezas da reprodução do capital, sem mover uma palha em direção à socialização da produção. Aliás, aprofundou a centralização do capital em poucas mãos, socializando seus gastos e expropriando cada vez mais as pequenas camadas da burguesia em benefício dos monopolistas.

O que aparenta uma descentralização do capital, na verdade, se trata “de uma *centralização*, um reforço do papel, da importância e do poder dos gigantes monopolistas” (*ibid.*, p. 59, grifo do autor). Lenin descreve através de um conjunto de dados a subordinação dos pequenos empreendimentos bancários pelos grandes grupos monopolistas. Tomando por referência toda a classe capitalista indistintamente de seu ramo, essa relação se acentuará definitivamente quando o capital bancário assumir papel preponderante na sua relação com o capital industrial.

No manuscrito de Bukharin, essa relação entre os bancos e os demais capitalistas aparece sem contradição, já que para ele a classe capitalista se constituiu como um todo homogêneo no estágio monopolista do capital. A competição entre capitais transita para o mercado mundial, eliminando a concorrência. Na obra de Lenin, que toma como base a proposta de Hilferding, a classe capitalista também se transforma, do ponto de vista econômico, crescentemente numa classe coletiva e associada entre si, mas essa relação não é pacífica e indolor. Segundo Lenin:

Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas, quando essa operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e indústrias de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições – por meio de suas

relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras – primeiro de *conhecer com exatidão* a situação do diferentes capitalistas, depois de *controlá-los*, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o e, finalmente, de *decidir* privá-los de capital ou permitir-lhes aumentar rapidamente e em grandes proporções etc. (ibid., p. 60-61, grifo do autor).

Esta é, portanto, a fusão entre o capital bancário e o capital industrial, no chamado capital financeiro, através da contínua criação de relações de dependência entre um e outro. Conforme argumenta, “o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco” (ibid., p. 68). Bukharin apontou que essa expressão do capitalista coletivo pelo capital financeiro se operava principalmente por meio do Estado como representante da burguesia nacional nos negócios do mercado mundial.

Porém, a argumentação lenineana deu muito mais saliência aos operadores financeiros da economia através da oligarquia financeira. Ele não deixou, obviamente, de apontar a relação simbiótica com o Estado, mas afirma que não há uma contradição fundamental entre os monopólios mistos e os essencialmente privados, afirmando que essa relação “não ultrapassa os limites da concorrência entre dois chefes de serviço num mesmo escritório” (ibid., p. 64).

O Estado, mesmo quando assumia o controle de grandes monopólios, desde aquele período, cumpria uma função muito generalizada de nossos tempos de “aumentar e assegurar os rendimentos milionários que correm o risco de falir num ou noutro ramo da indústria” (ibid.). Desse ponto de vista, está em acordo com Bukharin, apesar de ter posto em evidência aspectos diferentes do mesmo problema.

Lenin fala ainda da “união pessoal” entre os bancos e as indústrias, quando pelo sistema de ações propicia a entrada dos próprios banqueiros nos assentos de direção das empresas industriais (ibid., p. 68). É assim que nasce também o chamado rentista (tão comum na contemporaneidade), “que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do industrial e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital” (ibid., p. 89).

Não fosse a argumentação quase circulacionista de Kautsky, que deu maior valor aos acordos intramonopólicos que suspiravam pela sua generalização mundial, essa elaboração lenineana encontraria bastante convergência com sua afirmação de que “é possível enriquecer muito roubando os maiores ladrões”. Pois é precisamente isto que a oligarquia financeira criou: a hierarquização direta e a submissão de uma parcela da classe capitalistas aos desígnios desses parasitas sociais. Se a burguesia, classicamente, já representa o parasita do trabalho vivo do proletariado, então os oligarcas do capital financeiro, como rentistas, são os metaparasitas, os comensais do capitalismo monopolista em seu estágio imperialista.

Até aqui expomos a concepção lenineana do imperialismo e do capitalismo monopolista apenas do ponto de vista do desenvolvimento interno, dentro do escopo do Estado nacional. Um dos elementos decisivos que peculiariza o estágio imperialista do capitalismo é precisamente a relação com o mercado internacional. Rosa Luxemburgo caracterizou, como mencionado, o imperialismo pela sua busca incessante para influenciar as parcelas não capitalistas, atrasadas do mundo.

Rosa Luxemburgo observou que essa relação se estabeleceu principalmente através dos empréstimos concedidos pelos países centrais para a ampliação das forças produtivas das periferias. Bukharin também fez notar o papel que os Estados dominados pelas oligarquias financeiras também tiveram ao mobilizar recursos para esses fins.

E Kautsky defendeu que a raiz dessa incursão em terras atrasadas se engendra pelo desenvolvimento desigual entre indústria e agricultura. Em Lenin, embora apoiado em Hilferding, mas também desenvolvendo sua teoria, a relação com o estrangeiro se dá pelo momento em que o capital “transborda” das fronteiras nacionais dos países centrais para os periféricos. Trata-se de um dos fundamentos do seu conceito de imperialismo: a exportação de capital.

Nesse quesito, tanto Rosa quanto Bukharin também expressam que é precisamente nessa relação que se estabelecem os vínculos de dominação entre os países, pelos empréstimos na primeira, e nos investimentos no último. Ambos estão tratando de fato da exportação de capital, todavia, de maneiras ligeiramente distintas.

O que marcou o capitalismo em sua fase concorrencial, e podemos também falar do mercantilismo, foi, no máximo, a exportação e importação

de mercadorias. Não obstante, segundo Lenin (ibid., p. 93, grifo do autor), “O que caracteriza o capitalismo atual, no qual impera o monopólio, é a exportação de *capital*”.

É uma mudança qualitativamente diferente que acontece por meio da crescente monopolização e cartelização da economia, propiciando “um enorme ‘excedente de capital’ nos países avançados” (ibid., p. 93). A produção de bens industrializados exige menos capital variável do que as *commodities*, o que amplia a extração de mais-valia. De um ponto de vista do mercado mundial¹³⁹, isto é bem mais rentável para os países avançados.

Se a troca de mercadorias entre países cuja grande indústria prospera e noutros de matriz agrária já é vantajosa para os primeiros, a exportação de capital é muito maior. Isto acontece porque “Nestes, o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários, relativamente baixos, e as matérias primas, baratas” (ibid., p. 94). A vertiginosa exportação de capital se tornou regra apenas no século XX e criou, em escala global, profundas relações de dependência entre os países periféricos e centrais.

É por esse caminho que se desenvolveu o ímpeto colonialista, da dominação imperialista, que motivou uma escalada incessante de guerras entre as potências imperialistas. Veja, este é o complexo percurso teórico que Lenin desenvolveu em sua obra em aberto contraste com o exame do manuscrito de Bukharin. Igualmente, expressa a disparidade conceitual e política de Lenin com seus contemporâneos alhures citados.

A exportação de capital, por sua vez, foi o motor da chamada “partilha do mundo”, primeiro entre as associações capitalistas, depois entre as grandes potências. Para Lenin (ibid.), a partilha do mundo se operou tanto pela disputa da zona de influência dos países avançados para com os países atrasados, quanto pela conquista de novas colônias. Do ponto de vista econômico, como afirmamos, essa luta pela ampliação de espaços privilegiados para os grandes monopólios não é uma “escolha” de grandes e maldosos magnatas.

Assim como o capitalista do tempo concorrencial não pode “escolher” não explorar os trabalhadores, pois deixaria de ser capitalista quando outra

139 Essa discussão pode ser mais aprofundada através da extensa literatura do tema. De nossa parte, indicamos o estudo do *Capitalismo tardio*, de Ernest Mandel, em especial.

empresa maior o engolisse, os grandes monopólios foram compelidos pelo próprio desenvolvimento das coisas a disputarem o mercado internacional.

Conforme Lenin (ibid., p. 108) “Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros”. A forma da luta entre os grupos capitalistas pode variar e não é ela que determina o tom desse tempo. Portanto, “Substituir o *conteúdo* da luta e das transações entre os grupos capitalistas pela forma desta luta e destas transações (hoje pacífica, amanhã não pacífica), depois de amanhã outra vez não pacífica significa se rebaixar ao papel de sofista” (ibid., p. 108, grifo do autor).

À época de Lenin, o mundo estava completamente repartido “de modo que, no futuro, *somente* novas partilhas serão possíveis, ou seja, a passagem de territórios de um ‘proprietário’ para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um ‘dono’” (ibid., p. 110). O resultado disto é o conflito com revezamento diplomático e militar, numa permanente disputa entre os diferentes capitais.

Essa conclusão lenineana tem particular importância para os dias atuais, haja vista que, com base nela, não podemos vislumbrar a paz enquanto persistem tais disputas. Mas este seria tema de muitos outros estudos e investigações. O que interessa denotar é que para Lenin o problema da guerra estava completamente ligado ao desenvolvimento econômico do capitalismo e não iria se encerrar pela benevolência dos monopolistas, nem sequer por acordos pacíficos entre os principais grupos capitalistas, tal a tese do renegado Kautsky.

Sobre a teoria do imperialismo de Lenin, Lukács (2012, p. 61) defende que ele não inovou fundamentalmente no campo puramente teórico, porquanto firmou sua análise na contribuição de Hilferding, e não aprofundou tal qual a teoria da reprodução de Rosa. Para ele, a grande preeminência lenineana se fez “*em sua articulação concreta da teoria econômica do imperialismo com todas as questões políticas do presente*, transformando a economia da nova fase num fio condutor para todas as ações concretas na conjuntura que se configurava então” (ibid., p. 61, grifo do autor).

É difícil avaliar até que ponto é verdadeira a afirmativa lukacsiana sobre a teoria econômica de Rosa Luxemburgo e Hilferding porque Lenin não as englobou como um todo. Ainda no prefácio, Lenin alerta para

sua discordância com a teoria do dinheiro de Hilferding e também por seus flertes com o oportunismo vacilante. Também é preciso registrar o contexto de *Imperialismo* já no período de guerra, exigindo que Lenin fizesse algumas concessões para que seu livro pudesse circular na censura estabelecida.

Com relação a Rosa, ele também jamais dissimulou suas discordâncias, o que não o impediu de tomá-la como aliada¹⁴⁰, principalmente no período de 1914; quando boa parte da socialdemocracia alemã se degenerou, ela se manteve firme nos princípios internacionalistas contra a guerra. No essencial, Rosa pecava na sua posição contrária à autodeterminação dos povos, questão fundamental para Lenin, que vamos mencionar mais adiante.

Ao afirmar que “o imperialismo é a antecâmara da revolução socialista”, Lenin (2012, p. 24) não cometeu nenhum erro de fundo, pois de fato, mesmo o capitalismo sofrendo vicissitudes drásticas nos padrões de acumulação, até hoje nem regressamos ao conjunto de nações que compitam em igualdade de forma soberana e independente, tampouco a “*globalization*” foi capaz de criar a assim chamada “nova ordem mundial”.

Porém, como vamos tentar evidenciar, Lenin padece de problema semelhante ao de sua camarada Rosa: duma expectativa um tanto eufórica com o desencadear da revolução na Europa em médio prazo. Em verdade, os limites absolutos do capital e sua capacidade de adaptação se demonstraram muito mais largos do que o esperado, mesmo que cada vez pareça

140 Apenas a título de ilustração, em seu artigo inacabado *Notas de um Publicista* de 1922, Lenin (1965g) demonstra sua crítica e admiração pela camarada Rosa através de um provérbio russo: “As águias podem às vezes voar mais baixo do que as galinhas, mas as galinhas nunca podem subir à altura das águias”. Rosa Luxemburgo estava equivocada sobre a questão da independência da Polônia; ela se enganou em 1903 em sua avaliação do menchevismo; ela estava equivocada sobre a teoria da acumulação de capital; ela se enganou em julho de 1914, quando, juntamente com Plekhanov, Vandervelde, Kautsky e outros, ela defendeu a unidade entre os bolcheviques e os mencheviques; ela estava equivocada no que escreveu na prisão em 1918 (ela corrigiu a maioria desses erros no final de 1918 e no início de 1919 depois que foi liberada). Mas apesar de seus erros ela era – e permanece para nós – uma águia. E não só os comunistas de todo o mundo valorizam a sua memória, mas a sua biografia e as suas obras completas (cuja publicação os comunistas alemães estão a atrasar desordenadamente, o que só pode ser parcialmente justificado pelas enormes perdas que sofrem na sua luta severa) servirá como útil guia para o treinamento de muitas gerações de comunistas em todo o mundo”. Como vemos, Lenin discordava de várias posições de Rosa, incluindo sobre sua teoria da acumulação do capital.

que estamos nos aproximando deles, diante do fenecimento das condições de vida da humanidade no planeta Terra.

Por fim, para encerrar essa rápida incursão sobre o problema do imperialismo na obra de vários pensadores do movimento socialdemocrata da época, resta apenas afirmar que Lenin destacou desse período em especial a responsabilidade pelo aparecimento das tendências teórico-políticas responsáveis pela falência da II Internacional: a *aristocracia operária*. Uma camada do proletariado que se beneficiou com os lucros vertiginosos extraídos pelos países centrais a partir da sua dominação imperialista, atenuando as colisões de classes na sua metrópole.

Com resultado disso, a parte do movimento proletário tentada com a possibilidade de obter vantagens imediatas, bem como seus representantes ídeo-teóricos mais destacados, em especial as frações reformistas, aderiu aos planos de rapina de suas burguesias nacionais através do seu chamado social-chauvinismo e social-patriotismo.

O CONCEITO DE CRISE REVOLUCIONÁRIA DIANTE DA GUERRA IMPERIALISTA

Em dezembro de 1914, dentre mais de uma centena de deputados socialdemocratas no *Reichtag*, o parlamento do Império Alemão, apenas Karl Liebknecht votou contra a concessão de créditos de guerra ao governo imperial. Com o abandono do princípio internacionalista, estava sacramentada a degeneração máxima da socialdemocracia, que já estava sendo gestada¹⁴¹ há anos, pela cumplicidade dos “socialistas” alemães na guerra

141 Está é uma compreensão fundamental de Lenin sobre o oportunismo social-chauvinista. Ele não aconteceu “apenas” por causa da guerra, mas foi acelerado por ela. Aqueles que já nutriam uma compreensão reformista e de conciliação com a burguesia se tornaram “patriotas” pelo novo momento. Segundo Lenin (2003) em seu artigo *O Oportunismo e a Falência da II Internacional*: “O social-chauvinismo é o oportunismo acabado. Ele amadureceu para uma aliança aberta, frequentemente vulgar, com a burguesia e os estados-maiores. E é precisamente essa aliança que lhe dá uma grande força e o monopólio da imprensa legal e da mistificação das massas [...] A unidade com os sociais-chauvinistas é a unidade com a sua ‘própria’ burguesia nacional, que explora outras nações, é a cisão do proletariado internacional. Isso não significa que a ruptura com os oportunistas é imediatamente possível em toda a parte, significa apenas que ela amadureceu historicamente, que ela é necessária e inevitável para a luta revolucionária do proletariado, que a história, que conduziu do capitalismo ‘pacífico’ ao capitalismo imperialista, preparou essa ruptura”.

de rapina perpetrada pela burguesia imperialista. Com ela, também faliu a II Internacional, hegemônica sobretudo pela socialdemocracia alemã, com significativa influência sobre o movimento socialdemocrata dos demais países europeus.

Desde a Primeira Guerra dos Balcãs de 1912, entre o Império Otomano e os países da península balcânica (Grécia, Sérvia, Bulgária, Montenegro), quando o primeiro recebeu apoio do Império Austro-Húngaro e os últimos do Império Russo, a socialdemocracia já se atentava para a possibilidade de uma guerra de maiores proporções em razão do crescimento do militarismo e do nacionalismo na Europa.

Nessa ocasião, ocorreu em novembro de 1912, em caráter extraordinário, o Congresso da Basileia da Internacional, em 1912, que aprovou o *Manifesto da Basileia*. Esse documento tinha como proposta a luta contra as crescentes ameaças de guerra que se desenhavam no cenário europeu. Já nas suas primeiras linhas podemos observar a seguinte afirmação:

Se uma guerra ameaça irromper, é dever das classes trabalhadoras e dos seus representantes parlamentares nos países envolvidos, apoiados pela atividade de coordenação do Bureau Socialista Internacional, *fazer todos os esforços para evitar o estouro da guerra pelos meios que eles considerarem mais eficazes [...]*. (MARCY, 1985, tradução nossa, grifo em negrito nossos e itálico nos originais).

Percebemos, portanto, o quanto esse manifesto foi completamente abandonado dois anos mais tarde, quando os próprios representantes parlamentares aprovaram os créditos de guerra. Porém, tal fato não se consumou sem a oposição firme e decidida de Lenin e parte da esquerda da socialdemocracia internacional.

O conteúdo do manifesto é como um todo voltado para a luta pelo desarmamento e para prevenir a possibilidade das guerras enquanto ela assombra as nações em tensão e para estancar e aligeirar o término caso os conflitos bélicos comecem. Sobre isso, ele afirma aos partidos e sindicatos, no caso de uma guerra começar, que “é seu dever *intervir em favor de sua rápida extinção* e com todas as suas forças utilizar *a crise econômica e política criada pela guerra para despertar o povo e, assim, apressar a queda do regime de classe capitalista*” (ibid., tradução nossa, grifo originais).

Dessa forma, manifesta-se um princípio importante que já foi citado nas resoluções do congresso de 1907: do uso da guerra imperialista e seus impactos deletérios nas condições de vida do proletariado, o que poderia agravar as contradições entre as classes e abrir possibilidades de enfrentamento maior com a ordem. Se comparado com o VII Congresso, de Stuttgart de 1907, ela representa um leve recuo.

A Resolução sobre militarismo de Stuttgart afirma o seguinte: “A luta contra o militarismo não pode ser separada da luta socialista de classes em geral” (ibid., tradução nossa). Ela desdobra essa ideia a partir do princípio e do entendimento do conceito de imperialismo em que a guerra entre países não era nada mais do que uma guerra pelos interesses comerciais e capitalistas entre as várias burguesias.

Nesse sentido, a resolução de Stuttgart é mais decidida que o manifesto, pois amarra a luta contra a guerra na luta pelo socialismo, deixando em aberto as táticas possíveis dessa luta. Segundo ela, os partidos deveriam “utilizar as convulsões da sociedade causadas pela guerra pela emancipação da classe operária” (ibid., tradução nossa). A resolução do VIII Congresso, sediado em Copenhague em 1910, basicamente reafirma a resolução do anterior no quesito das causas econômicas das guerras, mas alerta que “O armamento das nações cresceu de forma alarmante nos últimos anos” (ARCHIVE.ORG, 1910, tradução nossa).

Todos esses congressos e documentos tiveram a participação ativa e decidida de Lenin. No VIII Congresso, Lenin propôs que a Internacional reivindicasse que, em caso de conflitos interestatais, fossem estabelecidos tribunais de arbitragem e indica a possibilidade de greves gerais para impedir a logística das guerras (ibid.,).

O *Manifesto da Basileia* foi aprovado por unanimidade, inclusive pelos líderes “socialistas” que viriam a ser depois os comparsas da burguesia imperialista de seus países em suas aventuras genocidas. Lenin utilizou esse manifesto inúmeras vezes para desmascarar e atacar seus adversários que aderiram ao pretenso patriotismo conclamado pelos governos imperialistas.

Afirmava Lenin (2003) no artigo de 1916 *Oportunismo e a Falência da Segunda II Internacional*: “Nele não há nem uma única palavrinha sobre a defesa da pátria, nem sobre a diferença entre a guerra ofensiva e a guerra

defensiva, nem uma palavra sobre tudo que afirmam agora aos quatro ventos os oportunistas e os kautskistas da Alemanha e da quádrupla Entente”.

O princípio do internacionalismo proletário era absolutamente importante para Lenin, que se mantinha fiel às proposições do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, que afirma como um dos maiores traços distintivos dos comunistas dentro do proletariado precisamente a sua defesa dos operários de todos os países indistintamente. “Os interesses da classe operária e da sua luta contra o capitalismo exigem a plena solidariedade e a mais estreita unidade dos operários de todas as nações, exigem a resistência à política nacionalista da burguesia de qualquer nacionalidade” (LENIN, 1982e, p. 533).

Para isso, Lenin traçou uma tática que reivindicava todas as resoluções anteriores no que tange ao problema da guerra: a conversão da guerra imperialista em *guerra civil revolucionária*. Quando a guerra sobreveio, a posição do Comitê Central do Partido destaca essa proposta com muita evidência no texto *O Manifesto do CC do POSDR acerca da guerra*: “A transformação da atual guerra imperialista em guerra civil é a única palavra de ordem proletária justa” (LENIN, 1982j, p. 564).

A tática elaborada por ele mantém no nível da prática concreta a mais profunda vinculação com a sua compreensão teórica do imperialismo. Se na teoria o imperialismo não é apenas uma dimensão política do momento atual que pode ser superada tal qual é superado um mau governo, então o problema da guerra só pode ser resolvido quando atacada suas raízes econômicas fundamentais.

Lenin demonstra que a guerra é o resultado político do desenvolvimento econômico do capitalismo monopolista no estágio imperialista e advoga que apenas o socialismo pode cessar de vez as agressões entre os povos. Sua tática pode ser resumida na seguinte passagem do artigo *O Programa Militar da Revolução Proletária*:

qualquer guerra não é mais do que a continuação da política, por outros meios; a atual guerra imperialista é a continuação da política imperialista de dois grupos de grandes potências, e esta política é gerada e alimentada pelo conjunto das relações da época imperialista. Mas esta mesma época deve necessariamente gerar e alimentar também a política de luta contra a opressão nacional e de luta do proletariado contra a burguesia e, por isso, a possibi-

lidade e a inevitabilidade, em primeiro lugar, das insurreições do proletariado *contra* a burguesia, em terceiro lugar da unificação de ambas as espécies de guerras revolucionárias, etc. (LENIN, 1982c, p. 681, grifo do autor).

Lenin se apoia na compreensão de guerra de Clausewitz, o estrategista prussiano que já citamos anteriormente, que afirma que a guerra é apenas um meio de política. Esse meio pode mudar de tempos em tempos, como já afirmado em *Imperialismo*. Sendo assim, trata-se não de retornar à tática do desarmamento perpetrada pela Internacional, até porque no curso da guerra, com suas leis de exceção, é impossível uma tática pela paz que seja efetiva sem enfrentar o governo imperialista¹⁴².

Durante a guerra motivada pela burguesia imperialista, resta ao proletariado escolher de que lado quer combater: “ou matar seus companheiros de classe nos outros países em nome de seus interesses monopolistas, ou morrer por esses interesses, ou derrubar o domínio da burguesia mediante a força armada” (LUKÁCS, 2012, p. 70). A transformação da guerra imperialista em guerra civil revolucionária é a conversão da política imperialista em política proletária revolucionária.

Ao invés de largar as armas, significava apontá-las para outro alvo: o verdadeiro inimigo. Ele estava em casa e era a burguesia imperialista lucrando estratosféricamente com a guerra de rapina. A tática bolchevique era a materialização mais concreta, exata e literal do lema insculpido nos versos da *Internacional*, hino dos trabalhadores composto nas barricadas da Comuna de Paris: “Paz entre nós, Guerra aos senhores”.

A oposição à situação da guerra e a tática elaborada para responder a este momento específico tem duplo significado: ao mesmo tempo em que ela foi necessária por princípio, para aqueles que permaneceram fiéis às premissas do socialismo, sobretudo ao internacionalismo, e não se deixaram corromper pela falsa ideia de encontrar “patriotismo” numa guerra de conquista; ela também foi a secreção histórica de um momento político qualitativamente novo para a Rússia e os países beligerantes: a crise gerada pela guerra imperialista.

142 “Todos os outros meios de luta contra essa violência extrema tornam-se impotentes, pois estão condenados, sem exceção, a despedaçar-se contra o aparelho militar dos Estados imperialistas” (LUKÁCS, 2012, p. 70).

Segundo Lukács (2012, p. 71): “o que tem de novo é apenas o fato de que o aumento quantitativo de todos os problemas se converte em problemas qualitativos, provocando assim – e somente assim – uma nova situação”. Os Congressos da Internacional já haviam exposto a necessidade de se utilizar as contradições encetadas e acirradas pela guerra para “acelerar a derrocada do regime de classes burguês”. Lenin ao propor essa tática, do ponto de vista formal, estava apenas efetivando na prática a política já aprovada pelo conjunto dos partidos socialdemocratas.

É justamente nesse contexto que se cria o que chama de crise revolucionária. Algo semelhante àquilo que foi desencadeado em 1905 durante a guerra Russo-Japonesa, quando as pressões que já estavam engasgadas pela massa com a miséria camponesa crescente desde 1871 e os abusos da burguesia contra o proletariado fabril foram profundamente agravados pela conjuntura de guerra. O resultado foi o descarrego massivo e abrupto de séculos de opressão. Poderia ter sido que sem a guerra e as condições por ela criadas, essa mesma explosão demorasse mais para acontecer.

Segundo Bensaid (2000), “Em certas condições excepcionais e particulares, o Estado torna-se vulnerável, o equilíbrio de forças torna-se crítico”. Essas condições são precisamente as que propiciam o surgimento de uma situação revolucionária.

Nos últimos itens do capítulo precedente, nós apresentamos as concepções de partido de Kautsky, Rosa e Lenin. Afirmamos que Kautsky mantinha uma posição fatalista diante da possibilidade da revolução, em que o Partido é um ente quase apassivado, formado exclusivamente pela intelectualização do proletariado e pela proletarização do intelectual.

Para Kautsky, a revolução surge como algo dado que é impossível de ser planejado, de ser preparado e de ser “feito” pelo Partido. É verdade que as condições objetivas não podem surgir apenas pela vontade dos dirigentes partidários, porque o desenvolvimento da história é sempre um desenvolvimento causal, que se move independente da vontade dos indivíduos.

Mas Kautsky afasta completamente a capacidade subjetiva do Partido de interferir conscientemente na realidade objetiva e no curso causal da história. Enquanto parte constitutiva do proletariado, o Partido deve atuar, segundo a concepção lenineana, no sentido da preparação *para* a revolução, e não na preparação *da* revolução em-si. Como afirmamos também, Rosa viu nas greves de massa da Rússia revolucionária de 1905, a quebra

da monotonia e do planejamento esquemático por parte dos dirigentes socialdemocratas alemães como um produto legitimamente autêntico da revolução.

Enquanto Rosa tinha de enfrentar o esquematismo encastelado no *Reichstag* dos dirigentes alemães, Lenin tinha de enfrentar o espontaneísmo recuado dos russos. Bensaid (2000) identifica precisamente dessa noção a conclusão lenineana principal:

O Estado constitui um núcleo estratégico decisivo da luta revolucionária. Mas não pode ser mudado a qualquer momento. Tentar este objetivo fora do tempo significaria simplesmente opor uma vontade arbitrária à uma passividade inerte, uma subjetividade absoluta à uma objetividade morta, como se a questão do poder estivesse permanentemente colocada em sua forma paroxística. As duas abordagens baseiam-se numa metafísica dualista do sujeito e do objeto.

O curso econômico do capital leva necessariamente às crises, tornando particularmente perigosas porquanto esteja agudo o estágio belicoso do capitalismo em seu estágio imperialista. As crises surgem pelo próprio movimento espontâneo da história da mecânica própria do capitalismo, que engendra sua própria destruição. Apesar de ser possível identificar as suas *tendências*, é improvável que alguém possa, com exatidão, definir o quando e onde vai irromper uma nova manifestação de desequilíbrio do capital. Lenin (2003) em *O Oportunismo e a Falência da II Internacional* afirma sobre o desenvolvimento revolucionário que “A revolução nunca cai do céu já pronta, e no início da efervescência revolucionária nunca ninguém sabe se esta conduzirá e quando a uma revolução ‘verdadeira’, ‘autêntica’”.

Quando as crises irrompem, do ponto de vista econômico, trazem consigo toda a torrente de contradições societárias, políticas, culturais e morais acumuladas no “copo da história” que confluem na noção de crise revolucionária. É preciso apenas uma gota d’água para fazer a sociedade transbordar.

Quais são as características para que uma crise (ou situação) revolucionária seja desencadeada ou que esteja em vias de acontecer? Lenin (1974) enumera três delas em seu livro de 1915 denominado *A Falência da II Internacional*:

Quais são, de modo geral, os sintomas de uma situação revolucionária? Certamente não nos equivocamos se indicarmos os três principais sintomas seguintes: (1) quando é impossível para as classes dominantes manter seu domínio sem qualquer mudança; quando há uma crise, de uma forma ou de outra, entre as “classes superiores”, uma crise na política da classe dominante, levando a uma fissura através da qual o descontentamento e a indignação das classes oprimidas irrompem. Para uma revolução acontecer, é geralmente insuficiente para ‘as classes mais baixas não queiram’ viver na maneira velha; é também necessário que “as classes superiores sejam incapazes” de viver à maneira antiga; (2) quando o sofrimento e a carência das classes oprimidas se agudizaram mais do que de costume; (3) quando, como consequência das causas acima mencionadas, há um aumento considerável da atividade das massas, que se deixam roubar em tempo de paz, mas, em tempos de turbulência, são atraídas, por todas as circunstâncias da crise e pelas próprias “classes superiores”, à ação histórica independente.

Podemos observar, portanto, que para Lenin existem um conjunto de condições *objetivas* e *subjetivas* que *podem* levar à uma revolução. Uma crise do capital pode colocar em xeque a forma de governo adotada pelas classes dominantes, mas não significa uma garantia automática da sua efetivação.

Em 1905, por exemplo, a crise do capitalismo e particularmente a guerra russo-japonesa colocaram em xeque o modelo autocrático de governo das classes dominantes na Rússia. Os abusos no campo, na cidade e inclusive no meio militar, chegaram à “gota d’água” quando o fuzilamento arbitrário de trabalhadores pacíficos em marcha trouxe à tona todos os problemas acumulados. As classes baixas foram derrotadas, mas é impossível deixar de notar que de fato a autocracia foi afetada e obrigada a colocar concessões às massas.

Da mesma maneira, na altura de fevereiro de 1917, a ruptura entre czarismo e burguesia imperialista, principalmente da ameaça do czar em propor uma paz em separado com a Alemanha trazendo à tona os agentes do capital francês e inglês, obrigou os capitalistas a deporem o czar (ainda que temporariamente). Enquanto estavam separados e divididos (monarquia, burguesia e pequena-burguesia), o proletariado e o campesinato mais pobre tomaram em suas mãos o poder através da insurreição de novembro de 1917.

Diante dessa debilidade das classes dominantes em manter o seu governo tal qual estava consolidado, também se invoca a indisposição das massas de baixo de permanecerem sob esse governo, tomando isso como um elemento subjetivo importante. Tudo isto talvez não fosse possível sem a objetividade gritante em que a miséria das massas foi escalonada a níveis estratosféricos no decurso da guerra.

São estas as duas condições objetivas fundamentais: a fragilidade dos de cima e o sofrimento dos de baixo. Quando entra a terceira condição revolucionária fundamental: a ação de massa independente. Já falamos nos capítulos precedentes sobre toda a luta de Lenin pela demarcação e pela independência do proletariado, tanto em nível partidário quanto em nível societário.

Dessa forma, a ação independente das massas se qualifica com a luta contra a guerra, contra o social-patriotismo, contra o social-chauvinismo, o que se desdobra inteiramente numa luta contra o capitalismo e o imperialismo, pela resolução de todos os seus problemas, então agravados pela guerra.

Nenhuma crise cíclica do capitalismo jamais o levou necessariamente à sua obliteração automática: “Para o marxista é indiscutível que uma revolução é impossível sem uma situação revolucionária; além disso, não é toda situação revolucionária que leva à revolução” (LENIN, 1974). É assim que Lenin rompe com a concepção fatalista de revolução em Kautsky.

Há quem tente associar a vitória dos bolcheviques na Revolução de 1917 exclusivamente às intransigências da autocracia ou ao contexto miserável da guerra. Mas a guerra também envolveu inúmeros outros países, muitos deles com partidos socialdemocratas maiores que os bolcheviques, e que sofreram calamidades sociais tão grandes ou até piores que as russas.

O que levou, portanto, os bolcheviques à vitória? Eles estavam *preparados* e souberam agarrar a situação revolucionária aberta pela guerra no momento mais oportuno. A crise revolucionária é o distúrbio do ritmo “normal” da sociedade burguesa. Enquanto a socialdemocracia alemã permaneceu submissa às rotinas parlamentares, os bolcheviques já estavam por muito tempo temperados pelas perseguições da autocracia e enraizados entre o proletariado de forma extraparlamentar.

Segundo Bensaid (2000) “Enquanto a política parlamentar conhece apenas uma dimensão temporal, a do encadeamento monótono das sessões

e das legislaturas, o tempo das revoluções é concentrado, redobrado sobre si mesmo”. O ritmo acelerado das situações revolucionárias empurra as massas para a ação: “que o momento revolucionário se diferencia dos ordinários e quotidianos momentos históricos de preparação em que o estado de espírito, a agitação, a convicção das massas deve traduzir-se *em ação*. O revolucionarismo vulgar não compreende que a palavra é também um ato”. A crise revolucionária é uma janela na história que aparece de tempos em tempos sem que se possa prever com maior exatidão para além das suas tendências mais gerais de desenvolvimento. Ela aparece como resultado de determinadas condições históricas e possui a particularidade de ser uma revolução em *potencial*, em *dynamis*. Mas esse potencial, esse *poder ser*, só pode *ser* efetivado dependendo da ação humana, das massas e do partido, para com a situação objetivamente dada. Só quando a janela da crise revolucionária é aproveitada é que o potencial revolucionário da crise é alcançado e se torna realmente revolução. Para Bensaid (2000):

A crise revolucionária é pluritemporal. Nela, diversos tempos se misturam e se combinam. A revolução na Rússia não é um simples prolongamento ou realização tardia da revolução burguesa, mas “um encadeamento” de duas revoluções. Esta ideia resume o espírito das famosas Teses de abril (1917). Decorre logicamente do desenvolvimento desigual e combinado do espaço-tempo de uma época. A política se mostra, então, moldada por ritmos e relevos. A arte da palavra de ordem é uma arte da conjuntura. Que a catástrofe possa ser conjurada depende desse sentido agudo momento

Pluritemporalidade na elaboração de Daniel Bensaid ou desenvolvimento causal como síntese de vários complexos, o sentido é basicamente o mesmo. O essencial é a compreensão entre o desenvolvimento espontâneo da objetividade da história que leva a determinados resultados pelo agir imediato dos sujeitos, mas que os resultados de longo prazo não podem ser previstos e se misturam com as ações conscientes dos variados grupos de indivíduos entrelaçados da sociedade, produzindo inéditos e impensáveis resultados.

Mas o ser humano não é incapaz de intervir na história como se esta fosse um destino imutável de uma tragédia clássica. A primazia da objetividade se afirma tanto na causalidade quanto no agir humano objetivo: “Os

fados guiam a quem se deixa levar, arrastam a quem resiste”¹⁴³. Diante do desenvolvimento objetivo da história, temos também a dimensão subjetiva e consciente capaz de reagir de maneira distinta às peripécias da realidade em movimento. Nesse âmbito, Bensaid (2000) tenta “completar” a elaboração lenineana agregando um quarto elemento.

Segundo Bensaid: “falta às três condições enumeradas um quarto elemento que as combina: um projeto e uma vontade política, capazes de decidir no instante crítico entre vários possíveis”. Primeiro, devemos considerar que Lenin busca delimitar o âmbito da situação revolucionária, não da revolução vitoriosa.

De toda forma, ao mencionar a “ação independente das massas”, Lenin está evidentemente se referindo à independência frente à influência ideológica e política burguesa, da qual a atuação guiada pelo partido proletário é componente. A ação independente das massas é justamente guiada por um projeto, não se trata simplesmente da ação de combate imediata. É a típica mentalidade tacaña em considerar o Partido lenineano como um ente exterior às massas que leva a esse tipo de compreensão, que no capítulo precedente demonstramos ser completamente equivocada.

Além disso, Bensaid tenta, em vão, demonstrar que Lenin só teria rompido com um “determinismo” histórico da revolução no desenrolar da Guerra e, em particular em 1917, uma tese que busca traçar uma linha convergente da aproximação com os bolcheviques de Trotsky com uma suposta virada de Lenin. Para ele, é só mais tardiamente que Lenin iria perceber as traições dos socialdemocratas alemães e que teria sido pego de surpresa com isso. A essa suposta surpresa credita a elaboração do conceito de crise revolucionária. Ledo engano.

Lenin já identifica as “janelas” históricas provocadas pela crise revolucionária muito antes¹⁴⁴ de 1914 ou de 1917. Em 1905 ele afirma:

143 *Volentem ducunt fata, nolentem trahunt* de Sêneca.

144 Isto ele próprio afirma quando em *A Falência da II Internacional* cita os sintomas principais da situação revolucionária: “Tais são os pontos de vista marxistas sobre a revolução, pontos de vista que foram desenvolvidos muitas, muitas vezes, foram aceitos como indisputáveis por todos os marxistas, e para nós, russos, foram corroborados de forma particularmente marcante pela experiência de 1905” (LENIN, 1971b). Como poderíamos afirmar, então, que há uma ruptura no pensamento lenineano?

Uma época revolucionária é para os socialdemocratas o que o tempo de guerra é para um exército. Temos de alargar os quadros do nosso exército, temos de os fazer avançar da força da paz para a força da guerra, temos de mobilizar os reservistas, chamar de volta os licenciados e formar novas divisões auxiliares, unidades e serviços. Não devemos esquecer que, na guerra, necessariamente e inevitavelmente, temos de supor substituições menos treinadas, muitas vezes para substituir oficiais com soldados de base, e para acelerar e simplificar a promoção de soldados para o posto de oficiais. (LENIN, 1962f)

Destarte, fica evidente que Lenin já tem em mente que as épocas revolucionárias são qualitativamente distintas e que exigem a adequação tática do partido e da luta de massas. Bensaid fala que Lenin demorou a perceber o encastelamento da socialdemocracia alemã dentro do parlamento.

Nós próprios já citamos nos capítulos precedentes que, no âmbito da Rússia, ele sempre foi incisivo quanto a necessidade de se manter estabelecido o aparato clandestino do partido, mesmo com as aberturas parlamentares pelas eleições da Duma. Em outro texto, num *Apelo* de 1906, Lenin deu mais uma vez grande saliência à experiência como regulador da teoria e da tática do partido, quando afirmou que “Em uma época revolucionária como a atual, todos os erros teóricos e desvios táticos do Partido são criticados com crueldade pela própria experiência, que ilumina e educa a classe trabalhadora com uma rapidez sem precedentes” (LENIN, 1965e).

A noção de crise revolucionária já estava presente muito antes de 1914, confirmando falha, portanto, a tese de que Lenin teria sido capturado pelo ritmo e pela monotonia cotidiana. Na verdade, Lenin estava tão convicto do rebentar momentâneo de uma nova crise revolucionária depois de 1905-1907 que inclusive exortava, em 1909 no texto *No Caminho*, os seus camaradas a se *prepararem*, pois ela iria irromper mais cedo ou mais tarde, de forma mais intensa e mais complexa do que aquela vivida por eles: “Sob novas formas e por outra via – às vezes com muito mais lentidão do que desejávamos – a crise revolucionária aproxima-se uma vez mais, amadurece de novo” (LENIN, 1982d, p. 483).

Mais tarde, em 1912, escreve em seu elogio a Alexander Herzen:

A tempestade é o movimento das próprias massas. O proletariado, a única classe revolucionária até o fim, ergueu-se à frente delas e pela primeira vez levantou milhões de camponeses para a luta revolucionária aberta. A primeira arremetida da tempestade foi em 1905. A seguinte começa a crescer diante dos nossos olhos. (LENIN, 1982i, p. 490).

Portanto, depois da tempestade de 1905, resultante da guerra russo-japonesa, Lenin afirma que uma segunda guerra estava por vir, indicando um conhecimento prévio dos acontecimentos da Guerra Mundial que se confirmariam anos mais tarde. Tal observação coloca em xeque completamente a afirmação de Bensaid. Além disso, contradiz completamente o artigo de Michel Löwy, que afirmou também a tal ruptura do Lenin pré e pós-guerra em seu artigo *Da grande Lógica de Hegel à estação Finlândia de Petrogrado*, cujo argumento central se baseia num grande otimismo de Lenin mesmo em 1912 e seu choque diante da guerra mundial.

Com efeito, à guisa de conclusão deste tópico, resta completar que Lenin permaneceu um discípulo ortodoxo de Marx, quando observamos a máxima marxiana, em que afirma “Os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011b, p. 25), demonstra a relação entre as condições dadas pela causalidade e os atos conscientes dos indivíduos sociais.

CONCLUSÃO

O PARTIDO COMO A PRONTIDÃO REVOLUCIONÁRIA

É necessário fazer um resumo do que desenvolvemos ao longo deste livro para chegarmos às derradeiras conclusões. No primeiro capítulo fizemos uma breve sistematização da situação russa, posta num hiato histórico e quase indiferente à toda onda da modernidade burguesa que abateu o conjunto da Europa nos séculos XVIII e XIX. Ao mesmo tempo, diante de uma situação de grande atraso e reacionarismo político, a Rússia desenvolveu uma intelectualidade muito ativa e radical que, a partir da segunda metade do século XIX, apoiou-se no marxismo de distintas formas, tanto pelos chamados “marxistas legais” quanto pela divulgação do pensamento de Marx pelos populistas.

O fenômeno do terrorismo, em especial, expressou o estágio mais nítido de afastamento da *intelligentsia* russa das massas proletárias e populares, problema que só seria superado através da fundação do movimento socialdemocrata, mais tarde convertido em partido.

No segundo capítulo apontamos o vínculo orgânico entre a análise da realidade russa desenvolvida por Lenin e a sua formulação *estratégica* da revolução. A sua compreensão sobre o problema agrário russo marcado pelo seu atraso histórico, pelas reminiscências feudais, pela desintegração do campesinato e pela sua diferenciação interna entre camponeses pobres e burguesia rural através do desenvolvimento da economia mercantil e capitalista foi sua arma no combate ao populismo que se afirmava como eixo do pensamento social russo até meados do século XIX.

Lenin percebeu que a Rússia se encaminhava para uma solução *prusiana* do problema agrário, pois a burguesia russa era muito vacilante para conduzir a revolução democrática tal os países que tiveram desenvolvimento clássico. Sobre tudo depois dos acontecimentos de 1905, tal tendência ficou mais evidente, quando o vigor do proletariado na revolução demonstrou todo o veredito de sua tese: a classe operária é o sujeito central da revolução, mesmo na atrasada Rússia. Ele percebeu que a burguesia tendia muito mais a lutar por um regime conciliador com a autocracia do que numa revolução burguesa clássica, através da criação de uma “monarquia constitucional”.

Amedrontada com a possibilidade de uma revolução social, a burguesia se escondia por trás do aparelho repressor da autocracia contra os avanços do proletariado sempre que lhe convinha. Mas a condição de atraso (também econômico) e de escravidão política exigia que a Rússia atravessasse uma etapa burguesa da revolução antes de se tornar decididamente proletária e socialista. Para tal, Lenin elaborou sua estratégia da revolução democrática ancorada na aliança operário-camponesa: uma revolução *burguesa em seu conteúdo*, mas *proletária em seu motor*.

É assim que Lenin absorve e reelabora dialeticamente o conceito revolucionário de *povo* como *aliança de todos os explorados e oprimidos* pela direção e hegemonia do proletariado. Os acontecimentos de 1917 confirmaram que mesmo tendo ocorrido uma “etapa” burguesa da revolução em fevereiro-março de 1917, ela não cumpriu todas as tarefas pendentes da revolução democrática, tais quais a reforma agrária, criação de uma constituinte, etc.

Foi necessário que, em outubro-novembro de 1917, o proletariado insurgido e apoiado pelo campesinato e pelos soldados pudesse levar o programa de “pão, paz e terra” até o fim. Portanto, a revolução democrática se

configurou muito mais como um momento da revolução proletária-popular conduzida pelo bloco de todos os explorados e oprimidos do que uma “etapa” de aliança com a burguesia.

Como decorrência dessa análise fundamental da realidade russa em que o proletariado assumiu o centro de gravidade, Lenin também batalhou internamente na socialdemocracia pela *demarcação* clara e precisa da subordinação proletária do partido. Sua intransigência quanto a essa questão visava evitar qualquer tipo de contaminação ideológica advinda de camadas não-proletárias, como daquelas advindas da pequena-burguesia.

O Partido do proletariado, deveria então, através do seu partido e do seu movimento independente das influências de outras classes, atrair para o seu campo de influência outros setores que sofriam com a opressão autocrática e com a deterioração das suas condições de vida, tais quais os camponeses pobres e os operários agrícolas.

A ideia da estratégia de revolução como um princípio revolucionário está intimamente ligada com as variações táticas. Com boa quantidade de exemplos, fomos capazes de demonstrar que, enquanto Lenin permanecia intransigente com seus princípios, ele também era flexível e elástico nas suas táticas, adaptando-se às diferentes mutações da conjuntura política sem perder de vista seus objetivos de longo prazo. Mas sua compreensão de Partido só consegue manter tal dilatação tática enquanto se mantém vinculada às massas, e é pela sua experiência que consegue aperfeiçoar seus métodos e transitar de um estágio político a outro.

Tudo isto terá profundos impactos na organização interna do partido, tema do terceiro capítulo desta obra. Nele, demonstramos exaustivamente que a compreensão de unidade partidária tem como estatuto fundamental os princípios e os acordos voluntários dos indivíduos livremente associados.

A unidade, todavia, pressupõe a heterogeneidade de pensamento, do contrário se tornaria uma “identidade”, o que é humanamente impossível, pois os indivíduos possuem apreensões distintas e chegam a conclusões muitas vezes divergentes a respeito das mesmas manifestações da realidade.

Essa diversidade inerente à política e ao partido invoca o que Lenin chama de *luta de matizes*. Enquanto permanecem guiados pelos princípios e pelo programa partidário comum, cada indivíduo possui liberdade de propor diferentes ações diante dos desafios enfrentados pela coletividade. Ele classificou luta interna circunscrita ao âmbito partidário do fim do

período da *dispersão*, quando os socialdemocratas estavam divididos nos diversos círculos, para o início do *espírito de partido*, reunidos sob os mesmos princípios. Para manter a unidade partidária, era estritamente necessário que a luta de matizes fosse conduzida de forma honesta e regulada pelos canais de comum acordo.

Porém, é só quando se mantém dentro de um mesmo espectro ideológico que a luta de matizes tem sentido, enquanto variam apenas em tonalidades. Quando a luta é levada para o terreno dos princípios ela se torna uma *cisão*. Demonstrou-se isto particularmente na contenda história entre bolcheviques e mencheviques inaugurada pelo II Congresso do POSDR de 1903. Vivos momentos de disputa se processaram na luta entre as suas facções. Ela iniciou sobretudo pelo chamado fracionismo, quando as duas facções disputavam internamente para decidir os rumos do partido como organização única. Apenas quando ela já não foi mais possível, com o surgimento da chamada corrente liquidacionista, é que foi sacramentada a cisão definitiva.

O embate político inaugurado no II Congresso foi produto da luta de Lenin contra os elementos “anárquicos” e “individualistas”, patrocinados pelo grupo de Martov, em prol de uma *demarcação* clara entre a massa e a vanguarda, entre o partido e o todo da classe proletária. Enquanto os martovistas (depois mencheviques) advogavam por um partido amorfo que englobasse qualquer indivíduo que se reivindicasse socialdemocrata, Lenin (e temporariamente Plekhanov) defendia que todos os membros do POSDR deveriam atuar em alguma organização do partido, mesmo quando, por vezes, elas tivessem uma forma mais livre.

A essa forma, que “filtra” os componentes do partido através da sua ideologia proletária ou pela sua disposição em trabalhar cotidianamente de acordo com os desígnios partidários, Lenin chama de *depuração*: uma forma de, ao afastar os elementos instáveis e inconstantes, também fortalecer e aprimorar o partido e seu núcleo revolucionário com elementos firmes e coesos. Essa depuração teve diversas fases, e o seu “estado da arte”, por assim dizer, foi quando Lenin apregoava o rompimento decisivo dos socialistas realmente revolucionários com a socialdemocracia, fundando o chamado *partido comunista*, o que só acontece oficialmente depois da revolução. De toda forma, mesmo que o partido bolchevique só tenha se chamado

“comunista” mais tarde, a sua substância externa já estava dada no partido bolchevique, que foi *temperado* por todas as disputas que mencionamos.

Entre elas, situa-se a capacidade de atuar duplamente no âmbito da legalidade com um aparato ilegal independente da ordem burguesa. É possível afirmar que o formato da dominação burguesa é circunstancial, ou seja, depende das necessidades da classe dominante em determinado contexto de desenvolvimento da luta de classes. Se o partido se encerrasse em sua forma política clandestina e restrita em tempos de abertura democrática ele poderia acabar caindo no isolacionismo e se tornar apenas uma seita¹⁴⁵. Por outro lado, se o partido se resigna a criar um aparato ilegal, quando se abate a repressão com o endurecimento da ordem, ele se encontra desarmado e descoberto, podendo facilmente ser desmantelado. É por isso que a concepção lenineana de partido pressupõe a combinação da atividade *legal* e *ilegal* como princípio fundamental e universal.

O período da dispersão também foi superado pela ideia do *centralismo*. O princípio do centralismo tinha dois aspectos fundamentais: o de garantir a coesão, como princípio regulador da unidade; mas também de coordenação prática através dos organismos centrais, o Órgão Central (responsável pela coesão e estabilidade ideológica através do jornal) e o Comitê Central (com a tarefa de centralizar a liderança prática).

De início, o centralismo estava marcado pela conjuntura da autocracia russa, que impunha a necessidade de uma organização altamente centralizada e clandestina, composta apenas pelos “revolucionários profissionais”. Segundo Monty Johnstone (1985, p. 23), Lenin “insistia fortemente em que o centralismo não democrático, que ele acreditou ser necessário para o partido em 1902, fora imposto exclusivamente pelas condições nas quais ele era obrigado a atuar”.

Dessa forma, durante o período de semilegalidade que se seguiu em 1905, Lenin defendeu arduamente a adoção de normas democráticas, da

145 “Se os mencheviques estivessem certos em sua previsão histórica, se tivéssemos vivido uma época relativamente tranquila de prosperidade e lenta expansão da democracia, em que os resquícios feudais pudessem ter sido varridos pelo ‘povo’, pelas classes ‘progressistas’, então os grupos dos revolucionários teriam enrijecido completa e necessariamente, convertendo-se em seitas ou círculo de propaganda. O partido, como organização centralizada dos elementos mais conscientes do proletariado – e apenas deste último –, é concebido como instrumento da luta de classes numa época revolucionária” (LUKÁCS, 2012, p. 47, grifo do autor).

criação de associações e organizações legais, e principalmente da aplicação do princípio eletivo. É assim que se fundou o conhecido princípio do *centralismo democrático*.

Da mesma maneira, os organismos centrais se diferenciavam pela sua colocação política. O OC exigia maior estabilidade e serenidade de trabalho e por isso ficava localizado no estrangeiro, onde os revolucionários estavam protegidos da repressão. O CC devia manter um trabalho prático direto com os demais comitês da Rússia, tendo, portanto, sua composição localizada em território moscovita. Mas essa forma organizativa estava condicionada às condições de repressão, que não mudaram decisivamente até fevereiro-março de 1917, quando caiu o czarismo.

O mais importante, contudo, é afirmar que o peculiar do *centro* era que ele se relacionava hierárquica e horizontalmente com a chamada “periferia” do partido; porquanto as tarefas gerais eram descentralizadas para um conjunto variadíssimo de organizações e de atribuições, as decisões eram centralizadas nestes corpos dirigentes: o comitê central e os comitês locais, responsáveis cada um em seu nível de competência. É assim que se forma o que chamamos de forma *radial* de organização partidária, em que a política *pulsa e pensa* do centro às extremidades, que por sua vez *agem e experimentam*, condensando perícias absorvidas pelo centro que as faz pulsar novamente, criando um círculo permanente de vida do partido.

Vimos também que a qualidade de partido de massas é muito mais definida pela sua capacidade de dirigir as massas do que necessariamente pela quantidade de membros que o partido possui. Disto resulta que não há um antagonismo entre um partido formado por quadros, pelos *revolucionários profissionais* e um *partido de massas*. Um é pressuposto do outro e seu produto mais acabado.

Segundo Johnstone (ibid., p. 22), mesmo nas diversas formas organizativas “adotadas pelos bolcheviques, e depois pelos partidos comunistas, o revolucionário profissional e ‘uma organização estável de dirigentes que assegure a sua continuidade’ iriam, de qualquer modo, conservar toda a importância que lhes fora atribuída por Lenin no *Que fazer?*”. Com efeito, não há uma ruptura¹⁴⁶ entre a concepção lenineana de 1902 e de 1905.

146 Essa tese não é de acordo com Marcelo Braz (2011), cuja concepção é a de que o “revolucionário profissional” é superado quando o partido atinge o estatuto de massivo. Ao nosso ver, o revolu-

Ao final do terceiro capítulo evidenciamos o contraste entre as concepções de partido de Lenin, Kautsky e de Rosa, situando-os devidamente em seus contextos históricos particulares.

Enquanto Kautsky intercede por uma concepção de partido que é externa ao proletariado enquanto produto dos intelectuais que passam a *inserir de fora* a ideologia socialista dentro do movimento proletário, levando a uma concepção passiva diante do desenvolvimento da luta de classes, Rosa, por outro lado, pleiteia uma noção de partido como produto direto da ação espontânea e autônoma das massas, um partido feito exclusivamente pelas massas. Lenin figura como o *tertium datur*, compreendendo o partido como a fração mais avançada do proletariado, cuja ideologia e o comprometimento singularizam-na, mas que também aprende e tem seus integrantes destacados da própria luta proletária.

Para Lenin, o socialismo não vem de fora do proletariado, mas sim externo à luta econômica espontânea, imediata e pontual, na condição mais avançada da luta política de longo prazo e com anchos objetivos. Assim, o partido em Lenin é *produto e produtor* de si próprio e das lutas proletárias.

É aí que a *universalidade* do partido lenineano se funda, pois:

seria uma aplicação mecânica do marxismo e, assim, uma ilusão totalmente anistórica imaginar que a consciência de classe correta, que capacita o proletariado a exercer a liderança, possa surgir nessa classe de modo gradual, sem atritos e regressões, *como se o proletariado pudesse alcançar sua vocação classista-revolucionária por meio de uma progressão ideológica natural*. (LUKÁCS, 2012, p. 45, grifo do autor).

Entendemos que as dadas da sociedade atual não diferem, em essência, daquelas vivenciadas por Lenin e os bolcheviques no século XX. Enquanto persiste o modo de produção capitalista, as contradições continuam vigentes independentemente do que se afirmam os ideólogos da burguesia sobre o “fim da história” ou o “fim do trabalho”.

cionário profissional concebido por Lenin como “tribuno popular”, como membro permanente da tarefa revolucionária, como parte mais avançada do proletariado, não é abandonado por Lenin. É muito mais adequado a novas circunstâncias em que é submetido à tarefa de treinar e forjar os novos ingressantes na linha ortodoxa bolchevique.

Mesmo com configurações de acumulação alteradas, a concentração dos meios de produção em poucas mãos, bem como a apropriação privada do produto socialmente produzido pelo trabalho, continua a flagelar a sociedade na forma de classes. Essas classes, com interesses antagônicos e inconciliáveis, entram em repetidos embates pelo próprio movimento involuntário¹⁴⁷ da luta de classes.

Por isso, para que o proletariado passe da sua fase instintiva para seu maior grau de consciência, é preciso que o partido cumpra essa função vital no processo de luta de classes, esclarecendo, educando e preparando o proletariado para as lutas de maior envergadura histórica. A *transcendência histórica* do partido lenineano, o partido revolucionário de novo tipo, resguarda toda a sua validade porquanto também resistem as fraturas de classe da sociedade moderna. Ele não apenas é um *produto histórico* da luta de classes do proletariado como é a sua *maior necessidade* para que a humanidade possa tráfegar para além da ordem capitalista monopólica.

No quarto e último capítulo tivemos a oportunidade de expor algumas diferenças entre as concepções sobre a matéria do imperialismo e militarismo de vários autores: Rosa, Kautsky, Bernstein e Bukharin. Contrastamos-las com as de Lenin para chegar à temática definitiva da concepção de *crise revolucionária* diante do problema da guerra imperialista e a tática de convertê-la em guerra civil revolucionária. Evidenciamos que Lenin, através de seu conceito de crise revolucionária, nega, sincronicamente, tanto o voluntarismo quanto o fatalismo.

A crise revolucionária urge de uma situação específica gerada por condições históricas particulares que abrem uma janela temporal em que as classes dominantes veem a sua condição debilitada coincidindo com a possibilidade de intervenção sistemática dos oprimidos numa ação de classe independente. No entanto, Lenin deixa muito claro que a revolução não cai do céu. E a situação revolucionária não pode ser “criada” arbitrariamente apenas pela vontade.

147 Lembrando que não partilhamos da visão de que o desenvolvimento espontâneo da luta de classes represente que ele é absolutamente inconsciente, pois o instinto de luta da classe proletária é tão somente o germe do estágio consciente de seus objetivos maiores. Por involuntário queremos dizer que os embates *tendem* a se desenvolver independente de um partido organizando e planejando-os previamente.

Mas se ele não mantém a mesma posição fatalista de Kautsky, então o que resta ao partido fazer diante da incontrollabilidade da urgência de uma crise revolucionária? O partido precisa se *preparar*. Precisa estar *pronto* para agir no momento decisivo e crucial. Por isso, além de todas as qualidades essenciais que afirmamos do Partido até aqui, uma das mais importantes é a da *prontidão revolucionária*.

Em 1914, no pronunciamento do Comitê Central sobre a irrupção da Guerra, Lenin (1982j, p. 564) afirma que “os socialistas nunca renunciarão ao trabalho preparatório sistemático, persistente, contínuo nesta direção, já que a guerra se tornou um fato”, o que denota a sua compreensão da necessidade de uma preparação para o que estava por vir, que representava, certamente, a advinda da crise revolucionária.

Em 1909, essa compreensão também estava posta, mesmo naquele período marcado pela derrota da revolução de 1905-1907, podemos observar na assertiva lenineana que afirma: “Devemos realizar um trabalho prolongado de preparação das massas mais amplas, de preparação mais séria, tendo em conta tarefas mais elevadas e mais concretas, e quanto maior for a eficácia com que o realizemos, tanto mais segura será a vitória na nova luta” (LENIN, 1982d, p. 483).

Ou seja, condicionando um trabalho que deveria ser constante, de educação, organização e elevação da consciência das massas como premissa para uma vitória num futuro vindouro.

Nós já citamos, no segundo capítulo, várias passagens de Lenin em que o líder revolucionário russo afirma a *imperatividade* da revolução durante a crise revolucionária. Quando os destinos de décadas de trabalho corriam o risco de serem comprometidos por um atraso de semanas ou até dias da insurreição. Não faria sentido repetir tais afirmações aqui, mas talvez caiba citar um trecho de *Duas táticas* para denotar a diferenciação qualitativa que Lenin fazia entre momentos *cotidianos* dos *revolucionários*:

Todo o trabalho habitual, regular, corrente de todas as organizações e grupos do nosso partido, o trabalho de propaganda, agitação e organização, está orientado no sentido de fortalecer e ampliar a ligação com as massas. Este trabalho é sempre necessário, mas nos momentos revolucionários menos do que nunca pode ser considerado suficiente. Nestes momentos, a classe operária sente-se instintivamente impelida para a ação revolucionária aberta e nós devemos

saber colocar acertadamente os objetivos dessa ação, com o objetivo de os difundir depois do modo mais amplo e possível e de fazer com que sejam compreendidos. (LENIN, 1982a, p. 384).

Na passagem supracitada, é inequívoca a heterogeneidade entre os dois momentos: aqueles do trabalho regular, habitual, corriqueiro, cujo sentido maior é “fortalecer e ampliar a ligação com as massas”; discrepante do momento revolucionário, em que as massas são compelidas para “a ação revolucionária aberta”.

Esta é a janela da crise revolucionária, quando, apesar do longo e paciente trabalho de preparação, é tido como insuficiente. Ao fatalismo messiânico de Kautsky, que aguarda a vinda da revolução como se fosse *deus ex machina* na tragédia humanitária, Lenin propõe um partido ativo, cujo objetivo cotidiano é preparar e acelerar a vinda bem-sucedida dos momentos derradeiros do sistema do capital. Quanto a isso, Lukács afirma acertadamente:

Se o caráter essencial da época é revolucionário, uma situação revolucionária aguda pode se apresentar a qualquer momento. O momento e as circunstâncias de seu surgimento dificilmente podem ser previstos com exatidão. Mas é possível prever tanto aquelas tendências que conduzem a ela quanto as linhas fundamentais da ação correta a ser implementada quando de seu surgimento. A atividade do partido funda-se nesse conhecimento histórico. *O partido tem de preparar a revolução.* Quer dizer, ele tem, por um lado, de procurar atuar (por meio da influência sobre a ação do proletariado e também das outras camadas exploradas) para a *aceleração* do processo de amadurecimento dessas tendências revolucionárias; por outro lado, no entanto, ele tem de preparar o proletariado ideológica, tática, material e organizacionalmente para a ação na situação revolucionária aguda. (LUKÁCS, 2012, p. 52, grifo do autor).

Com efeito, todas as características fundamentais do partido leniniano que citamos convergem para a ação no instante ímpar da história, o *momentum* da crise revolucionária. Toda a estratégia formulada com base na análise *concreta* da realidade *concreta* implica na elaboração de uma organização compatível com as condições observadas na análise e nas perspectivas vislumbradas pelos objetivos estratégicos.

A análise das particularidades históricas também possui significação nas adaptações necessárias no plano tático e também organizacional, conforme exijam as circunstâncias da época vivida. Mas todas essas situações são imperativos da *preparação*, dos ensaios políticos necessários feitos ainda no interior da sociedade burguesa. Se a classe e o partido se encontram despreparados, mesmo que consigam momentaneamente conquistar seus objetivos políticos revolucionários, é muito improvável que possam conservar o poder diante da agressividade da reação.

O partido é um instrumento de autoconsciência do proletariado. Por isso, a preparação para a tomada do poder tem um significado também de treinamento para as tarefas substancialmente diferentes no momento da construção da sociedade socialista. A presteza e a prontidão revolucionárias só podem ser criadas pela ténpera das tempestades, do apresto das massas no curso mesmo das suas lutas de classes entre proletariado e burguesia.

Cremos que sejam estas algumas indicações das características fundamentais da concepção lenineana de partido até 1917. Deixamos, propositalmente, o período de edificação da república soviética de fora desta obra. Ou seja, não abordamos boa parte daquilo que seria a postura de Lenin como *estadista* e dos desafios da transição ao socialismo, o tratado Brest-Litovsk, a Guerra Civil, a NEP, as fragilizações das alianças com o campesinato e as suas revoltas, etc. Tais temáticas exigiriam um novo empenho investigativo, podendo aproveitar algumas das observações que já apontamos na obra presente, mas com consideráveis reelaborações para um período qualitativamente diferente.

Não há dúvida que a atualidade de Lenin e seu legado político continuam influenciando significativamente a plataforma de organização do proletariado e dos povos em luta. Não é falso afirmar que tal influência se reduziu substancialmente a partir do revisionismo pós-guerra eurocomunista que afetou em profundidade o movimento comunista internacional. O golpe e a queda da URSS sacramentaram a crise do “marxismo-leninismo”.

Se o modelo do partido bolchevique não pode ser transplantado de uma experiência de um século atrás no leste europeu para os tempos atuais, ele certamente precisa ser revisitado e avaliado criticamente, buscando discernir os traços particulares e encerrados ao seu contexto original e aqueles que podem ser *universalizados*. Esperamos ter contribuído com o empenho de tal tarefa teórica e política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, C. D. *Rosa do Povo*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ARCHIVE.ORG. *International Socialist Congress 1910*. Second International Conference of Socialist Women. [s.d.]. Disponível em: <<https://archive.org/details/InternationalSocialistCongress1910SecondInternationalConferenceOf>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

BENSAID, D. *Lenin, ou a Política do Tempo Partido*. In: LEITE, J. C. *Marxismo, Modernidade e Utopia*. São Paulo: Editora Xamã, 2000. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/bensaid/ano/mes/lenin.htm>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

BERNSTEIN, E. *Patriotism, Militarism and Social-Democracy*. Marxists Internet Archive, 2010. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/bernstein/works/1907/07/patriotism.htm>>. Acesso em 14 fev. 2017.

BERTONHA, J.F. *Rússia - Ascensão e queda de um império: uma história geopolítica e militar da Rússia, dos czares ao século XIX*. Curitiba: Juruá, 2011.

BOTTOMORE, T., editor; HARRIS, L., KIERNAN, V.J., MILIBAND, R., coeditores. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRAZ, M. *Partido e Revolução: 1848-1989*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BUKHARIN, N. K *teorii imperialisticheskogo gosudarstva*. In: *Revolyutsiya prava: sbornik pervyi*. Selected writings on the state and the transition to socialism: Moscow, 1925. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/bukharin/works/1915/state.htm>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2017.

CLAUSEWITZ, C. V. *On War*. Clausewitz Reference Archive (marxists.org), 2003. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/clausewitz/works/on-war/index.htm>>. Acesso em 5 jan. 2017.

COGNIOT, G. *Presença de Lenine*. Os destinos históricos do leninismo. Lisboa: Estampa, 1975.

DEUTSCHER, I. *A revolução inacabada*. Rússia 1917-1967. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

EINSTEIN, A. *Por que socialismo?* [s.L.: Monthly Review], 2009. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/einstein/1949/05/socialismo.htm>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

ELLEINSTEIN, J. *A Revolução das Revoluções: a Propósito da história da Revolução Soviética*. Lisboa: Prelo, 1975.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Escolhidas* v. 2. Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1961.

FERNANDES, F. *Marx, Engels e Lenin: história em processo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, F. *O que é revolução*. São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1984.

FRESU, G. *Lênin leitor de Marx*. Dialética e determinismo na história do movimento operário. São Paulo: Editora Anita Garibaldi e Fundação Maurício Grabois, 2016.

G1 (editorial). *PSTU atribui violência sofrida em manifestações a grupos neonazistas*. Portal G1. Online e disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/pstu-atribui-violencia-sofrida-em-manifestacoes-grupos-neonazistas.html>. Acesso em 15 fev. 2017. Publicado em 21 jun. 2013.

GERSCHENKRON, A. *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2015.

HARNECKER, M. *Estratégia e Tática*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HOBSBAWM, E. *A Era das Revoluções. 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2011a.

_____. *Como Mudar o Mundo: Marx e o Marxismo, 1840-2011*. São Paulo: Cia das Letras, 2011b.

HOBBSBAWM, E. *A Era do Capital. 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOETZSCH, O. *A Evolução da Rússia*. Lisboa: Editorial Verbo, 1966.

JOHNSTONE, M. *Um instrumento político de novo tipo: o partido leninista de vanguarda*. In: HOBBSBAWM, E. (Org.). *História do Marxismo VI: o marxismo na época da Terceira Internacional*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

JOVEM PAN. *Mesmo com fracasso de protestos, governo se preocupa com impacto de ações nas ruas*. Portal Jovem Pan. <http://jovempan.uol.com.br/arquivo/manifestacoes-pelo-brasil/mesmo-com-fracasso-de-protestos-governo-se-preocupa-com-impacto-de-acoes-nas-ruas.html>. Acesso em 15 de fevereiro de 2017. Publicado em 11 jul. 2013.

KAUTSKY, K. *Finance-Capital and Crises*. Karl Kautsky Internet Archive, 1911. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1911/xx/finance.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

_____. *Imperialism and the War*. Karl Kautsky Internet Archive, 2002. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/war.htm>>. Acesso em: 13 fev. de 2017.

_____. *Neither Revolution Nor Legality "At Any Price"*. In: KAUTSKY, K. *The Road to Power*. Karl Kautsky Internet Archive, 2003. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1909/power/ch05.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2017

_____. *Preparations for Peace*. Karl Kautsky Internet Archive, [1914a] Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/10/peace.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

_____. *The First of May and the Struggle against Militarism*. Karl Kautsky Internet Archive, [1912] Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1912/05/war1912.htm>>. Acesso em: 13 fev. de 2017.

_____. *The Intellectuals and The Workers*. In: *Forth International*: 1946, v. 7, n. 4, p. 125-126. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1903/xx/int-work.htm>>. Acesso em 2 fev. 2017.

_____. *Trade Unions and Socialism*. Karl Kautsky Internet Archive, 2000. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1901/04/unions.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

_____. *Ultra-imperialism*. Karl Kautsky Internet Archive, [1914b] Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

_____. *Um elemento importado de fora*. Arquivo Marxista da Internet: 2005. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1901/mes/elemento.htm>>. Acesso em 1 fev. 2017.

LANE, D. *The Roots of Russian Communism*. A Social and Historical Study Of Russian Social Democracy 1898-1907. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1968.

LENIN, V. I. *A Catástrofe que nos ameaça e como combatê-la*. In: ZIZEK, S. *Às Portas da Revolução: seleção dos escritos de Lenin de fevereiro a outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005e, p. 77-111.

_____. *A crise amadureceu*. In: ZIZEK, S. *Às Portas da Revolução: seleção dos escritos de Lenin de fevereiro a outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005j, p. 139-146.

_____. *A Guerra e a Social-Democracia da Rússia*. In: LENIN, V.I. *Obras Escolhidas*. Tomo I. São Paulo: Alfa Ômega, 1982j, p. 559-564.

_____. *A Letter to the Comrades*. (With Reference to the Forthcoming Publication of the Organ of the Party Majority). Lenin Internet Archive, 2002f. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1904/nov/29a.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. *À Memória de Herzen*. In: LENIN, V.I. *Obras Escolhidas*. Tomo I. São Paulo: Alfa Ômega, 1982i, p. 486-491.

_____. *A Organização do Partido e a Literatura do Partido*. In: V.I. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Avante, 1986c, p. 99-105. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/11/13.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. *A que herança renunciamos?* In: LENIN, V. I. *Obras Escolhidas*. Tomo I. São Paulo: Alfa Ômega, 1982g, p. 47-78.

_____. I. *An Appeal to the Party by Delegates to the Unity Congress Who Belonged to the Former "Bolshevik" Group*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1965e, v. 10, p. 310-316. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1906/apr/26.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

_____. I. *Announcement of the Formation of a Bureau of Majority Com-*

mittees. Lenin Internet Archive, 2002c. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1904/oct/20a.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

_____. I. *Aos pobres do campo*. In: V.I. *Obras Escolhidas*. Tomo 1. Lisboa: Avante, 1986a, p. 38-102. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1903/03/pobres.htm>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

_____. I. *As Lições da Insurreição de Moscovo*. In: LENIN, V. I. *Obras Escolhidas*. Tomo I. São Paulo: Alfa Ômega, 1982h, p. 473-478.

_____. I. *As tarefas da revolução*. In: ZIZEK, S. *Às Portas da Revolução: seleção dos escritos de Lenin de fevereiro a outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005f, p. 131-138.

_____. I. *Carta ao Congresso*. Testamento Político de Lenin. [s. L. seção em espanhol do Marxists Internet Archive], 2000a. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1923/01/04.htm>> Acesso em: 26 mar. 2016.

_____. I. *Draft Resolution on Freedom of Press*. Lenin Internet Archive (marxists.org), 2000b. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/nov/04.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. *Carta aos Camaradas*. In: ZIZEK, S. *Às Portas da Revolução: seleção dos escritos de Lenin de fevereiro a outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005g, p. 149-164.

_____. *Carta a um camarada*. In: BOGO, A (org). *Teoria da Organização Política: escritos Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao*. São Paulo: Expressão popular, 2005i.

_____. *Cartas de Longe*. In: ZIZEK, S. *Às Portas da Revolução: seleção dos escritos de Lenin de fevereiro a outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005h, p. 25-62.

_____. *Draft Resolution of the Majority's Geneva Group*. In: *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1977b, v. 41, p. 127-128. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1904/aug/25.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

_____. *Draft Resolution On Measures to Restore Peace In the Party, Moved On January 15 (28)*. In: LENIN, V. I. *Session of the Council of the RSDLP (January 1904)*. Lenin Internet Archive, 2002b. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1904/council/1.htm#v07zz99h-147>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. *Duas táticas da Social-democracia na Revolução democrática*. In: LENIN, V. I. *Obras Escolhidas*. Tomo I. São Paulo: Alfa Ômega, 1982a, p. 381-472.

_____. *Freedom to Criticize and Unity of Action*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1965f, v. 10, p. 442-443. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1906/may/20c.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. *Letter to Ascertained Address. 9 March*. In: LENIN, V. I. *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1971b, v. 36, p. 142-143. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1905/mar/09.htm#fwV36E167>>. Acesso em 12 jan. 2017.

_____. *Letter to Central Committee Agents and Committee Members of the R.S.D.L.P. Siding with the Second Party Congress Majority*. Lenin Internet Archive, 2002h. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1904/aug/05a.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. *Letter to the Central Committee of the RSDLP. 30 August*. In: LENIN, V. I. *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1977g, v. 25, p. 289-293. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/aug/30.htm>>. Acesso em 12 jan. 2017.

_____. *Liquidation of Liquidationism*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1973b, v. 15, p. 452-460. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1909/jul/11.htm#bkV15P452F01>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. *Marxismo e Insurreição. Carta ao Comitê Central do POSDR (b)*. In: ZIZEK, S. *Às Portas da Revolução: seleção dos escritos de Lenin de fevereiro a outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005b, p. 125-130.

_____. *Marxismo e Revisionismo*. In: LENIN, V. I. *Obras Escolhidas*. Tomo I. São Paulo: Alfa Ômega, 1982h, p. 40-46.

_____. *Material for the Preparation of the Programme of the R.S.D.L.P. Additional Remarks On the Committee's Draft Programme*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Progress Publishers, Moscow, 1964f, v. 6, p. 17-78. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1902/draft/07apr15.htm#v06zz99h-074>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

_____. *Material for the Preparation of the Programme of the R.S.D.L.P. An Amendment to the Agrarian Section of the Programme*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Progress Publishers, Moscow, 1964b, v. 6, p. 17-78.

Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1902/draft/08apr15b.htm#fwV06E023>> Acesso em: 31 dez. 2016.

_____. *Material for the Preparation of the Programme of the R.S.D.L.P. Draft Programme of the Russian Social-Democratic Labour Party*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Progress Publishers, Moscow, 1964a, v. 6, p. 17-78. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1902/draft/02feb07.htm>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

_____. *Material for the Preparation of the Programme of the R.S.D.L.P. Notes On Plekhanov's Second Draft Programme*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Progress Publishers, Moscow, 1964c, v. 6, p. 17-78. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1902/draft/04mar07.htm#v06zz99h-037>. Acesso em: 3 jan. 2017.

_____. *Modification of the Clause in the Rules Concerning the Centres*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1962a, v. 8, p. 197-199. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1905/feb/00e.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____. *New Tasks and New Forces* In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1962f, v. 8, p. 209-220. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1905/mar/08.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____. *No Caminho*. In: LENIN, V. I. *Obras Escolhidas*. Tomo I. São Paulo: Alfa Ômega, 1982d, p. 479-485.

_____. *Nosso Programa*. In: LENIN, V. I. *Sobre os Sindicatos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a, p. 16-34.

_____. *Notes of a Publicist. On Ascending A High Mountain; The Harm Of Despondency; The Utility Of Trade; Attitude Towards The Mensheviks, Etc.* In: LENIN, V.I. *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1965g, v. 33, p. 204-211. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1922/feb/x01.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. O processo de formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. *O Estado e a Revolução*. O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

_____. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. *O Oportunismo e a Falência da II Internacional*. Marxists Internet Archive, 2003. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/01/falencia.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *O Programa Militar da Revolução Proletária*. In: LENIN, V. I. *Obras Escolhidas*. Tomo I. São Paulo: Alfa Ômega, 1982c, p. 677-687.

_____. *O Sentido Histórico da Luta Dentro do Partido*. In: V.I. *Obras Escolhidas*. Tomo 2. Lisboa: Avante, 1984, p. 11-27. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1910/11/luta.htm#r3>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. *Os Bolcheviques devem Tomar o Poder. Carta ao Comitê Central, aos comitês de Petrogrado e de Moscou do POSDR (b)*. In: ZIZEK, S. *Às Portas da Revolução: seleção dos escritos de Lenin de fevereiro a outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005c, p. 121-124.

_____. *Projeto de Programa do Partido Social-Democrata e Explicação desse Projeto*. In: LENIN, V. I. *Sobre os Sindicatos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b, p. 16-34.

_____. *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

_____. *Report on Land. Decree on Land* In: LENIN, V. I. *Second All-Russia Congress of Soviets of Workers' and Soldiers' Deputies*. Lenin Internet Archive (marxists.org), 2000c.

_____. *Report on the Conference of the Extended Editorial Board of Proletary. Conference of the Extended Editorial Board of Proletary. June 8–17 (21–80), 1909* In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1973a, v. 15, p. 425-451. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1909/confreeb/part1.htm#v15pp73-427>>. Acesso em: 26 jan 2017.

_____. *Report on the Third Congress of the Russian Social-democratic Labour Party*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1962e, v. 8, p. 433-439. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1905/may/27.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. *Resposta de N. Lenin a Rosa Luxemburg* Um passo em frente,

dois passos atrás. Lenin Internet Archive, 2002i. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1904/sep/15a.htm#fwV07E143>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. *Revision of the Agrarian Programme of the Workers' Party*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1965b, v. 10, p. 165-195. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1906/revagpro/i.htm#v10pp65-169>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

_____. *Second Congress of the R.S.D.L.P. Report on the Party Rules*. In: *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1964d, v. 6, p. 467-509. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1903/2ndcong/15.htm#v06zz99h-492>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

_____. *Second Congress of the R.S.D.L.P. Speeches in the debate on the Party Rules*. In: *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1977a, v. 41, p. 78-96. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1903/2ndcong/14.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

_____. *Should We Boycott the State Duma? The Platform of the Majority*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1965d, v. 10, p. 97-100. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1906/jan/00.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

_____. *Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução (Teses de Abril)*. In: ZIZEK, S. *Às Portas da Revolução: seleção dos escritos de Lenin de fevereiro a outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005a, p.63-68.

_____. *Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação*. In: LENIN, V. I. *Obras Escolhidas*. Tomo I. São Paulo: Alfa Ômega, 1982e, p. 506-556.

_____. *Sobre Violação da Unidade Encoberta com Gritos de Unidade*. In: LENIN, V. I. *Obras Escolhidas*. Tomo I. São Paulo: Alfa Ômega, 1982f, p. 493-507.

_____. *Statement and Documents on the Break of the Central Institutions with the Party*. Lenin Internet Archive, 2002g. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1904/dec/09a.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. *The Collapse of The Second International*. In: LENIN, V.I. *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1974, v. 21, p. 205-259. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1915/csi/index.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *The Convening of the Third Party Congress*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1962b, v. 8, p. 177-180. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1905/feb/28.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. *The Guilty Blaming the Innocent*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1962c, v. 8, p. 306-314. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1905/apr/20.htm#bkV08P308F01>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. *The Reorganization of the Party*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1965c, v. 10, p. 29-39. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1905/reorg/index.htm#i>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

_____. *The State of Affairs in The Party*. In: LENIN, V. I. *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1971a, v. 36, p. 180-184. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1911/jul/00.htm>>. Acesso em 12 jan. 2017.

_____. *The Third Congress of the R.S.D.L.P. Speech During the Discussion of the Party Rules*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1962d, v.8, p. 359-424. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1905/3rdcong/22.htm#v08fl62-413>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. *The Unity Congress of the R.S.D.L.P. Speech in Reply to the Debate on the Agrarian Question*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1965a, v. 10, p. 277-309. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1906/ucong/1.htm#v10pp65-279>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

_____. *The Land Question and the Fight for Freedom*. In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1965h, v. 10, p. 436-439. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1906/may/20.htm>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

_____. *Tricks of the Republican Chauvinists*. In: *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1964e, v. 23, p. 362-364. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/mar/30.htm#fwV23E154>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

_____. *To Five Members of the Central Comitee*. Lenin Internet Archive, 2002d. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/>>

works/1904/aug/18a.htm>. Acesso em: 21 jan. 2017.

_____. *To The Baku Committee of the RSDLP*. In: *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1977e, v. 43, p. 141-142. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1904/nov/29bc.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. *To The Caucasian Union Committee of the RSDLP*. In: *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1977f, v. 43, p. 142-144. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1904/dec/05cuc.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. *To The Imeretia-Mingrelia Committee of the RSDLP*. In: *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1977d, v. 43, p. 139-140. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1904/nov/28imc.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. *To the Party*. (August 1904). Lenin Internet Archive, 2002e. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1904/aug/15a.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. *To The Tver Committee of the RSDLP*. In: *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1977c, v. 46, p. 137-138. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1904/nov/26tc.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. *Um passo à frente, dois passos atrás*. In: LENIN, V. I. *Obras Escolhidas*. Tomo I. São Paulo: Alfa Ômega, 1982b, p. 217-376.

_____. *Uma das questões fundamentais da revolução*. In: ZIZEK, S. *Às Portas da Revolução: seleção dos escritos de Lenin de fevereiro a outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005d, p. 113-119.

_____. *Where to Begin?* In: LENIN, V. I. *Collected Works*. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1961, v. 5, p. 13-24. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1901/may/04.htm>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

_____. *Why I Resigned from the Iskra Editorial Board*. A Letter to the Editors of Iskra. Lenin Internet Archive, 2002a. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1904/sep/15a.htm#fwV07E143>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. *Sobre os Sindicatos*. Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, 1987.

LUKÁCS, G. *Concepção Aristocrática e Concepção Democrática do Mundo*. In: *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto (orgs.). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009a, p. 25-53

_____. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. In: *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto (orgs.). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009b, p. 225-245.

_____. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O Trabalho*. In: *Ontologia do Ser Social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. In: *Ontologia do Ser Social*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUXEMBURGO, R. *Acumulação de Capital: Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. *Greve de Massa, Partido e Sindicatos*. In: BOGO, A (org). *Teoria da Organização Política: escritos Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao*. São Paulo: Expressão popular, 2005.

_____. *Organizational questions of the Russian Social-democracy*. Marxism or Leninism?, 1999. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1904/questions-rsd/index.htm>. Acesso em 14 jan. 2017.

MAIAKÓVSKI, V. *Maiakóvski: Poemas*. [tradutores] Boris Schnaiderman, Augusto e Haroldo de Campos. São Paulo: Perspectiva, 2013.

MANDEL, E. *A Teoria Leninista da Organização*. [S.l. : Rosa dos Ventos], 1979.

_____. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas).

MAQUIAVEL, N. *O príncipe* (comentado por Napoleão Bonaparte). São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARCY, S. *The Bolcheviks and The War*. Lessons for today's anti-war movement. Workers.org, 1985. Disponível em: <http://www.workers.org/marcy/cd/sambol/>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

MARTOV, J. *Short Constitution of the All-Russian Social Democratic Workers' Party (Maximum Constitution of the 'Hards')*. In: GRETZER, I. *A political Biography of a Russian Social Democrat*. Melbourne Univer-

sity Press, 1967. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/martov/1904/01/constitution.htm>. Acesso em: 21 jan. 2017.

MARX, K. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. *Miséria da Filosofia*. Resposta à Filosofia da Miséria, do sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. *O Capital*: crítica da economia-política. São Paulo: Boitempo, 2013b.

_____. *O Capital*: crítica da economia-política. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

_____. *Primeiro ao Quarto Esboços e Carta a Vera Ivanovna Zasulich*. In: MARX, K., ENGELS, F. *Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013a, p. 80-115.

MARX, K. & ENGELS, F. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2014.

_____. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARXISTS INTERNET ARCHIVE. *Dicionário político*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/index.htm>. Acesso em: 4 jan. 2017.

_____. *Glossary of Events*. Congresses of the R.S.D.L.P. Disponível em: <https://www.marxists.org/glossary/events/r/rsdpl.htm>. Acesso em: 29 jan. 2017.

NETTO, J. P. *Introdução*. In: LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. *Introdução*. In: MARX, K. *A Miséria da Filosofia*. Resposta à Filosofia da miséria, o sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 11-40.

_____. *O que é Stalinismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

NEW PARK PUBLICATIONS. 1903 - *Second Congress of Russian Social-Democratic Labour Party*. London, New Park Publications, 1978. Disponível em: <<https://www.marxists.org/history/international/social-democracy/rsdlp/1903/index.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

PIPES, R. *História concisa da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

PRESTES, A. L. *A que herança os comunistas devem renunciar*. In: *Revista Oitenta*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1980, p. 197-223.

_____. *Luiz Carlos Prestes: O Combate por um Partido Revolucionário (1958 - 1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

REED, J. *Os dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

RIAZANOV, D. *A Correspondência entre Vera Ivanovna Zaslitch e Karl Marx*. In: MARX, K., ENGELS, F. *Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 71-78.

ROSENBERG, A. *História do Bolchevismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

ROUSSELET, F. *Partidos sob ataque*. *Revista Fórum*. Online e disponível em <http://www.revistaforum.com.br/2013/06/21/partidos-sob-ataque/>. Acesso em: 15 fev. 2017. Publicado em: 21 jun. 2013.

SERGE, V. *O ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SOUZA, N. *Partidos ganham abrigo em manifestação das centrais sindicais em Brasília*. Último Segundo. Online e disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-07-11/partidos-ganham-abrigo-em-manifestacao-das-centrais-sindicais-em-brasilia.html>. Acesso em 15 de fev. 2017. Publicado em: 11 jul. 2013.

WOOD, A. *As origens da Revolução Russa*. De 1861 a 1917. São Paulo: Editora Ática, 1991.

ZASULITCH, V. *Carta A Karl Marx, 16 fev. 1881*. In: MARX, K., ENGELS, F. *Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 78-80.

ZETKIN, C. *Lenin e o Movimento Feminino*. In: *Socialismo e a Emancipação da Mulher*. Editorial Vitória, 1956. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1920/mes/lenin.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Sobre o livro

Formato 15,5 x 23 cm

Tipologia Minion Pro (texto)
Minion Pro Bold (títulos)

Papel Polén soft 80g/m² (miolo)
Cartão supremo 250g/m² (capa)

Projeto Gráfico Canal 6 Editora
www.canal6.com.br

Ilustração da Capa José Rodolfo Pacheco Thiesen

Revisão Thais Teixeira

Diagramação Erika Woelke